

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Marcela de Lourdes Orozco Contreras

Conflitos e movimentos ambientais em torno dos megaprojetos do “Corredor Interoceânico” na região Istmo de Tehuantepec e o “Trem Maia” na Península de Yucatán, México no âmbito do *Espaço global para a expansão do capital transnacional* que abrange o Projeto Mesoamérica

São Luís, MA
2023

MARCELA DE LOURDES OROZCO CONTRERAS

**CONFLITOS E MOVIMENTOS AMBIENTAIS EM TORNO DOS
MEGAPROJETOS DO “CORREDOR INTEROCEÂNICO” NA REGIÃO
ISTMO DE TEHUANTEPEC E O “TREM MAIA” NA PENÍNSULA DE
YUCATÁN, MÉXICO NO ÂMBITO DO *ESPAÇO GLOBAL PARA A
EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL* QUE ABRANGE O
PROJETO MESOAMÉRICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

São Luís, MA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Orozco Contreras, Marcela de Lourdes.

Conflitos e movimentos ambientais em torno dos megaprojetos do Corredor Interoceânico na região Istmo de Tehuantepec e o Trem Maia na Península de Yucatán, México no âmbito do Espaço global para a expansão do capital transnacional que abrange o Projeto Mesoamérica / Marcela de Lourdes Orozco Contreras. - 2023.

206 f.

Orientador(a): Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, CCH UFMA, 2023.

1. Conflitos ambientais. 2. Corredor Interoceânico. 3. Espaços globais para a expansão do capital transnacional. 4. Trem Maia. 5. Zonas Específicas de Intensa Acumulação e Conflituosidade Social. I. Antunes

MARCELA DE LOURDES OROZCO CONTRERAS

CONFLITOS E MOVIMENTOS AMBIENTAIS EM TORNO DOS MEGAPROJETOS DO “CORREDOR INTEROCEÂNICO” NA REGIÃO ISTMO DE TEHUANTEPEC E O “TREM MAIA” NA PENÍNSULA DE YUCATÁN, MÉXICO NO ÂMBITO DO *ESPAÇO GLOBAL PARA A EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL* QUE ABRANGE O PROJETO MESOAMÉRICA

— / — / —

BANCA EXAMINADORA

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior
Prof. Dr. em Ciências Humanas (Sociologia)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Samarone Carvalho Marinho
Prof. Dr. em Geografia
Universidade Estadual de São Paulo (USP)

Juan Manuel Sandoval Palacios
Prof. Dr. em Antropologia
University of California, Los Angeles (UCLA)

Às minhas mães:
Carmen González Alcántara e Margarita Contreras González

Ao Juan Manuel, meu tudo

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pela concessão da bolsa de estudos.

À minha Mãe Carmen, meu sol, minha força, minha vida, minha luz... Obrigada pelo seu carinho e seu grande amor, pela compreensão, pelas aprendizagens, pelos sorrisos, pela felicidade, pelos cuidados, por acreditar em mim, pela companhia nos momentos mais difíceis da minha vida, pelos conselhos, pela inteligência, pela sua sensibilidade, simplesmente por ser minha mãe.

À minha Mãe Margarita, minha flor, minha força, meu amor, minha vida, minha luz, minha inspiração, um grande exemplo para mim... Obrigada por me ajudar a ser forte e descobrir a profundidade do meu amor por você, pelas coisas que me deixou para refletir.

Ao Juan Manuel, meu grande amor, meu apoio incondicional... Obrigada por me devolver à vida e a esperança, pelas trocas o tempo todo e de todo tipo, pela companhia, pela felicidade, pelo gozo em percorrer pedacinhos do mundo juntos, por me ajudar a abrir o meu olhar... Eu fico sem palavras para expressar o que você é na minha vida.

Às minhas irmãs Milie, Lucy, Isela, ao meu irmão Arturo, à minha Tia Rosa... Seu carinho é muito importante na minha vida. Obrigada por estar perto e de longe comigo; por me ajudar a alimentar as coisas boas que deixaram aqueles que agora nos acompanham desde outras dimensões.

À minha admirada e grande amiga e irmã Sara López. Obrigada pelo carinho compartilhado, pelas conversas, por me escutar, por rir e chorar juntas, por partilhar a esperança de que podemos construir um mundo onde caibam muitos mundos, por me receber com os ouvidos, braços e o coração abertos sempre, pelo exemplo de sua força e seu jeito de transitar pela vida.

À minha amiga Vero Munier. Obrigada pelos anos e aprendizagens percorridos, pela sua força, por me receber e me ensinar os traços de seu caminho de luta.

Ao meu orientador Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, pela sua paciência, por seu apoio absoluto, por me ajudar a descobrir que eu poderia alcançar uma felicidade inatingível no lugar menos esperado, por me permitir conhecer um espaço tão potente como o GEDMMA.

Ao Samarone Carvalho, pelas partilhas e por me ajudar no fortalecimento de uma perspectiva acadêmica e de vida que nos ensina e convida a seguir lutando.

Ao meu irmão e grande amigo Martín López Gallegos, pelo carinho e seu apoio todo nos mais diversos aspectos da minha vida, por sempre me escutar, por ser um exemplo de força diante das adversidades e de que existem pessoas amorosas no nosso caminho sempre dispostas a avançar e construir conjuntamente.

A Chico, Marianinha e Elone, meus amores no Brasil... Obrigada pelo carinho, pelos risos, por cada momento de felicidade, pelas partilhas, por me ensinar a disfrutar da vida, por me ajudar na revisão da primeira parte deste trabalho.

Aos meus Professores Elizabeth Maria Beserra Coelho e Juarez Lopes de Carvalho Filho pelas aprendizagens nas suas aulas; as leituras de suas disciplinas me permitiram avançar na minha formação e exercitar o pensamento crítico, muito necessário nestes tempos.

Ao meu pai, Ramón Orozco Romero, obrigada por vir e por me deixar confirmar as coisas que não gosto das pessoas, especialmente de mim.

...queremos vivir otra historia, nos rebelamos y decimos basta...

Hoy aquí queremos decirles que nos tienen miedo

porque no les tenemos miedo.

Porque a pesar de sus amenazas y sus calumnias, de sus hostigamientos,

seguimos caminando hacia un sol que pensamos brilla con fuerza.

Pensamos que se acerca el tiempo de nosotros los pueblos, el tiempo de las

mujeres insumisas y el tiempo de los pueblos de abajo.

... Queremos construir un mundo con justicia y dignidad,

sin ningún tipo de discriminación.

Hoy nosotras empujamos un profundo y extenso proceso de organización,

mobilización, análisis, discusión y consenso que nos ayude

a construir un mundo donde quepan muchos mundos.

Nosotros, nosotras somos el resultado de muchas luchas.

Llevamos en la sangre la herencia guerrera de nuestras abuelas

Nuestras raíces nos lo exigen y nuestras hijas nos lo gritan.

Hermanos, hermanas,

Abramos el corazón como una flor que espera el rayo de sol por las mañanas;

sembramos sueños y cosechemos esperanzas, recordando que esa

construcción sólo se puede hacer abajo, a la izquierda y del lado del corazón.

Bety Cariño Trujillo

RESUMO

Analizamos conflitos ambientais em torno de dois projetos importantes para o governo mexicano: Corredor Interoceânico e Trem Maia. Ditos conflitos são enquadrados na proposta teórica do capitalismo global de William Robinson porque permite estudar a articulação de: 1) relação entre processos globais, nacionais e locais, chegando aos pessoais, na construção de sujeito coletivo que luta frente ao avanço do capital transnacional; 2) megaempreendimentos em torno da proposta do governo mexicano de modernizar o trem no istmo mexicano ou construir trem novo no território de cinco estados do sul-sudeste do México: portos, aeroportos, parques industriais, exploração de minérios, petróleo e gás; parques eólicos e solares, megaempreendimentos turísticos, imobiliários, de monocultura e pecuária; 3) reconfiguração geográfica do capital na etapa da globalização capitalista que começou nos anos 1970 e se exprime no surgimento de Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional (EGECT), Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS).

Palavras-chave: Conflitos ambientais; espaços globais para a expansão do capital transnacional, zonas específicas de intensa acumulação e conflituosidade social, Corredor Interoceânico, Trem Maia

ABSTRACT

In this research we analyze the environmental conflicts around two important projects for the current Mexican government: the Interoceanic Corridor and the Mayan Train.

Those conflicts are framed in the theoretical proposal of William Robinson's global capitalism because it allows studying the articulation of several aspects: 1) The relationship among global, national and local processes, reaching the personal if we think about the constructions of a collective subject that fights against the advance of transnational capital; 2) The mega-projects around the Mexican government's proposal to modernize the train on the Mexican isthmus or build a new train in the territory of 5 states in the southeast of Mexico. These mega-projects are ports, airports, industrial parks; exploration of minerals, oil and gas; wind and solar parks, tourist mega projects, real state, monoculture and livestock; 3) The geographic reconfiguration of capital in the stage of globalization in capitalism that began in the 1970s, which is expressed in the emergence of Global Spaces for the Expansion of Transnational Capital, Specific Zones of Intense Accumulation and Specific Zones of Intense Social Conflict.

Key words: Environmental conflicts, global spaces for the expansion of transnational capital, specific zones of intense accumulation and social conflict, Interoceanic Corridor, Mayan Train.

LISTA DE SIGLAS

ACP	Estados da África, Caribe e Pacífico
ADA	Acordo de Associação
AELC	Associação Europeia de Livre Comércio
ALCA	Area de Libre Comercio de las Américas
ALCAN	Acordo de Livre Comércio de América do Norte
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AMAP	Aliança Mexicana pela Autodeterminação dos Povos
APIIDTT	<i>Asamblea de los Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio</i>
APPRI	<i>Acuerdo para la Promoción y Protección Recíproca de Inversiones</i>
ASC	<i>Alianza Social Continental</i>
ASCAMCAT	<i>Asociación de Campesina del Catatumbo</i>
ASF	<i>Auditoría Superior de la Federación</i>
ASPAN	Aliança para a Segurança e a Prosperidade de América do Norte
AUC	<i>Autodefensas Unidas de Colombia</i>
BCIE	Banco Centro-americano de Integração Económica
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BID	Banco Inter-americano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAFTA	<i>Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement</i>
CAN	Comunidade Andina de Nações
CARICOM	Comunidade do Caribe
CARIFORUM	Forum das Caraíbas
CARSI	Iniciativa Regional de Segurança para América Central
CBSI	<i>Caribbean Basin Security Initiative</i>
CCAN	<i>Consejo de Competitividad de América del Norte</i>
CCH	Colégio de Ciências e Humanidades
CCMSS	Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sustentable
CCT	Classe Capitalista Transnacional
CDHLVT	<i>Comisión de Derechos Humanos y Laborales del Valle de Tehuacán</i>

CEE	Comunidade Econômica Europeia
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
CEMDA	<i>Centro Mexicano de Derecho Ambiental</i>
CEPAL	Comissão Económica para América Latina
CFE	<i>Comisión Federal de Electricidad</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIADI	<i>Centro Internacional de Arreglo de Diferencias relativas a Inversiones</i>
CIG	<i>Consejo Indígena de Gobierno</i>
CIIT	<i>Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec</i>
CIRDI	Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos
CNEE	<i>Comité Nacional de Estudios de la Energía</i>
CNI	<i>Congreso Nacional Indígena</i>
CNI-P	<i>Congreso Nacional Indígena Peninsular</i>
CNTE	Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación
Conacepe	<i>Consejo Nacional de Energía y Petroquímica</i>
CONAGUA	<i>Comisión Nacional del Agua</i>
CRIPX	<i>Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil</i>
DDHPO	Defensoría de los Derechos Humanos de los Pueblos de Oaxaca
EGECT	Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional
EGECT PM	Espaço Global para a Expansão do Capital Transnacional do Projeto Mesoamérica
EDF	<i>Eólica de Francia</i>
ET	Estado Transnacional
EZLN	Exército Zapatista de Liberação Nacional
FE	Facultade de Economia
FED	Fórum Econômico de Davos
FESA	<i>Facultad de Estudios Superiores Aragón</i>
FIT	<i>Ferrocarril del Istmo de Tehuantepec</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Foro Mesoamericano dos Povos
FONATUR	<i>Fondo Nacional de Fomento al Turismo</i>
FONATUR TM	<i>FONATUR Tren Maya</i>
FSM	Fórum Social Mundial

G7	Grupo dos 7
G20	Grupo dos Vinte
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GN	<i>Guardia Nacional</i>
GT FRG CLACSO	Grupo de Trabalho Fronteiras, Regionalização e Globalização do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
ICSID	<i>International Centre for Settlement of Investment Dispute</i>
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INAH	<i>Instituto Nacional de Antropología e Historia</i>
IndustriALL	<i>IndustriALL Global Union</i>
INPI	<i>Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas</i>
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
MAIZ	<i>Movimiento Agrario Indígena Zapatista</i>
MCAC	Mercado Comum da América Central
MCCA	<i>Mercado Común Centroamericano</i>
MIA	<i>Manifestación de Impacto Ambiental</i>
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos
ODECA	Organização de Estados Centro-americanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PASSM	Processo de Articulação da Serra de Santa Martha
Pemex	<i>Petróleos Mexicanos</i>
PDI	<i>Polígonos de Desarrollo e Innovación</i>
PM	<i>Proyecto de Desarrollo e Integración de Mesoamérica</i>
PM	Projeto Mesoamérica
PODEBI	<i>Polos de Desarrollo para el Bienestar</i>
PPP	Plano Puebla-Panamá
RD	República Dominicana

Recalca	<i>Red Colombiana de Acción frente al Libre Comercio</i>
RICAM	<i>Red Internacional de Carreteras Mesoamericanas</i>
RMALC	<i>Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio</i>
SCT	<i>Secretaría de Comunicaciones y Transportes</i>
SEDENA	<i>Secretaría de la Defensa Nacional</i>
SEGOB	<i>Secretaría de Gobernación</i>
Semar	<i>Secretaría de Marina/Armada de México</i>
SEMARNAT	<i>Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales</i>
SENER	<i>Secretaría de Energía</i>
SEPIA	<i>Secretaría de Pueblos Indígenas y AfroMexicanos</i>
SICA	<i>Sistema de Integración Centroamericana</i>
SIEPAC	<i>Sistema de Interconexión Eléctrica para América Central</i>
SHCP	<i>Secretaría de Hacienda y Crédito Público</i>
STMM	<i>Sistema de Transporte Multimodal Mesoamericano</i>
SPECHF	<i>Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras</i>
TBI	<i>Tratados Bilaterales de Inversión</i>
TLC	<i>Tratado de Livre Comércio</i>
TLCAN	<i>Tratado de Livre Comércio da América do Norte</i>
TLCUEM	<i>Tratado de Libre Comercio entre la Unión Europea y México</i>
T-MEC	<i>Tratado México-Estados Unidos-Canadá</i>
UCIZONI	<i>Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo</i>
UCIRI	<i>Unión de Comunidades Indígenas de la Región del Istmo</i>
UNCTAD	<i>Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento</i>
UNAM	<i>Universidad Nacional Autónoma de México</i>
UNICH	<i>Universidad Intercultural de Chiapas</i>
ZEE	<i>Zona Econômica Especial</i>
ZEIA	<i>Zonas Específicas de Intensa Acumulação</i>
ZEICS	<i>Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Classificação e divisão da ciência.	27
Quadro 2:	Esquema do Método de Análise do Projeto Coletivo “Espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano” do GT FRG CLACSO	48
Quadro 3:	Esquema do Método de Análise para a construção do Sujeito Coletivo	52
Quadro 4:	Relações econômicas internacionais	86
Quadro 5:	Empresas interessadas em investir nos PODEBI	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa dos Espaços Globais para a expansão do capital transnacional no Continente Americano: Fronteira México-Estados Unidos; Região do Projeto Mesoamérica; Bacia do Caribe; Amazônia; Bacia do Rio da Prata; Região Andino do Sul-Patagónica	41
Figura 2:	Carretera transístmica (Salina Cruz-Coatzacoalcos)	73
Figura 3:	<i>Reconstrucción de la carretera E.C. – La Esmeralda</i>	74
Figura 4:	Corredor logístico interoceânico em Honduras (com ramal a Tegucigalpa)	93
Figura 5:	Cadeias de valor e corredores logísticos em Centro-américa	94
Figura 6:	Conexão entre Puerto Castilla e Puerto Amapala em Honduras	94
Figura 7:	Rota do corredor interoceânico em Costa Rica	96
Figura 8:	Corredor interoceânico de Guatemala	97
Figura 9:	Ferrovia Verde Urabá-Cupica e hidrovia do Atrato como complemento	98
Figura 10:	Ferrovia chinesa vs ferrovia verde	99
Figura 11:	Área do Projeto Mesoamérica	103
Figura 12:	Sistema de Interconexão Elétrica em América Central	104
Figura 13:	Rede Internacional de Rodovias Mesoamericanas (RICAM)	105
Figura 14:	<i>Infraestructura extractivista en el Proyecto Mesoamérica</i>	105
Figura 15:	As super rodovias do TLCAN	106
Figura 16:	Integração ferroviária entre América do Norte e América Central	107
Figura 17:	O Corredor Interoceânico	110
Figura 18:	Planos de investimento do Corredor Interoceânico	113
Figura 19:	Empresas privadas contratadas para a reabilitação do Trem Transístmico	116
Figura 20:	Oleodutos na América do Norte	117
Figura 21:	<i>Capital transnacional en hidrocarburos en el Golfo de México</i>	118
Figura 22:	Gasodutos na América do Norte	119
Figura 23:	Mapa das exportações da Constellation Brands	128
Figura 24:	Polos de Desenvolvimento	128
Figura 25:	Extração de rocha desde Los Tuxtlas até o Caribe, o Porto de Veracruz e Yucatán	129-130
Figura 26:	Propriedade da terra e megaprojetos na Península de Yucatán	130
Figura 27:	Encuentro Regional El Istmo El Istmo es Nuestro	151
Figura 28:	Consequências dos megaempreendimentos no sul de Veracruz, México	160
Figura 29:	Marcela Orozco no escritório da APIIDTT em Juchitán, Oaxaca, México	160

Figura 30:	Marcela Orozco, Dra. Lesbia e Rosa María Vanegas, Salina Cruz, Oaxaca, México	160
Figura 31:	A resistência em Santa Lucía, Campeche, México	162
Figura 32:	A resistência em Santa Lucía, Campeche, México	163
Figura 33:	Área de luta do <i>Colectivo Tres Barrios</i> , Campeche, México	163
Figura 34:	Área de luta do <i>Colectivo Tres Barrios</i> , Campeche, México	164
Figura 35:	Área de luta do <i>Colectivo Tres Barrios</i> , Campeche, México	164
Figura 36:	Wilma Esquivel, Angel Sulub y Marcela Orozco, Centro Comunitário U kúuchil k Chíbalo'on, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	166
Figura 37:	Centro Comunitário U kúuchil k Chíbalo'on, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	166
Figura 38:	Centro Comunitário U kúuchil k Chíbalo'on, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	167
Figura 39:	Santuario de la Cruz Parlante, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	167
Figura 40:	Santuario de la Cruz Parlante, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	168
Figura 41:	Visita al Santuario de la Cruz Parlante, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	168
Figura 42:	Escritório da Guardia Nacional, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México	169
Figura 43:	Zona arqueológica de Chakanbakan, Quintana Roo, México	169
Figura 44:	Destrucción de árboles y estructuras prehispánicas en la zona arqueológica de Chakanbakan, Quintana Roo, México	170
Figura 45:	Ejido Don Samuel, Campeche, México	172
Figura 46:	Ejido Haro, Campeche, México	172
Figura 47:	<i>Construcción del Tramo 1 Palenque-Escárcega del Tren Maya</i>	172
Figura 48:	Representantes do CRIPX no fórum	179

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CAPITALISMO GLOBAL: ESPAÇOS GLOBAIS PARA A EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL, ZONAS ESPECÍFICAS DE INTENSA ACUMULAÇÃO (ZEIA), ZONAS ESPECÍFICAS DE INTENSA CONFLITUOSIDADE SOCIAL (ZEICS) E CONFLITOS AMBIENTAIS	26
1.1 A relação filosofia-epistemologia-metodologia.....	26
1.2 Os aportes de Gaston Bachelard: obstáculos epistemológicos e a psicanálise do conhecimento.....	30
1.3 Apontamentos metodológicos na construção dos conceitos “Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional” (EGECT), “Zonas Específicas de Intensa Acumulação” (ZEIA) e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS). Conexões ao debate sobre a globalização	36
1.4 Referências sociológicas, antropológicas, geográficas e feministas	57
1.5 Os conflitos ambientais	63
1.6 Os vínculos desta pesquisa com a Geografia.....	67
1.7 A questão das mulheres ou o falar das mulheres	74
1.8 Apontamentos sobre a luta de classes	75
1.8.1 A luta de classes nesta pesquisa	75
1.8.2 A luta de classes no nível ideológico	75
2 O ESPAÇO GLOBAL PARA A EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL DO PROJETO MESOAMÉRICA E SUAS ZONAS ESPECÍFICAS DE INTENSA ACUMULAÇÃO (ZEIA)	77
2.1 A formação do espaço global do Projeto Mesoamérica e suas ZEIAs	77
2.2. A criação do Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec e a Península de Yucatán, por meio do Trem Maia, como Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e como Zonas de Intensa Conflitividade Social (ZEICS)	107
2.2.1. O Corredor Interoceânico como ZEIA e ZEICS	109
2.2.1.1 A infraestrutura jurídica e de securitização: os governos	109
2.2.1.1.1 Infraestrutura jurídica	109
2.2.1.1.2 Infraestrutura de securitização e militarização	111
2.2.1.2 A infraestrutura física do Corredor Interoceânico: o papel da CCT ..	112
2.2.1.2.1 Corredor Intermodal	114
2.2.1.2.1.1 Estrada transístmica de ferro.....	114
2.2.1.2.1.2 Energia	115
2.2.1.2.1.2.1 Hidrocarbonetos.....	115
2.2.1.2.1.2.2 Gasoduto	119
2.2.1.2.1.2.3 Parques eólicos.....	120
2.2.1.2.1.3 Modernização de portos	121

2.2.1.2.1.4 Polos industriais	122
2.2.1.2.1.5 Exploração de material pétreo no sul de Veracruz para o megaprojecto do Trem Maia.....	129
2.2.2. A península de Yucatán como ZEIA e ZEICS.....	130
2.2.2.1 A infraestrutura jurídica e de securitização: os governos	131
2.2.2.1.1 A securitização.....	137
2.2.2.3 A infraestrutura física: o rol da CCT.....	137
2.2.2.3.1 Concessões para a construção das obras do Trem Maia	137
3 O SUJEITO COLETIVO NOS CONFLITOS AMBIENTAIS AO REDOR DO “CORREDOR INTEROCEÂNICO” NA REGIÃO ISTMO DE TEHUANTEPEC E O “TREM MAIA” NA PENÍNSULA DE YUCATÁN	140
3.1. Os movimentos sociais no sudeste do México	140
COMENTÁRIOS FINAIS	185
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

Como membro do multidisciplinar Grupo de Trabalho "Fronteiras, Regionalização e Globalização" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO) desde sua criação em 2016, participo ativamente das discussões sobre a formação e desenvolvimento de *Espaços globais para a expansão do capital transnacional* (EGECT) e *Zonas específicas de intensa acumulação* (ZEIA). Considero esta proposta como positiva no sentido de ser uma nova área de pesquisa nas ciências sociais da América Latina, na qual devemos continuar a aprofundar na análise, a definição de conceitos e as inter-relações de atores e temas.

Minhas contribuições para o trabalho de pesquisa no Projeto Coletivo "Espaços Globais para a Expansão da Capital Transnacional no Continente Americano" do GT CLACSO concentram-se no Espaço Global do Projeto Mesoamérica (OROZCO, 2011 e 2014a) ao ressaltar pontos como: a influência de alguns atores internacionais nele – especialmente os Estados – (OROZCO, 2014b), os efeitos dos acordos que assinam (OROZCO, 2018), as relações entre esse espaço e o espaço global da Fronteira México-Estados Unidos e o da Bacia do Caribe; por outro lado, tenho avançado na caracterização dos elementos e dinâmicas que são apresentados na formação de espaços globais para a expansão do capital transnacional (OROZCO, 2020).

Isso me permitiu observar que, embora muitos grandes megaprojetos extrativos tenham sido realizados no México, particularmente na região mexicana envolvida no Projeto Mesoamérica, os eixos da exploração de recursos só mudam a intensidade entre um governo federal e outro, além de que nesses projetos há uma reacomodação de alianças de capital de origem mexicana com o governo mexicano para continuar avançando junto com o capital transnacional nos megaprojetos que são priorizados durante cada sexênio. Estes são os casos do Corredor Interoceânico, no Istmo de Tehuantepec, e do Trem Maia, na Península de Yucatán, no México, onde surgiu uma série de conflitos socioambientais causada pelas políticas dos diferentes níveis de governo do Estado mexicano que impulsionam o avanço do capital transnacional e que organizações e movimentos sociais enfrentam.

Entre as contribuições deste trabalho estariam: a localização desses megaprojetos no âmbito da formação de duas ZEIAs que fazem parte do EGECT do Projeto Mesoamérica; a articulação, em termos conceituais, dos "projetos de desenvolvimento" acima mencionados com os conflitos socioambientais que geram e as formas de luta e resistência aos mesmos, nestes casos, realizadas por organizações no Istmo de Tehuantepec e na Península de Yucatán. Gostaria de destacar o papel das mulheres na organização de lutas de resistência nos conflitos socioambientais nestas regiões.

Atualmente, no México há muitas pesquisas que colocam interesse nos "projetos de desenvolvimento"; no entanto, haveria um vazio de elementos teóricos que nesses trabalhos não permite explicar grande parte dos processos económicos e políticos e dinâmicas que ocorrem ao seu redor.

A principal referência sociológica na construção do objeto de estudo deste projeto de pesquisa é Karl Marx e o materialismo que ele propõe partindo das "Teses contra Feuerbach" e do texto "Para a crítica da Economia Política do capital. O rendimento e suas fontes". Neste trabalho tentamos apreender a atividade humana como atividade objetiva e acreditamos que toda vida social é essencialmente prática, ambas serão analisadas ao redor dos conflitos socioambientais gerados pela implementação do Corredor Interoceânico e o Trem Maia no México.

O objeto de estudo de Marx (2005, p. 25) é a produção material – indivíduos produzindo em sociedade. A produção pode ser apresentada como produção geral, um ramo particular da produção ou como totalidade e é preciso desenvolver a relação entre as determinações gerais e as formas particulares da produção.

Uma das principais críticas que Marx (2005) fez aos economistas da Economia Política sobre a produção geral, foi que não conceberem em sua unidade os diferentes momentos da produção: a produção mesmo, a distribuição, a troca e o consumo. A produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. Assim, estabelece uma relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo na qual ocorre uma reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. E este caso podemos aplicá-lo para qualquer todo orgânico.

Para Marx (2005), a produção dos indivíduos é determinada socialmente e se trata da produção em um grau determinado do desenvolvimento social dos indivíduos sociais. Segundo ele, “cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar (...) elementos que se acham unidos organicamente” (MARX, 2005, p. 29). Para nós, o caráter transnacional que a produção começa a adquirir na década de 1970, representa um novo grau ou uma nova fase do desenvolvimento social dentro do capitalismo.

Para Robinson (2013), essa nova fase de expansão do capital transnacional é uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo mundial e é marcada por uma série de mudanças qualitativas no sistema capitalista e novas cadeias de poder: (1) o surgimento de capital verdadeiramente transnacional e um novo sistema global de produção e finanças; 2) o surgimento de uma Classe Capitalista Transnacional (CCT); (3) o surgimento de aparelhos do Estado Transnacional (ET); e, 4) novas relações de desigualdade, dominação e exploração na sociedade global.

Marx (1982, p. 533), na terceira tese contra Feuerbach, considera que as circunstâncias são modificadas pelos homens. Nos casos apresentados nesta pesquisa, essas circunstâncias são geradas pela contraposição de interesses entre a CCT que promove junto com os governos o avanço do capital transnacional em territórios defendidos pelos povos que os habitam, ocasionando conflitos socioambientais num contexto da luta de classes; aqui localizamos as principais circunstâncias e contradições que desejamos estudar.

Falar de capital transnacional, classe capitalista transnacional, da conformação de um Estado Transnacional, da contraposição entre esses entes e os povos que defendem seus territórios diante do avanço do capital transnacional no quadro de uma reorganização espacial ao nível global – manifestada no surgimento de espaços globais para a expansão do capital transnacional e zonas específicas de intensa acumulação–, é falar que os conflitos socioambientais são um produto social e pertencem a uma forma determinada de sociedade, ou seja, aquela que agora estamos vivenciando: a fase globalizada do capitalismo.

Neste ponto queremos adicionar que as categorias, segundo Marx, exprimem formas de modos de ser, determinações de existência; aspectos isolados frequentemente de uma determinada sociedade e do sujeito. Nesta pesquisa

tentamos concatenar três pontos: 1) algumas categorias de Marx, 2) uma perspectiva específica para analisar o capitalismo global – o que simbolizaria as nossas determinações atuais de existência – e 3) a representação do objeto de estudo.

Como resultado da profunda crise estrutural do capitalismo mundial que ocorreu durante as décadas 1970 e 1980, os diferentes atores que compõem este sistema (enormes empresas industriais, comerciais e de serviços monopolistas, grandes bancos, instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, governos dos principais países capitalistas e outros) promoveram vários mecanismos para sair dessa crise (KOLKO, 1988), resultando em uma reestruturação do capitalismo e a conseqüente emergência do capitalismo global ou da globalização capitalista.

A mobilidade permitiu que o capital reorganizasse a produção em todo o mundo, de acordo com uma série de considerações que maximizam as oportunidades de lucro. A globalização da produção significou a fragmentação e descentralização de processos de produção complexos, a dispersão mundial dos diferentes segmentos dessas cadeias e sua integração funcional em vastas cadeias de produção e distribuição dentro de novos circuitos globalizados de acumulação. No entanto, essa descentralização e fragmentação do processo de produção ocorreram, conjuntamente, com a centralização do comando e controle da economia global no capital transnacional. Assim, a globalização unifica o mundo em um único modo de produção e um único sistema global, integrando aos diferentes países e regiões em uma nova economia global.

Robinson (2013) diz que numa economia global aberta e a mobilidade de capital global, o desempenho econômico superior em uma determinada região... beneficia grupos de investidores de vários países. Também observa que os padrões de acumulação regional refletem certas distinções espaciais, complementares a uma configuração mais integrada do capitalismo global.

E nessas áreas de intensa acumulação, espaços transnacionais ou globais surgem para a expansão do capital transnacional. Robinson (op. cit. p. 126) afirma que, "Na configuração global emergente do capitalismo, o Espaço Transnacional ou Global se sobrepõe aos espaços nacionais". Essa sobreposição implica que o Estado-nação em questão permite a subordinação da soberania de todo o seu

espaço territorial, ou alguma parte dele, aos organismos transnacionais que exercem o seu controle sobre o emergente espaço global.

Os espaços globais são produzidos em espaços que foram fundamentais para as fases anteriores do desenvolvimento do capitalismo (SANDOVAL, 2016, p. 196). Devido às suas características históricas e geográficas, certas áreas do planeta são essenciais para a intensa acumulação global, uma vez que já foram áreas produzidas através do desenvolvimento geográfico desigual, produto da diversificação, inovação e concorrência, principalmente durante a fase anterior do capitalismo global para beneficiar a acumulação capitalista e por processos de expansão geográfica de capital, como Harvey (2006) aponta. E a fronteira México-Estados Unidos, bem como outras regiões do Continente Americano (Istmo Centro-Americano, Bacia do Caribe, Amazônia, Bacia de Prata, Andes e Patagônia) se desenvolveram dessa forma.

Nos espaços globais, o capital transnacional coexiste com capitais nacionais e locais que se reproduzem em determinados setores, muitas vezes associados aos capitais transnacionais a quem fornecem suprimentos, serviços, transportes e demais itens. No entanto, apenas os capitais nacionais ou locais que se transnacionalizaram por meio de fusões, alianças estratégicas ou outros mecanismos são capazes de se juntar a cadeias maiores ou clusters de corporações transnacionais.

Os espaços globais estão incorporados no capitalismo global através de vários mecanismos, principalmente aqueles estabelecidos em acordos de livre comércio que convergem com instrumentos de coerção para promover a expansão do capital transnacional e cujos mecanismos são usados pelos governos para controlar o conflito social. As múltiplas determinações da realidade são condensadas no gráfico por instrumentos de consenso e de coerção.

Todos estes acordos entre os Estados nos permitem observar processos produzidos historicamente como os da integração na América Latina – os quais são importantes para estudar a conformação de espaços globais para a expansão do capital transnacional –, e que agora vão acompanhados de iniciativas que aprofundam o fortalecimento ou ampliação de infraestrutura e megaempreendimentos com diferentes ênfases setoriais (energia, produção

agrícola, turismo, zonas econômicas, etc.) para apoiar o avanço do capital transnacional.

Dentro dos acordos, é muito importante considerar as consequências das regras dos instrumentos de coerção, isto é, os arranjos em termos de seguridade entre os Estados nacionais, que originam ou aprofundam processos de militarização em diferentes dimensões ao nível local, nacional ou regional que têm um referente sistêmico global que contribui ao processo de acumulação do capital ao manter aos povos submetidos num contexto de violência.

Cada espaço global tem características específicas derivadas do tipo predominante de acumulação de capital; por exemplo, no espaço global da fronteira Estados Unidos-México, este é o caso da acumulação militarizada. No caso do espaço global do Projeto Mesoamérica, a acumulação em torno da mineração-energia, turismo e construção e/ou renovação de infraestrutura está dando o tom.

Muitos estudos abordam a acumulação de capital como se apenas ocorresse uma tosquia de recursos que afetam as populações e o meio ambiente (acumulação por desapropriação ou espoliação). O que fazemos é articular os vários elementos que impulsionam um certo tipo de acumulação nos diferentes espaços globais: desde políticas públicas dos mais variados tipos expressos ao nível global, regional ou nacional – com caráter ou escopo federal, estadual ou local – até planos geoestratégicos e/ou geopolíticos; acordos internacionais da natureza variada – o que implica ter uma visão crítica da cooperação e do termo "desenvolvimento" – bem como considerar fundamentais as lutas sociais que várias organizações empreendem para defender seu território, a natureza e a vida. Assim, avançamos para transcender o local especificamente e colocá-lo em uma dimensão global.

As ZEIAS são um dos principais mecanismos de operação dentro dos espaços globais e são produzidas em várias partes dos territórios que cobrem os espaços globais no continente americano e outras zonas de intensa acumulação no mundo. No nosso trabalho, o termo ZEIA é usado como abstração analítica, definição operacional e instrumento metodológico, para estabelecer um nível de análise de uma determinada totalidade expressa nas escalas local e regional de um processo global.

As ZEIAS compõem uma complexa rede de infraestruturas estabelecidas para a expansão do capital transnacional e para a sua acumulação; são sobrepostas e

expandidas sobre territórios urbanos e/ou rurais, limitando os processos de acumulação local e afetando a reprodução social das comunidades que ainda mantêm o valor de uso de seus bens naturais. Mas as comunidades urbanas e/ou rurais respondem a isso se organizando para lutar por seus territórios; e, no caso das comunidades e povos indígenas, para seus territórios e seus bens comuns (SANDOVAL, op. cit.).

Por meio da compreensão do esquema da construção do sujeito coletivo que explicamos depois, concluímos que quando um indivíduo aparece analisado de um “modo natural”, isolado e desprendido dos laços históricos dentro de um grupo social – família, tribo, etc. –, o estudo do que se trate fica em um nível de aparência.

Marx (MARX, 1982) disse que a essência humana é o conjunto das relações sociais. Para nós, essa essência é individual e coletiva e ambas convergem e se sintetizam em cada pessoa ao decorrer da construção de sua história pessoal, somos indivíduos sociais. Assim, podemos confirmar que essa essência “não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado” (MARX, 1982, p. 534) e que no ponto de vista do materialismo que ele propõe formamos parte de uma humanidade socializada ou uma sociedade humana.

O Esquema do Método de Análise utilizado nesta pesquisa dá conta da construção do nosso sujeito de estudo. Este esquema foi elaborado a partir da metodologia nomeada “Pesquisa para a ação” desenvolvida no Seminário Permanente de Estudos Chicanos¹ e de Fronteiras (SPECHF), no México. É definida como a construção conjunta de ferramentas metodológicas de análise entre acadêmicos e membros de organizações sociais; partindo da filosofia da práxis e do compartilhamento de ideias na produção de conhecimento científico e reflexivo para favorecer aos povos originários, diversas comunidades e à maioria da população trabalhadora frente à espoliação do capital, no contexto da luta de classes ao nível global. No nosso ponto de vista, essa metodologia é uma atividade prático-crítica.

O esquema sintetiza/é uma parte da construção epistémica do objeto de estudo desta pesquisa e forma parte do método de análise utilizado na mesma, o qual está articulado com o referencial teórico proposto; através deste esquema

¹ O termo “*chicano*” é uma expressão pejorativa que os americanos usaram desde o século XIX até a década de 1960 para se referir aos trabalhadores mexicanos. Estes se organizaram entre as décadas de 1960 e 1970 e recuperaram o termo assumindo uma consciência de classe e de luta política na defesa dos seus direitos civis – depois do movimento dos negros nos Estados Unidos.

queremos colocar a concepção “[...] que o sujeito [...] está dado tanto na realidade objetiva como no cérebro” (MARX, 2005, p.44) e explicar como é concebido e construído o sujeito coletivo – originado historicamente – que estamos estudando, o qual não fica somente em uma abstração, senão desenvolve cotidianamente uma atividade prática que tenta aos poucos transformar o mundo (Tese 11, Marx, 1982, p. 535). Também me permite compreender a importância das relações intersubjetivas na construção do sujeito coletivo estudado.

O tema desta dissertação é desenvolvido em três capítulos. No primeiro estabelecemos o quadro teórico no qual se sustenta a pesquisa. Em termos da filosofia, nos colocamos no materialismo e retomamos a Gaston Bachelard por meio da relação entre o abstrato e o concreto, aparência-essência, os obstáculos epistemológicos, a psicanálise do conhecimento e os processos de objetivação, principalmente. Isto nos permite caminhar até à epistemologia e conectar com as questões metodológicas.

Com o objetivo de analisar o surgimento e o desenvolvimento dos Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional (EGECT), de Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS) no Continente Americano, no Grupo de Trabalho Fronteiras, Regionalização e Globalização do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO) trabalhamos, a partir do método de análise do Projeto Coletivo do mesmo nome, sob a ótica da crítica da economia política e o materialismo histórico e seu método dialético, estabelecendo um corpus categórico e conceitual que vai do mais geral ao particular e do abstrato ao concreto.

Tentamos observar e articular as múltiplas determinações da realidade no geral (global) e no particular (local), até chegar as nossas histórias pessoais, considerando que isto não é possível sem a integração dos métodos de análise e a perspectiva feminista.

No segundo capítulo analisamos o contexto histórico no qual surge o espaço global do Projeto Mesoamérica e mencionamos os projetos de integração regional e os planos estratégicos que contribuíram à formação deste espaço global.

As transformações ocasionadas pela globalização nesses projetos e planos são fundamentais para compreender a troca do modelo de substituição de importações ao modelo econômico neoliberal e as mudanças consequentes nas

políticas públicas que continuam ajudando à consolidação da reconfiguração geográfica do capitalismo na sua fase global em Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional (EGECT), Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS).

O conteúdo dos planos estratégicos e da integração regional foi concretizado através de um processo que inclui a assinatura de acordos internacionais tão políticos quanto econômicos e de outro tipo e importantes reformas das políticas públicas no nível interno em distintas fases. Esse conteúdo reflete-se nos eixos de acumulação que agora caracterizam os espaços globais e se concretiza nos investimentos dos megaprojetos que estão gerando os conflitos ambientais na região que abrange o Projeto Mesoamérica.

No terceiro capítulo percorremos os momentos chave dos planos geoestratégicos e a tomada de decisão política dos governos, por um lado, e das organizações e comunidades que formam parte desse sujeito coletivo que luta frente aos megaprojetos, por outro, nas zonas que consideramos ZEIA. Aqui queremos destacar a luta e a resistência das mulheres frente as diferentes ameaças colocadas pelo avanço do capital transnacional e outras situações opressivas próprias do funcionamento do capitalismo.

1 CAPITALISMO GLOBAL: ESPAÇOS GLOBAIS PARA A EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL, ZONAS ESPECÍFICAS DE INTENSA ACUMULAÇÃO (ZEIA), ZONAS ESPECÍFICAS DE INTENSA CONFLITUOSIDADE SOCIAL (ZEICS) E CONFLITOS AMBIENTAIS

Neste capítulo estabelecemos o quadro teórico no qual se sustenta a pesquisa. Em termos da filosofia, nos colocamos no materialismo e retomamos a Gaston Bachelard por meio da relação entre o abstrato e o concreto, aparência-essência, os obstáculos epistemológicos, a psicanálise do conhecimento e os processos de objetivação, principalmente. Isto nos permite caminhar até a epistemologia e conectar com as questões metodológicas.

Com o objetivo de analisar o surgimento e o desenvolvimento dos Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional (EGECT), de Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS) no Continente Americano, no Grupo de Trabalho Fronteiras, Regionalização e Globalização do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO) trabalhamos, a partir do método de análise do Projeto Coletivo do mesmo nome, sob a ótica da crítica da economia política e o materialismo histórico e seu método dialético, estabelecendo um corpus categórico e conceitual que vai do mais geral ao particular e do abstrato ao concreto.

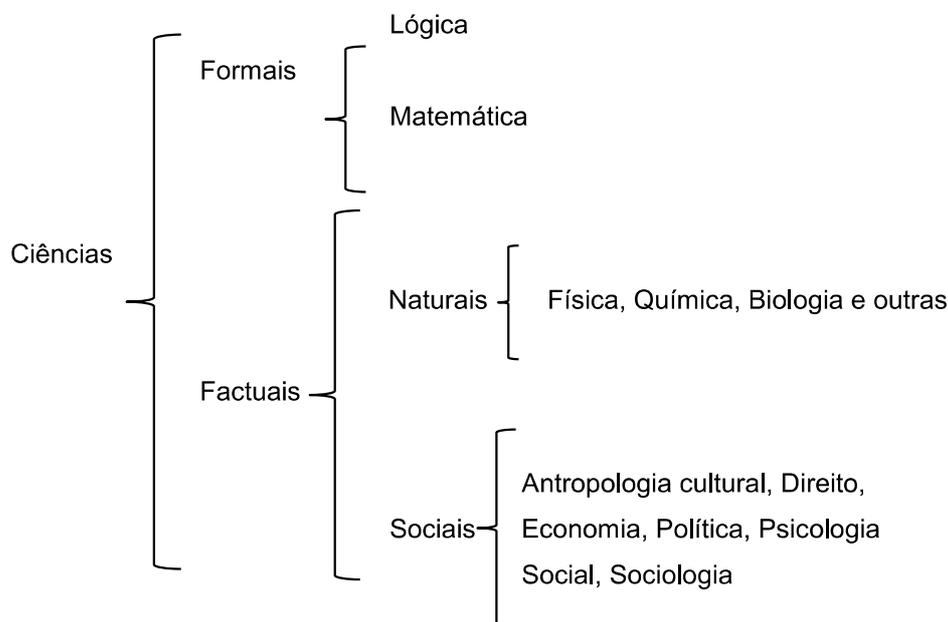
Tentamos observar e articular as múltiplas determinações da realidade no geral (global) e no particular (local), até chegar as nossas histórias pessoais, considerando que isto não é possível sem a integração dos métodos de análise e a perspectiva feminista.

1.1 A relação filosofia-epistemologia-metodologia

Primeiro temos que nos colocar na filosofia porque foi uma construção anterior às ciências, particularmente na filosofia da ciência a qual procura encontrar a linha entre o que é ou não é ciência; descobrir a lógica com a qual as reivindicações científicas são fundamentadas e elaborar o fio condutor que junta muitos campos científicos diferentes, assumindo que têm elementos em comum.

Mas quantos tipos de ciência existem? Como podemos classificá-las? Não há consenso entre o que é uma ciência e o que permanece como ramo de estudo.

Marconi e Lakatos (2003) propuseram uma classificação e encontramos ali uma divisão inicial.



Quadro 1: Classificação e divisão da ciência
Fonte: Marconi e Lakatos, 2003, p. 81.

As ciências formais examinam as ideias, validando fórmulas que podem não ter uma relação com alguma coisa encontrada na realidade. As ciências factuais analisam os acontecimentos e nelas encontramos mais uma grande subdivisão: as naturais, que utilizam a observação e a experimentação para comprovar suas suposições; e as ciências sociais nas quais os eventos sociais são muito mais discutidos e nelas se localizam os conhecimentos que estamos tentando ordenar na nossa pesquisa sobre conflitos ambientais no Espaço Global para a Expansão do Capital Transnacional do *Projeto Mesoamérica* (EGECT-PM).

Para nós, a epistemologia se refere à construção da teoria do conhecimento que procura os fundamentos e métodos do conhecimento científico e ao campo da filosofia que se dedica ao estudo do conhecimento humano buscando defini-lo e determinar suas fontes – percepção, memória, razão, introspecção – e suas implicações.

Quando falamos de epistemologia, ajuda-nos distinguir também entre conhecimento científico e senso comum – ou conhecimento popular cujas fontes são familiares e sociais e têm caráter valorativo e inexato (ASSIS, 2009, pp. 5-6). Então,

o que permite distinguir o “conhecimento científico” do senso comum nas ciências sociais? Poderia ser que quando tentamos “pensar cientificamente” temos que considerar alguns elementos que tanto a filosofia quanto a ciência nos oferecem: a epistemologia e as teorias que tentam explicar o que acontece – ou os objetos de estudo – em cada uma das disciplinas científicas.

Para Castells e Ipola (1976, p. 113), a epistemologia é vigiar as operações conceituais e metodológicas da atividade científica para que os obstáculos epistemológicos percam efetividade no momento de produzir conhecimento.

Desde o ponto de vista epistemológico, também temos que pensar na metodologia como a ciência que estuda os métodos – não como técnicas de investigação. Portanto, no desenvolvimento das nossas pesquisas deveríamos nos apoiar em uma trilogia que abrange filosofia da ciência-epistemologia-metodologia. Sobre este último ponto, vamos fazer alusão e relacionar posteriormente com a metodologia que seguimos no Grupo de Trabalho Fronteiras, Regionalização e Globalização do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO) e o *Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras* (SPECHF) no México.

Para Castells e Ipola (1996, p. 114), o processo de produção de conhecimento consiste na mudança de um conhecimento específico ou uma representação pré-científica em um novo conhecimento. Essa transformação se concretiza por meio da aplicação de agentes científicos de produção definidos que usam determinados meios de trabalho (conceitos, teorias, métodos) em condições específicas de produção – as quais podem ser materiais e sociais e correspondem à matriz que distribui os agentes de produção ao longo de todo o processo.

Assim, o processo de produção científica relaciona-se com outros processos de produção dentro de uma prática científica e junto com uma determinada prática ideológica. O conhecimento é inseparável do sistema produtivo porque é resultado dele. A prática científica é um complexo de processos definidos de produção do conhecimento, cujo princípio unificador é um campo conceitual comum que é parte de uma formação teórico-ideológica maior; os processos mencionados se organizam e são regulados por um sistema de normas e pertencem aos aparelhos institucionais, ou seja, unidades de produção e circulação de conhecimento científico como os centros de investigação e educação (CASTELLS; IPOLA, 1996, p. 114). Aí

localizamos a luta de classes ao nível ideológico, a qual tem a ver com a luta de classes que identificamos no âmbito social a partir da análise do capitalismo global e da perspectiva feminista.

Acreditamos que é importante desenvolver alguns elementos da metodologia feminista na dissertação. Considero que trabalhar com uma perspectiva feminista ajudará a entrelaçar as diferentes escalas nas quais pesquisei. Será importante refletir sobre a experiência das mulheres nos atuais processos de transnacionalização do capital. Agora só mencionaremos algumas questões relacionadas à epistemologia feminista. A teoria feminista estabelece importantes rupturas, mas também conserva alguns atributos da tradição científica. Nessa teoria, a epistemologia

[...] define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação do conhecimento como verdade com que operamos [...]. O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente [...] que se expressa na busca de uma *nova linguagem*, ou na produção de um *contradiscorso*, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (grifo no texto original). (RAGO, 1998, p. XX).

Os diferentes feminismos participam na ampla crítica teórica, epistemológica e cultural, junto com a psicanálise, a hermenêutica, a teoria crítica marxista, o desconstrutivismo e o pós-modernismo. Os pontos mais importantes da crítica feminista à ciência, que têm ressonâncias nas Ciências Humanas e na História, consistem em assinalar seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista; ao conceito universal de homem; à valorização das práticas masculinas em detrimento das femininas e sua consideração de menor importância do espaço privado em relação ao público.

Nesta dissertação, analisaremos alguns conflitos ambientais no México a partir da teoria crítica marxista e a articulação com o feminismo radical e anticapitalista (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Questionaremos algumas das múltiplas opressões que vivenciamos no contexto da luta social no México nesta fase transnacional do capitalismo.

1.2 Os aportes de Gaston Bachelard: obstáculos epistemológicos e a psicanálise do conhecimento

Bachelard “caracteriza a cultura ocidental, tendente a privilegiar a causa formal em detrimento da causa material, na explicação dos fenômenos” (MOTTA, 1978, p. XII). Em sua concepção de materialismo, Bachelard coloca que o trabalho mais importante em que se firma o espírito científico consiste em dispor em série os acontecimentos decisivos da experiência. Isto é o que ele chama de “tornar geométrica a representação” (BACHELARD, 1996, p. 7). Assim, ficar entre o abstrato e o concreto, não é suficiente para estabelecer ligações mais ocultas, vínculos essenciais mais profundos ou as relações essenciais que sustentam os fenômenos: “Quanto mais numerosas forem as relações do objeto com outros objetos, mais instrutivo será o estudo” (BACHELARD, 1996, p. 262). É um ir e vir constante entre representações e abstrações que devem se separar dos conhecimentos habituais, entre o abstrato e o concreto e vice-versa.

O autor procura uma construção mais real do que metafórica na explicação dos fenômenos e, portanto, convida a nos apartar da aparência para caminhar até a essência deles. De que maneira? Quando nosso pensamento se afasta “das identidades mais ou menos aparentes” (BACHELARD, 1996, p. 21), ele tende a buscar, repensar, diversificar e fugir da certeza e da unidade. As construções mais metafóricas são chamadas por Bachelard (1996, p. 7) de “espaços de configuração”.

O autor também fala que o concreto é analisado pelo abstrato e, nesse sentido, pergunta: “por que não aceitaríamos considerar a *abstração* como procedimento normal e fecundo do espírito científico?” (BACHELARD, 1996, p. 8, grifo do texto original). A abstração torna o espírito mais dinâmico e nos conduz a uma organização racional – ordem abstrata, ordem provada, para Bachelard. É importante colocar que o processo que nos leva a essa organização não é uniforme porque surge de um mecanismo individual muito complexo no qual há um constante ir e vir entre representações e abstrações, mas sempre determinado por relações sociais e condições materiais mais amplas.

Um aporte fundamental desse filósofo francês é o conceito de obstáculo epistemológico. Para ele, não se trata de analisar “obstáculos externos como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano” (BACHELARD, 1996, p. 17), mas sim de revelar as

causas de estagnação, regressão e inércia que se encontram na essência do ato de conhecer. Isto é o que ele denomina de obstáculos epistemológicos e nesses termos devemos enquadrar a produção do conhecimento científico.

Qualquer “experiência que se pretende concreta e real, natural e imediata” (BACHELARD, 1996, p. 9) tem caráter de obstáculo, o qual se insere no conhecimento não questionado. Aqui consideramos pertinente trazer três observações de Jaime Osorio (2020): 1) a realidade social é opaca; 2) os processos de exploração não são visíveis imediatamente e 3) os processos de dominação são obscurecidos por formulações teóricas que ficam com a percepção imediata da realidade. Portanto, os pesquisadores que se mantêm nesse nível de percepção não superarão o obstáculo epistemológico.

Os obstáculos epistemológicos identificados por Bachelard são:

1. A experiência primeira, a que aparece antes e acima da crítica. Para ele, a crítica é uma parte integrante do espírito científico (BACHELARD, 1996, p. 29).
2. O conhecimento geral ou ambíguo – que imobiliza o pensamento e é uma cessação da experiência (BACHELARD, 1996, p. 72).
3. Obstáculo verbal – extensão abusiva das imagens usuais que impede a visão abstrata e nítida dos problemas reais (BACHELARD, 1996, p. 93).
4. Conhecimento unitário e pragmático o qual nega a crítica ao dado empírico (VILLANUEVA, 2018, p. 14).
5. Obstáculo substancialista – é o conhecimento que se forma por meio de concepções dispersas e até opostas colocando qualidades metafóricas como se fossem essenciais (BACHELARD, 1996, pp. 121 e 137).
6. O obstáculo animista – fetichismo da vida com cara de ciência –, que podemos superar quando “Nosso trabalho [...] pode ser [...] colocado no momento em que [...] o pensamento objetivo se retrata e especifica, em que o espírito científico faz um esforço de análise e distinção, em que determina o alcance de seus métodos” (BACHELARD, 1996, p. 186).

7. As certezas prematuras também são um obstáculo porque entravam o conhecimento científico (BACHELARD, 1996, p. 259): a experiência comum é imediata e sedutora, enquanto a experiência científica é fecunda.

Os dois primeiros pontos estão no conhecimento pré-científico, cujo espírito está nessa etapa e se deixa levar a generalizações indefinidas e é intuitivo.

Para Castells e Ipola (1976, p. 115 e 118), um obstáculo epistemológico é qualquer elemento extra científico ou o processo por meio do qual a produção do conhecimento é desacelerada, evitada ou pervertida; e é definido pelas suas funções e efeitos, não por sua origem ou natureza, o qual ajuda-nos entender a ênfase que os autores marcam ao respeito das questões ideológicas nas Ciências Sociais.

De acordo com eles, os obstáculos epistemológicos de Bachelard se referem a resistências intelectuais na produção do conhecimento científico e enfatizam a origem subjetiva desses obstáculos; mas o referido autor não explica a maneira como esses obstáculos são formados e as condições em que sua produção ocorre.

Uma das propostas mais importantes de Bachelard é a de psicanalisar o conhecimento objetivo e a razão. No nosso ponto de vista, essa psicanálise deve se focar no processo da construção ou produção do conhecimento.

O autor outorga um lugar às forças psíquicas que atuam no conhecimento científico. Para nós, essas forças surgem nas relações sociais construídas pelo pesquisador ou pesquisadora nas condições materiais nas quais vivem ao longo de sua vida que se desenvolvem em distintos âmbitos como o seio familiar, as amizades, as escolas que frequenta ou frequentou, o bairro onde cresceu ou mora, seu lugar de trabalho ou outros lugares que essas pessoas possam frequentar. Este é um processo individual que acontece em um contexto de relações sociais e condições materiais determinadas. Bachelard (1996, p. 19) argumenta que “Quando o conhecimento empírico se racionaliza, nunca se pode garantir que valores sensíveis... não interfiram nos argumentos”. A partir deste ponto encontramos uma conexão com a perspectiva feminista que tentamos desenvolver na nossa pesquisa.

Na psicologia do pensamento científico, para Bachelard (1996, p. 11-12) é necessário passar da imagem para a forma abstrata. Deste modo, o indivíduo que está desenvolvendo seu espírito científico deveria transitar por três estados:

1. O estado concreto. Nele o espírito se recreia com as primeiras imagens do fenômeno.
2. O estado concreto-abstrato. O espírito começa dispondo os acontecimentos decisivos da experiência em série, os adiciona à experiência física e se fundamenta numa filosofia da simplicidade.
3. O estado abstrato. O espírito adota voluntariamente intuições do espaço real e as desliga da experiência imediata da realidade primeira.

Os três estágios anteriores, segundo Bachelard (1996, p. 12), implicam interesses diferentes que se estabelecem sob uma base afetiva, portanto,

[...] entrevemos, no aspecto afetivo da cultura intelectual, um elemento de solidez e de confiança ainda não suficientemente estudado. Criar – e sobretudo manter – um interesse vital pela pesquisa desinteressada não é o primeiro dever ... em qualquer estágio de formação? Mas esse interesse também tem sua história e, embora sob o risco de acusação de entusiasmo fácil, devemos tentar mostrar essa força no recorrer da paciência científica... Com esse interesse, a paciência é vida espiritual.

Assim, o trabalho da filosofia científica é psicanalisar o interesse levando o nosso espírito da representação para a abstração, cuidando de não enaltecer as aspirações comuns e de manter conscientes e ativos tanto o prazer da estimulação espiritual na descoberta da verdade quanto a força psíquica autógena. No nosso ponto de vista, esses interesses aos quais se refere Bachelard, surgem das nossas motivações pessoais e elas nascem das nossas múltiplas relações sociais.

Falando da objetividade científica e psicanálise, Bachelard (1996, pp. 293 e 294) disse que “[...] o cientista... Não pode aceitar como pensamento objetivo um pensamento que ele, pessoalmente, não objetivou” e que “[...] o objeto não pode ser designado como um ‘objetivo’ imediato; em outros termos, a marcha para o objeto não é inicialmente objetiva”.

Outro aporte importante do autor é a dialetização da experiência, ou seja, “[...] sair da contemplação do mesmo para buscar o outro... sair da Natureza para materializar os corpos mais ou menos hipotéticos sugeridos pelo pensamento”

(BACHELARD, 1996, p. 21), teríamos que dialetizar todas as variáveis experimentais para proporcionar à razão argumentos para evoluir.

A psicanálise do nosso conhecimento permite começar a tornar geométrica as representações, ou seja, tentar dispô-las em série, como fala Bachelard. Isso nos ajudou a entender como fomos definindo nossos interesses de pesquisa e as razões pelas quais desejamos compreender as relações sociais particulares que vivenciamos e os caminhos que consideramos adequados para tentar resolver os problemas entranhados dessas relações.

Esse processo que se iniciou de maneira inconsciente, avança até um processo de objetivação² através do correr das diferentes fases da nossa vida e a identificação de pessoas e situações importantes na formação de um sujeito coletivo que parece etéreo ou disseminado, mas que se encontra imerso numa luta de classes concreta e real.

Eu nasci na Cidade do México, mas cresci em Ecatepec, um bairro da classe proletária que começou a ser construído na segunda metade da década de 1970, no Estado de México, em um trecho do que hoje é conhecido como a área metropolitana da Cidade do México. Meu pai atualmente mora lá. Foi o primeiro local onde vi e vivenciei a violência contra as mulheres e encontra-se atualmente em “alerta de gênero” devido ao crescimento dos feminicídios há alguns anos. Desde 2015, os governos locais importaram alguns elementos da política colombiana, principalmente de Medellín, para dissimular a precariedade das condições de vida e a violência das pessoas.

Não sabia que o desejo de conhecer coisas e lugares diferentes do contexto que aquele lugar me oferecia me motivaria a buscar e construir, aos poucos, uma visão mais global do mundo, para interligar a complexidade dos vários elementos da vida, do funcionamento do mundo e do meu próprio ser. Acho que isso me levou a estudar Relações Internacionais e, embora não visse muitas possibilidades de viajar ao olhar para as minhas precárias condições de vida, estava animada para estudar algo que me ajudasse a ampliar meus horizontes. Estudei a graduação em uma das

² O seguinte trecho é parte de um texto mais amplo que apresentamos para participar nas Giras de Formação On-line Mulheres: Fronteiras e Territórios, nos sábados de 11 de julho até o dia 01 de agosto de 2020, evento apoiado por GEDMMA, Coletivo Pinga Pinga e Encontros Marginais (OROZCO, 2020b).

escolas periféricas da UNAM, a agora *Facultad de Estudios Superiores Aragón* (FESA).

As mulheres mais importantes na vida para mim são minha avó, Mamá Carmen, e minha mãe, Margarita Contreras. Eu chamo as outras de irmãs e conheci-as na adolescência, na luta social, dançando ou nos diferentes espaços de trabalho que percorri.

Mamá Carmen nasceu em uma área rural do *Estado de México*, três anos antes do começo da primeira crise financeira do século XX, a de 1929, quando os governos mexicanos tentaram institucionalizar as demandas do povo mexicano que levaram a iniciar a Revolução de 1910, uma das mais importantes no início desse século junto com a de 1905 e, posteriormente, a de 1917, na Rússia.

Mamá Carmen trabalhou desde criança nos afazeres domésticos; irritava-me muito saber dos maus-tratos que ela sofria e que fora uma menina que trabalhara tanto. Ela me acompanhou nos momentos mais difíceis da minha vida, deu-me o incentivo e o conforto que precisava. Gosto muito de lembrar quando caminhávamos juntas por aqueles bairros nos quais tínhamos que visitar as clientes que compravam os tecidos que ela elaborava. Com todo aquele amor que sentíamos uma pela outra, nasceu minha consciência de classe. Foi assim que me interessei e me incorporei à luta de classe. Como diz Bachelard, o estado concreto, o estado concreto-abstrato e o estado abstrato provêm de interesses que se constituem sob uma base afetiva.

Dessa mulher nasceu minha mãe, em uma área rural da Cidade do México que começava a ser cercada por fábricas com o avanço da industrialização nessa urbe e no país. Ela queria ascender socialmente. Embora só pudesse estudar uma carreira comercial e trabalhar como secretária em escritórios de advogados, as condições do contexto político, econômico, social e cultural do México eram favoráveis para que pudesse levar a cabo esse processo com sucesso. Não desenvolveu o potencial que tinha porque sua visão de amor e a influência dos princípios religiosos a levaram a deixar de lado seu desenvolvimento profissional. O que se mistura com a imposição do meu pai para que ela assumisse o papel de uma mulher tradicional. Foi nesse contexto do machismo e do patriarcado exercido por meu pai que surgiu minha consciência feminista.

Em síntese, a minha consciência de classe nasceu escutando as histórias de vida de minha avó, Mamá Carmen. Observando as opressões que minha mãe sofreu, nasceu a minha consciência feminista (OROZCO, 2020b).

Estes são os primeiros elementos da psicanálise do nosso conhecimento, os quais tentam se relacionar com a produção do conhecimento científico desde o feminismo incorporando a nossa experiência histórica e cultural que é diferenciada também da masculina.

1.3 Apontamentos metodológicos na construção dos conceitos “Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional” (EGECT), “Zonas Específicas de Intensa Acumulação” (ZEIA)³ e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS). Conexões ao debate sobre a globalização

Segundo Castells e Ipola (1976, p. 114), um conceito é uma unidade de significado no discurso científico; uma categoria é uma unidade de significado no discurso epistemológico e uma noção é uma unidade de significado no discurso ideológico.

Segundo Marx, as categorias exprimem formas de modos de ser, determinações de existência; aspectos isolados frequentemente de uma determinada sociedade e do sujeito. Nesta pesquisa tentamos concatenar três pontos: 1) algumas categorias de Marx, 2) uma perspectiva específica para analisar o capitalismo global – o que simbolizaria as nossas determinações atuais de existência – e 3) a representação do objeto de estudo.

Com o objetivo de analisar o surgimento e o desenvolvimento dos Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional no Continente Americano, no Grupo de Trabalho Fronteiras, Regionalização e Globalização do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO) colaboramos, a partir do método de análise do Projeto Coletivo do mesmo nome, sob a ótica da crítica da economia política e o materialismo histórico e seu método dialético, estabelecendo um corpus categórico e conceitual que vai do mais geral ao particular e do abstrato ao concreto.

³ Neste ponto colocaremos extratos de um documento apresentado na primeira sessão do *Seminário Virtual del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales “Espacios globales para la expansión del capital transnacional en el continente americano”* elaborado por Juan Manuel Sandoval Palacios e Marcela de Lourdes Orozco Contreras. Ambos são membros do *Grupo de Trabajo Fronteras Regionalización y Globalización* do CLACSO (SANDOVAL e OROZCO, 2019). Marcela Orozco e Alejandro Schweitzer, foram os coordenadores do Seminário.

Assim, partimos da categoria do espaço e sua produção no capitalismo, elaborada por Henri Lefebvre (1998), e continuamos com a análise da globalização da produção e dos circuitos financeiros segundo a qual a dispersão do capital transnacional (para financiamento e produção) se realiza em Espaços Globais. Este processo ocorre paralelamente à centralização do comando e controle da economia global no capital transnacional (ROBINSON, 2013); e a concentração deste (para a sua gestão, acumulação e valorização) requer outros espaços globais ou desnacionalizados – como as Cidades Globais (SASSEN, 2001; 2003) –; prosseguimos com a análise do desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988 e HARVEY, 2001), para mostrar como o capital transnacional está se expandindo dentro dos espaços globais, configurando assim Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) (Sandoval, 2019a) nas quais está assentado o capital.

Lefebvre (1998, p. 40) aponta que cada sociedade e cada modo de produção produz seu próprio espaço. O espaço é um produto social, o resultado de determinadas relações de produção que ocorrem em um dado momento, bem como o resultado da acumulação de um processo histórico que se materializa em uma forma espaço-territorial específica. Ele destaca que o capitalismo não depende mais apenas das empresas e do mercado, mas também do espaço. É o espaço e através do espaço onde ocorre a reprodução das relações de produção capitalistas. O espaço se torna cada vez mais um espaço instrumental.

A maioria dos autores que estabelecem uma relação entre o global e o espaço refere-se à globalização (MARTÍNEZ 2004; ALTVATER, 2002; SANTOS, 1993). Segundo Ianni (1998), cada uma das expressões interpretativas ou descritivas da globalização coloca problemas relevantes e específicos. No GT FRG CLACSO nos colocamos na perspectiva do capitalismo global e, em particular, partimos da teoria apresentada por William I. Robinson porque é o esquema de referência para a globalização que proporciona elementos de análise para explicar o surgimento de espaços globais ou transnacionais para a expansão do capital transnacional e sua importância no processo de globalização.

Como resultado da profunda crise estrutural do capitalismo mundial que ocorreu durante as décadas 1970 e 1980, os diferentes atores que compõem este sistema (enormes empresas industriais, comerciais e de serviços monopolistas, grandes bancos, instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário

Internacional, governos dos principais países capitalistas e outros) promoveram vários mecanismos para sair dessa crise (KOLKO, 1988), resultando em uma reestruturação do capitalismo e a conseqüente emergência do capitalismo global ou da globalização capitalista.

A mobilidade do capital, concretizada pelos capitalistas, permitiu a reorganização da produção em todo o mundo, de acordo com uma série de considerações que maximizam as oportunidades de lucro.

A globalização da produção significou a fragmentação e descentralização de cadeias produtivas ou processos de produção complexos e a dispersão e integração funcional dos diferentes segmentos dessas cadeias dentro de novos circuitos globalizados de acumulação. No entanto, essas descentralização e fragmentação do processo de produção ocorreram, conjuntamente, com a centralização do comando e controle da economia global no capital transnacional.

Assim, a globalização unifica o mundo em um único modo de produção e em um único sistema global, causando a integração de diferentes países e regiões em uma nova economia global.

Ao falar da globalização como uma força impessoal, as elites transnacionais estão reificando as relações humanas e sociais no capitalismo global localizando a realidade como externa a sua própria vontade e alheia aos seus interesses.

A criação e o desenvolvimento de espaços globais para a expansão do capital transnacional em diferentes partes do mundo foram realizados por meio da relocação-localização de grandes complexos industriais; mas também através da criação de grandes complexos de infraestrutura para a extração de bens naturais e seu transporte para os primeiros como insumos para a produção industrializada e/ou para sua comercialização nos mercados globais.

O grande fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) nas últimas décadas tem desempenhado um papel decisivo na integração de diferentes regiões à economia global; temos que enquadrar esse fluxo na prioridade que tem sido dada à mobilidade do capital desde os anos 1970, que tem contribuído para a reorganização da produção no mundo para maximizar as oportunidades de lucro das corporações transnacionais. Dessa forma, reforça-se, a partir dos anos 1990, a expansão intensiva do capitalismo global em escala planetária e o processo de

mercantilização da natureza e demais esferas de ação, tanto públicas quanto privadas.

Robinson (2013) diz que numa economia global aberta e a mobilidade de capital global, o desempenho econômico superior em uma determinada região... beneficia grupos de investidores de vários países. Também observa que os padrões de acumulação regional refletem certas distinções espaciais, complementares a uma configuração mais integrada do capitalismo global. Trata-se da

[...] descentralización de la economía global; su fragmentación y el surgimiento de varias zonas de intensa acumulación global. Una de tales zonas en Europa va del noroeste al sureste, por encima de las fronteras y alcanzando áreas de Europa del Este. Otra, en Norte América, es la zona fronteriza de Estados Unidos y México. Varios de estos ejes entrecruzan el Este asiático. Estos pueden no ser rivales por la hegemonía territorialmente limitada, sino sitios de acumulación intensiva en una economía global que une a capitalistas y elites transnacionales em lugares diversos en todo el mundo, precisamente lo que esperaríamos de una configuración transnacional supranacional y descentralizada. (ROBINSON, 2013, p. 173)⁴.

E nessas áreas de intensa acumulação, espaços transnacionais ou globais surgem para a expansão do capital transnacional. Robinson (2013, p. 126) afirma que, "En la emergente configuración global del capitalismo, el espacio global o transnacional suplanta a los espacios nacionales"⁵. Essa sobreposição implica que o Estado-nação em questão permite a subordinação da soberania de todo o seu espaço territorial, ou alguma parte dele, aos organismos transnacionais que exercem o seu controle sobre o emergente espaço global.

Os espaços globais são produzidos em espaços que foram fundamentais para as fases anteriores do desenvolvimento do capitalismo (SANDOVAL, 2016, p. 196). Devido às suas características históricas e geográficas, certas áreas do planeta são essenciais para a intensa acumulação global, uma vez que já foram áreas produzidas através do desenvolvimento geográfico desigual, produto da diversificação, inovação e concorrência, principalmente durante a fase anterior do capitalismo global para beneficiar a acumulação capitalista e por processos de

⁴ [...] descentralização da economia global; sua fragmentação e o surgimento de diversas zonas de intensa acumulação global. Uma dessas áreas na Europa vai de noroeste a sudeste, além das fronteiras e áreas de alcance da Europa Oriental. Outra, na América do Norte, é a área de fronteira dos Estados Unidos e o México. Vários desses eixos cruzam a Ásia Oriental. Estes podem não ser rivais por hegemonia territorialmente limitada, senão por locais de acumulação intensiva em uma economia global que une aos capitalistas e elites transnacionais em diversos lugares ao redor do mundo, precisamente o que seria de se esperar de uma configuração transnacional supranacional e descentralizada (ROBINSON, 2013, p. 173, tradução nossa).

⁵ "Na configuração global emergente do capitalismo, o Espaço Transnacional ou Global se sobrepõe aos espaços nacionais" (ROBINSON, 2013, p. 126, tradução nossa).

expansão geográfica de capital, como Harvey (2006) aponta. E a fronteira México-Estados Unidos, bem como outras regiões do Continente Americano (Istmo Centro-Americano, Bacia do Caribe, Amazônia, Bacia do Prata, Andes e Patagônia) se desenvolveram dessa forma.

Em um espaço global convergem pelo menos duas ou mais fronteiras nacionais e, portanto, várias frações dos espaços nacionais. A ele se sobrepõem processos econômicos, políticos, socioculturais, ambientais e de segurança. Nos espaços globais, os interesses da CCT tanto nas suas frações nacionais e globais, quanto os dos representantes do ET (em formação), são contrariados com os da população que habita ou transita esses espaços. É neste contexto que observamos a luta de classes (OROZCO, 2020a).

Nos espaços globais, o capital transnacional coexiste com capitais nacionais e locais que se reproduzem em determinados setores, muitas vezes associados aos capitais transnacionais a quem fornecem de suprimentos, serviços, transportes e demais itens. No entanto, apenas os capitais nacionais ou locais que se transnacionalizaram por meio de fusões, alianças estratégicas ou outros mecanismos são capazes de se juntar a cadeias maiores ou clusters de corporações transnacionais.

Os espaços globais estão incorporados no capitalismo global através de vários mecanismos, principalmente aqueles estabelecidos em acordos de livre comércio através de seus vários capítulos que contêm regras relacionadas ao investimento, propriedade intelectual e outros, que convergem com instrumentos de coerção para promover a expansão do capital transnacional e cujos mecanismos são usados pelos governos para controlar o conflito social.



Figura 1: Mapa dos Espaços Globais para a expansão do capital transnacional no Continente Americano: Fronteira México-Estados Unidos; Região do Projeto Mesoamérica; Bacia do Caribe; Amazônia; Bacia do Rio da Prata; Região Andino do Sul-Patagônica
Fonte: Sandoval (2019b).

O espaço global para a expansão do capital transnacional da fronteira entre o México e os Estados Unidos, começou a emergir na década de 1980, mas recebeu um forte impulso para o seu desenvolvimento e ligação ao capitalismo global desde a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, pelo acrónimo em inglês) em 1994. Sandoval (2017a; 2017b; 2017c) mostrou como foi gerado e desenvolvido esse espaço global, cuja especificidade tem sido principalmente a acumulação militarizada. Mas o espaço global da fronteira México-Estados Unidos requer, para seu desenvolvimento, recursos estratégicos, principalmente minero-energéticos de outras regiões, principalmente do EGECT do Projeto Mesoamérica, que abrange a região que vai do sul-sudeste do México até a Colômbia e inclui a República Dominicana no Caribe.

Cada espaço global possui características específicas derivadas do tipo predominante de acumulação de capital; por exemplo, no espaço global da fronteira Estados Unidos-México, este é o caso da acumulação militarizada. No caso do

espaço global do Projeto Mesoamérica, a acumulação em torno da mineração-energia, turismo e construção e/ou renovação de infraestrutura está dando o tom. No extremo oriental do espaço global da Amazônia, no Brasil, o eixo mineração-porto-ferrovia e agronegócio ao redor do Programa Grande Carajás (PGC) nos permite sinalizar uma das principais especificidades desse espaço global. Na produção social do espaço global do sul da Patagônia, segundo Schweitzer (2016), o circuito têxtil foi fundamental no início; atualmente, o centro da acumulação está se deslocando para os circuitos extrativistas tais como a mineração, a produção de energia, mas também de megaprojetos turísticos. Portanto, em cada espaço global se destaca alguma forma particular de subtração de valor e há uma conexão com os circuitos globais de acumulação.

Os elementos anteriores permitem ver além da acumulação por espoliação ao analisar o que se passa no território das comunidades afetadas pelos megaprojetos. Muitos estudos abordam a acumulação de capital como se apenas ocorresse uma tosquia de recursos que afetam as populações e o meio ambiente (acumulação por desapropriação ou espoliação). O que fazemos no GT FRG CLACSO é articular os vários elementos que impulsionam um certo tipo de acumulação nos diferentes espaços globais: desde políticas públicas dos mais variados tipos expressos ao nível global, regional ou nacional – com caráter ou escopo federal, estadual ou local – até planos geoestratégicos e/ou geopolíticos; acordos internacionais de natureza variada – o que implica ter uma visão crítica da cooperação e do termo "desenvolvimento" – bem como considerar fundamentais as lutas sociais que várias organizações empreendem para defender seu território, a natureza e a vida. Assim, avançamos para transcender o local especificamente e colocá-lo em uma dimensão global.

Sassen (2001) argumenta que a globalização requer espaços globais desnacionalizados, produzidos pela dispersão-concentração de atividades econômicas, e esses espaços globais são cidades globais. A dispersão geográfica das atividades econômicas que marca a globalização, juntamente com a integração simultânea dessas atividades geograficamente dispersas, é um fator que alimenta o crescimento e a importância das funções corporativas essenciais. Essas funções centrais tornam-se tão complexas que cada vez mais as sedes dessas empresas globais as terceirizam para empresas de serviços especializados. Tudo isso

acontece nas cidades globais. Essas formas requerem o fornecimento de um serviço global, o que significa uma rede global de afiliados ou de outras formas, que ocorre por meio de transações e redes transfronteiriças de cidade global para cidade global (SASSEN, 2003).

Segundo Smith (1988), a ideia de desenvolvimento desigual tem uma herança marxista e o primeiro a examiná-la com mais profundidade foi Lênin que procurou delinear alguns contornos econômicos e geográficos do processo. Trotsky desenvolveu o que hoje é conhecido como a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Para Harvey (2001, p. 369), a acumulação de capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Ele menciona que sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo teria deixado de funcionar como um sistema político-econômico. Esta mudança perpétua em direção a uma correção espacial para as contradições internas do capitalismo (mais notavelmente registrada como uma superacumulação de capital dentro de uma área geográfica particular), juntamente com a inserção desigual de territórios e formações sociais no capitalismo de mercado no mundo, criou uma geografia histórica global de acumulação de capital cujo caráter precisa ser bem compreendido.

Nos Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional, o movimento e a reprodução do capital são responsáveis pela distribuição desigual no espaço e no tempo da valorização do trabalho e dos bens naturais que se tornam recursos naturais quando passam de valor de uso ao valor de troca.

Portanto, no Espaço Global existe um processo desigual e combinado de desenvolvimento geográfico, e é neste processo que é feito um ajuste espacial (HARVEY, 2006) em porções do território para a implantação e realização do processo de produção industrial e/ou extração de excedentes, de exploração dos territórios. Esses são espaços menores em que megaprojetos de infraestrutura, extrativos, zonas econômicas especiais e outros estão concentrados por meio de ajustes espaciais; são essas porções de território, esses espaços menores dentro dos EGECT, que Sandoval (2019a, 2019b, 2021) chama de Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA).

As ZEIA são um dos principais mecanismos de operação dentro dos espaços globais e são produzidas em várias partes dos territórios que cobrem os espaços globais no continente americano e outras zonas de intensa acumulação no mundo.

Utilizamos aqui o termo ZEIA (SANDOVAL, 2019) como abstração analítica, definição operacional e instrumento metodológico para configurar um nível de análise de uma totalidade concreta que se expressa nas escalas local e regional de um processo global.

As ZEIA constituem uma complexa rede de infraestruturas estabelecidas para a expansão do capital transnacional e para a sua acumulação intensa. Abrangem diversos territórios, microrregiões, localidades e áreas urbanas articuladas por meios de infraestrutura de transporte e energia, onde foi criada e desenvolvida a infraestrutura industrial para grandes projetos produtivos e/ou extrativistas, extensivos e intensivos, de corporações transnacionais, as quais são apoiadas financeiramente por bancos nacionais e internacionais e por políticas públicas de todos os níveis de governo, bem como por acordos e tratados internacionais; e seus produtos são avaliados nas bolsas de valores globais.

As ZEIA se sobrepõem e se expandem por territórios e localidades urbanas e rurais, limitando os processos de acumulação local e afetando, no caso das comunidades que ainda mantêm o valor de uso de seus bens naturais, sua reprodução social. Mas as comunidades urbanas e/ou rurais respondem a isso se organizando para lutar por seus territórios; e, no caso de comunidades e povos indígenas, por seus territórios e bens comuns (SANDOVAL, 2019).

La intensa tensión por los conflictos que se crean dentro de las ZEIA por el establecimiento de las infraestructuras y el avance del capital en los territorios mencionados y las luchas y resistencia que enfrentan por parte de las comunidades, convierte también a estas ZEIA en Zonas Específicas de Intensa Conflictividad Social (ZEICS), donde se expresa claramente la lucha de clases de carácter global en los ámbitos local y regional.

Este complejo entramado de infraestructura tiene tres niveles que lo configuran:

- a) Jurídico: asegura su viabilidad jurídica mediante tratados, planes, decretos, acuerdos y leyes federales, estatales, municipales.
- b) Físico o material: asegura su viabilidad mediante obras para el almacenamiento y transporte de mercancías (carreteras, vías de ferrocarril, aeropuertos, puertos marítimos); para la producción, el transporte y almacenamiento de energía (gasoductos, líneas de alta tensión eléctrica, oleoductos, refinerías, parques eólicos y solares, etcétera); para el establecimiento de plantas productoras, manufactureras y distribuidoras de empresas transnacionales (parques y polos industriales y de innovación; almacenes; parques de almacenamiento de contenedores, etcétera), comerciales y de servicios (turísticos, de salud, educación y capacitación técnica, etcétera).

c) De seguridad: establece los mecanismos de “securitización” para la protección del capital transnacional, mediante leyes, acuerdos y decretos de seguridad (pública y nacional) y la militarización (SANDOVAL, 2022a; OROZCO CONTRERAS Y SANDOVAL, 2022b).

Geograficamente, Smith (1988) afirmou que podemos entender o desenvolvimento capitalista se compreendermos o desenvolvimento desigual e seu padrão subjacente ou que a produção capitalista do espaço mostra tendências contraditórias para a sua diferenciação e sua igualização.

O desenvolvimento desigual – ou desigualdade espacial – deve ser entendido sob um contexto histórico, por isso não é igual o sentido ou significado que teve para Marx, Lênin, ou o que puder ter nesta etapa do capitalismo.

Para Neil Smith (1988), o capitalismo possui sua própria geografia e é importante ficarmos com a ideia de que é uma parte integral deste modo de produção, sem negar outros aspectos do processo.

Segundo Talledos (2018), os megaprojetos estão relacionados a infraestruturas complexas e imponentes que foram incorporadas em várias regiões do planeta e aos discursos civilizatórios e modernizadores; refletem e ao mesmo tempo fazem parte das relações de poder, são instalados onde um espaço pode ser produzido pela força, coerção, imposição ou consenso e, assim, criar condições para a acumulação de capital; envolve um projeto ideológico de desenvolvimento; eles são projetados para transformar a estrutura da sociedade.

Podemos complementar essa ideia com a seguinte citação de Smith (1988, p. 158):

A concentração e a centralização do capital no ambiente construído dão-se de acordo com a lógica *social* inerente ao processo de acumulação de capital, e isto, como vimos anteriormente, leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica (grifo no original).

É nessa lógica que entendemos os conflitos socioambientais. Sobretudo, desde a década de 1970, as políticas governamentais em todo o mundo têm visado promover a mobilidade de capital e facilitar a descentralização da produção de corporações transnacionais, processos inerentes à expansão capital transnacional. Assim, governos e empresas de todo o mundo impuseram uma visão de desenvolvimento que tem causado conflitos socioambientais, muitas vezes sofisticando os instrumentos de defesa e proteção dos interesses do capital, o que

levou à militarização dos instrumentos de uso da força pelos Estados para "controlar" o conflito socioambiental; ao que as pessoas têm respondido defendendo seus territórios e a natureza.

O quadro geral em que essas questões conceituais estão inseridas é a perspectiva teórica de Robinson (2013) do capitalismo global, a qual aponta que a globalização, que iniciou uma nova e dramática expansão do capital no final do século XX de forma mais intensa do que extensa e na qual as relações de troca capitalistas invadem e mercantilizam todas as esferas públicas e privadas que permaneceram fora de seu alcance, constitui uma nova etapa na evolução do capitalismo, marcada por uma série de mudanças qualitativas no sistema capitalista e por novas cadeias ou articulações de poder:

1. O surgimento de capital verdadeiramente transnacional e um novo sistema global de produção e finanças globais;
2. A emergência de uma Classe Capitalista Transnacional (CCT);
3. O surgimento dos aparelhos do Estado Transnacional (ET); e,
4. Novas relações de desigualdade, dominação e exploração na sociedade global.

A partir dessas reflexões teórico-metodológicas, no GT FRG CLACSO desenvolvemos um Esquema do Método de Pesquisa proposto para o projeto coletivo, estabelecendo os mais altos níveis de abstração (capitalismo global) e concretização (espaços globais de expansão do capital transnacional e ZEIA); bem como os mecanismos de inserção e articulação dos espaços globais, ZEIA e outros espaços geoestratégicos (como as fronteiras) ao capitalismo global através de acordos de livre comércio, planos geoestratégicos e geopolíticos, cooperação transfronteiriça, que sujeitam a soberania territorial das nações à supremacia territorial das instâncias transnacionais.

Duas questões importantes dentro desta análise são: aprofundar a essência – que é a substância da contradição real – versus a aparência – na qual se oculta a subsunção (formal ou real) do trabalho pelo capital. Tudo isso enquadrado no binômio Hegemonia/Dominação - Subordinação/Subalternidade; que é atravessado por várias expressões da luta de classes (classe capitalista transnacional,

burguesias nacionais e estados em declínio versus proletariado global sem liderança).

O quadro teórico-metodológico tem sido construído pelo grupo de investigadores do GT FRG CLACSO, através de um debate a partir das várias disciplinas e perspectivas de que tratam, o que tem conduzido à utilização crítica de conceitos e categorias para os diferentes níveis de análise, particularmente para as escalas regionais e sub-regionais e níveis inferiores que são os estudos de caso.

No quadro da análise do binômio Hegemonia/Dominação - Subordinação/Subalternidade, seguindo a Gramsci,

É necessário, portanto, estudar:

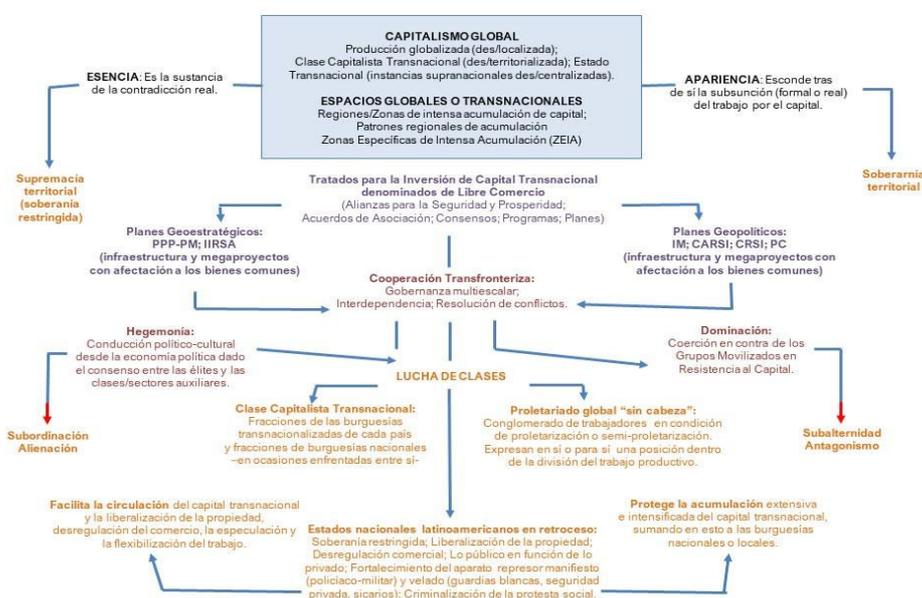
- 1) a formação objetiva de grupos sociais subordinados, em decorrência do desenvolvimento e da transformação que ocorrem no mundo econômico produção, sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais pré-existentes, dos quais conservam sua mentalidade, ideologia e objetivos por algum tempo;
- 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influenciar os programas dessas formações para impor suas próprias demandas e as consequências que essas tentativas têm na determinação dos processos de decomposição, renovação ou nova formação;
- 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consentimento e controle dos grupos subalternos;
- 4) as formações dos grupos subordinados para reclamações de natureza reduzida e parcial;
- 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas dentro dos velhos quadros;
- 6) as formações que afirmam a autonomia integral etc. A lista dessas fases ainda pode ser especificada com fases intermediárias e combinações de várias fases (GRAMSCI, 1970, pp. 491-492).

Para o desenvolvimento dessa perspectiva, partimos da análise do sujeito coletivo e dos grupos sociais subalternos que buscam transformar as condições que o capital e seus agentes impõem, para desenvolver conjuntamente pesquisas para a ação que contribuam não apenas para a produção de conhecimento da realidade analisada, mas para apoiar as reivindicações e outras formas de luta dos grupos sociais subalternos.

Marx apresenta o método de análise da crítica à Economia Política como uma rica totalidade de muitas determinações e relações diversas, como a unidade do diverso. Por esse motivo, o concreto é concreto e é resultado, não ponto de partida. Para ele, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento: consiste em elevar-se do abstrato ao concreto. É a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto. Neste método, devemos

considerar que as categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas, são produto de condições históricas e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas.

No Grupo de Trabalho “Fronteiras, Regionalização e Globalização” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO), trabalhamos a partir do seguinte Esquema do Método de Análise dentro do Projeto Coletivo “Espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano”.



Quadro 2: Esquema do Método de Análise do Projeto Coletivo “Espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano” do GT FRG CLACSO
 Fonte: Projeto Coletivo “Espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano” 2016-2019 e 2019-2022.

No início do esquema, nosso principal nível de abstração analítica é o capitalismo global – a totalidade – e nosso principal nível de concreção são os espaços globais para a expansão do capital transnacional os quais são zonas de intensa acumulação global e geram padrões regionais de acumulação; ao interior deles se localizam as zonas específicas de intensa acumulação (ZEIA). Entre os elementos dessa abstração analítica e a nossa concretização no esquema, consideramos fundamental distinguir aparência e essência na análise das relações sociais.

O primeiro quadro do esquema tem caráter geral, mas “é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes” (MARX, 2005, p. 27). Assim, neste esquema do GT FRG CLACSO, a essência é a substância da contradição real e é abordada desde um conjunto complexo de várias determinações que se desenvolvem em um contexto de luta de classes entre a classe capitalista transnacional e os funcionários da rede denominada conceptualmente como Estado Transnacional – que inclui a burocracia dos Estados nacionais e a das organizações internacionais – por um lado, e a classe operária do mundo, pelo outro.

Dentre esses níveis de abstração e concretização, várias categorias permitem analisar a complexidade e a dinâmica imposta pelo capital transnacional nos próprios espaços globais, além de articular as implicações do anterior nos aspectos geográficos, sociais, políticos, militares e ambientais. Ao concatenar esses níveis, avançamos na caracterização de algumas das especificidades de cada um dos espaços globais que identificamos no continente americano e mencionamos acima.

Para nós, os povos originários, onde se localizam majoritariamente as lideranças sociais e os defensores de direitos humanos que protegem os territórios do avanço do capital transnacional, pertencem à classe operária⁶.

Esse caráter transnacional da produção junto com a historicidade dos indivíduos (a qual Marx defende ao criticar a maneira na qual os estudos de Adam Smith e David Ricardo permanecem na aparência – ou seja, o caçador e o pescador dos que falam são analisados como indivíduos isoladamente, não se originaram historicamente e foram postos como tais pela natureza), são elementos chave para compreender o que entendemos por aparência no esquema do GT FRG CLACSO. Além de que, no esquema, a aparência esconde atrás de si a subsunção (formal ou real) do trabalho pelo capital, já em um contexto globalizado. Não devemos esquecer que o capital e o trabalho são os principais instrumentos da produção e que essa relação segue sendo substancial no processo de globalização ou na fase transnacional do capitalismo que começou na década de 1970.

As múltiplas determinações da realidade são condensadas no gráfico por instrumentos de consenso e de coerção. Os primeiros podem abranger acordos internacionais de caráter diverso – como o econômico ou o comercial no caso dos

⁶ A constituição atual da classe operária é uma discussão que ainda não está concluída dentro dos estudos marxistas.

tratados de livre comércio ou de investimento, ou aqueles com caráter evidentemente político, tal como os acordos de cooperação de qualquer tipo, incluindo a cooperação transfronteiriça, planos geoestratégicos ou geopolíticos e outros.

O caráter político dos acordos se apresenta independentemente de que seu conteúdo seja “estritamente” económico⁷ e, no esquema do GT FRG CLACSO, os instrumentos de coerção vão da mão dos planos geoestratégicos, referindo-nos a não esquecer a consideração da guerra na análise das relações econômicas e, portanto, nas relações de produção (MARX, 2005, p. 46).

Todos estes acordos entre os Estados nos permitem observar processos produzidos historicamente como os da integração na América Latina – os quais são importantes para estudar a conformação de espaços globais para a expansão do capital transnacional –, e que agora vão acompanhados de iniciativas que aprofundam o fortalecimento ou ampliação de infraestrutura e megaempreendimentos com diferentes ênfases setoriais (energia, produção agrícola, turismo, zonas econômicas etc.) para apoiar o avanço do capital transnacional.

Dentro dos acordos, é muito importante considerar as consequências das regras dos instrumentos de coerção, isto é, os arranjos em termos de segurança entre os Estados nacionais, que originam ou aprofundam processos de militarização em diferentes dimensões ao nível local, nacional ou regional que têm um referente sistêmico global que contribui ao processo de acumulação do capital ao manter os povos submetidos num contexto de violência; são eles os que sofrem as consequências da implementação dos instrumentos de consenso mencionados no esquema.

Nossa análise dos espaços globais ajuda a conhecer como os instrumentos de consenso e coerção convergem para favorecer a expansão do capital transnacional, e a forma como este utiliza o poder e as instituições que transformaram os Estados nacionais em diferentes escalas, que se inserem na complexa rede que é o Estado Transnacional.

⁷ Nas análises da Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio (RMALC), o SPECHF colocou a ideia de que a participação dos Estados Unidos no Acordo de Livre Comércio de América do Norte era uma questão de segurança nacional para esse país, o que nos faz voltar às considerações de tipo político.

Observamos a vigência de dois dos pontos principais que Marx criticou nos economistas do seu tempo na análise da produção geral: a propriedade e a proteção desta pela justiça e pela polícia. Ambas continuam se considerando nos pontos principais nas agendas empresariais e governamentais dentro e nos atuais instrumentos de coerção e consenso, mas agora se adentrando na espiral da acumulação militarizada e por repressão junto com o fortalecimento do Estado policial global:

The TCC and its political and state agents must commodify more and more spheres of global society, including war, social conflict, and repression, in the face of overaccumulation and stagnation, and they must also develop systems of social control that can contain the real and potential rebellion of the global working and popular classes (ROBINSON, 2020, p. 74)⁸.

Por meio da compreensão do esquema da construção do sujeito coletivo que explicamos agora, concluímos que, quando um indivíduo aparece analisado de um “modo natural”, isolado e desprendido dos laços históricos dentro de um grupo social – família, tribo etc. –, o estudo do que se trate fica em um nível de aparência.

Marx disse que a essência humana é o conjunto das relações sociais. Para nós, essa essência é individual e coletiva e ambas convergem e se sintetizam em cada pessoa ao decorrer da construção de sua história pessoal, somos indivíduos sociais. Assim, podemos confirmar que essa essência “não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado” (MARX, 1982, p. 534) e que no ponto de vista do materialismo que ele propõe formamos parte de uma humanidade socializada ou uma sociedade humana.

O Esquema do Método de Análise utilizado nesta pesquisa dá conta da construção do nosso sujeito de estudo.

⁸ A classe capitalista transnacional e seus agentes políticos e estatais devem mercantilizar mais e mais esferas da sociedade global, incluindo guerras, conflito social e repressão, em face da superacumulação e estagnação, e devem também desenvolver sistemas de controle social que possam conter a rebelião real e potencial das classes trabalhadoras e populares globais (ROBINSON, 2020, p. 74; tradução nossa).



Quadro 3: Esquema do Método de Análise para a construção do Sujeito Coletivo
 Fonte: Elaboração própria (2021).

Este esquema foi elaborado a partir da metodologia nomeada “Pesquisa para a ação” desenvolvida no Seminário Permanente de Estudos Chicanos e de Fronteiras (SPECHF), no México. É definida como a construção conjunta de ferramentas metodológicas de análise entre acadêmicos e membros de organizações sociais; partindo da filosofia da práxis e do compartilhamento de ideias na produção de conhecimento científico e reflexivo para favorecer aos povos originários, diversas comunidades e à maioria da população trabalhadora frente à espoliação do capital, no contexto da luta de classes ao nível global. No nosso ponto de vista, essa metodologia é uma atividade prático-crítica.

Nossas análises, compartilhadas com membros de organizações sociais e em outros momentos construídas com eles de maneira cada vez mais ampla, têm nos levado a desenvolver estratégias específicas para apoiar e acompanhar algumas lutas em cada um dos espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano⁹, as vezes por meio de um instrumento chamado “*Cartas de intención*” nas quais se estabelecem os alcances do trabalho mútuo.

⁹ No meu caso, ter trabalhado no México com os companheiros da Sierra Negra, no estado de Puebla; no estado de Veracruz, com o “Centro de Derechos Humanos de los Pueblos del Sur de Veracruz Bety Cariño” e o “Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Martha” (este último forma parte do Congreso Nacional Indígena – CNI, pelo acrônimo em espanhol –); e no estado de Campeche com “Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil” (– CRIPX, pelo acrônimo em

A incorporação do esquema nesta pesquisa implicou um longo e profundo processo de reflexão individual. Mesmo assim, nos permitiu compreender melhor e explicar as motivações pessoais que nos levaram a estruturar e desenvolver o conteúdo desta pesquisa, em outras palavras, porque pesquisamos o que pesquisamos. É o que chamamos, a partir das ideias de Gaston Bachelard (1996), a psicanálise da produção do conhecimento.

O esquema sintetiza e é uma parte da construção epistêmica do objeto de estudo desta pesquisa e forma parte do método de análise utilizado na mesma, o qual está articulado com o referencial teórico proposto.

Através deste esquema queremos colocar a ideia “[...] que o sujeito [...] está dado tanto na realidade objetiva como no cérebro” (MARX, 2005, p. 44) e explicar como é concebido e construído o sujeito coletivo – originado historicamente – que estamos estudando, o qual não fica somente em uma abstração senão desenvolve cotidianamente uma atividade prática que tenta aos poucos transformar o mundo (Tese 11, MARX, 1982, p. 535).

A figura é formada por quatro círculos concêntricos que contêm outros por sua vez e todos estão inter-relacionados. É uma representação de relações intersubjetivas entre pessoas que vão conformando um sujeito coletivo ao longo do tempo e de diferentes espaços.

O primeiro círculo tem três componentes: o eu, Marcela de L. O. Contreras; minha mãe, Margarita Contreras González; e minha avó, Carmen González Alcántara. Ali surgiu minha consciência de classe e minha consciência feminista, mas foi se desenvolvendo no percorrer dos anos. Representar esse primeiro círculo não significa que o “eu” é o centro da pesquisa, em momento nenhum. Só permite observar a especificidade a partir da qual se constrói esta pesquisa e que o “eu” é parte de um sujeito histórico, social, coletivo, amplo, e que não atuo sozinha na busca e nas tentativas de alcançar melhoras nas condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores do mundo.

Também permite compreender a importância das relações intersubjetivas na construção do sujeito coletivo estudado nesta pesquisa. As relações intersubjetivas

espanhol –, que é também parte do CNI); no estado de Oaxaca com a “Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo – UCIZONI, pelo acrônimo em espanhol –)”. Companheiros pesquisadores do GT FRG CLACSO colaboram com outras organizações em países como Honduras, Guatemala, Colômbia, Brasil, Bolívia ou Argentina entre outros. Não temos relação só com organizações sociais, também sindicais como IndustriALL.

estabelecidas entre minhas mães, e entre elas e eu, determinaram inconscientemente a minha compreensão específica da realidade e minha decisão de caminhar ao longo da vida na luta por alcançar uma vida melhor dentro da classe operária – não só por mim ou minha família –, independentemente do espaço no qual me encontrar para tentar concretizar essa decisão. Assim, na tentativa de encontrar o meu lugar como pesquisadora, conclui que não se localiza fora do sujeito social; não sou uma pessoa estranha ou distante a ele. Consegui confirmar que os nossos sentimentos, as nossas emoções – e neste caso o triângulo de amor conformado por minhas mães e eu – constituem a força que nos impulsiona para continuar lutando pelos nossos ideais. Sem dúvida, as relações de afeto facilitam a vida em seus diferentes âmbitos e o acadêmico não é uma exceção. Agora podemos observar esta situação sobretudo com Sara López.

Os demais círculos representam a localização de espaços importantes na minha trajetória de vida, daqueles que me marcaram, nos quais a minha consciência de classe foi se desenvolvendo e fortalecendo e aos que de alguma maneira volto; é nesse ir e vir que o processo dialético se apresenta diante de mim. Esses espaços são parte dos outros círculos e vão se entrelaçando. Trata-se de traçar o caminho que me trouxe até esta pesquisa. Não é uma tentativa de destacar minha vida, senão de descrever a convergência de interesses de vários tipos com outras pessoas na nossa atividade prático-crítica, relações baseadas principalmente ou derivadas de um afeto ao longo da vida. É importante adicionar que as relações entre os círculos concêntricos são dinâmicas, complexas, contraditórias, de ida e volta.

A transição entre o primeiro e o segundo círculo, e entre o segundo e terceiro, começa com meu ingresso à Universidade Nacional Autônoma do México, uma das universidades públicas mais importantes no México e da América Latina, através de várias instâncias.

A primeira é o Colégio de Ciências e Humanidades (no México corresponde ao ensino médio), onde escutei as minhas primeiras referências de Marx, onde comecei a ficar perto de uma parte importante do movimento social mexicano nas manifestações de memória do massacre de estudantes que ocorreu em 1968.

A segunda é a *Facultad de Estudios Superiores Aragón* (FESA), na qual me graduei em Relações Internacionais. Durante os meses iniciais desta etapa perdi fisicamente à minha mãe.

Ao termo dos meus estudos, meu primeiro trabalho me permitiu, primeiro, conhecer alguns integrantes da Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio (RMALC) e desenvolver minha vontade de incursionar no estudo e análise da economia e, sobretudo, de descobrir a existência de pessoas muito importantes na minha vida pessoal nos âmbitos acadêmico, profissional e de luta social. Esse trabalho tornou possível, em segundo lugar, incursionar à Faculdade de Economia alguns anos depois de militância e trabalho na RMALC.

A RMALC significou adentrar-me em outras redes que a própria RMALC ajudou a criar: a Aliança Mexicana pela Autodeterminação dos Povos (AMAP) e o Foro Mesoamericano dos Povos (FMP). Na AMAP conheci três mulheres maravilhosas: Bety Cariño (assassinada em 27 de abril de 2010), Sara López e Verónica Munier e outros companheiros que continuam a luta nas suas respectivas regiões (Omar Esparza – companheiro de vida da Bety Cariño – e Carlos Beas).

A RMALC nasceu como uma rede constituída por organizações sociais, ecologistas, sindicais, de mulheres e outras, alguns acadêmicos e algumas pessoas sem afiliação. Um dos mais importantes fundadores da RMALC foi o Seminário Permanente de Estudos Chicanos e de Fronteiras (SPECHF), com o qual comecei colaborar muito mais de perto entre os anos 2012 e 2013. Era professora na FESA e trabalhava na RMALC.

A terceira instância de transição entre o segundo e terceiro círculos é a Faculdade de Economia (FE). Ali comecei dando aulas em 2009 como professora adjunta, portanto, distribuía o meu tempo entre a UNAM – incluindo a FESA – e a RMALC. Esse período é importante na transição entre o segundo, o terceiro e o quarto círculos.

O SPECHF convocou vários dos seus integrantes para apoiar num projeto sobre o Projeto Mesoamérica em 2013. Devido a que o coordenador do seminário, Juan Manuel Sandoval, e eu participamos em atividades conjuntas da RMALC e o SPECHF pela minha experiência no sul-sudeste do México. Mostrei interesse nesse projeto e tornou-se o começo da consolidação de uma rede de acadêmicos formada ao longo de muitos anos e que foi a semente do que agora é o Grupo de Trabalho

“Fronteiras, Regionalização e Globalização” do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO).

Ao conhecer as ferramentas metodológicas nas pesquisas desenvolvidas no SPECHF, propus a retomada, através do GT FRG CLACSO, do contato com as organizações com as quais trabalhei na AMAP porque nos separamos durante alguns anos difíceis em termos da procura de trabalho de alguns – pela retirada do financiamento das organizações mexicanas por parte das organizações aliadas no exterior devido em grande parte às mudanças nas políticas do financiamento da cooperação internacional ao nível global – e pela intensificação na perseguição de lideranças sociais por parte do governo mexicano como resultado de sua submissão as regras da *Iniciativa Mérida* principalmente.

Como parte do GT FRG CLACSO, conheci aos professores Horácio Antunes, Samarone Carvalho, Cindia Brustolin, Elio Pantoja e Bartolomeu Mendonça. Com o primeiro concretizei a possibilidade de estudar o mestrado na Universidade Federal do Maranhão.

A proposta que agora estou apresentando vem das experiências das que falo para descrever os círculos concêntricos, mas também pelo meu interesse de avançar e aprofundar na discussão e análise dos principais temas do GT FRG CLACSO com alguns dos participantes brasileiros que mais contribuem no projeto coletivo “Espaços globais para a expansão do capital transnacional” que sustenta o GT.

Como mencionamos acima, a transição entre o segundo, terceiro e quarto círculos começa na minha passagem pela FESA e a FE, no tempo em que também trabalhei na RMALC e participava na AMAP e foram se fortalecendo os laços com o SPECHF, onde conheci à Bety Cariño, Sara López e Verónica Munier. Depois do assassinato da Bety, da falta de emprego, da intensificação das diferenças políticas e estratégicas entre as lideranças da AMAP, dos estragos causados pela diminuição de recursos financeiros nas organizações mexicanas, da rejeição na RMALC de aceitar financiamento que significasse mudanças substanciais nas nossas linhas de trabalho, do aumento da perseguição aos lutadores sociais ou defensores de direitos humanos, do avanço da presença dos militares nas ruas do todo o país, da violência dos narcotraficantes, Sara, Verónica e eu nos concentramos em diferentes tarefas. Elas, aprofundando sua participação na articulação da resistência ao avanço do

capital transnacional nas suas regiões entanto eu mantive meu emprego na UNAM e comecei meu envolvimento na conformação do GT FRG CLACSO.

Assim, Verónica concentrou seus esforços de luta no Processo de Articulação da Serra de Santa Martha (PASSM), o Centro de Direitos Humanos Bety Cariño e a participação no Congresso Nacional Indígena (CNI), o qual é vinculado ao Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN). Nestes espaços, Verónica tem um trabalho muito importante com mulheres. Sara, continuou a luta frente a vários megaprojetos na Península de Yucatán a partir da Rede de Resistência Civil Campeche e do Conselho Regional Indígena e Popular de Xpujil (CRIPX), o que também é parte do CNI.

No desenvolvimento desta pesquisa tentaremos aprofundar a explicação do terceiro e quarto círculos, pois volto, agora a partir do âmbito acadêmico, a apoiar a luta contra os megaempreendimentos que formam parte do Corredor Interoceânico e o Trem Maia, no México, e nos quais a presença de Verónica Munier e Sara López é fundamental.

Consideramos que podemos fechar o esquema dos círculos concêntricos na referência ao EZLN por que esse movimento simboliza a síntese de vários elementos: a minha postura política pessoal a partir da minha entrada a UNAM (no CCH) e a minha consciência de classe; a convergência dos interesses na luta social com Verónica e Sara e alguns pontos de encontro entre as nossas consciências feministas; e porque a influência do EZLN no movimento social global desde 1994, ano que se torna conhecido no mundo, se mantém em vigência na luta frente ao sistema capitalista, o qual é abrangido nas suas principais dimensões e contradições na teoria do capitalismo global com a qual sustentamos este trabalho.

1.4 Referências sociológicas, antropológicas, geográficas e feministas

Como já afirmamos anteriormente, referência sociológica na construção do objeto de estudo deste projeto de pesquisa é Karl Marx e o materialismo que ele propõe partindo das “Teses contra Feuerbach” e do texto “Para a crítica da Economia Política do capital. O rendimento e suas fontes”. Neste trabalho tentamos apreender a atividade humana como atividade objetiva e acreditamos que toda vida social é essencialmente prática, ambas serão analisadas ao redor dos conflitos

socioambientais gerados pela implementação do Corredor Interoceânico e do Trem Maia no México.

O objeto de estudo de Marx (2005, p. 25) é a produção material – indivíduos produzindo em sociedade. A produção pode ser apresentada como produção geral, um ramo particular da produção ou como totalidade e é preciso desenvolver a relação entre as determinações gerais e as formas particulares da produção.

Uma das principais críticas que Marx fez aos economistas da Economia Política sobre a produção geral foi a de não conceberem em sua unidade os diferentes momentos da produção: a produção mesmo, a distribuição, a troca e o consumo. A produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. Assim, estabelece uma relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo na qual ocorre uma reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. E este caso podemos aplicá-lo para qualquer todo orgânico.

Para ele, a produção é também imediatamente consumo e o consumo é produção. No primeiro caso, trata-se de um consumo duplo, isto é subjetivo e objetivo. Subjetivo, porque o indivíduo ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome no ato da produção (consumo de forças vitais). Objetivo, porque produzir é consumir os meios de produção utilizados e gastos, parte dos quais se dissolve de novo nos elementos universais. Também se consome a matéria prima.

Ao respeito da distribuição, Marx explica que a articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. Antes de ser distribuição de produtos, ela é, primeiro, distribuição dos instrumentos da produção e, em segundo lugar, é distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos da produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior: subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas. Assim, o modo preciso da participação na produção determina as formas particulares da distribuição e exemplifica ao dizer que quando um povo destrói a grande propriedade fundiária e é dividida em parcelas por meio de uma revolução, dá assim um novo caráter à produção com essa nova distribuição.

Sobre a troca, disse que é manifestamente incluída como um momento na produção e aparece em todos seus momentos diretamente compreendida na

produção ou por ela determinada. A troca é momento mediador entre a produção e a distribuição determinada por ela e o consumo. A intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção. Não existe troca sem divisão do trabalho, quer natural, quer como resultado histórico. A troca privada supõe a produção privada.

Para Marx, a produção dos indivíduos é determinada socialmente e se trata da produção em um grau determinado do desenvolvimento social dos indivíduos sociais. Segundo ele, “cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar (...) elementos que se acham unidos organicamente” (MARX, 2005, p. 29). Para nós, o caráter transnacional que a produção começa a adquirir na década de 1970, representa um novo grau ou uma nova fase do desenvolvimento social dentro do capitalismo.

Para Robinson (2013), as condições materiais do processo de produção são uma parte central ao desenvolvimento político e as classes estão baseadas nas relações reais de produção econômica. Reconhecer que as relações de produção estão se globalizando nos permitirá compreender a formação transnacional de classe.

A CCT se compõe dos proprietários do capital transnacional e os gerentes sênior da economia global; as pessoas que possuem os meios de produção mundiais, representados em empresas transnacionais e instituições financeiras privadas, ou seja, estão ligadas aos circuitos globalizados de produção, comércio e finanças, independentemente dos territórios e identidades nacionais particulares, razão pela qual seus interesses estão focados principalmente na acumulação global antes da acumulação nacional ou local.

A CCT se estabelece nos centros do capitalismo atual, exerce autoridade nas instituições globais e tem o controle da atividade política global através de foros próprios – como as câmaras de comércio –, ou aqueles nos que participam representantes dos governos como o Foro Econômico Mundial, o Grupo dos Vinte (G20), que reúne os vinte países mais ricos do mundo, ou as organizações internacionais e seus organismos específicos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) etc.

A classe capitalista não é homogênea, se compõe de várias frações as quais podem ser nacionais, regionais e locais – cujos interesses estão vinculados aos circuitos de acumulação nacional e defendem os mecanismos tradicionais de regulação e protecionismo – junto com as transnacionais – cujos interesses se articulam à economia global em expansão, baseada na liberação do mercado mundial. A fragmentação dessa classe serve para entender que as relações entre os diferentes grupos são contraditórias e conflitivas. É importante considerar que as frações hegemônicas transnacionalizadas se separam cada vez mais de territórios particulares e dos projetos políticos e sociais dos Estados-nação.

As frações transnacionais da CCT utilizam os aparelhos estatais nacionais para avançar na sua reestruturação e na própria globalização e continuam estabelecendo mecanismos formais e informais de ligação entre as estruturas do Estado nacional e o ET em formação, por meio de acordos internacionais e sua participação em foros globais. O poder social da CCT se estabelece no controle sobre os meios de produção e o produto social através de instituições políticas. Portanto, a contradição principal do capitalismo global encontra-se entre as classes dominantes (a CCT) e as classes subordinadas, no interior dos países e em nível global.

A CCT é uma minoria organizada que controla os altos mandos da economia global e as alavancas dos assuntos políticos globais através das quais dispõe de recursos e redes para isso; deste jeito podemos observar a maneira de exercer seu poder de classe. Também possui o poder relativo de aumentar o capital global sobre o trabalho global. Esta classe é chave na organização do processo de acumulação global do capital.

Pode ser caracterizada como uma garantia da reprodução das relações capitalistas globais da produção e um agente manifesto de mudança que exerce autoridade sobre instituições globais identificáveis e trabalha por meio delas articulando interesses econômicos com fins políticos e criando as condições necessárias para o funcionamento do capitalismo global.

Na análise da globalização, Robinson (ibidem) argumenta que a estrutura social está mudando radicalmente e detecta a emergência de uma verdadeira estrutura social transnacional, daí que as dimensões-chaves do processo sejam a CCT e o ET e não possam ser entendidas separadamente.

A classe capitalista transnacional é politicamente ativa, cuida de criar e transformar um conjunto de organizações ou instituições transnacionais emergentes, as quais constituem o incipiente aparelho do Estado Transnacional, cujo estudo permite descobrir a agência coletiva da CCT e identificar as dimensões políticas e institucionais do processo da globalização.

Analisar o ET nos leva a colocar algumas questões sobre o Estado ou o Estado nacional, principalmente sobre sua concepção dentro da perspectiva transnacional do capitalismo global que trabalhamos nesta pesquisa que:

1. Foca-se na maneira como o Estado-nação e as economias nacionais são transcendidos por forças transnacionais e pelas instituições do sistema global, não num sistema Inter-Estado: este último deve ser substituído como quadro institucional do desenvolvimento capitalista;
2. Entende que é importante compreender a mudança das estruturas, e
3. Assume um pensamento relacional, mais do que categórico.

Segundo Robinson (*ibidem*), o Estado deve ser estudado como uma relação de poder de classe além de ser um conjunto de instituições políticas. Acima, mencionei que as frações transnacionais da CCT utilizam os aparelhos estatais nacionais para avançar na sua reestruturação. Assim, o Estado nacional é reorganizado e muda suas funções desde a formulação das políticas nacionais até a administração das políticas formuladas nas instituições supranacionais, razão pela qual não desaparece, mas se transforma em um componente funcional de um Estado Transnacional maior.

O Estado passa também por um processo de transnacionalização que, no meu ponto de vista, começou com o surgimento de instituições supranacionais, principalmente depois da segunda guerra mundial, uns anos antes do início do processo de intensificação da globalização. No âmbito acadêmico, é necessário superar o centrismo do Estado-nação, ou seja, a tendência nas abordagens teóricas das ciências sociais de conferir ao Estado nacional uma centralidade contínua.

Assim, o ET é aparelho em formação, sem forma institucional centralizada, podendo ser considerada multidimensional ou multicêntrica, que ajuda a institucionalizar a dominação de classe da CCT. Este aparelho é uma rede emergente formada por:

- Estados nacionais transformados e externamente integrados.
- Foros econômicos e políticos supranacionais.

No ET, o Estado como relação de classe se transnacionaliza. As práticas de classe de uma nova classe governante global, estão sendo condensadas no ET emergente como a prática de uma autoridade política transnacional através do aparelho do ET para reproduzir as relações de classe implícitas na acumulação e valorização global do capital por meio da mobilidade do capital.

Marx (1982, p. 533), na terceira tese contra Feuerbach, como já lembramos anteriormente, considera que as circunstâncias são modificadas pelos homens. Nos casos apresentados nesta pesquisa, essas circunstâncias são geradas pela contraposição de interesses entre a CCT que promove junto com os governos o avanço do capital transnacional em territórios defendidos pelos povos que os habitam ocasionando conflitos ambientais¹⁰ num contexto de luta de classes; aqui localizamos as principais circunstâncias e contradições que desejamos estudar.

Falar de capital transnacional, classe capitalista transnacional, da conformação de um Estado Transnacional, da contraposição entre esses entes e os povos que defendem seus territórios diante do avanço do capital transnacional no quadro de uma reorganização espacial ao nível global – manifestada no surgimento de espaços globais para a expansão do capital transnacional e zonas específicas de intensa acumulação –, é falar que os conflitos ambientais são um produto social e pertencem a uma forma determinada de sociedade, ou seja, aquela que agora estamos vivenciando: a fase globalizada do capitalismo.

¹⁰ No México a discussão acadêmica sobre os conflitos socioambientais é dispersa, de forma que a elaboração teórica e metodológica não é muito avançada; além disso, pode-se observar uma ênfase somente nas questões ambientais. Há alguma influência da ecologia política e da resolução dos conflitos ambientais em alguns trabalhos de pesquisa. A articulação, em termos conceituais, dos "projetos de desenvolvimento" com os conflitos socioambientais que geram e as formas de luta e resistência a eles, a que me referi anteriormente, relacionarei com autores que estudam conflitos ambientais "a partir de análises sobre povos tradicionais e grandes projetos de desenvolvimento" como Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior. Acredito também que a interpretação de autores como Henri Acselrad e Andréa Zhouri oferecem elementos explicativos mais concordantes com os referentes teóricos que trabalhamos no GT FRG CLACSO porque discutem transformações espaciais e dinâmicas de acumulação e consideram a importância dos agentes econômicos e da distribuição de poder (FLEURY; SOARES BARBOSA; SANT'ANA JÚNIOR, 2017).

1.5 Os conflitos ambientais

Considerando que nosso trabalho se enquadra principalmente em uma das várias teorias do capitalismo global, desejamos contextualizar nele – e na produção dos espaços globais para a expansão do capital transnacional e zonas específicas de intensa acumulação –, as experiências e os aportes das lutas de duas importantes lideranças sociais na defesa do seu território e da vida em torno dos conflitos ambientais gerados pelos megaprojetos articulados ao Corredor Interoceânico e ao Trem Maia.

Segundo Acselrad (2004, p. 19), o “meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas de luta social [...] ou seja, pela afirmação de certos projetos”.

A definição dos conflitos ambientais tem a ver com o valor de uso e o valor de troca que nós damos aos recursos do planeta – Natureza, ou seja, à matéria ou a energia – e com os fins para os quais nos apropriamos dos recursos ou que guiam a vida social. Essas múltiplas formas de apropriação dos recursos podem-se exemplificar quando os usamos para fabricar armas e tanques ou para produzir alimentos para as pessoas que têm fome (ACSELRAD, 2004); e já temos visto quais são as prioridades que regem no capitalismo global.

No processo de reprodução da sociedade, diversos grupos sociais confrontam seus projetos, sentidos e fins de acordo com os valores mencionados e a significação que dão aos elementos do ambiente. Assim, a lógica de significação e apropriação do meio não é igual para os camponeses e para as firmas agroexportadoras, empreendimentos industriais, os capitais especulativos etc. Há um cruzamento entre os conflitos sociais e a apropriação dos recursos ambientais, uma disputa pelo controle do acesso e exploração desses recursos.

Segundo Acselrad (2004, pp. 7-8), é impossível separar a sociedade e seu meio ambiente porque vivemos em um mundo material socializado e dotado de significados. Trata-se do caráter indissociável do complexo sociedade-meio ambiente que nos leva a entender que as sociedades se reproduzem mediante processos socioecológicos, junto com os políticos, que colocam à Natureza no interior do campo dos conflitos sociais.

É importante assinalar que os objetos que compõem o ambiente são históricos e culturais; assim o sentido atribuído a algum rio é distinto para uma comunidade indígena e para uma empresa. Esses elementos de uso comum, são decisivos na reprodução sociocultural das populações. Considerando a relevância da luta simbólica, a emergência da questão ambiental será acompanhada por uma ecologização das justificações, universalizando causas aparentemente separadas por meio de valores compartilháveis que vão configurando o interesse comum.

Acima mencionamos que devemos assumir um pensamento relacional. Acselrad (2004) propõe adotá-lo sociologicamente porque é o jeito de outorgar historicidade aos problemas sociais. Ligamos o anterior ao método de análise desta pesquisa quando ele sugere não enfrentar em separado o estudo de alguma questão – por exemplo a água – das discussões de outros assuntos, articulando com a caracterização das dimensões físico-materiais e a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o “meio”, as quais são imprescindíveis na explicação das estratégias dos distintos atores envolvidos nos conflitos. Portanto, o ambiente não pode ser descolado das dinâmicas da sociedade e da cultura; “As lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais” (ACSELRAD, 2004, p. 19).

Na articulação das relações sociais e sua base material, analiticamente, há três tipos de práticas de apropriação:

1. Formas técnicas de apropriação do mundo material: modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais em diferentes territórios. Podemos observar a atuação dos agricultores, mineradores, ou qualquer outro que transforma o meio físico. São referenciadas aos contextos históricos e condicionadas inteiramente pelas formas sociais e culturais, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modelos culturais prevalecentes.
2. Formas sociais: aí se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. São historicamente constituídas. Das lógicas distributivas se nutrem as dinâmicas de

reprodução dos diferentes tipos de sociedades, com seus respectivos padrões de desigualdade.

Articulam formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade; formas sociais que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas.

Formam parte dos “modelos de desenvolvimento”. Os conflitos ambientais representam as contradições destes modelos e surgem no seu interior.

3. Formas culturais: neste âmbito dá-se a atribuição de significados ao espaço biofísico no processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, conduzindo atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas, razão pela que os fatos culturais não podem se restringir aos modos de apropriação produtivos e do processo de diferenciação dos indivíduos (ACSELRAD, 2004, p. 15-16).

Podemos dizer que o modelo hegemônico neste momento é o imposto pelo capital global, cujo projeto expressa sua significação do mundo ao construir paisagens, segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais. No caso da apropriação técnica,

[...] A incorporação de preocupações ecológicas pela valorização das capacidades adaptativas da técnica [...] pode ser vista também como um modo de reação discursiva que preserva a distribuição de poder sobre os recursos ambientais em disputa (ACSELRAD, 2004, p. 21).

A “complexidade do quadro que se afigura na reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos ambientais a nível mundial” (ACSELRAD, 2004, p. 9) estão ligadas às mudanças associadas à globalização no sistema de produção e no âmbito político, cultural e social desde a década de 1970. Vinte anos depois, observamos a “acentuação dos padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, juntamente com uma tendência à especialização funcional de determinadas porções do território nacional, com a sua

inserção seletiva nos mecanismos do mercado mundializado” (ACSELRAD, 2004, p. 28) junto com a flexibilização das normas ambientais ou da fragilização das agências públicas responsáveis por sua aplicação. Analisaremos parte destas questões no capítulo sobre a conformação do espaço global que abrange a região do Projeto Mesoamérica.

Dentro da sociologia, há dificuldade ao caracterizar os conflitos ambientais como objeto científico. Há algumas tentativas a través da Economia e do evolucionismo, mas Acselrad (2004) propõe olhar tais conflitos a partir da apropriação e o aproveitamento da Natureza na era da globalização econômica e ecológica, considerando as racionalidades não hegemônicas que ressignificam conceitos e formas jurídicas na caracterização dos territórios étnicos como espaços de reprodução cultural e preservação da capacidade dos povos de usufruírem de seus patrimônios naturais.

Para ele os conflitos ambientais são uma expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, 2004, p. 18) ao se manifestarem as contradições internas destes últimos, além dos limites espaciais¹¹ ou das áreas ocupadas pelas populações tradicionais e povos indígenas e que envolvem processos de colonização dos ambientes urbanos e rurais e a mercantilização dos sistemas vivos.

Não podemos falar de colonização desde a perspectiva teórica da globalização na que trabalhamos. Desde a década de 1970, vivemos em outra época do capitalismo, mas reconhecemos a crescente mercantilização dos sistemas vivos virando a nossa mirada até as interconexões dos processos de acumulação desde o nível global ao nível local.

Embora o autor não explicita as contradições internas aos modelos de desenvolvimento, acreditamos que o desenvolvimento já não é só um processo nacional ou territorial, vira-se em uma dinâmica das dialéticas de conflito e cooperação entre classes e grupos sociais dentro de estruturas transnacionalizadas (ROBINSON, 2011).

No nosso ponto de vista, os modelos de desenvolvimento se harmonizam com as exigências do capital transnacional, desde a década de 1970, através das políticas dos Estados nacionais e das instituições globais – a rede que constitui o

¹¹ Para o autor, distintas formas sociais se distribuem no espaço, mas há fronteiras definidas em grande parte por especificidades espaciais dentro dos conflitos ambientais.

Estado Transnacional nos termos de Robinson (2013, 2018) –, razão pela qual as contradições têm mais caráter político entre a CCT e os povos originários ou populações que ocupam os espaços de interesse para o capital transnacional. Não pode se compreender a configuração social do espaço nos termos do Estado nação, como postulam as teorias do desenvolvimento, senão por meio dos processos de desenvolvimento desigual denotados por grupos sociais, não por diferenciação territorial (ROBINSON, 2011). Assim, podemos observar uma manifestação transnacional da luta de classes que transpassa os limites espaciais.

Segundo Acselrad (2004, p. 19), “No interior do espaço social, os agentes sociais distribuem-se segundo princípios de diferenciação que constituem os campos de forças relativas – espaços de conflito pela posse das espécies de poder... específicas que os caracterizam”, nesta pesquisa esses agentes sociais são o Estado, os povos e a CCT.

O Estado e o discurso científico estão presentes na configuração do campo de força no âmbito simbólico, assim, reiteramos que o Estado tentará diluir o conflito social apresentando consensos pré-construídos. No caso do México, atualmente gira em torno do discurso sobre desenvolvimento – assumindo que ele beneficiará aos pobres – e o respeito dos direitos dos povos indígenas através das consultas baseadas na Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT). No caso do discurso científico, temos uma posição clara, estamos e permaneceremos do lado dos movimentos sociais.

1.6 Os vínculos desta pesquisa com a Geografia

O geógrafo concentra sua análise nos processos de transformação do espaço geográfico e suas configurações. A Geografia está no centro das reflexões do espaço e a espacialidade social (LEÓN, 2016, p. 13); através dela, abordamos categorias como território, região, zona, escala ou área e explicamos as particularidades da forma pela qual o capital transnacional está se expandindo atualmente.

Assim, pegamos a ideia da produção do espaço no capitalismo elaborada por Lefebvre (1998, p. 140), que aponta que cada sociedade e cada modo de produção produz seu próprio espaço. O espaço é um produto social cuja origem é a

acumulação de um processo histórico que se materializa em uma determinada forma espaço-territorial. O autor argumenta que o capitalismo não se baseia só nas empresas e o mercado, senão também no espaço. É o espaço e no espaço onde se reproduzem as relações de produção capitalista, e é cada vez mais instrumental.

Harvey (1990, p. 340) diz que a renda fornece uma base para o desenvolvimento do capitalismo e para exercer diversas formas de controle social na organização espacial porque a terra é um meio de produção e um sítio ou centro local de operações, portanto, é um elemento necessário em toda produção e atividade humana. Este autor, estabelece uma relação entre o espaço e as dinâmicas do capitalismo, analisando o traslado de mercadorias (quando os produtores as levam ao mercado), a propriedade privada territorial, a formação de preços, o consumo, a força de trabalho, a apropriação da renda e a produção de configurações espaciais na mobilidade geográfica do capital e do trabalho.

Para Milton Santos (1993, 2006), a globalização é um processo e significa a mundialização do espaço geográfico. No nosso ponto de vista, os espaços da globalização dos quais o autor fala, tem alguns pontos de similitude com o que nós consideramos espaços globais para a expansão do capital transnacional:

- A mudança dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional.
- A exacerbação das especializações produtivas ao nível do espaço.
- A concentração da produção em unidades menores nas quais se acrescenta a relação entre produto e superfície (por exemplo, na agricultura).
- A aceleração de todas as formas de circulação e seu aumentado papel na regulação das atividades localizadas, com o reforço da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência desta última a respeito das formas espaciais e das regras sociais (de tipo jurídico e outras) em todas as escalas.
- A produtividade espacial em função de todas as possibilidades de localização.
- O fracionamento horizontal e vertical dos territórios.
- O papel da ordenação na constituição das regiões e o papel dos processos de regulação.

- A tensão crescente entre localidade e totalidade conforme avança o processo de globalização.

Milton Santos (2006, p. 230, sublinhado no original) propõe uma “escalaridade” do espaço na qual coloca uma série de mediações e situações intermediárias e diz que “o mundo” “é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” – para nós representa a escala global¹². Depois introduz a mediação do território (seja nacional ou local; sobretudo o nacional, representa para nós e para ele a seguinte escala) entre o mundo e a sociedade, sendo o lugar o que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de realização mais eficaz e se torna o nível menor da escala. Assim, o mundo depende das virtudes do lugar¹³ para se transformar em espaço.

Entre as situações intermediárias, este geógrafo menciona as da universalidade e da individualidade:

O *universal* é o Mundo como Norma, uma situação não-espacial, mas que cria e recria espaços locais; o *particular* é dado pelo país, isto é, o território normado; e o *individual* é o lugar, o território como norma. A situação intermediária entre o Mundo e o país é dada pelas regiões supranacionais, e a situação intermediária entre o país e o lugar são regiões infranacionais, subespaços legais ou históricos (SANTOS, grifo no original).

Quando este geógrafo menciona as regiões supranacionais e infranacionais, nossa mente associa com nossos conceitos de espaços globais para a expansão do capital transnacional, com a primeira; e as zonas específicas de intensa acumulação, com as segundas. Não obstante, acreditamos que a nossa caracterização dos EGECT e das ZEIA está mais aprofundada.

Nós não falamos de um só espaço global, senão de vários. Retomar a ideia de espaços da globalização nos parece ambíguo, mas podemos entender agora por que Santos começa a diferenciar espaços de territórios e lugares, o local do global, e estabelecer combinações, interações e intermediações através de conceitos como ordem, norma, universal, individual etc.

Santos (1993, p. 70) fala da

[...] producción racional de un espacio en el que cada fracción de territorio es llamado a tener características precisas em función de los actores

¹² Tudo nos parece indicar que “o mundo” para ele seria “o espaço global”, pelo que só teríamos um e por isso este geógrafo decide falar de espaços da globalização.

¹³ Essas virtudes, na linguagem dos governos, pelo menos no mexicano, na promoção de zonas econômicas especiais há alguns anos, foi vista e interpretada como “vocação”.

hegemónicos, cuya eficacia depende, en gran medida, de la productividad espacial, fruto de una ordenación intencionada y específica¹⁴.

As fracções de territórios que nós estudamos como espaços globais para a expansão do capital transnacional têm características específicas ou alguma maneira particular ou dominante de subtrair o valor, como mencionamos acima. Neles podemos observar como os atores hegemônicos vão criando a produtividade espacial a partir do aproveitamento dos recursos naturais e a força de trabalho das pessoas – que moram ou transitam nos lugares onde a infraestrutura que compõe as ZEIAs e os espaços globais – por meio do ordenamento territorial e através de distintos instrumentos.

Os atores hegemônicos para nós são os membros da CCT e os funcionários dos distintos níveis de governo no interior dos Estados nacionais e aqueles que atuam em representação desses Estados nas organizações internacionais que formam os aparelhos do Estado Transnacional.

As menções de totalidade que faz este geógrafo brasileiro e sua consideração de que é concreta e empírica ao mesmo tempo, nos leva a pensar que Marx apresenta o método de análise da crítica à Economia Política como uma rica totalidade de muitas determinações e relações diversas, como a unidade do diverso e que, por esse motivo, o concreto é concreto e é resultado, não ponto de partida.

Para Marx, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento: consiste em elevar-se do abstrato ao concreto. É a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto. Neste método, devemos considerar que as categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas, são produto de condições históricas e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas. Por isso, consideramos que o global e o transnacional se impõem nesta fase da história pelo que analisar a realidade através de termos como colonialismo ou imperialismo não dá certo.

Para Santos (2006), a questão da totalidade é abordada frequentemente de dois jeitos. Um deles – o “fato social total” como Mauss propôs – reúne todos os

¹⁴ [...] produção racional de um espaço no qual cada fracção de território é chamada a ter características específicas em função de atores hegemônicos, cuja eficácia depende, em grande medida, da produtividade espacial, fruto de uma ordenação intencionada e específica (SANTOS, 1993, p. 70; tradução nossa).

Este tipo de produtividade é aplicado a um lugar, mas em função de uma atividade ou de um conjunto de atividades (SANTOS, 1993, p. 72).

elementos que definem uma região ou um país e iguala todos os fatores da situação local; é ambíguo. O outro se refere a “totalidade mundo”, usando a noção do sistema mundo de Braudel, vulgarizada por Wallerstein, cujo enfoque dirige geralmente a análises externas ao fato geográfico que fica subsumido em analogias ou metáforas que não dão conta da verdadeira constituição do acontecimento social.

Quando Santos (2006, p. 182) fala de totalidade, ressalta sua concepção de redes argumentando que através delas podemos distinguir três níveis: o mundial, o dos territórios dos Estados e o local. Consideramos que esses níveis podem complementar a síntese analítica de classe baseada em Marx que propõe Theotônio dos Santos (1966) e que vamos usar na nossa pesquisa:

- 1) O modo de produção.
- 2) A estrutura social.
- 3) A situação social.
- 4) A conjuntura.

Quando nos referimos ao modo de produção, aludimos à formação social¹⁵, que contém a produção e os aspectos político e cultural, para entender as leis de desenvolvimento interno desse modo de produção e dessa formação social; nos colocamos em um plano mais abstrato falando de uma formação histórica concreta. Acreditamos que Robinson começa também aí, em um sistema relacionado de planos de abstração que vão do mais concreto ao mais abstrato e do mais abstrato ao mais concreto, indo além de redes que têm um movimento dialético:

[...] la realidad social no se agota en los modos de su movimiento. Mucho más que esto, la realidad tiene un movimiento concreto que entra en contradicción con los modos posibles de este movimiento, pues la realidad concreta incluye otros elementos mucho más complejos que la abstracción de las condiciones de su movimiento (DOS SANTOS, 1966, p. 31)¹⁶.

Consideramos que essas redes e a conexão entre o global e o local que oferecem, segundo Santos (1993, 2006), são só uma parte das múltiplas determinações da realidade.

¹⁵ Para o geógrafo Milton Santos há uma formação social nacional que tem um papel de mediação entre o mundo e a região (ou o lugar), e entre o mundo e o território. E, mais do que a formação socioeconômica, é a formação socioespacial a que exerce o papel de mediação.

¹⁶ [...] a realidade social não se esgota nos modos de seu movimento. Muito mais do que isso, a realidade tem um movimento concreto que contradiz os modos possíveis desse movimento, pois a realidade concreta inclui outros elementos muito mais complexos do que a abstração das condições de seu movimento (DOS SANTOS, 1966, p. 31; tradução nossa).

Quando Dos Santos (1996, p. 34-35) se refere à estrutura social dada em um modo de produção, o nível de análise é ainda teórico, mas mais concreto – sem chegar até ao que as pessoas ou grupos sociais pensam empiricamente. A distinção a respeito do nível anterior consiste em que o estudo deve se referir a um universo histórico e geograficamente situado, no qual se diferencia o nível de desenvolvimento de uma determinada formação social e suas relações com outras formações sociais; se trabalha com dados empíricos de caráter histórico, sociológico ou demográfico entre outros com o fim de ter um gráfico de relacionamentos básicos e sua dinâmica.

A análise da situação social fica perto da descrição científica de uma sociedade concreta; não é só empírica porque conhece as determinações que explicam a realidade imediata ou aparente. Neste ponto, se faz a diferenciação interna da estrutura de uma série de fenômenos correlacionados. Dos Santos (1966, p. 35-337) diz:

Los individuos dejan de ser la personificación de categorías sociales para ser personas y pueden ellos mismos constituir categorías por el conjunto de aspectos sociales que se entrecruzan en su persona [...] Y surge también la condición dramática de la realidad social, las contradicciones entre los individuos y su realidad objetiva y psicológica¹⁷.

O quarto nível, a conjuntura, se enriquece e se diferencia mais ao introduzir momentos específicos como os de ascensão ou equilíbrio durante algum ciclo capitalista, crises etc. Os dados não conseguem substituir a totalidade pelos aspectos ou formas de sua manifestação, assim como a ciência empirista tenta fazer com a supra valorização do dado.

É nesta dinâmica que podemos incorporar outra das propostas importantes de Milton Santos: sua concepção da relação entre o global e o local. Ele diz que devido aos progressos técnicos e às formas atuais de realização da vida econômica, as redes produtivas, de comércio, transporte e informação são cada vez mais globais. Ele fala como o espaço rural mesmo em suas zonas aparentemente marginais é

¹⁷ Os indivíduos deixam de ser a personificação de categorias sociais para ser pessoas e podem eles mesmos constituir categorias pelo conjunto de aspectos sociais que se entrecruzam na sua pessoa [...] E surge também a condição dramática da realidade social, as contradições entre os indivíduos e sua realidade objetiva e psicológica (Dos Santos, 1966, pp. 35-37; tradução nossa). Este ponto será relacionado com a descrição e a análise surgida dos círculos concêntricos, os quais formam parte da Pesquisa para Ação mencionada acima que se desenvolve no SPECHF. Quando nós desenvolvermos os capítulos da pesquisa, tentamos chegar até aí, o qual é permitido a través da explicação desses círculos.

integrado ao sistema socioeconômico global, principalmente através da atividade financeira.

Creemos que nos casos desta pesquisa isto se apresenta principalmente em comunidades consideradas pelo governo mexicano pouco desenvolvidas no sul-sudeste mexicano na maioria dos lugares nos quais o Corredor Interoceânico e o Trem Maia estão sendo construídos ou cujos caminhos estão sendo consertados ou cujos territórios estão sendo vendidos através do fornecimento de serviços ambientais.

No caso do Corredor, os caminhos reparados recebem financiamento de instituições financeiras transnacionais por meio do governo mexicano federal, estatal ou local. Por exemplo, no povoado chamado San Juan Guichicovi (perto de Matías Romero, o ponto vermelho assinalado no seguinte mapa), no estado de Oaxaca, México, o banco Santander está outorgando um crédito ao governo estatal para a reconstrução da estrada E.C – La Esmeralda (Foto “Reconstrucción de la carretera E.C. – La Esmeralda”).

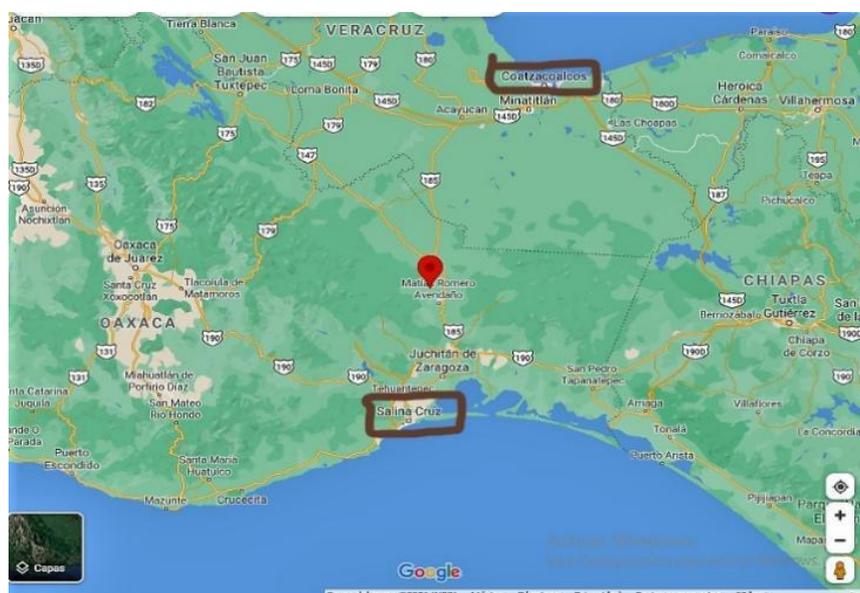


Figura 2: Carretera transistmica (Salina Cruz-Coatzacoalcos)
Fonte: captura de Google Maps (agosto de 2021)



Figura 3: *Reconstrucción de la carretera E.C. – La Esmeralda*
Foto: Marcela de Lourdes Orozco Contreras, 2021.

No caso do trem, a construção mesma dos trens e a infraestrutura energética que precisam dar conta do processo de transnacionalização “do local”. Sem dúvida, as dinâmicas ou manifestações locais ou regionais são indispensáveis para entender o funcionamento da escala global.

1.7 A questão das mulheres ou o falar das mulheres

Sabemos que há múltiplos feminismos, mas nos sentimos mais perto do feminismo radical e do feminismo anticapitalista antes que de quaisquer outros. Ousaríamos dizer que o feminismo do Congresso Nacional Indígena e o do EZLN, são mais próximos ao feminismo anticapitalista ainda que esteja influenciado pelo feminismo decolonial e pelo comunitário.

Não estamos falando por nenhuma mulher, só desejamos contextualizar no capitalismo global as lutas de duas importantes lutadoras sociais – de Verónica Munier e de Sara López – no México juntando-as com nossa voz porque compartilhamos os nossos sonhos por construir um outro mundo, mais justo, e que sabemos claramente que a luta é antipatriarcal, antimachista e contra o sistema capitalista.

O resumo da nossa posição nesta luta – de Verónica Munier, de Sara López e a minha – está nas poderosas palavras de nossa companheira de luta Bety Cariño (2010), assassinada em 2010 numa caravana de direitos humanos que pretendia

quebrar o bloqueio imposto a uma comunidade indígena vulnerável por paramilitares pró-governo no estado de Oaxaca, México¹⁸:

Nosotros, nosotras somos el resultado de muchas luchas. Llevamos en la sangre la herencia guerrera de nuestras abuelas. Nuestras raíces nos lo exigen y nuestras hijas nos lo gritan. Hermanos, hermanas, abramos el corazón como una flor que espera el rayo de sol por las mañanas; sembremos sueños y cosechemos esperanzas, recordando que esa construcción sólo se puede hacer abajo, a la izquierda y del lado del corazón¹⁹.

1.8 Apontamentos sobre a luta de classes

1.8.1 A luta de classes nesta pesquisa

Um assunto importante para mim é determinar a minha posição na pesquisa. Eu me considero parte da luta porque trabalho com Verónica Munier e com Sara López desde 2007. A organização através da qual começamos trabalhar com elas, a RMALC, passou por sua quase desintegração e agora funciona mais como um grupo de estudos que compartilha análises, informações e participa em algumas reuniões de organizações com as quais mantém contato por conta do trabalho há décadas.

Alguns integrantes da RMALC somos membros do GT FRG CLACSO, do qual também faço parte como professora da FE da UNAM. Por enquanto, pertenço à academia e a uma parte das lutas no México, nas quais quero destacar o papel das mulheres consolidando ao mesmo tempo, na revisão da minha história de vida, a reflexão sobre a minha origem e posição de classe e a importância da luta contra o patriarcado e o machismo. Assim, sou parte de um sujeito coletivo, o qual se constrói a partir das relações intersubjetivas e sujeitos com consciência da realidade e alguns de classe. Essa dupla pertença, ou seja, ao sujeito coletivo e a uma parte da academia, e a procura da minha definição, me fazem refletir sobre as colocações de Spivak (2014) no que se refere a ideologia e o papel do intelectual.

1.8.2 A luta de classes no nível ideológico

Com toda certeza, na academia, nos confrontamos com a

¹⁸ O observador Jyri Antero Jaakkola, também foi morto no ataque.

¹⁹ “Nós, somos o resultado de muitas lutas, levamos no nosso sangue a herança guerreira de nossas avós... vamos plantar sonhos e colher esperanças lembrando que essa construção só pode se fazer de baixo, à esquerda e do lado do coração” (tradução nossa).

[...] difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica... [por que a feita por intelectuais ocidentais] **acabou por auxiliar o empirismo positivista** – o princípio justificável de um neocolonialismo capitalista avançado – a definir sua própria arena como a da ‘experiência concreta’, ‘o que realmente acontece’ (SPIVAK, 2014, p. 37. grifo nosso).

Para Althusser,

‘O *instinto de classe*’ ... ‘é subjetivo e espontâneo’. A posição de classe é objetiva e racional. Para chegar às posições de classe proletária, o instinto de classe dos proletariados precisa apenas *ser educado*; o instinto de classe da pequena burguesia, *e, por conseguinte, dos intelectuais*, precisa, ao contrário, ser revolucionado (apud SPIVAK, 2014, p. 37; grifos no original).

A formação de classe para Robinson (2013) é um processo com duas caras, uma objetiva e outra subjetiva. A objetiva está baseada na estrutura produtiva e nas forças econômicas (atualmente na transnacionalização do processo de produção) e a subjetiva na nossa consciência da realidade e o nosso entendimento consciente dos nossos atos.

Eu concebo e traço a minha subjetividade a partir da minha pertença à classe operária porque a minha realidade, as condições materiais do meu entorno, não fica nem foi alheia aos meus interesses. Nos termos althusserianos, estaria educando meu instinto de classe e ao mesmo tempo tentando revolucioná-lo porque nesse processo de abordagem aos intelectuais que colaboram organicamente com os movimentos sociais não desejo contribuir

[...] a consolidar a divisão internacional do trabalho [nem ficar na] contradição não reconhecida de uma posição que valoriza a experiência concreta do oprimido, ao ... tempo que se mostra acrítica quanto ao papel histórico do intelectual (SPIVAK, 2014, p. 38).

Spivak (2014) descarta a crítica da constituição ideológica do sujeito no contexto das formações estatais e dos sistemas de economia política. Minha pesquisa não é centrada nessa constituição ideológica, mas as mudanças nas formações estatais e no sistema de economia política que são elementos imprescindíveis na perspectiva do capitalismo, na qual enquadro meu trabalho. Nesse ponto, se encontram as minhas principais discordâncias com alguns conceitos colocados por Spivak no seu texto, como o de Terceiro Mundo, apesar de ela também se referir ao capitalismo global.

2 O ESPAÇO GLOBAL PARA A EXPANSÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL DO PROJETO MESOAMÉRICA E SUAS ZONAS ESPECÍFICAS DE INTENSA ACUMULAÇÃO (ZEIA)

Neste capítulo analisamos o contexto histórico no qual surge o espaço global do Projeto Mesoamérica e mencionamos os projetos de integração regional e os planos estratégicos que contribuíram à formação deste espaço global.

As transformações ocasionadas pela globalização nesses projetos e planos são fundamentais para compreender a troca do modelo de substituição de importações ao modelo econômico neoliberal e as mudanças consequentes nas políticas públicas que continuam ajudando à consolidação da reconfiguração geográfica do capitalismo na sua fase global em Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional (EGECT), Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e Zonas Específicas de Intensa Conflituosidade Social (ZEICS).

O conteúdo dos planos estratégicos e da integração regional foi concretizado através de um processo que inclui a assinatura de acordos internacionais tão políticos quanto econômicos e de outro tipo e importantes reformas das políticas públicas no nível interno em distintas fases. Esse conteúdo reflete-se nos eixos de acumulação que agora caracterizam os espaços globais e se concretiza nos investimentos dos megaprojetos que estão gerando os conflitos ambientais na região que abrange o Projeto Mesoamérica.

2.1 A formação do espaço global do Projeto Mesoamérica e suas ZEIAS

Os processos de integração na América Latina começaram no século XIX, sob uma perspectiva mais política, de defesa territorial e de segurança militar – antes que econômica – frente às intervenções que as potências coloniais dessa época como Espanha, Grã-Bretanha, França, Portugal e outras, pudessem ter nas repúblicas latino-americanas nascentes, dentro da estrutura econômica, política e social colonial que essas potências impuseram e que perdurou durante o século XIX na região. Tratava-se de uma integração distinta e até oposta à dos Estados Unidos que tentou impor por meio do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe.

Assim, a América Central passou por diferentes etapas dos processos de integração como:

1. As Províncias Unidas do Centro de América (*Provincias Unidas del Centro de América*, em espanhol), que existiu do primeiro de julho de 1823 até o 22 de novembro de 1824.
2. A República Federal de Centro América entre 1824 e 1838. Os países integrantes foram Guatemala, Nicaragua, Honduras, El Salvador, Costa Rica e o atual estado mexicano de Chiapas. Surgiu da Assembleia Constituinte das Províncias Unidas. O processo se concluiu com a independência de Guatemala.
3. A Confederação Centro-americana (*Confederación Centroamericana*, em espanhol). Francisco Morazán foi seu primeiro presidente e as prioridades foram o estabelecimento de caminhos, educação, liberdade de expressão, proteção da soberania por meio do fortalecimento do exército e da armada. Nasceu em 1842. Os primeiros países integrantes foram Nicaragua, El Salvador e Honduras (OROZCO, 2016).

Na última parte do século XIX, América Central intensificou seu processo de inserção ao capitalismo mundial por meio da introdução do café e outros produtos de exportação que articularam a região ao mercado mundial no momento que dito mercado se expandia rapidamente. As mudanças profundas nas estruturas socioeconômica, de classes e do sistema político interno, foram a base que formou as sociedades agroexportadoras centro-americanas (ROBINSON, 2011).

Desde o último quarto do século XIX até o fim da segunda guerra mundial, observamos a substituição de potências hegemônicas – da Grã-Bretanha aos Estados Unidos – e a criação de organizações internacionais para resolver guerras, problemas financeiros, comerciais, políticos e sociais de escopo mundial como a Sociedade de Nações e posteriormente a Organização de Nações Unidas (ONU), cujo órgão regional no continente americano é a Comissão Económica para América Latina (CEPAL). Depois dessa guerra, vários processos de integração regional se concretizaram na Europa, na África e na América Latina.

Em 1944, se criaram duas instituições internacionais encarregadas dos arranjos nas questões financeiras: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Em 1947, nasceu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, pelo acrônimo em inglês). A ONU integrou os esforços dos países membros a partir do

discurso de manter a paz e a segurança internacionais; promover o respeito dos direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os humanos; pôr em prática a cooperação internacional e contribuir assim para solucionar os problemas econômicos, de desenvolvimento, sociais, culturais e humanitários.

Nessa época começou a bipolaridade, a disputa econômica, política e militar entre os blocos capitalista e socialista, pela ampliação das suas áreas de influência. Posteriormente surgiu o bloco dos países do Terceiro Mundo.

Estas instituições e muitas outras que foram criadas depois em diferentes escalas, são uma parte fundamental no desenvolvimento das relações internacionais e formam uma rede que Manuel Gómez Galán e José Antonio Sanahuja (1999) chamam de sistema internacional de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Este é definido como um componente institucionalizado, regulamentado, plural e descentralizado da sociedade internacional formado por atores de natureza e funções diversas como as organizações públicas e as privadas, nacionais e internacionais, generalistas e especializadas, do Norte e do Sul, que têm distintas formas e estratégias de ação. Embora os princípios sejam louváveis, na realidade persiste a dinâmica que impõem tanto a condicionalidade da ajuda que outorgam os países ou organizações com grande poder econômico e político. Umás décadas mais tarde, as corporações transnacionais iniciariam o processo de transnacionalização da produção e a expansão do capital.

Nesse contexto internacional, as economias, os Estados, as formas de governo, a estrutura das classes e as relações externas das repúblicas centro-americanas de Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua e Costa Rica se transformaram de um jeito importante desde a década de 1960 até os primeiros anos do século XXI (ROBINSON, 2011).

Durante os anos 60 do século passado, a CEPAL fomentou o modelo de substituição de importações (ISI ou Industrialização por Substituição de Importações) e a integração regional como caminho “para alcançar o desenvolvimento” na América Latina, e essa estratégia foi apoiada pelo governo dos Estados Unidos e outras instituições continentais ou regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) no quadro mais amplo tanto das estratégias bilaterais da política externa desse país, quanto da Aliança para o Progresso que incluiu alguns países europeus e

empresas privadas, visando frear o avanço do socialismo no continente. A substituição de importações se fez fortalecendo as indústrias nacionais por meio de subsídios ou proteções tarifárias (HARVEY, 2007). Esse modelo permitiu a expansão das agroexportações e da industrialização por meio do Mercado Comum da América Central (MCAC ou MCCA pelo acrônimo em espanhol de *Mercado Común Centroamericano*).

No século XX o processo de inserção da região ao capitalismo se intensificou e se transformou e a integração teve uma orientação mais econômica e se enquadrou nas demandas comerciais, financeiras e de cooperação dos países do Terceiro Mundo dentro da ONU e, particularmente, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, pelo acrônimo em inglês).

O processo formal e vertical de construção da região centro-americana começou em 1951 através da cooperação e a integração entre os governos, quando se formou a Organização de Estados Centro-americanos (ODECA/*Organización de Estados Centroamericanos*, em espanhol). Aí se lançaram as bases para a integração econômica, social e política.

Em 1952 se criou o Programa de Integração Econômica para formar um mercado comum – que se concretizou até 1960. Entre 1952 e 1958 surgiu a ideia do programa e se prepararam estudos sobre a estrutura e desenvolvimento das economias centro-americanas. Neste período também se assinaram acordos bilaterais de livre comércio e integração econômica; um acordo sobre direitos de importação e seu protocolo sobre preferências tarifárias, além de um Acordo de Associação Econômica entre Guatemala, El Salvador e Honduras.

Em junho de 1958, se assinou o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Centro-americana (*Tratado Multilateral de Libre Comercio e Integración Centroamericana*, em espanhol), o qual constitui o quadro institucional do mercado comum estabelecendo um período de 10 anos para construir o regime de livre comércio.

O 13 de dezembro de 1960 os governos assinaram o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-americana (*Tratado General de Integración Económica Centroamericana*, em espanhol) que criou o MCAC e entrou em vigência em 1961 para Guatemala, Nicaragua e El Salvador; em 1962 para Honduras e em 1963 para Costa Rica (OROZCO, 2016). Este acordo permitiu ampliar e integrar os

mercados destes países durante os seguintes cinco anos e estabelecer uma tarifa comum de importações para responder às necessidades de desenvolvimento industrial. Os Estados signatários se outorgaram o livre comércio imediato em todos os produtos originários dos seus respectivos territórios excetuando mercadorias sujeitas a regimes especiais²⁰, que se incorporariam ao livre comércio no quinto ano de vigência do Tratado Geral (CEPAL, 1961).

O MCAC foi acompanhado de outros processos de integração na América Latina. No nível geral, se criou, em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio²¹ (ALALC) mediante o Tratado de Montevideo e o seguinte processo subscrito foi a Comunidade Andina de Nações (CAN) – ou Pacto ou Grupo Andino, cujos membros instituidores foram Peru, Colômbia, Bolívia, Equador e Chile –, em 1969 por meio do Acordo de Cartagena.

Como mencionamos no capítulo anterior, houve muitas mudanças importantes no sistema capitalista desde a década de 1970, mesmo o início da globalização: uma nova época do capitalismo caracterizada pelo seu alcance verdadeiramente global; nelas a mobilidade do capital virou uma prioridade impulsionada pelas corporações transnacionais e começou a formação dos aparelhos do Estado Transnacional (ET) e a Classe Capitalista Transnacional (CCT). Algumas características das crises também mudaram.

²⁰ As negociações dos regimes especiais foram bilaterais, mas aprovadas multilateralmente por todos os Estados signatários. A lista inclui vários casos. O primeiro são os casos de tarifas preferenciais num prazo não maior de cinco anos, se refere a artigos de consumo fabricados a escala nacional que precisam de tempo para se ajustar ao nível novo de concorrência (artigos da indústria têxtil, óleos e gorduras, cervejas, sabonetes, pinturas). O segundo tipo de tratamento estabelece controles de exportação e importação, quotas de importação e impõe protocolos especiais como condição para outorgar o livre comércio (arroz, milho, farinha de trigo). O terceiro regime mantém impostos alfandegários para mercadorias de plantas industriais que precisavam se estabelecer na escala regional (recipientes de vidro, pneus e papel). O quarto requer a equalização tarifária prévia do produto acabado e de suas matérias primas para o livre comércio a ser concedido (indústria do fumo, algumas fibras, tecidos e produtos da atividade têxtil). Alguns produtos ficaram sujeitos ao pagamento de impostos alfandegários ou a controles de importação ou exportação (café, álcool, cachaça, açúcar de cana e algodão).

O acordo prevalece acima do acordo multilateral e dos outros instrumentos de livre comércio entre as Partes. Nenhum dos Estados signatários podia assinar unilateralmente com países não centro-americanos novos acordos que atingissem os princípios da integração econômica da região.

Se estabeleceram órgãos para aplicar Tratado Geral sem criar instituições supranacionais:

- - Conselho Econômico Centro-americano: dirigiu e coordenou a política econômica das Partes por meio dos ministros de economia. Facilitou a execução das resoluções do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo Centro-americano.
- - Conselho Executivo: administrou o Tratado Geral e teve a faculdade de propor acordos para alcançar a integração econômica (CEPAL, 1961).

²¹ Países fundadores: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Uruguay e Venezuela.

O sistema de Bretton Woods colapsou, iniciou a recessão nos países industrializados, os preços do petróleo se acrescentaram, o abatimento dos preços das commodities, a crise do dólar, a guerra do Yom Kippur entre Israel e os países árabes, foram alguns dos problemas internacionais dessa década.

Neste período também a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ascendeu como novo polo de poder mundial após sua recuperação econômica depois da segunda guerra mundial, tal como aconteceu com o Japão. Começou-se a falar da multipolaridade nas relações econômicas e políticas mundiais, mas só entre países desenvolvidos. Essa dinâmica foi mantida até a década de 1990, quando a China experimentou as sequelas de ter decidido se abrir ao mundo depois das reformas de 1979 impulsionadas por Deng Xiaoping – junto com Chile, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha – sendo assim um dos pilares do neoliberalismo (HARVEY, 2007).

Os esforços dos países para alcançar “o desenvolvimento” pelos que lutou o bloco do Terceiro Mundo no nível multilateral – seja mundial, regional o sub-regional – depois da segunda guerra mundial, terminaram se ajustando aos imperativos do capital dentro do bloco capitalista. Esses Estados permitiram a entrada do capital sob alguns requerimentos nomeados “requisitos de desempenho” – deviam transferir tecnologia ou reinvestir uma parte de seus lucros, tinham algumas restrições para que os lucros voltassem ao país de origem da corporação transnacional, houve possibilidades de implementar políticas para defender ou impulsionar a indústria nacional, entre outros.

Neste quadro, o multilateralismo e os processos de integração regional se reestruturaram na América Latina e contribuíram à geração de condições favoráveis para a constante expansão do capital transnacional. O principal jeito de impor essas mudanças nos países da região foi o neoliberalismo, que começou no Chile sob o governo da ditadura militar de Augusto Pinochet, o qual foi apoiado pelas elites econômicas chilenas – que se sentiram ameaçadas pelo socialismo de Salvador Allende – e pelas corporações dos Estados Unidos, a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o secretário de Estado desse país durante aqueles anos, Henry Kissinger (HARVEY, 2007). Isso, conseqüentemente, afetou os processos de integração na América Latina – Chile saiu da CAN em 1976.

A reestruturação das relações econômicas globais passou por rodadas de negociações comerciais dentro do GATT. Entre 1973 e 1979 foi realizada a Rodada

Tóquio, nela houve reduções tarifárias e foi alcançada uma tarifa média ponderada aplicada à manufatura em 9 dos principais mercados de países industrializados – baixou de 7 a 4,7%. Foi reconhecido o trato preferencial – tarifário e não tarifário – para os países em desenvolvimento e destes entre si, além foi liberalizado o comércio de muitos produtos tropicais (GATT, 1990).

A Rodada Uruguay iniciou em setembro de 1986 na cidade de Punta del Este, Uruguay²². Foi muito complexa e ambiciosa porque ampliou as negociações a sectores como propriedade intelectual e medidas sobre investimentos relacionados com o comércio, o comércio de serviços e as compras ou contratação pública. O conhecimento, as telecomunicações e as tecnologias da informação estavam se tornando muito importantes da economia global. Todos estes temas foram muito importantes no processo de liberalização comercial no mundo e se discutiram nas Conferências Ministeriais da Organização Mundial de Comércio (OMC) – em Singapura (1996), Genebra (1998) e Seattle²³ (1999).

Só em 2001 foi lançada a Rodada de Doha. Os avanços foram discutidos nas posteriores conferências ministeriais da OMC²⁴. No esquema, falamos de estancamento porque foi muito difícil avançar nos temas chave para o capital transnacional; os anos marcados para fechar a conclusão dessa rodada foi se prolongando e a liberalização do comércio e dos investimentos foi se conseguindo através de acordos bilaterais, trilaterais ou sub-regionais, tal como aconteceu no caso do México e América Central.

Os resultados da primazia da mobilidade do capital concretizada na multiplicação de tratados de livre comércio e acordos bilaterais de investimento (TBI por *Tratados Bilaterales de Inversión*, em espanhol) ou para sua promoção e

²² Dos países da região do agora Projeto Mesoamérica, participaram: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, República Dominicana e Colômbia. Panamá apresentou solicitação de adesão até 1996 e formou parte da organização até 1997. Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras participaram, mas não eram partes contratantes do GATT.

²³ Nesta conferência houve uma rearticulação dos movimentos sociais do mundo frente às políticas neoliberais impulsionadas pelo FMI, o BM e a OMC por meio de TLC e TBI de depois do período de crises financeiras que começaram no México em 1995, continuaram pela Ásia e se expandiram à América Latina, particularmente na Argentina em 2001. Os movimentos sociais resgataram os ensinamentos do Exército Zapatista de Libertação Nacional – com o seu levantamento em 1994 frente ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e o neoliberalismo –, das experiências do orçamento participativo em Porto Alegre em 2001 e a criação do Fórum Social Mundial (FSM) frente ao Fórum Econômico de Davos (FED); os protestos durante as cimeiras das reuniões do Grupo dos 7 (G7) e posteriormente do Grupo dos 20 (G20); das reuniões de primavera do FMI e o BM; chegando à conformação do movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos.

²⁴ Doha (2001); Cancún (2003); Hong Kong (2005); Genebra (2009); Genebra (2011); Bali (2013); Nairobi (2015); Buenos Aires (2017); Genebra (2002).

proteção recíproca (APPRI, pelo acrônimo em espanhol de *Acuerdos para la Promoción y Protección Recíproca de Inversiones*), se obtiveram no México através da implementação das políticas de ajuste estrutural no nível interno, as quais incluíram a abertura unilateral no comércio exterior, na década de 1980 após da crise da dívida e suas conseqüentes reformas econômicas e políticas sustentadas no que se conheceria como o “Consenso de Washington”²⁵.

O seguinte passo para o México foi a subscrição de tratados de livre comércio e APPRI. Conceituamos o Estado transformado mexicano como resultado deste processo de adequações por meio dessas reformas e a assinatura de acordos comerciais e de investimento. O primeiro acordo comercial para o México foi o Acordo de Livre Comércio de América do Norte (ALCAN ou TLCAN, pelo acrônimo em espanhol), o qual se complementou com 30 APPRI em vigência até hoje²⁶.

Ao TLCAN, seguiu o Acordo de Parceria Económica, Concertação Política e de Cooperação entre a União Europeia (UE) e o México – conhecido como Acordo Global. A expressão da parceria econômica foi um TLC – ou TLCUEM pelo acrônimo em espanhol de *Tratado de Libre Comercio entre la Unión Europea y México* – que envolveu o comércio de mercadorias e serviços e esteve se renegociando o tempo todo até alcançar, através dos órgãos internos do Acordo Global, ao seja, o Conselho Conjunto e o Comité Conjunto, uma nova versão do acordo cujas renegociações formais começaram em 2016 e finalizaram em 2020. Neste acordo modernizado, se eliminaram praticamente todas as tarifas sobre os produtos agrícolas que não foram liberalizados anteriormente; se simplificaram os procedimentos alfandegários; combate a corrupção nos setores público e privado; alargamento do acesso aos mercados de contratos públicos; oferta de um alto e ambicioso nível de proteção dos direitos de propriedade intelectual; abertura do comércio de serviços (financeiros, de transporte, comércio eletrônico e

²⁵ Esse consenso se resumiu em 10 pontos: 1) disciplina fiscal; 2) redução do gasto público; 3) aumento da base tributária; 4) liberalização das taxas de juros; 5) taxa de câmbio flutuante; 6) liberalização do comércio internacional (eliminação de tarifas); 7) liberalização do investimento direto estrangeiro; 8) privatização de empresas públicas; 9) desregulamentação, 10) garantia de direitos de propriedade intelectual. (BERUMEN, 2009). Com essas medidas, os países do Norte encararam a redução das taxas de lucro depois da crise da década dos anos 1970 e foram impostas pelo FMI e o BM aos países do sul para resolver a crise da dívida anos mais tarde (BIDAURRATZAGA, s/d).

²⁶ Com Alemanha, Argentina, Áustria, Bahrein, Belarus, China, Coreia, Cuba, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hong Kong, Islândia, Itália, Kuwait, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Checa, Singapura, Suécia, Suíça, Trinidad e Tobago, Turquia, Unión Económica Belgo-Luxemburguesa e Uruguay (SECRETARIA DE ECONOMIA, 2018).

telecomunicações); e melhoria das condições de investimento (DELEGACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA EN MÉXICO, 2021).

Em 2010, a UE e México assinaram uma Associação Estratégica²⁷ que implicou em cooperação conjunta na América Central por meio do Projeto Mesoamérica em temas de transporte, interconexão elétrica, biocombustíveis, energias renováveis, saúde pública e prevenção de riscos em desastres naturais (CONSEJO DE LA UNIÓN EUROPEA, 2010).

No caso dos países centro-americanos, as políticas de adequação à liberalização do comércio e do investimento, se implementaram com a entrada em vigência do Protocolo de Tegucigalpa da Carta da ODECA (assinado na capital de Honduras em dezembro de 1991), o qual significou o nascimento do Sistema de Integração Centro-americana (SICA ou *Sistema de Integración Centroamericana*, em espanhol) no quadro geral da implementação de políticas neoliberais no capitalismo global, a transformação das bases dos processos anteriores de integração regional²⁸ e a reestruturação das relações com outros países.

México contribuiu nessa mudança nos processos de integração na América Central por meio da criação do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla (Mecanismo de Tuxtla) em 1991 para analisar os temas relacionados com o desenvolvimento dessa região e México. Na primeira cúpula, participaram os presidentes de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua e México. Um dos principais objetivos foi avançar para o estabelecimento de uma área de livre comércio e os temas econômicos mais importantes foram a liberalização comercial e financeira, o sector primário – pescaria, agricultura e pecuária – e o provisionamento energético no quadro de um discurso oficial em torno da cooperação, do interesse comum e até do desenvolvimento sustentável (SELA, s/d). Como resultado da liberalização comercial, México assinou acordos com Costa Rica, Nicaragua e os países do Triângulo Norte (Guatemala, Honduras e El Salvador);

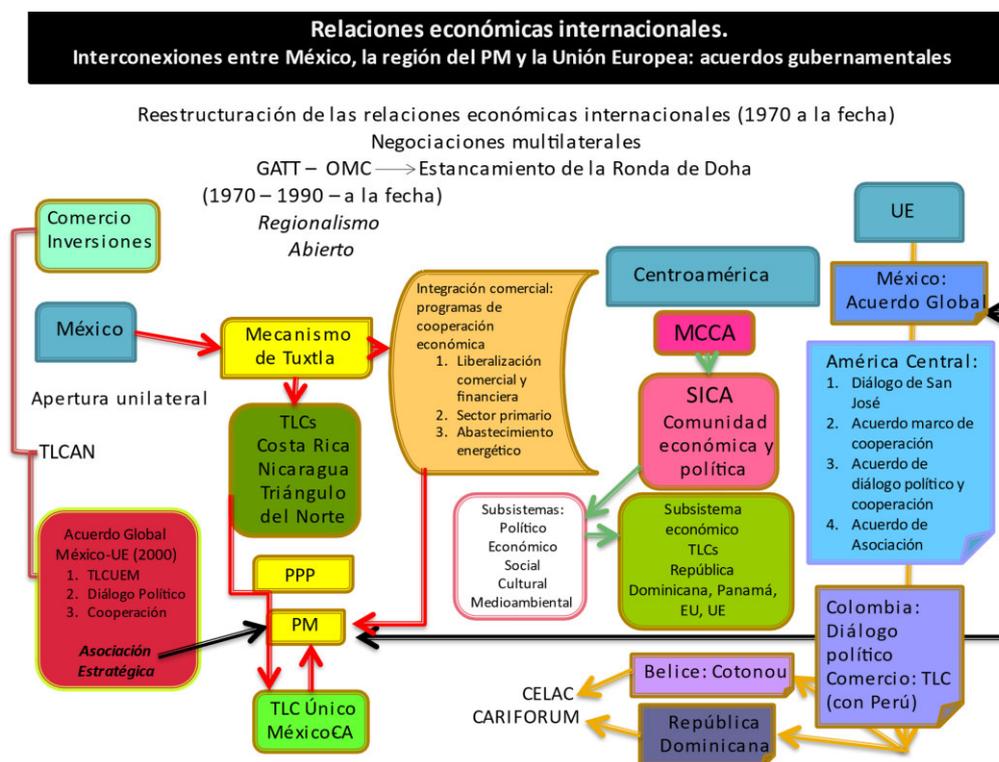
²⁷ Depois da Cúpula EU-Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos de 2013, os líderes decidiram explorar as opções para uma atualização compreensiva do Acordo Global e as negociações com México começaram em maio de 2016. As duas partes chegaram a um acordo de princípio sobre a parte comercial em abril de 2018 complementando os compromissos sobre compras públicas em abril de 2020. O acordo, uma vez ratificado, substituirá o Acordo Global.

²⁸ Para se informar sobre a situação e as condições particulares da transição revolucionária até o capitalismo global nos países centro-americanos, consulte-se Robinson (2011), particularmente as partes II e III.

esses acordos ficaram como um só agora conhecido como TLC México-América Central assinado em 2011 e em vigência entre 2012 e 2013.

Os países centro-americanos têm acordos sobre comércio e investimentos com os Estados Unidos – o Acordo de Livre Comércio América Central-Estados Unidos-República Dominicana (CAFTA, pelo acrônimo em inglês de *Dominican Republic-Central America Free Trade Agreement*) – e a União Europeia – por meio do Acordo de Associação (ADA, com esse acrônimo são conhecidos os acordos da UE em alguns países da América Latina)²⁹.

As relações entre a UE e Centro-américa na globalização começaram com o Diálogo de San José, um Acordo-Quadro de Cooperação, um Acordo de Diálogo e Cooperação e o ADA que entrou em vigência em 2014.



Quadro 4: Relações econômicas internacionais
 Fonte: Elaboração própria (2014)

As relações da Colômbia com Estados Unidos são percebidas como subordinadas ou pragmáticas nas últimas décadas em parte pelo Plano Colômbia,

²⁹ A parte comercial aplica-se provisoriamente desde 2013 em distintos dias para os países centro-americanos. A EU importa frutas (bananas e abacaxi), açúcar, gorduras e óleos animais e vegetais (óleo de palma, principalmente), bebidas de café e instrumentos médicos. A EU exporta até América Central produtos farmacêuticos, máquinas e aparelhos e equipe de transporte (COMISIÓN EUROPEA, s/d).

as políticas implementadas em torno da guerra contra o terrorismo, o acordo de livre comércio e o uso de bases militares por pessoal americano (GARAY, 2009).

Os Estados Unidos viraram mais importantes desde a separação do Panamá da Colômbia, em 1903, e a conclusão da Construção do Canal de Panama, em 1914, que teve um grande interesse econômico mas também militar devido as possibilidades dos Estados Unidos entrarem na Primeira Guerra Mundial, pelo que tomaram medidas rígidas quanto à segurança do Canal³⁰. Na década de 1920, a aliança com os Estados Unidos se aprofundou em resposta ao boom econômico desse país, a indenização reconhecida no Tratado Urrutia-Thompson e os recursos que chegaram em empréstimos. No início da Grande Depressão nos Estados Unidos esteve marcada pela divisão entre países denominados “livres” e “autoritários” nos anos 30 do século anterior.

Depois da segunda guerra mundial, a Colômbia foi parte das ações do grupo do Terceiro Mundo e a aliança com os Estados Unidos girou em torno à contenção do comunismo e principalmente à questão das drogas ilícitas. O aprofundamento da guerra contra as drogas e o fim da Guerra Fria levaram aos Estados Unidos a implantar programas de cooperação para erradicar e eliminar cultivos ilícitos e o tráfico de drogas.

Durante o governo de George Bush (1989-1993), foi aprovado o uso de forças militares nos esforços antidrogas, considerando isso uma questão de segurança nacional; a mesma coisa aconteceu na Colômbia. Antes era considerado um problema de segurança cidadã e enfrentado pelas forças policiais.

Apesar dos fracassos da guerra contra as drogas em termos de eliminação de colheitas, redução do trânsito e consumo nos Estados Unidos e na Colômbia, as autoridades dos dois países persistiram aprovando mais e mais recursos na esperança de ter o efeito esperado. Se chegou quase até o proibicionismo e se acrescentaram os incentivos para consolidar um complexo mercado subterrâneo que não pode ser conhecido pelas autoridades ou os participantes. Isso levou à necessidade de ampliar os laços existentes com outros grupos ou mercados ilegais, o que explica o crescimento da relação entre drogas ilícitas e conflito armado. Os

³⁰ Este acordo visava resolver o conflito entre estes dois países sob a consideração do apoio que Estados Unidos outorgou ao Panamá para sua separação da Colômbia. O Congresso de Estados Unidos ratificou o tratado em abril de 1921 para obter o controle total do espaço territorial do Canal e instalar bases militares e locais de abastecimento (ECURED, s/d).

grupos paramilitares e guerrilheiros se apropriaram do negócio das drogas segundo Garay (2009); a partir deste ponto a guerra contra as drogas tem a ver com alcançar a paz no país latino-americano e foi incluído no Plano Colômbia, cujos recursos foram usados para modernizar e fortalecer as forças militares colombianas e fortaleceram a aliança entre os Estados Unidos e a Colômbia.

Durante o governo de Álvaro Uribe duas mudanças impactaram na relação drogas ilícitas-conflito interno; a primeira foi a inclusão da Colômbia na guerra contra o terrorismo do presidente dos Estados Unidos George Bush (2001-2009) – ajudou muito a Uribe, pois ele considerava terroristas as guerrilhas colombianas e às *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) – e a segunda foi a subordinação do tema comercial nas novas formas de cooperação. O Acordo de Livre Comércio entre os países andinos (Peru, Equador, Colômbia) foi promovido neste último país como um esforço a mais em face da guerra contra as drogas e para prender ou matar aquelas pessoas que pudessem participar do negócio das drogas.

As relações da Colômbia com a UE se mantêm por meio de vários mecanismos: a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) – anteriormente com o Grupo de Rio –, o Acordo Marco de Cooperação entre a UE e a Comunidade Andina, e ao nível bilateral. Há um diálogo bilateral sobre direitos humanos que se iniciou em 2009 e aborda temas como apoio aos defensores dos direitos humanos, proteção às crianças, participação e empoderamento das mulheres, respeito aos direitos da comunidade LGTBI+, promoção da responsabilidade social empresarial, promoção dos direitos das comunidades afrodescendentes e indígenas e fortalecimento judicial com especial apoio às vítimas e ao Sistema Integral de Justiça, Verdade, Reparação e Não Repetição. Porquanto, a UE apoia o processo de paz com um enviado especial e um fundo europeu.

O acordo comercial entrou em vigência em 2013 e inclui capítulos de tarifas alfandegárias, serviços, propriedade intelectual e contratação pública entre outros. A Colômbia é o primeiro parceiro comercial da União Europeia na Comunidade Andina e o quinto na América Latina; a UE é o terceiro parceiro comercial da Colômbia e a primeira fonte de investimento estrangeiro direto.

Em 2020, as exportações colombianas à UE atingiram um valor de 3,658 milhões de euros, 57% das exportações foram produtos agrícolas – com destaque para a banana fresca e o café. As importações colombianas da UE totalizaram 4,647

milhões de euros e consistiram em produtos farmacêuticos, máquinas e aparelhos mecânicos e veículos.

A posição da Colômbia como um país de extrema biodiversidade e com desafios ambientais, dá razão à UE para apoiar iniciativas de mitigação, adaptação e redução da vulnerabilidade às alterações climáticas e financiar projetos que procuram construir modelos de desenvolvimento sustentável e promover iniciativas de consolidação da paz (DELEGACION DE LA UNION EUROPEA EN COLOMBIA, 2021).

A Colômbia é membro da OMC e da Aliança do Pacífico junto com Peru, Chile e México; assinou acordos de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), Canadá, Chile, Costa Rica, Estados Unidos, México, o Triângulo do Norte e acordos preferenciais com o Caricom, Nicaragua, Panamá e Venezuela (SICE-OEA, s/d).

As relações diplomáticas da República Dominicana (RD) com os Estados Unidos iniciaram em 1884, ao início de sua independência do Haiti e após ter passado por intervenções e ocupações militares dos Estados Unidos e governos militares. A primeira transferência pacífica de poder de um presidente livremente eleito ao outro, aconteceu até 1978 (EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS EN LA REPÚBLICA DOMINICANA, s/d).

A RD é um parceiro importante nos assuntos hemisféricos devido a sua posição no Caribe como a maior economia, o segundo país em população e território – depois de Cuba –, seu comércio e proximidade com os Estados Unidos. Os dois governos cooperam na luta contra o tráfico de substâncias ilícitas e pessoas, extradição de fugitivos e na prevenção da migração ilegal. Devido ao grande aumento da violência na RD nos últimos anos, o governo dos Estados Unidos trabalha com as autoridades dominicanas, bem como com parceiros nacionais e internacionais para fortalecer a capacidade institucional.

No âmbito comercial, os Estados Unidos são o sócio mais importante da RD e os dois são parte do CAFTA, junto com os países da América Central. As exportações dos Estados Unidos à RD abrangem petróleo, produtos agrícolas, máquinas, veículos, algodão, fios e tecidos. As exportações da RD para os Estados Unidos incluem equipamentos médicos e ópticos, roupas, ouro, produtos agrícolas,

máquinas e tabaco. As empresas americanas com mais investimentos na RD são do setor de roupas, calçado, equipamentos eletrônicos leves e energia.

A RD aderiu ao Acordo de Associação entre a UE e os Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP) e que transitou ao Acordo de Cotonou que está em revisão para ser renovado. Assim, a RD e a UE assinaram um ADA em 2008. O Banco Europeu de Investimentos (BEI) possui um escritório regional em Santo Domingo, a capital da RD.

O diálogo político abrange todos os temas de interesse comum – políticas internacionais, direitos humanos, desafios globais, questões comerciais ou econômicas –, a implementação do Acordo de Parceria Econômica ou a segurança dos investimentos.

A RD é um ponto de conexão entre os mecanismos de diálogo e cooperação da UE com América Latina e do Caribe. Neste último caso, a UE se articula com a Comunidade do Caribe (CARICOM)³¹ e o Forum das Caraíbas (CARIFORUM)³² e os principais compromissos são relativos a comércio de serviços, investimento, política de concorrência, contratação pública, propriedade intelectual e desenvolvimento sustentável.

Tem-se percebido que o investimento da China em América Latina estava alcançando em maior medida aqueles países que reduziram as barreiras à entrada de capital e aqueles caracterizados por suas tendências de esquerda em seus modelos econômicos. No entanto, existe uma grande diversidade de projetos de investimento de empresas chinesas e empréstimos de bancos chineses para financiar projetos de investimento na América Latina, com destaque para México, Brasil, Colômbia e Chile em setores como mineração, automóveis e tecnologia, entre outros. Também se percebe que o único interesse dos empresários chineses é

³¹ A CARICOM se estabeleceu em 1973 para fortalecer a integração regional entre os países do Caribe por meio da união econômica e comercial, a coordenação da política exterior dos Estados membros e a cooperação na saúde, educação, cultura, comunicações e relações industriais. Houve uma primeira cúpula México-CARICOM em fevereiro de 2010 na Riviera Maya e uma segunda cúpula em 2012.

Estados membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Monserrat, Santa Lúcia, São Cristovão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, 2014).

Membros associados: Anguilla, Bermudas, Ilhas Cayman, Ilhas Turks e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas.

³² É um subgrupo da Organização de Estados Africanos, Caribenhos e do Pacífico que serve de base ao diálogo econômico com a UE desde 1992. Compreende os 15 estados da Comunidade do Caribe junto com a República Dominicana.

garantir o acesso aos recursos naturais mais importantes para manter seu desenvolvimento econômico (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2010).

As relações com a China e seus capitais transnacionalizados são complexas porque vários países centro-americanos ainda reconhecem a Taiwan como país soberano, mas isso não é obstáculo para propor ou receber propostas e investimentos da China.

No caso do México, o governo está contribuindo à chegada do seu capital transnacionalizado e permitindo os investimentos do país asiático em importantes megaempreendimentos do plano ferroviário mexicano por mencionar algum deles, além das restrições para negociar um acordo com um país de economia que não é de mercado segundo o artigo 32.10 do Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC), o qual foi dedicado indiretamente à China.

China é o segundo sócio comercial mais importante da Colômbia, só depois dos Estados Unidos. O governo colombiano vem realizando planos de trabalho para colocá-la como um forte destino para estabelecer centros de fabricação, pesquisa o desenvolvimento em setores de autopeças, energia elétrica, têxtil, desenvolvimento de software, petroquímica, biocombustíveis e infraestrutura (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2010).

Desde 2006, os investimentos chineses na Colômbia começaram a se consolidar. A segunda petroleira chinesa, Sinopec, realizou um investimento de mais de 400 milhões de dólares e adquiriu os ativos da americana Omimex. Em 2007, um grupo de empresários colombianos e a empresa *China Capital Airports Holding*, a qual administra os aeroportos mais importantes da China – incluindo o Aeroporto de Pequim, um dos mais modernos do mundo –, obteve a concessão para administrar seis aeroportos colombianos. Em 2009, a empresa petroquímica Sinochem investiu 300 milhões de dólares para localizar sua base central de operações para a região andina (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2010).

Consideramos que a preferência entre a China ou Taiwan, tem a ver com relações e os imperativos da política comercial, militar e de segurança dos Estados Unidos nos países centro-americanos. Não obstante, junto com as questões de política externa ou internacional dos países (aparência), o que observamos aqui é a importância dos mecanismos que os diferentes governos usam para permitir o

avanço mesmo do capital transnacional sem importar a nacionalidade de origem (essência)³³.

Em 2018, El Salvador rompeu relações com Taiwan e começou o restabelecimento das relações com a China; uns anos continuou exportando aos dois países, mas recebeu mais importações da China e provavelmente este país possa compensar a nova relação com investimentos em infraestrutura, como no caso do Porto *La Unión Centroamericana* e uma Zona Econômica Especial (ZEE), localizados no extremo sudeste de El Salvador, no Golfo de Fonseca (aí estão os limites territoriais de El Salvador, Honduras e Nicaragua). O governo salvadorenho está colocando esta região como um centro de distribuição de seus produtos no Triângulo Norte e Nicaragua. Além disso, pretende conectar o porto e a ZEE por meio de um canal seco em Honduras para ter saída ao Oceano Atlântico (UNIVERSIDAD DE NAVARRA, s/d).

Em outubro de 2012, o, então, Presidente Porfirio Lobo anunciou que *China Harbour Engineering Company Ltda.* construiria o Canal Seco Interoceânico de Honduras entre Puerto Castilla e o Golfo de Fonseca. A proposta considerava 10 linhas de trem que funcionariam por meio de energia elétrica, uma refinaria, um estaleiro, dutos e instalação de fibra ótica para cabos submarinos.

Na realidade, funciona um corredor logístico para unir o Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico e vice-versa, por meio de uma rodovia. Tem uma longitude de 400 quilômetros. A rota prévia obrigava passar por Tegucigalpa. Na costa Atlântica, se localiza *Puerto Cortés*, a principal infraestrutura portuária de Honduras e o transporte de mercadorias poderia se fazer até o Porto *La Unión*, em El Salvador. A ampliação de *Puerto Cortés*, está a cargo da concessionária filipina responsável pela sua gestão (ICTSI), no valor de 624 milhões de dólares, enquanto as obras de exploração do traçado da autoestrada de dois sentidos estão a cargo de um consórcio entre uma empresa do Equador e outra do Peru, com um investimento de 121 milhões de dólares em um financiamento público-privado. Além de tentar atrair parte do comércio interoceânico que não é feito por meio dos grandes navios projetados para cruzar o Canal do Panamá, o objetivo do corredor logístico é tentar estender para o sul mais pobre de Honduras o desenvolvimento trazido pelas

³³ Honduras, Guatemala e Belize mantêm relações com Taiwan. A presidenta Xiomara Castro de Honduras, prometeu retomar as relações com a China, mas ainda não acontece. A República Dominicana rompeu relações com Taiwan em 2018 e Panamá em 2017 (BBC, 2021).

maquiladoras têxteis de San Pedro Sula – centro econômico de Honduras – e Puerto Cortés (BLASCO, 2018).



Figura 4: Corredor logístico interoceânico em Honduras (com ramal a Tegucigalpa)
Fonte: BLASCO, 2018.

As conexões de Puerto Cortés e San Pedro Sula desde os portos Acajutla ou La Unión e os nós produtivos salvadorenhos – como San Salvador e Santa Ana – são importantes para o transporte de têxteis (1,600 milhões de dólares – mdd – exportados em 2020), papel e cartão (281 mdd), plásticos e borrachas (357 mdd) (CAÑETE, 2021).

Uma maneira complementar de atrair investimento estrangeiro nestes corredores, na região toda do espaço global do Projeto Mesoamérica, é a criação de zonas econômicas, sejam ZEE, como mencionamos acima e que estavam incluídas no corredor interoceânico mexicano nas propostas de outros governos – só que agora se chamam de “polos do bem-estar” –, ou sejam nomeadas Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico (ou ZEDEs, pelo acrônimo em espanhol de *Zonas de Empleo y Desarrollo Económico*) como aconteceu em Honduras. É importante mencionar que há uma importante resistência social às ZEDEs que se localizam entre San Pedro Sula e Puerto Cortés.

Outro jeito de conectar os dois oceanos em Honduras, era através de ferrovias partindo do Golfo de Fonseca, no porto hondurenho de Amapala – que também precisa de importantes reformas – até o Puerto Castilla, no centro da costa atlântica de Honduras, mas ainda não tem investimento nenhum (BLASCO, 2018),

apesar de que empresas hondurenhas, italianas, dos Estados Unidos e da Ásia mostraram interesse (LA NACIÓN, 2016).

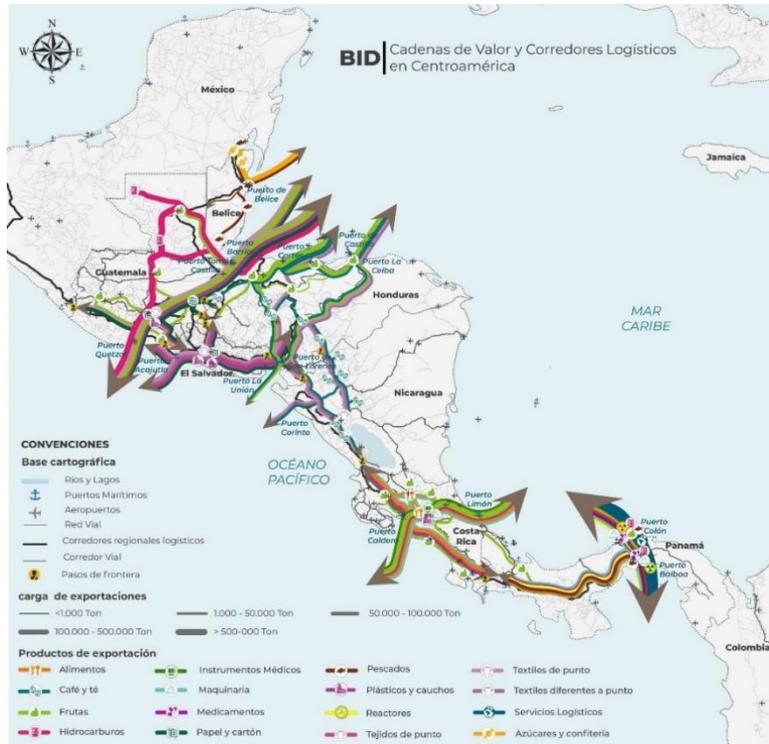


Figura 5: Cadeias de valor e corredores logísticos em Centro-américa
 Fonte: CANETE, 2021.

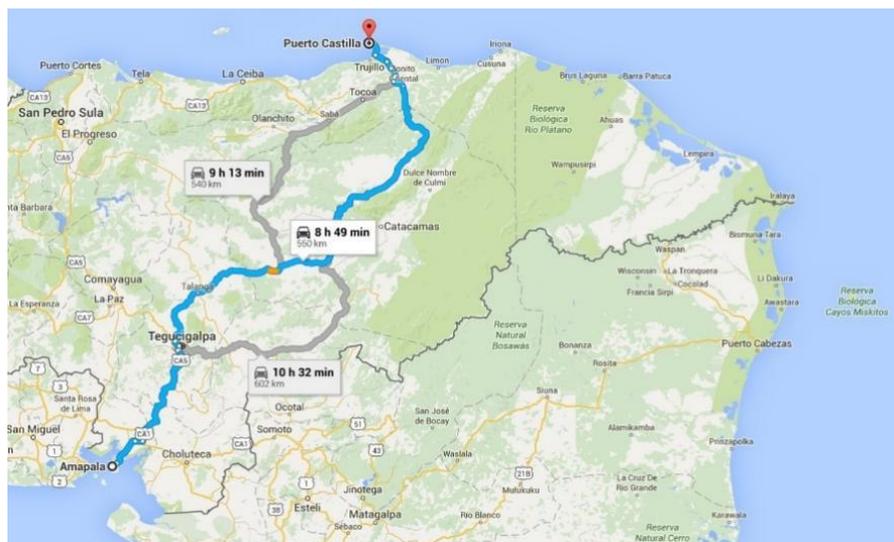


Figura 6: Conexão entre Puerto Castilla e Puerto Amapala em Honduras
 Fonte: La Nación (2016).

Uma alternativa ao Canal de Panamá era o Canal Interoceânico de Nicaragua – de 286 km de extensão – e isto tem a ver também com as relações estabelecidas por Nicaragua com Taiwan e a China. Nicaragua rompeu suas relações diplomáticas com Taiwan em 2021 e começou a se aproximar da China; em setembro de 2022, anunciaram que vão negociar um TLC.

Com o restabelecimento das relações entre a China e Nicaragua, renasceu a esperança de relançar o projeto do canal impulsionado pela empresa chinesa *HK Nicaragua Canal Development Investment, Co Limited (HKND Group)* desde 2013 – essa empresa nasceu em 2012 em Hong Kong e é parte de um paraíso fiscal nas Ilhas Grand Cayman. O principal sócio é um homem chamado Wang Jing, que assinou um contrato de investimento em telecomunicações em Nicaragua em 2012.

Uma das principais críticas ao contrato de construção do canal é que outorga a concessão à empresa por um período de 100 anos garantida exclusivamente aos parceiros chineses; também estabelece que a Nicaragua renuncia a qualquer reivindicação de soberania sobre a concessão durante esses 100 anos. As obras começariam em 2014 e terminariam em 2024 com um custo de 40 bilhões de dólares; incluíam um trajeto de pelo menos de 190 quilômetros por terra e 80 quilômetros pelo lago Cocibolca – a principal reserva de água doce da região –, com largura não inferior a 150 metros para navios de grande calado (250 mil toneladas). Haveria outros projetos adjacentes como zonas francas ou de livre comércio, portos de águas profundas, um aeroporto internacional, uma linha de trem e um oleoduto (SILVA, 2013).

Esses canais ou corredores podem se considerar ZEIA em formação³⁴ (SANDOVAL, 2019) que se complementam com uma rodovia para unir o Caribe com o Pacífico em Costa Rica que iniciaria em Puerto Limón (no Caribe) até Puerto Moín (no Pacífico). Tem um oleoduto paralelo, uma rodovia nova de duas pistas – que facilitaria a conexão com Puerto Limón e a Interamericana Norte –, e uma ampliação da rodovia que enlaça San José com o Caribe.

Laura Chinchilla, presidenta desse país nesse momento, anunciou o projeto em 2012 e especificou que se tratava de um corredor logístico no Caribe Norte e seria financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF) e o governo chinês. Não

³⁴ O Triângulo Norte está sendo estudado como ZEIA – Luis Manuel Martínez, da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH), apresentou esta ideia em diferentes eventos acadêmicos.

obstante, desde a década de 1980 se tinham mostrado intenções de estabelecer este tipo de conexão.

Em 2016, o Ministério de Obras Públicas de Costa Rica anunciou que o setor privado desenvolveria o projeto de um canal seco – para descarregar, transportar e recarregar produtos em menos de 30 horas – que contém 315 km de rodovias, duas linhas férreas paralelas, três aeroportos internacionais, 30 plantas hidrelétricas, dois novos portos marítimos na costa do Pacífico (bacia de Santa Elena) e no mar Caribe (Parismina) (MUNDO MARÍTIMO, 2016).

No caso de Guatemala, a ideia de construir o corredor interoceânico surgiu em 1999, mas se concretizou em um anúncio no ano 2012. Se trata de um corredor seco de 372 quilômetros de distância com duas ferrovias, uma rodovia de transporte de carga, gasodutos, uma rede de geração e distribuição elétrica e uma outra rede de fibra óptica com a construção de dois portos em cada extremo do corredor para receber navios com cargas de mais de 14.000 contêineres (STRUCTURALIA, 2015), cinco oleodutos e zonas industriais (SANDOVAL, 2019).



Figura 7: Rota do corredor interoceânico em Costa Rica
Fonte: MUNDO MARÍTIMO, (2016).

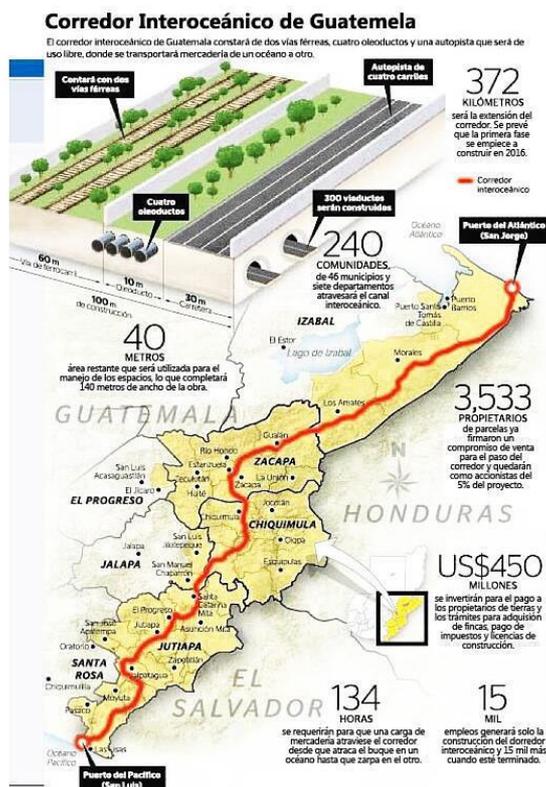


Figura 8: Corredor interoceanico de Guatemala
 Fonte: STRUCTURALIA, 2015.

O último canal interoceanico seco e possível ZEIA do espaço global do Projeto Mesoamérica, fica na Colômbia. A ideia tem uns cinquenta anos e se têm estudado 25 rotas distintas. Talvez seja porque a Colômbia nunca teve uma perspectiva marítima. Apesar de ter saída aos oceanos, esse país está desconectado das linhas principais de transporte marítimo entre a Europa e a Ásia e não tem portos competentes para acessar a bacia do Pacífico (DUQUE-ESCOBAR, 2015a).

Uma sub-região importante na conexão interoceanica é Urabá³⁵ porque confluem infraestrutura portuária em planejamento, uma nova rodovia ao mar, o túnel de Toyo e os portos projetados em Turbo e Necoclí. Embora a infraestrutura portuária projetada vise melhorar o acesso de Antioquia ao comércio mundial, que se move por via marítima, ainda não está conectada com a iniciativa de ligar os dois oceanos mediante ferrovias e concorrer com o Canal de Panamá (LOAIZA, 2017). No final de 2017, foi realizada uma extensão da rodovia de Medellin (principal cidade

³⁵ A sub-região recebe esse nome pelo Golfo de Urabá; nela confluem os departamentos de Antioquia, Córdoba, Chocó e o *Tapón del Darien*, este último na fronteira com Panamá. É uma encruzilhada entre os oceanos Pacífico e Atlântico.

industrial colombiana) ao Golfo de Urabá, encurtando o tempo de viagem através de dois grandes túneis; a rodovia passa por Mutatá, município onde ocorre a mineração a céu aberto para exploração de ouro (SANDOVAL, 2019).

A conexão ferroviária interoceânica seria a primeira de cargas na Colômbia, teria uns 250 quilômetros e abrangeria as ferrovias entre Urabá e Cupica, complementando a hidrovía do Atrato. Poderia se estender o corredor ferroviário do Rio Cauca até Urabá e integrá-lo à Hidrovía Magdalena e Meta Orinoco passando pelo Altiplano. O Ferrocarril Cafetero seria a chave para alcançar a intermodalidade do transporte de carga na região andina desse país (DUQUE-ESCOBAR, 2015b).

Em 2011, o presidente nesse tempo Juan Manuel Santos, afirmou que já estava negociando com o banco de desenvolvimento chinês e que o projeto seria realizado pela empresa *China Railways*, apesar de que afetaria as comunidades tradicionais.

O carvão da Colômbia, cujas reservas são de 7 bilhões de toneladas, poderia financiar as ferrovias desse país, especialmente quando o pequeno número de contêineres inviabiliza o transporte de carga a baixo custo (DUQUE-ESCOBAR, 2015b).

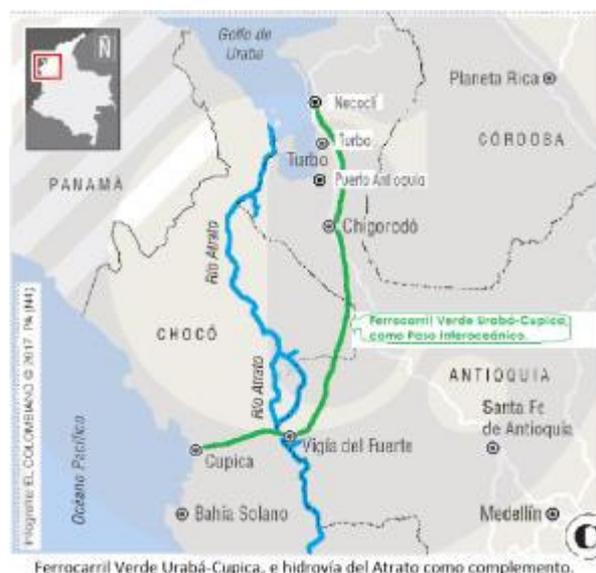


Figura 9: Ferrovia Verde Urabá-Cupica e hidrovía do Atrato como complemento
Fonte: DUQUE-ESCOBAR (2015a)

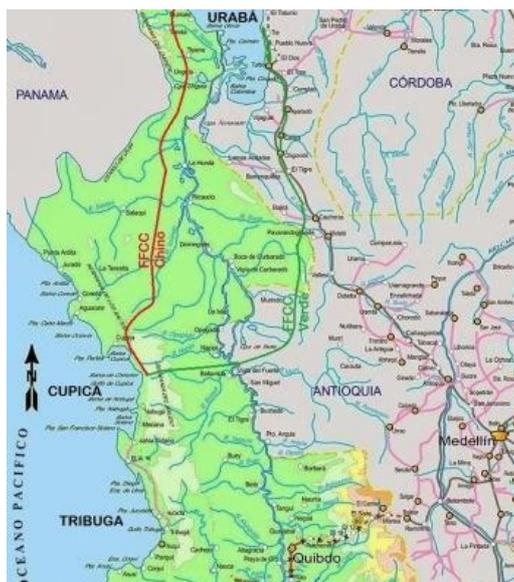


Figura 10: Ferrovia chinesa vs ferrovia verde
 Fonte: DUQUE-ESCOBAR, 2014.

Assim, os espaços nacionais ou parte deles ficaram subordinados à supremacia territorial das instancias internacionais acima mencionadas que atuam a favor do capital transnacional³⁶ usando diversos mecanismos (tratados, acordos e alianças de livre comércio e prosperidade regional, mecanismos de segurança regional, planos geoestratégicos e outros) e se apoiando nas políticas que formam parte das reformas estruturais no nível nacional.

Como observamos acima, capitais transnacionais de origem europeia e asiática também procuram se expandir no mundo e usam acordos de diferentes tipos impulsionando assim a formação do espaço global da região do Projeto Mesoamérica no seu processo de criação, desenvolvimento e proteção. Esses acordos, sejam TLC, APPRI, TBI bilaterais ou multilaterais, ou outros mecanismos de cooperação econômica, se chamam de mecanismos de consenso; mas tratam-se de acordos de securitização ou militarização, conhecidos como instrumentos de coerção.

No caso do espaço global da Fronteira México-Estados Unidos, Sandoval (2017) explica a maneira que o capital transnacional é protegido por meio de importantes mecanismos de militarização refletidos em complexos industriais e de

³⁶ Estamos falando do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial de Comércio, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) e outras de carácter regional como a CEPAL, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Centro-americano de Integração Económica (BCIE) ou a própria União Europeia sob o discurso de impulsionar o desenvolvimento na região.

migração. Isto implicou a coordenação do governo mexicano com o governo dos Estados Unidos através do TLCAN e, desde 2005, da Aliança para a Segurança e a Prosperidade de América do Norte (ASPAN, pelo acrônimo em espanhol da *Alianza para la Seguridad e Prosperidad de América del Norte*) para ampliar a fronteira sul dos Estados Unidos – até o México, o que agora está se fortalecendo por meio do Corredor Interoceânico e o Trem Maia – e expandir seu controle sobre outras regiões com mecanismos que impõem diversos aspectos de segurança regional.

A primeira reunião do Projeto Mesoamérica foi realizada em Villahermosa, Tabasco, em 2008, justamente quando se realizava a sessão do Congresso dos Estados Unidos onde foi votada a chamada Iniciativa Mérida, que foi louvada pelos representantes dos países membros do PM. A Iniciativa Mérida, que abrangia o México e a América Central, foi dividida em 2010 na Iniciativa Mérida, a Iniciativa Regional de Segurança para América Central (CARSI, pelo acrônimo em inglês) e a Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe (CBSI, pelo acrônimo em inglês de *Caribbean Basin Security Initiative*) que inclui aos membros da CARICOM e à República Dominicana.

Os mecanismos de consenso já foram mencionados, mas os seguintes complementam os mecanismos de coerção como a Iniciativa Mérida e a CARSI no caso do espaço global do Projeto Mesoamérica:

1. Estratégia de Segurança para a América Central e México.
2. Diálogo América Central-México sobre segurança democrática.
3. Plano de Ação Hemisférico contra o Crime Organizado.
4. Plano Colômbia, junto com seus modelos de segurança democrática e de polícia militar com seus paramilitares (SANDOVAL, 2018).
5. Reuniões de ministros de segurança pública das Américas.
6. A Iniciativa Mérida foi substituída a partir de outubro de 2021 pelo Plano Bicentenário entre México e os Estados Unidos (OROZCO, 2022).

Com a articulação dos temas de segurança e comércio a partir dos Estados Unidos e de seus acordos com México, a militarização no espaço global do Projeto Mesoamérica vem aumentando inclusive por meio de um golpe de Estado em Honduras, em 2009, e sob vários outros pretextos tais como a guerra contra as

drogas e o crime organizado, a migração e avançando na criminalização do protesto social e a violação dos direitos dos povos em resistência e dos migrantes.

Assim, os processos de integração regional e sub-regional que a CEPAL impulsionou desde a década de 1950 – sob o princípio do tratamento especial e diferenciado para países relativamente menos desenvolvidos em contraste com o tratamento de nação mais favorecida ou do tratamento nacional do GATT de 1947 –, se transformaram e se criaram as condições para formar espaços globais para a expansão do capital transnacional e suas ZEIAs na América Latina e Caribe.

A implementação do regionalismo aberto (CEPAL, 1994) na América Latina, serviu aos governos do México e centro-americanos para procurar uma integração regional e global e se articulando com seus vizinhos do norte, do sul (a Colômbia) e com o Caribe (República Dominicana), o qual tem acontecido gradativamente, em diversas fases. A primeira delas foi o Plano Puebla-Panamá (PPP), que se transformou no Projeto de Desenvolvimento e Integração de Mesoamérica (em espanhol *Proyecto de Desarrollo e Integración de Mesoamérica*; o abreviaremos como Projeto Mesoamérica ou PM).

Os conflitos na América Central³⁷ durante as décadas de 1970 e 1980 tinham fortes antecedentes na desigualdade social, mas viraram numa fonte de tensão internacional no contexto do conflito Leste-Oeste marcada por um clima de confronto caracterizado por demonstrações de força, avanço da corrida armamentista, atividades de desestabilização e ruptura do diálogo político entre as partes envolvidas. A possibilidade de alastramento do conflito tornou-se uma ameaça para a região e, portanto, um assunto de segurança nacional, sobretudo para as nações mais próximas ao Istmo centro-americano (SEPÚLVEDA, 1988).

Em 9 de janeiro de 1983, os ministros de relações exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela se reuniram na ilha de Contadora, Panamá, com o objetivo de promover uma iniciativa conjunta de paz para o conflito centro-americano. Aí formaram o Grupo Contadora que procurou, de um lado, criar condições de paz por meio de acordos que eliminassem o armamentismo e a

³⁷ Causados, entre outras razões, pelo apoio concedido pelo governo revolucionário de Nicaragua, desde seus primórdios, aos grupos no Salvador; a presença no território de Honduras dos remanescentes da Guarda Nacional do governo de Somoza, que conseguiu se reagrupar após a derrota em 1979 e começou a aventurar-se na Nicarágua desde 1981; soma-se a isso o apoio que Cuba deu à Nicaragua e à guerrilha salvadorenha, e o financiamento dos Estados Unidos aos governos de Honduras, El Salvador etc. (EMBAJADA DE MÉXICO EN COSTA RICA, s/d).

presença militar estrangeira; pelo outro, promover um processo de desenvolvimento econômico e social na região. Em setembro desse ano, o Grupo e os cinco países da América Central assinaram um *Documento de Objetivos* com 21 pontos que atendiam a preocupação da presença militar estrangeira e o uso do território de um país para desestabilizar outro. A ONU, a Organização de Estados Americanos (OEA) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE) apoiaram as ações do Grupo Contadora.

Em 1984 foi proposta a *Acta de Contadora por la Paz y la Cooperación en América Central*, mas Costa Rica, El Salvador e Honduras não chegaram a um acordo sobre o texto com Nicarágua. Em 1985, foi criado em Lima o Grupo de Apoio formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai com o objetivo de impulsionar a pacificação na região e apresentaram o *Mensaje de Caraballeda* e a *Declaración de Panamá*.

O trabalho do Grupo Contadora lançou as bases para reuniões de Esquipulas (1986) e do *Plan Arias* (1987), nas quais os governos centro-americanos concordaram em pacificar a região.

Os grupos Contadora e de Apoio se constituíram no Grupo do Rio em dezembro de 1986 por meio da Declaração do Rio de Janeiro como um mecanismo permanente de consulta e diálogo político. Com a celebração da Cúpula de Unidade da América Latina e Caribe, concluiu o exercício bienal (2008-2010) do México como Secretário Pro Tempore do Grupo do Rio. Na declaração dessa cúpula, os chefes e chefas de Estado e de governo tomaram a decisão de estabelecer a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), enquanto espaço que projeta a identidade regional e assume o patrimônio do Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) (EMBAJADA DE MÉXICO EN COSTA RICA, s/d).

O esforços mexicanos no Grupo Contadora e do Rio adicionando os mecanismos concretos de cooperação na América Central por meio do Mecanismo de Tuxtla e da coordenação com o SICA significaram a incorporação da região que agora nomeamos Espaço Global do Projeto Mesoamérica ao capitalismo global, junto com as intervenções de outros atores globais como os Estados Unidos, a União Europeia, a China e outros países latino-americanos junto com diversas corporações transnacionais e instituições internacionais.

Do Mecanismo de Tuxtla nasceu o *Plan Puebla Panamá* (PPP), em 2001. Em 2007, durante a reunião do Mecanismo em Campeche, México, se anunciou a mudança de nome do PPP para Projeto Mesoamérica junto com a incorporação oficial da Colômbia e da República Dominicana. As prioridades do PM se focaram em infraestrutura, interconectividade e desenvolvimento social.

O PM abrange a área do sul-sudeste mexicano (9 estados: Puebla, Guerrero, Oaxaca, Veracruz, Chiapas, Tabasco, Campeche, Yucatán, Quintana Roo), os países centro-americanos (Guatemala, Belize, Honduras, El Salvador, Nicaragua, Costa Rica, Panamá), a Colômbia e a República Dominicana, no Caribe. Essa superfície tem 3,65 milhões de quilômetros quadrados habitados por 230 milhões de pessoas.



Figura 11: Área do Projeto Mesoamérica
Fonte: <http://www.proyectomesoamerica.org/index.php>
Consulta: 2013

As especificidades deste espaço global são a produção energética, um sistema de infraestrutura de transporte e megaempreendimentos turísticos³⁸ em toda a região.

Os planos governamentais visam fornecer energia à região do PM, com a sua própria produção através de um eixo mineração-energia que inclui mineração de carvão, petróleo, gás, agrocombustíveis de palma africana; eletricidade de várias fontes. Existe uma conexão muito importante que abarca desde a Colômbia, que passa pelos países centro-americanos por meio do Sistema de Interconexão Elétrica para América Central (SIEPAC, pelo acrônimo em espanhol de *Sistema de*

³⁸ Para a Península de Yucatán no Golfo de México e Caribe, ver Benavides (2021); e para a costa de Oaxaca, no Pacífico, ver Talledos, Henríquez y Filgueiras (2019).

Interconexión Eléctrica para América Central); pelo México – através do Sistema Interligado Elétrico Nacional do México ou *Sistema Interconectado Eléctrico Nacional de México*, em espanhol, que está em processo de privatização transnacionalizada (CASTANEIRA, 2019), apesar do discurso de resgate da soberania nacional do governo atual mexicano e de fortalecimento da Comissão Federal de Eletricidade (CFE ou *Comisión Federal de Electricidad*, em espanhol) – e chega até os Estados Unidos. A produção de energia elétrica no México se alimenta de parques eólicos e hidrelétricas em Chiapas, Oaxaca, Veracruz, Puebla, Tamaulipas, Durango e outras regiões para se conectar ao território dos Estados Unidos.



Figura 12: Sistema de Interconexão Elétrica em América Central
Fonte: <http://www.proyectomesoamerica.org/index.php/ejes-de-trabajo/eje-economico/energia>

O sistema de infraestrutura de transporte se foca em mercadorias, mas também em passageiros na costa atlântica e na costa do Pacífico e vice-versa, do norte ao sul e vice-versa. Já observamos que este sistema contém outros megaempreendimentos, pelo qual podemos entender também a formação de ZEIAS e ZEICS. O sistema no PM se compõe de:

1. Sistema de Transporte Multimodal Mesoamericano (STMM), o qual implica mobilidade e logística, bem como vários tipos de transporte como o aéreo, marítimo, elétrico e ferroviário.
2. Rede Internacional de Rodovias Mesoamericanas (RICAM, pelo acrônimo em espanhol de *Red Internacional de Carreteras Mesoamericanas*), a qual se integra dos seguintes corredores:
 - a. Corredor Mesoamericano de Integração.

- b. Corredor Atlântico.
- c. Corredor turístico do Caribe.
- d. Corredores logísticos interoceânicos.
- e. Ramos e ligações complementares.



Figura 13: Rede Internacional de Rodovias Mesoamericanas (RICAM)
 Fonte: <http://www.proyectomesoamerica.org/index.php>

Como mencionamos acima, esta infraestrutura de transporte implica fornecer a interconexão elétrica e conexões importantes com outras infraestruturas extrativistas.



Figura 14: Infraestructura extractivista en el Proyecto Mesoamérica
 Fonte: Mapas estáticos, geocomunes.org

Este sistema se conecta com as denominadas super estradas do TLCAN, as quais incluem infraestrutura rodoviária e ferroviária que abrange os territórios do México, Estados Unidos e Canadá. Em direção ao sul, na Colômbia se estabelecem as conexões com essa parte do continente e sobretudo com as infraestruturas projetadas na Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A Colômbia tem um papel de dobradiça, de ponte entre espaços globais para a expansão do capital transnacional, o do Projeto Mesoamérica e o da Amazônia.

O espaço global para a expansão do capital transnacional da Fronteira México-Estados Unidos é configurado por várias ZEIAs, nelas se localizam complexos industriais de alta tecnologia e complexos industriais extrativistas nos Estados Unidos e no México (SANDOVAL, 2017; 2019a). este espaço está conectado a outras ZEIAs instaladas nos dois países por meio de infraestrutura de transporte terrestre, marítimo e aéreo que precisa de recursos energéticos e outros estratégicos que se procuram nos países do sul – América Central, Caribe e América do Sul – e se garantam através de TLC.

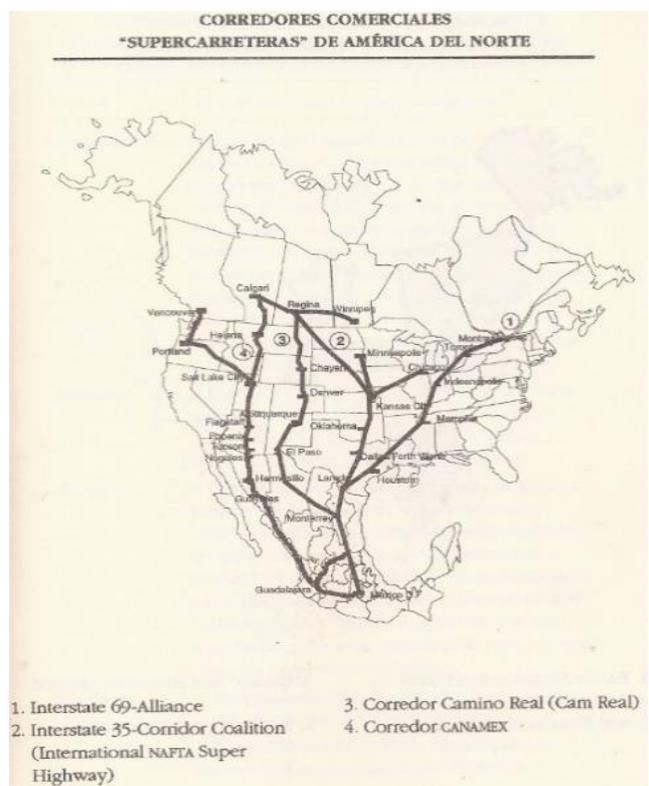


Figura 15: As super rodovias do TLCAN
Fonte: Wong, 1994.



Figura 16: Integração ferroviária entre América do Norte e América Central
 Fonte: Colectivo Geocomunes

2.2. A criação do Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec e a Península de Yucatán, por meio do Trem Maia, como Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) e como Zonas de Intensa Conflitividade Social (ZEICS)

Nesta parte explicaremos os elementos que formam parte da infraestrutura jurídica, física e de segurança das ZEIAS do Corredor Interoceânico e da Península de Yucatán. Acima explicamos parte do nível internacional ao respeito dos três tipos de infraestrutura. Agora passamos ao nível nacional e local.

Em 2019, Andrés Manuel López Obrador emitiu o Plano Nacional (2019-2024) do seu governo e se estabeleceram como prioridades três projetos regionais e uma nova política energética para impulsionar o desenvolvimento económico do país. Dois desses projetos estão localizados na região sul-sudeste e o terceiro no norte do território mexicano³⁹.

Segundo este plano, um propósito de importância estratégica para a administração é resgatar a *Petróleos Mexicanos* (Pemex) e à Comissão Federal de Eletricidade (CFE, pelo acrônimo em espanhol de *Comisión Federal de Electricidad*)

³⁹ Esse projeto é chamado de Programa Zona Franca da Fronteira Norte, iniciou sua implantação a partir de 1º de janeiro de 2019 nos 43 municípios que fazem fronteira com os Estados Unidos e se localizam nos estados de Baja California, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León e Tamaulipas; estados nos quais o 7,5% do produto interno bruto nacional é gerado e oferece benefícios como a redução do pagamento do IVA de 16% para 8%, a diminuição para o ISR de 55% para 20%, o aumento do salário mínimo regional para a aprovação do preço dos combustíveis com os dos Estados Unidos" (SEGOB, 2019, pp. 53-54).

para operarem novamente como alavancas do desenvolvimento nacional (SEGOB, 2019). Para este fim, afirma-se no plano, será prioridade reabilitar refinarias existentes, a construção de uma nova refinaria e a modernização das instalações estatais de geração de eletricidade, particularmente usinas hidroelétricas. Menciona-se também que ambas as empresas receberão recursos extraordinários para a modernização de suas respectivas infraestruturas e suas cargas fiscais serão revistas. Por fim, o plano afirma que a transição energética incentivará a reindustrialização do país. O plano observa que,

El Tren Maya es el más importante proyecto de infraestructura, desarrollo socioeconómico y turismo del presente sexenio. Tendrá un recorrido de mil 525 kilómetros, pasará por los estados de Chiapas, Tabasco, Campeche, Yucatán y Quintana Roo e interconectará las principales ciudades y sitios turísticos de la Península de Yucatán. La mayor parte de su ruta pasará por derechos de vía ya existentes, como vías férreas, carreteras y tendidos eléctricos, tendrá 15 estaciones y requerirá de entre 120 mil y 150 mil millones de pesos que provendrán de fuentes públicas, privadas y sociales. El Tren Maya es un proyecto orientado a incrementar la derrama económica del turismo en la Península de Yucatán, crear empleos, impulsar el desarrollo sostenible, proteger el medio ambiente de la zona desalentando actividades como la tala ilegal y el tráfico de especies y propiciar el ordenamiento territorial de la región. Se procurará integrar a la obra y a sus beneficios a los pobladores; se gestionarán los derechos de vía que aún no se tengan mediante acuerdos con los propietarios de los terrenos respectivos; se buscarán acuerdos benéficos en los casos en los que las vías de propiedad federal se encuentren invadidas y se pedirá la aprobación de las comunidades y pueblos originarios mediante consultas (SEGOB, 2019, p. 15).

Além do anúncio de que levará a expansão econômica do turismo em toda a Península, gerará empregos, promoverá o desenvolvimento sustentável e protegerá o meio ambiente, com este projeto o governo federal mexicano afirma que busca promover o ordenamento territorial da região. Este projeto supostamente integraria e beneficiaria à população, levando consultas prévias e informadas para as comunidades e povos originários.

O segundo projeto é o "Programa de Desenvolvimento do Istmo de Tehuantepec", cujo objetivo é

impulsar el crecimiento de la economía regional con pleno respeto a la historia, la cultura y las tradiciones del Istmo oaxaqueño y veracruzano. Su eje será el Corredor Multimodal Interoceánico, que aprovechará la posición del Istmo para competir en los mercados mundiales de movilización de mercancías, a través del uso combinado de diversos medios de transporte. En este marco se modernizará el ferrocarril del Istmo de Tehuantepec, los puertos de Coatzacoalcos, Veracruz, y Salina Cruz, Oaxaca, para que puedan ofrecer servicios de carga, transporte, almacenaje, embalaje y servicios logísticos diversos; se fortalecerá la infraestructura carretera y de caminos rurales y la red aeroportuaria y se construirá un gasoducto para

abastecer a empresas y consumidores domésticos. A lo largo del recorrido entre ambos océanos se crearán zonas libres para atraer inversiones del sector privado, las cuales se dotarán de infraestructura y se garantizará el abasto de energía, agua, conectividad digital y otros insumos básicos para cubrir las necesidades de las empresas y de la población trabajadora. En los 76 municipios oaxaqueños y veracruzanos involucrados en este programa se disminuirán el IVA y el ISR y se ofrecerá combustible a precios reducidos. Se construirá infraestructura urbana y se proveerá de servicios educativos y formación de capital humano, vivienda, movilidad e infraestructura para la investigación y el desarrollo tecnológico (SEGOB, 2019, pp. 15-16)

2.2.1. O Corredor Interoceânico como ZEIA e ZEICS

O Istmo mexicano tem importância estratégica há séculos porque é a porção mais estreita do México e da América do Norte. Os esforços para convertê-lo em uma rota comercial interoceânica datam do século XIX. Uma linha férrea que cruzava o Istmo operou com lucro entre 1907 e 1914, ano da abertura do Canal do Panamá.

2.2.1.1 A infraestrutura jurídica e de securitização: os governos

2.2.1.1.1 Infraestrutura jurídica

Em dezembro de 2018, o presidente do México anunciou o Plano de Desenvolvimento do Istmo de Tehuantepec (*Plan de Desarrollo del Istmo de Tehuantepec*). O eixo nodal deste plano é o Corredor Interoceânico Multimodal, que deverá tornar mais eficiente a ligação entre os portos de Coatzacoalcos, em Veracruz e Salina Cruz, em Oaxaca, por meio da modernização da infraestrutura ferroviária – *Ferrocarril del Istmo de Tehuantepec*⁴⁰ (FIT) –; portuária – para oferecer serviços de carga, transporte, armazenamento, embalagem e diversos serviços logísticos –; aeroportuária e rodoviária – para melhorar a infraestrutura rumo aos portos de embarque, transbordo e acesso aos mercados nacional e global – para que a travessia do Istmo seja rápida e competitiva e gere uma dinâmica econômica de investimento público e condições que atraiam o investimento privado – o programa recebeu assessoramento de autoridades de Singapura (AGUIRRE, 2020).

Junto com o anterior, está se construindo infraestrutura que permita a conectividade digital da região com o mundo e possa ser também competitiva; um

⁴⁰ A FIT é uma empresa estatal com personalidade jurídica e patrimônio próprio. Foi criada em outubro de 1999 para operar e explorar a via ferroviária do Istmo desde Medias Aguas, Veracruz até Salina Cruz, Oaxaca; também para aproveitar e explorar os bens de domínio público designados ao Ministério das Comunicações e Transportes – *Secretaría de Comunicaciones y Transportes* (SCT) –. Em agosto de 2007, a SCT dispôs que o FIT podia explorar e manter as vias do trem Chiapas-Mayab e restitui-las até chegar a um bom estado operativo.

gasoduto para abastecer a indústria e comércio. Sabemos que a energia gerada por meio de parques eólicos instalada desde meados da década de 2000 provocou muitas lutas sociais e comunitárias em defesa dos territórios porque não beneficiou às populações da região, que enfrentaram, com o lançamento do corredor, uma luta muito forte pela defesa da água.

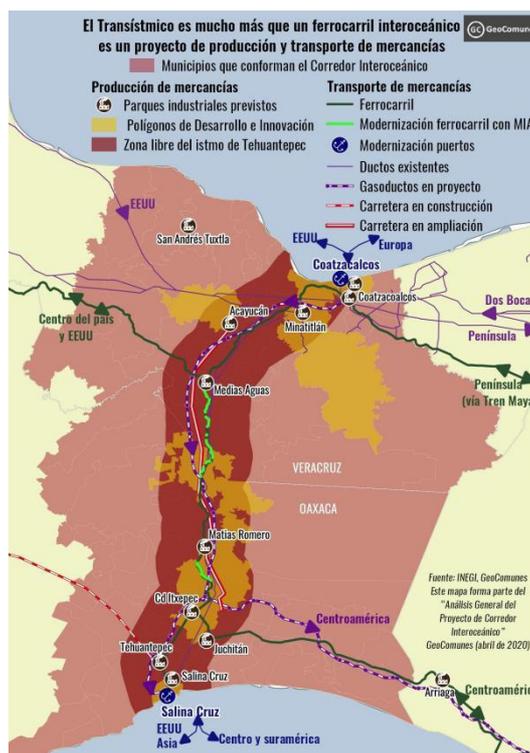


Figura 17: O Corredor Interoceânico
Fonte: Colectivo Geocomunes⁴¹

Em junho de 2019, se criou o órgão público descentralizado *Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec* (CIIT). Em agosto de 2020, se publicou o Programa Regional derivado do Plano Nacional de Desenvolvimento, este programa abrange 46 municípios de Oaxaca e 33 do estado de Veracruz, foram escolhidos pela proximidade com as ferrovias e pela sua relevância logística.

A primeira tarefa do plano regional é providenciar equipamentos e estrutura básica aos Polos de Desenvolvimento para o Bem-estar (*Polos de Desarrollo para el Bienestar*, em espanhol), ou seja infraestrutura hidráulica, rodoviária e elétrica.

As outras consistem em melhorar e modernizar a infraestrutura ferroviária do *Ferrocarril del Istmo de Tehuantepec*; estimular os investimentos na infraestrutura

⁴¹ http://geocomunes.org/Mapas_Imagenes/Istmo/Mapa%20Transistmico%20Corredor%20Mercancias.jpg

rodoviária e portuária para acrescentar a carga transportada; melhorar os aeroportos de Ixtepec e Minatitlán; desenvolver a infraestrutura dos centros logísticos; de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fomentar o uso de energias renováveis; reabilitar as refinarias e os gasodutos no Istmo.

O âmbito social do Corredor, segundo o governo, inclui serviços básicos, equipamentos urbanos e rurais de saúde, cultura, educação e espaços públicos.

Se estabeleceu também no Programa Regional um “novo modelo de crescimento económico” que incorpora ações para população em pobreza extrema; acrescentar a biodiversidade e melhorar a qualidade do ar, água e solo de um jeito sustentável; e proteger e difundir a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas, afro-mexicanos e outros comparáveis do Istmo. Isto é contraditório com a realidade imposta pelo capítulo XVII sobre propriedade intelectual do TLCAN porque marcas de roupas como as de Carolina Herrera, Dior, Zara, Hermés e That’s It plágiam criações de desenhos indígenas de Oaxaca, Chiapas e Coahuila (OROZCO, 2022a).

2.2.1.1.2 Infraestrutura de securitização e militarização

Em março de 2021, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador anunciou que o Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec (CIIT) se escrituraria sob o nome da *Secretaría de Marina/Armada de México* (Semar) e dos estados de Veracruz, Tabasco, Chiapas e Oaxaca para que não seja privatizado no futuro (VILLA Y CAÑA, 2021), razão pela qual as alfândegas e portos marítimos do Istmo – Coatzacoalcos, Salina Cruz e todo o corredor – já estão sob sua autoridade da Semar. A Guarda Nacional – *Guardia Nacional* (GN) –, a polícia, está no comando dos fluxos migratórios no Istmo e da luta contra a delinquência organizada junto com as polícias estaduais, municipais, a Agência Federal de Segurança (*Agencia Federal de Seguridad*), junto com o exército e a Semar.

Depois do anúncio, no estado de Oaxaca, elementos da Guarda Nacional entraram nas propriedades da comunidade Estación Mogoñé, que pertence a San Juan Guichicovi – onde os camponeses se opõem a este megaprojeto e expulsaram pelo menos 37 vezes desde 2020 aos trabalhadores que pretenderam iniciar as obras sem consentimento dessas populações mixes –, para guardar aos membros de uma brigada de agrimensores. Os camponeses e as populações se opõem devido à falta de informação, consultas e respostas das autoridades da empresa

Ferrocarril del Istmo de Tehuantepec (FIT) sobre os impactos da modernização dos trilhos do trem transístmico, como cortes de curvas, raspagem de encostas, mudança de trilhos, construção de pontes, no meio ambiente. Um órgão de fiscalização mexicano, a *Auditoría Superior de la Federación*, determinou que não é possível comprovar a realização de consultas para saber a opinião das comunidades indígenas sobre o projeto (VILLA Y CAÑA, 2021).

Em 22 de novembro de 2021, o Diário Oficial da Federação (*Diario Oficial de la Federación*) publicou um acordo que declara de interesse público e segurança nacional a realização de projetos e obras do governo do México associados à infraestrutura dos setores de comunicações, telecomunicações, alfândega, fronteira, hidráulica, água, meio ambiente, turismo, saúde, ferrovias em todas suas modalidades, energia, portos, aeroportos e aqueles que, pela sua finalidade, características, natureza, complexidade e magnitude, sejam considerados prioritários e/ou estratégicos para o desenvolvimento nacional (SEGOB, 2021).

Assim, as dependências e entidades da administração pública federal ficaram instruídas a conceder autorização provisória até um máximo de cinco dias para apresentar e/ou obter as licenças necessárias ao início dos projetos ou obras mencionados acima para garantir a execução, benefício social esperado e o exercício dos orçamentos autorizados. Se não é emitida nesse prazo, é considerada resolvida positivamente. A autorização provisória tem vigência de doze meses, nos quais deve se conseguir a autorização definitiva.

Entre os projetos considerados estão o Trem Maia, o Corredor Interoceânico e a *Refinería de Dos Bocas* e o governo está trabalhando na interconexão deles.

2.2.1.2 A infraestrutura física do Corredor Interoceânico: o papel da CCT

Em 23 de dezembro de 2018, Andrés Manuel López Obrador anunciou um investimento público inicial de 8 mil milhões de pesos para o Plano de Desenvolvimento do Istmo de Tehuantepec, sem investimento estrangeiro. O plano incluía alocar um bilhão de pesos para reabilitar a linha do Trem Transístmico de passageiros e cargas e 250 milhões de pesos para continuar expandindo a rodovia de Salina Cruz a Coatzacoalcos no trecho Acayucan-Matías Romero. Indicou que a ampliação e modernização dos portos de Salina Cruz e Coatzacoalcos contava com um orçamento de cerca de 3 bilhões de pesos que seriam destinados para a

reabilitação das refinarias de Salina Cruz, no estado de Oaxaca e Minatitlán, no estado de Veracruz.

Os planos de investimento do Corredor incluíram seis Polígonos de Desenvolvimento e Inovação (*Polígonos de Desarrollo e Innovación, PDI*) segundo o ministério da fazenda mexicana – *Secretaría de Hacienda y Crédito Público (SHCP)*. Um PDI é uma zona criada para o desenvolvimento e a inovação industrial, comercial ou de serviços das empresas. Os PDI originalmente propostos foram:

PDI-1 Acayucan (Acayucan).

PDI-2 Minatitlán (Minatitlán y Cosoleacaque).

PDI-3 Matías Romero (Matías Romero y El Barrio de la Soledad).

PDI 4 Ciudad Ixtepec (Ciudad Ixtepec, El Espinal y Asunción Ixtepec).

PDI-5 Coatzacoalcos (Coatzacoalcos).

PDI-6 Salina Cruz (Salina Cruz).



Figura 18: Planos de investimento do Corredor Interoceânico
Fonte: Opportimes, 2019.

Em 7 de junho de 2020, durante uma viagem pela região, Andrés Manuel López Obrador, para acompanhar o andamento das obras do trem transístmico, declarou que o corredor seria complementado com 10 polígonos para complexos industriais – 4 mais dos anunciados pelo ministério mexicano da fazenda –, facilidades fiscais e que serviria como cortina antimigração, uma cortina de empregos para reduzir a migração da região (REDACCIÓN, 2020).

Dos 10 parques industriais, cada um terá entre 200 e 400 hectares e entre 3 e 4 serão para produzir “energia limpa” – as autoridades têm reservado mais de 3,200 hectares. Tomando como vantagem que o Istmo tem bastante água, várias empresas têm demonstrado interesse nas indústrias de eletromobilidade (autos elétricos), eletrônica, elétrica, automotiva, semicondutores e circuitos impressos. Estão-se aproveitando os benefícios econômicos que os Estados Unidos promovem às empresas que investirem na América do Norte. A meados do ano 2022, o BID anunciou que tem entre 1,8 e 2,8 bilhões de dólares nos próximos 3 anos para financiar projetos de mudança de empresas para o México em meio da reconfiguração das cadeias globais de valor e disse que haverá prioridade para projetos que decidam se mudar para o Corredor Interoceânico (MORALES, 2022).

2.2.1.2.1 Corredor Intermodal

2.2.1.2.1.1 Estrada transístmica de ferro

A reabilitação da ferrovia do Istmo foi encarregada à FIT. A modernização da ferrovia do Istmo se enquadra no Programa “Modernización del Istmo de Tehuantepec” e é a referência do projeto do Corredor Interoceânico, será também o catalizador dos outros projetos

Durante a primeira semana de fevereiro de 2020, a FIT anunciou a sua decisão sobre 5 licitações para reabilitar cerca de 200 quilômetros do Corredor Interoceânico. Das 11 empresas vencedoras, 7 são mexicanas e 4 espanholas, entre elas o Grupo Azvi de Barcelona⁴².

Em 11 de fevereiro de 2020, se assinou um contrato de 809,9 milhões de pesos com a empresa La Peninsular, pertencente ao Grupo Hermes⁴³, propriedade

⁴² As suas quatro áreas de negócio são transporte ferroviário, construção, concessões e promoção imobiliária. Está presente na Europa (Espanha, Portugal, Romênia, Sérvia); América (México, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica) e Oriente Médio (Qatar).

Manuel Contreras Graciano fundou uma empresa que leva seu nome para dar continuidade à tradição familiar de realização de obras públicas, principalmente ferroviárias e hidráulicas. Em 1970, mantendo a atividade ferroviária, a empresa se expandiu para as autoestradas. Em 1988, a empresa mudou de nome e nasceu a Azvi. Na década de 1990, começou a trabalhar na primeira linha de alta velocidade da Espanha: o trem Madrid-Sevilla. Em 2002, foi criado o Grupo Azvi e iniciou-se a diversificação e internacionalização da empresa (GRUPO AZVI, s/d).

⁴³ Este grupo é um conglomerado industrial mexicano que opera em vários setores, incluindo energia, infraestrutura, turismo e automotivo. La peninsular presta serviços de construção de estradas terrestre, projetos de água, drenagem e saneamento, dragagens, projetos energéticos e infraestruturas portuárias. Tem outras várias divisões que atuam nas concessões e construção; investimento de capital de risco em projetos de infraestrutura nacional; desenho, fabricação, montagem, logística e transporte de geradores de vapor. No México, tem participado em concessões do espectro radioelétrico.

do bilionário mexicano Carlos Hank Rhon (EDUCA, 2020)⁴⁴, esta empresa, juntamente com a Caltia (subsidiária da empresa espanhola Copasa), se encarregaria de reabilitar 49 quilômetros do trem transistmico.

A FIT outorgou contratos a PQ Logistics, uma empresa criada em 2006 e da serviços para as indústrias cuja operação de abastecimento está logada à ferrovia ou aquelas que têm possibilidade de fazê-lo. O diretor geral da empresa é Jaime A. Ortiz Monasterio y Noriega, cujo irmão (Alejandro Ortiz Monasterio y Noriega foi acusado de participar da falsificação de arquivos da chamada *Operación Entregables*⁴⁵). Um desses contratos foi de pouco mais de 93 milhões de pesos; outro foi de mais de 43 milhões de pesos pelo arrendamento de 12 locomotivas para serviço operacional nas linhas ferroviárias FA, FD, FX, FL de Chiapas e Mayab; e um outro de quase 50 milhões de pesos pelo arrendamento de, no máximo, 5 locomotivas diesel elétricas para operar outras linhas ferroviárias no Istmo. No mapa “Empresas privadas contratadas para a reabilitação do Trem Transistmico” podem se olhar mais detalhes sobre as empresas envolvidas.

2.2.1.2.1.2 Energia

2.2.1.2.1.2.1 Hidrocarbonetos

As empresas transnacionais que atuam no Golfo de México, nos estados que formam parte do espaço global do PM, são British Petroleum, Shell, Chevrón, Equenor, Total, Murphy Oil Co., Ophir Energy, Repsol, Petronas, Talos Energy, ENI,

O Grupo Hermes está desenvolvendo, juntamente com outras duas empresas, um megaempreendimento turístico em Melides, Portugal, que se estenderá por 298 hectares e terá campo de golfe, hotéis, 300 resorts e quatro quilômetros de litoral com um custo de mais de 800 milhões de euros (TOURLIERE, 2022).

⁴⁴ As empresas da família Hank estiveram entre as mais beneficiadas por contratos públicos nas gestões de Enrique Peña Nieto e na atual de López Obrador, em que Carlos Hank González, filho de Hank Rhon – homônimo de seu avô, personagem emblemática do *Partido Revolucionario Institucional* (PRI) que de humilde professor da escola normal rural em Atlacomulco, tornou-se governador do Estado de México, banqueiro, regente do então Distrito Federal, secretário de Turismo e Agricultura de Carlos Salinas de Gortari, que tem supostas ligações com cartéis de drogas –, e membro do Conselho Consultivo Empresarial do atual presidente do México.

Hank Rhon foi investigado em várias ocasiões tanto pela justiça mexicana, americana, suíça e francesa, por supostos crimes de lavagem de dinheiro e ligações com o tráfico de drogas. Seu nome apareceu em investigações internacionais sobre lavagem de dinheiro e evasão fiscal, incluindo *Swissleaks* e os *Panama Papers* (EDUCA, 2020).

⁴⁵ Os *entregables* (entregáveis) são um requisito que as empresas contratadas pelo governo devem cumprir para receber o pagamento, mas no caso das empresas ou associações consideradas fantasmas, os arquivos foram fabricados para simular obras e serviços inexistentes. Os documentos falsificados são a última peça do esquema de corrupção que nas observações da Auditoria Superior da Federação (*Auditoría Superior de la Federación*, ASF) equivale a irregularidades por mais de 7 mil 700 milhões de pesos entre 2011 e 2017, ou seja, durante o final da administração de Felipe Calderón e alguns anos da administração de Enrique Peña Nieto (ARISTEGUI, 2018).

Ecopetrol, Lukoil, Bidas Corp., Perenco, Citla Energy, Deoutche Erdoel, Grupo Diarqco, Renaissance, Topaz, Kerui Petroleum, Perseus, Grupo R, Grupo Diavaz, Roma Energy, Total, Cotemar, Pemex. Na plataforma continental, há uma empresa canadense, a Renaissance Oil, en Pichucalco, Chiapas.

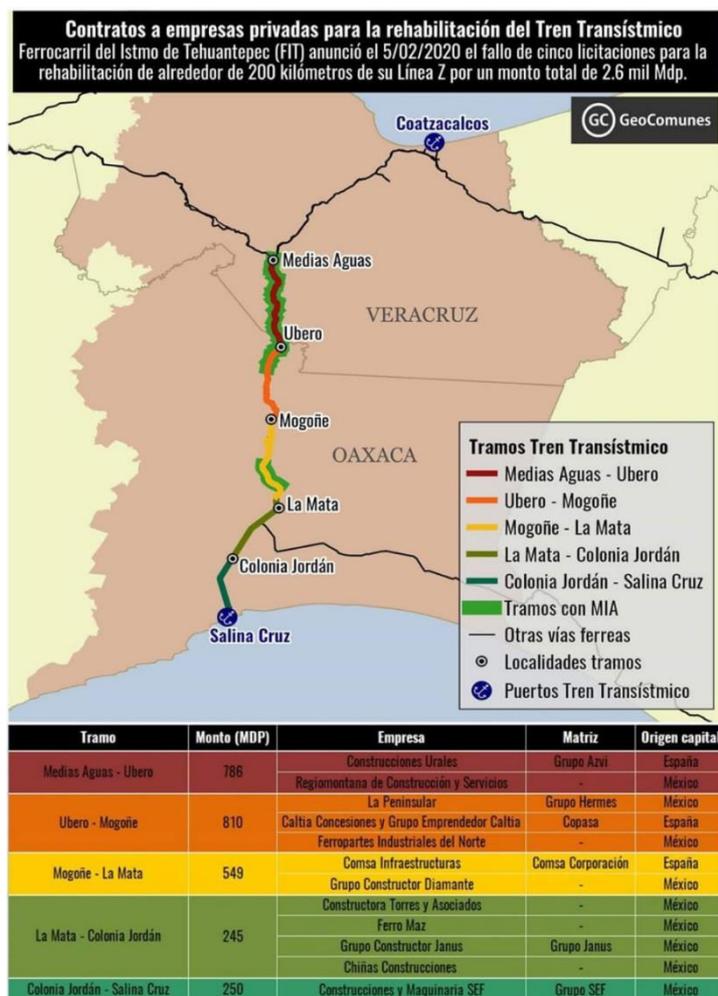


Figura 19: Empresas privadas contratadas para a reabilitação do Trem Transístmico
 Fonte: Colectivo Geocomunes.

Algumas delas se estabeleceram aí há décadas, mas desde a reforma energética impulsada por Enrique Peña Nieto chegaram mais. O processo de privatização do setor energético mexicano tem a ver com o processo de integração do México à América do Norte por meio do TLCAN – particularmente, com a evolução da ASPAN que previa a exploração das reservas de petróleo e gás no México e o fortalecimento dos mercados energéticos dessa região facilitando os investimentos em infraestrutura energética – e com o TLCUEM. Os membros do TLCAN acordaram uma liberalização gradual que caminharia até ter setores

energéticos internacionalmente competitivos e para promover seus interesses nacionais; isto corresponde principalmente às questões de segurança dos Estados Unidos porque ASPAN liga mais claramente essa segurança às questões comerciais e de investimento.

Em ASPAN, foi criado o *Consejo de Competitividad de América del Norte* (CCAN) em 2006 e a respeito do setor energético, encaminhou aos representantes do governo suas recomendações para liberalizar o mercado energético mexicano e exigiu a desregulamentação, privatização e exploração massiva de petróleo bruto mexicano a preços preferenciais e segurar a exploração de recursos naturais. Entre os recursos contemplados estão o gás natural, carvão, petróleo e energia não convencional – nuclear, biomassa, hidrelétrica, solar eólica, geotérmica e aquela proveniente do mar.

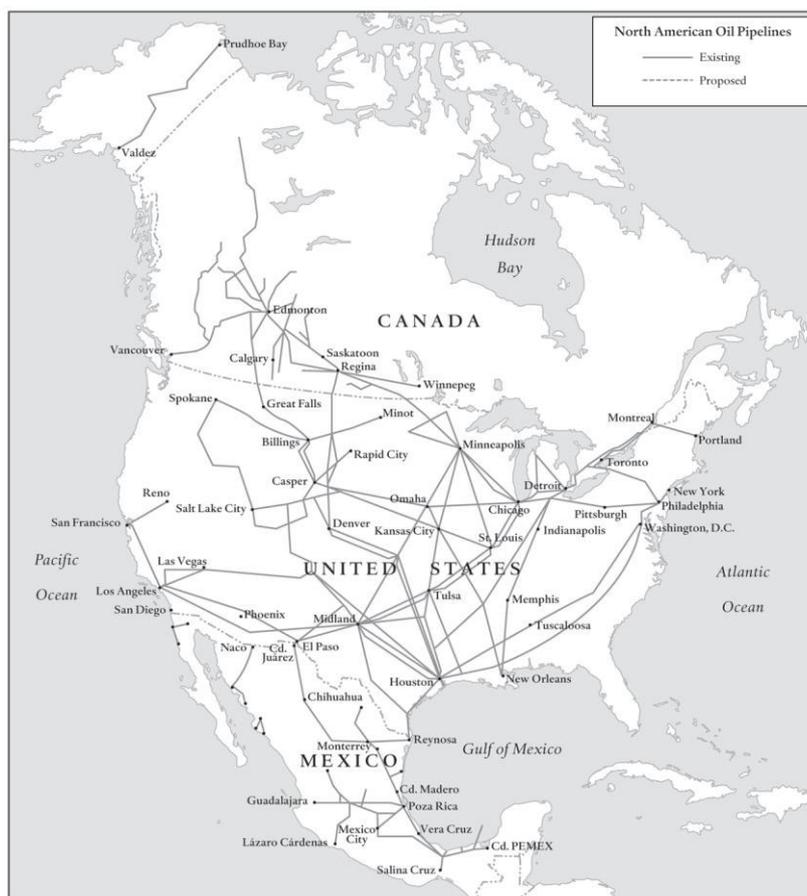


Figura 20: Oleodutos na América do Norte
Fonte: Council on Foreign Relations,
América del Norte. El momento de un nuevo enfoque, 2014, p. 30.

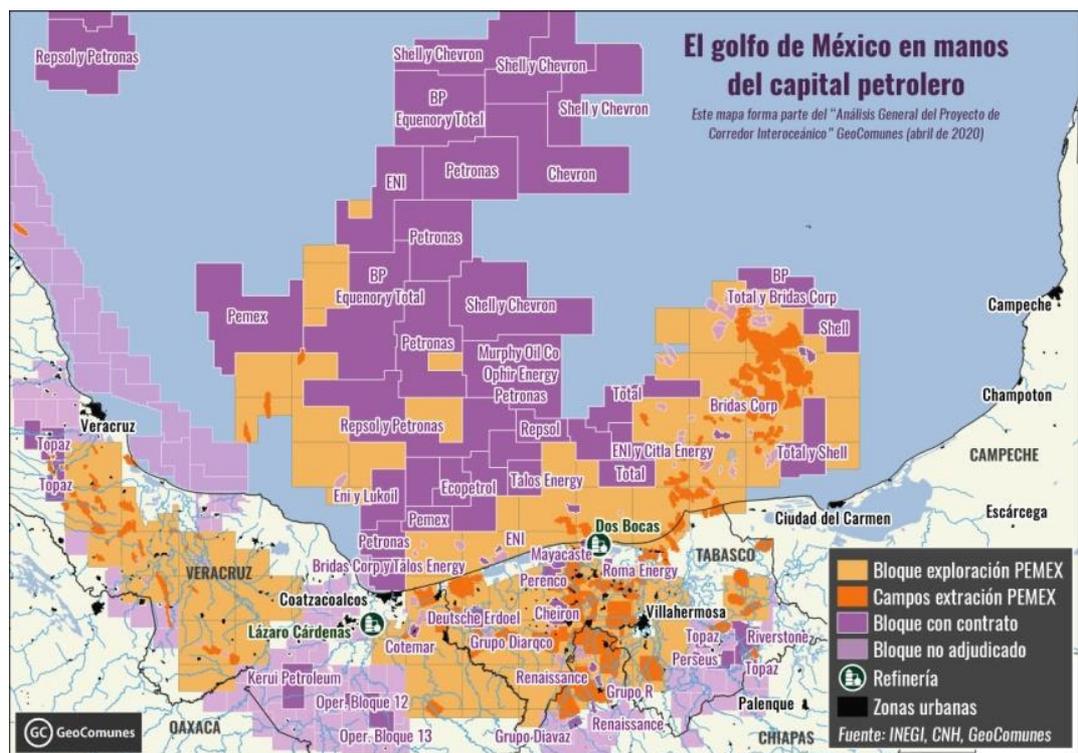


Figura 21: Capital transnacional en hidrocarburos en el Golfo de México
 Fonte: Colectivo Geocomunes⁴⁶

A política energética atual, embora possua um discurso nacionalista, aprofunda a abertura em hidrocarbonetos, os investimentos do setor privado em infraestrutura para exploração, produção, distribuição e refino; a maior liberdade financeira e operacional para Pemex e a promoção das energias renováveis que o capital transnacional de outras regiões aproveita, principalmente as corporações espanholas.

Enquanto à eletricidade, os governos se comprometeram para promover a confiabilidade no abastecimento de redes interligadas e para fornecer o acesso à transmissão, desenho do mercado e o investimento.

Em julho de 2022, Andrés Manuel López Obrador se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e posteriormente com empresários mexicanos e desse país. Os primeiros se comprometeram a investir 40 bilhões de dólares no México da segunda metade de 2022 até 2024. O setor energético será o principal receptor desses investimentos, particularmente em parques eólicos e solares, gasodutos, oleodutos e na produção petroleira. Algumas dessas empresas já tinham

⁴⁶ http://geocomunes.org/Mapas_Imagenes/Istmo/Golfo%20Capital.jpg

ganho algumas concessões, mas não as tinham colocado em produção devido à queda dos preços do petróleo bruto e à pandemia do COVID-19.

2.2.1.2.1.2.2 Gasoduto

A interconexão do gás também estava incorporada no processo de integração de América do Norte. No ano 2014, o Conselho de Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations* em inglês) recomendou construir gasodutos novos com capacidades adequadas e atualizar os antigos, tanto os nacionais quanto os transnacionais, para reduzir o uso de transporte ferroviário, rodoviário e marítimo permitindo a financiamento privado.

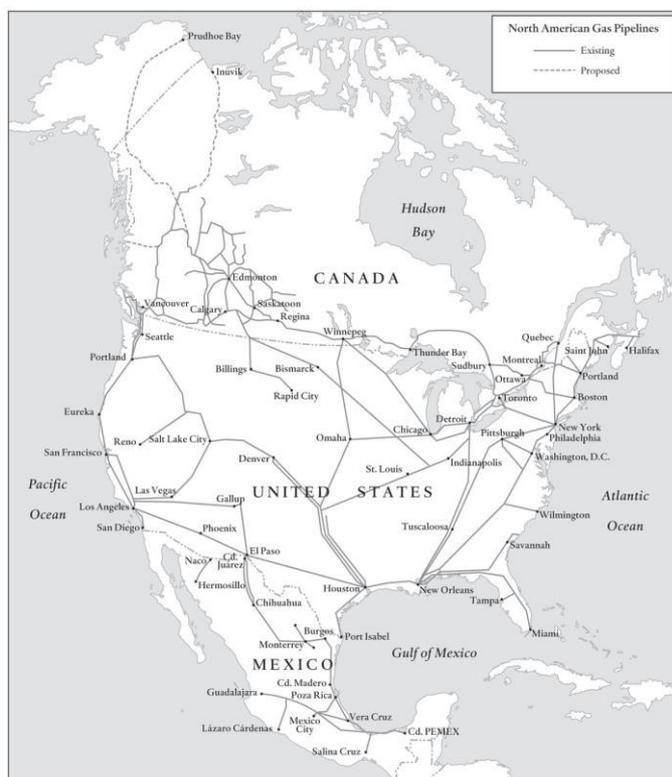


Figura 22: Gasodutos na América do Norte
Fonte: Council on Foreign Relations,
América del Norte. El momento de un nuevo enfoque, 2014, p. 31.

Na imagem podemos observar que o Istmo de Tehuantepec está incluído na proposta de rede dessa região. Agora, nos megaprojetos conexos ao Corredor Interoceânico, a texana Mirage Energy e Northern Hemisphere Logistics se associaram para construir um gasoduto entre Pajaritos, no Golfo do México até Salina Cruz. A conexão reduzirá em até em 36 dias o trajeto dos petroleiros que vão ao sudeste asiático.

Para Pemex era importante a ligação entre as refinarias Dos Bocas e Salina Cruz para exportação de petróleo bruto; a reabilitação da ferrovia no Istmo seria a principal plataforma logística. Mirage Energy incorporou a Horacio Zárate como seu representante no México. Ele trabalhou na Pemex, se formou no Instituto Politécnico Nacional na Cidade do México, foi presidente do Conselho Nacional de Energia e Petroquímica (Conacepe, pelo acrônimo em espanhol de *Consejo Nacional de Energía y Petroquímica*)⁴⁷.

Assim, Mirage Energy e Northern Hemisphere assinaram um contrato com a financiadora Bluebell International LLC por 4 bilhões de dólares para desenvolver 3 projetos:

1. *Burgos Hub Storage & Natural Gas Pipeline*. É um projeto entre o México e os Estados Unidos que consiste no transporte transfronteiriço e a primeira instalação subterrânea de armazenamento de gás natural no México e poderia se tornar o maior complexo de processamento da América do Norte porque poderia garantir o abastecimento de hidrocarboneto por seis meses, caso as demais linhas de abastecimento caíssem (AGUIRRE, 2020).
2. San Fernando-Cactus. É um gasoduto de 48 polegadas de Reynosa, Tamaulipas até Nuevo Pemex em Tabasco.
3. Corredor do Istmo. É um oleoduto bidirecional de petróleo bruto de 30 e 48 polegadas através do Istmo para conectar os oceanos Atlântico e Pacífico (MIRAGE ENERGY, 2020).

2.2.1.2.1.2.3 Parques eólicos

No Istmo de Tehuantepec, há 1916 turbinas eólicas divididas em 27 parques, 12 deles ficam em terras *comunales* de Juchitán e áreas adjacentes. Os contratos com os comuneros, como são chamados localmente os membros de comunidades, dos quais as empresas dependem para funcionar, foram realizados sem ter em conta o regime dessas terras. 80% dos parques está nas mãos de empresas

⁴⁷ O Conacepe tem como objetivo promover a energia limpa e o desenvolvimento de projetos de gás natural no México e para todos os setores (industrial, comercial e residencial), tem membros da Pemex, da CFE e profissionais do setor energético que debatem para reduzir os gases de efeito estufa no México e, portanto, o aquecimento global, assegurando respeitar o Protocolo de Kioto e os Acordos de Paris. O gás natural é um recurso que a CFE utiliza em mais de 65 por cento da sua produção e geração de energia elétrica. Desde o Conselho, Zárate esteve procurando reuniões com empresários para apresentar projetos de investimento por 4 milhões de dólares na fronteira do México e no Corredor Interoceânico (FUENTES, 2020).

transnacionais e as espanholas controlam mais da metade. Dos 27 parques, 21 operam na modalidade de autoabastecimento, o que significa que produzem energia para aprovisionar diretamente grandes corporações – Coca Cola, Walmart, Bimbo, CEMEX e outras consomem 70% da energia eólica gerada no Istmo – e todos os parques controlados pelas empresas espanholas operam com este modelo (GARCIA-TORRES e MARTÍNEZ, 2018).

As empresas Iberdrola, Endesa, Naturgy⁴⁸ e outras, controlam uma parte importante da chamada “energia limpa” no Istmo de Tehuantepec (ou seja, os parques eólicos e o mercado do gás natural) e o que produzem é vendido à CFE. Além disso, estão implementando um esquema de cobrança semelhante ao da Espanha na cidade do México.

A CFE gera, controla e distribui a energia elétrica através de três fontes: usinas hidrelétricas, termelétricas, eólicas e nucleares; e enquanto cobra barato às empresas, as populações pagam tarifas muito caras, o que ocasionou que muitas comunidades se declararam em resistência a pagar essas altas tarifas de luz. Muitas dessas comunidades pertencem a Rede de Resistência Civil contra as Altas Tarifas de Luz Elétrica (*Red Nacional de Resistencia Civil contra las Altas Tarifas de Luz Eléctrica*) e esse movimento tem relações com as organizações e comunidades que resistiram à implantação dos parques eólicos desde a segunda metade da década dos anos 2000 e que agora estão se opondo aos megaprojetos do programa do Corredor Interoceânico.

2.2.1.2.1.3 Modernização de portos

A empresa mexicana Gami Ingeniería e Instalaciones, do Grupo Indi, conseguiu um contrato de 4,147 milhões de pesos por adjudicação direta para completar o quebra-mar ocidental no porto petrolífero de Salina Cruz, Oaxaca.

⁴⁸ As empresas Iberdrola, Repsol, Endesa, Naturgy e EDP, de origen espanhola, mas com capital transnacional, controlam todo o mercado da eletricidade na Espanha. Em dezembro de 2021, aumentaram o preço da eletricidade a um nível insustentável para a população, que não liga a calefação apesar das baixas temperaturas, nem cozinha no forno nem usa a máquina de lavar roupas no horário de pico e reúne a família para dormir em um único quarto para se aquecer; ou deve escolher entre pagar a luz ou a comida, aluguel ou transporte. Em janeiro deste ano, o custo de 50 euros por megawatt hora (MWh) já era preocupante; em julho tinha subido para 100 euros e chegou até 300 euros. As empresas dizem que o aumento de quase 500% se deve aos aumentos do preço do gás natural e aos impostos cobrados pelo Estado; mas a verdade é que o aumento é pago pelos usuários, com o consentimento do governo daquele país.

O governo federal investiria pouco mais de 4 bilhões de pesos para projetar, construir e equipar dois terminais de contêineres especializados de “alto rendimento” que facilitarão a atividade comercial do Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec (CIIT) (DELA ROSA, 2021). A maior, de 2,277,3 milhões de pesos, estará no porto de Salina Cruz, Oaxaca, e terá uma área de 38 hectares com um cais marginal de 800 metros que permitirá a atracação de dois navios ao mesmo tempo, além de uma capacidade estática de 25 mil contêineres (TEUs) e dinâmica de 1,3 milhões de TEUs por ano. No Golfo do México, no porto de Coatzacoalcos, em Veracruz, o outro terminal será instalado, o que exigirá 1.812,2 milhões de pesos com praticamente as mesmas características.

O desenvolvimento dos terminais será em duas etapas. O crescimento e expansão dos serviços estarão associados a projeções de carga estimada e recursos disponíveis (estudos básicos, complementares ou de apoio para obras, autorização e liberação de orçamentos, licenças de construção etc.). O início da fase de formação e dragagem da plataforma estava programado para 2022. Com estas duas obras, que fazem parte dos projetos estratégicos de infraestrutura do governo de López Obrador, o objetivo também é estimular a indústria da construção civil, que não conseguiu se recuperar após o impacto da pandemia de Covid-19, que se somou à baixa atividade que vinha mostrando desde o início de 2019.

2.2.1.2.1.4 Polos industriais

Estes polos são parte do Programa de Desenvolvimento do Istmo do *Corredor Interoceânico del Istmo de Tehuantepec* (CIIT). São nomeados *Polos de Desarrollo para el Bienestar* (PODEBI)⁴⁹. Se implantarão 10 polos ao longo do Istmo⁵⁰; 2 dos

⁴⁹ Traduzimos como Polos de Desenvolvimento para o Bem-estar e mantemos o acrônimo em espanhol.

⁵⁰ Em processo de doação:

1. Coatzacoalcos I (257.85 hectares).
2. Coatzacoalcos II (233.20 hectares).
3. Salina Cruz (82.09 hectares).

Terrenos a ser comprados:

4. Cosoleacaque (200.9 hectares; propriedade ejidal). Tem uma alternativa privada de 120.9 hectares.
5. Oluta (134 hectares, propriedade privada). Tem 3 alternativas privadas de 308.4 hectares, 297.7 e 272.15 hectares.
6. Sayula de Alemán (244 hectares, propriedade ejidal). Uma alternativa privada de 320.5 hectares.
7. El Barrio de la Soledad (243.77 hectares, propriedade ejidal). Sem alternativa.
8. Ciudad Ixtepec (500 hectares propriedade comunal).

terrenos são propriedade da federação e um deles está em processo de doação pela Pemex. Os 8 restantes serão localizados em imóveis que deverão ser adquiridos (GOBIERNO DE MÉXICO, et.al., 2020).

Em 22 de abril de 2022 em San Juan de Ulúa, Veracruz, se realizou uma reunião de aproximação entre representantes do CIIT, a Secretaría de Marinha, o executivo federal mexicano e empresários interessados nos investimentos dos parques industriais. As empresas presentes foram⁵¹:

Quadro 5: Empresas interessadas em investir nos PODEBI

Empresa	Descrição	Filiais e subsidiárias	Linhas de interesse
Accenture Ltd. (Dublin, Irlanda)	Empresa transnacional de consultoria estratégica, serviços tecnológicos e terceirização.	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnológica • Ecosistemas • Accenture Outsourcing Services • Avanade • Accenture Technology Solutions • Accenture Defense Group • Accenture SAP Solutions • Digiplug • Accenture Mobility Service • Accenture Interactive • Accenture CAS • Accenture Strategy 	Indústrias: Aeroespacial e Defesa, Química, Saúde, Software e Plataformas, Automotiva, Comunicações e Mídia, Recursos Naturais, Turismo, Bancos, Bens de Serviços de Consumo, Energia, etc.
Applied Energy Services (AES Corporation), (Arlington, Virginia)	Empresa transnacional que se dedica à geração e distribuição de energia elétrica. Foi fundada por Roger Sant da US Federal Energy Administration, e Dennis Bakke, da Office of Management and Budget. A AES é uma das principais empresas de energia do mundo que desenvolve a geração e distribuição de energia elétrica em 14 países. Em abril de 2010, AES Generación Eólica, uma	<ul style="list-style-type: none"> • AES Eletropaulo • AES Gener • Premier Power 	Geração de energia renovável (solar, eólica)

9. Asunción Ixtaltepec (423 hectares, propriedade ejidal). Uma alternativa ejidal de 631.20 hectares.

10. Santa María Mixtequilla (215 hectares de propriedade comunal. Sem alternativa).

⁵¹ Informação sistematizada por Mario Quintana, da *Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo de Tehuantepec en Defensa de la Tierra y el Territorio* (APIIDTT), e proporcionada a Claudia Villegas, Marcela Orozco y Juan Manuel Sandoval durante uma entrevista realizada no escritório da Asamblea na cidade de Juchitán, Oaxaca, em 10 de maio de 2022.

	subsidiária da AES com sede no Reino Unido, adquiriu a desenvolvedora eólica Your Energy (YEL) e assinou um acordo para comprar uma participação de 51% no portfólio eólico 3E, uma desenvolvedora eólica polonesa.		
CARGILL (Minnesota, USA)	Corporação transnacional privada dos Estados Unidos. Se dedica ao agronegócio. Suas atividades comerciais incluem a compra, venda, processamento e distribuição de grãos e outras commodities agrícolas, o cultivo e a venda de ração animal, a venda de ingredientes para a indústria farmacêutica.	<ul style="list-style-type: none"> • Wilbur Chocolate Company • NatureWorks • Frontier Agriculture. - Cargill Canada • The Mosaic Company • Cargill Meat Solutions • Provimi • Cargill (Netherlands) • Cargill (France) • Cargill (United Kingdom) 	Agricultura, nutrição animal, beleza, bioindústria, bebidas, ativos de dados, soluções de carbono, produtos farmacêuticos, suplementos, transporte etc.
Constellation Brands (Victor, New York)	A Constellation é a maior importadora de cerveja dos Estados Unidos, conforme medido pelas vendas, e tem a terceira maior participação do mercado (7.4%) de todos os principais fornecedores de cerveja. O portfólio de cervejas da Constellation inclui marcas como Corona, Modelo Especial, Negra Modelo e Pacifico, além da produtora americana de cervejas artesanais Funky Buddha. As marcas de bebidas incluem Svedka Vodka, Casa Noble Tequila e High West Whiskey, Nelson's Green Brier Tennessee Whiskey	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Modelo • Nobilo Wines (Nueva Zelanda) • Robert Mondavi Corp • Vincor International • Spirits Marque One • Beam Wines Estates • Fortune Brands • Anheuser-Busch InBev • Ballast Point Brewing of San Diego • High West Distillery de Park City, Utah • Funky Buddha Brewery de Oakland Park, Florida • Empathy Wines • Copper & Kings American Brandy • Canopy Growth Corporation 	A sua linha principal é a produção de vinhos, cervejas e bebidas espirituosas bem como investimentos em cannabis medicinal e recreativa
Freightliner & Detroit Diesel	É uma divisão da Daimler Truck North America LLC, uma empresa da Daimler. Sua principal atividade está localizada na América do Norte.		Indústria automotiva
EDP Renewables (Madrid, Espanha)	A sua empresa-mãe é a Energias de Portugal (EDP) que opera na área das energias renováveis. A EDP Renewables é a quarta maior do mundo em renováveis e a quarta operadora global em energia eólica.	<ul style="list-style-type: none"> • EDP Renewables Eur&Bra • EDP Renewables North America • Offshore 	Produção de energia eólica e solar.
General Motors	Empresa transnacional	<ul style="list-style-type: none"> • GM Argentina 	Indústria automotiva

(Detroit, Michigan, Estados Unidos) O governo do Canadá é um dos seus principais acionistas (possui um total de 25% das ações)	fabricante de automóveis, caminhões e motores (Motors Liquidation Company). Possui 27 fábricas distribuídas nos Estados Unidos, na Venezuela, México, Argentina, Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Vietnã e a Colômbia.	<ul style="list-style-type: none"> • GM Holden • GM do Brasil • General Motors de Chile • General Motors de Colômbia • General Motors del Ecuador S.A. • GM México • Daewoo GM 	
Kansas City Southern (Kansas City, Missouri, Estados Unidos)	É uma holding de transporte registrada em Delaware com investimentos ferroviários nos Estados Unidos, México e Panamá. Sua principal holding internacional é a Kansas City Southern de México (KCSM), que opera cerca de 5.311 km em 15 estados mno nordeste, centro, centro-sudeste e centro-sudoeste do México.	<ul style="list-style-type: none"> • Kansas City Southern de México • Panama Canal Railway Company (PCRC) • Gateway Eastern Railway Company (GWWE) • Meridian Speedway, LLC (MSLLC) • Southern Development Company • Texas Mexican Railway Company (TexMex) • Canada Transportation • Caymex Transportation, Inc. • Rosenberg Regional LLC -Joplin Union Depot • Kansas City Terminal Railway • Port Arthur Bulk Marine Terminal Co. • Veals, Inc. 	É focada na indústria ferroviária
Pacific Limited (Miami, Florida, Estados Unidos)	É uma empresa transnacional que vende e distribui resinas de engenharia de marca, produtos básicos, compostos, resinas especiais e concentrados de cores dos principais fabricantes por meio de uma rede de centros de distribuição de resinas localizados na América Central, América do Sul e o Caribe. Centra-se na produção de vários tipos de plástico.	<ul style="list-style-type: none"> • AVIENT • -DOW Seek Together • -Westlake • -Nan Ya Plastics Corporation USA • -Reliance Industries Limited • -Formosa Plastics Corporation • BASF SE • Flint Hills Resources 	Produção de plástico, polietileno, polipropileno, poliestireno, vinil PVC e PET.
Navistar (Lisle, Illinois, Estados Unidos)	Holding transnacional que atua como proprietária da marca internacional de caminhões e motores a diesel. Também produz ônibus sob a marca IC Bus. Navistar opera por meio de uma rede de quase mil	Em 1º de julho de 2021, a Navistar tornou-se uma subsidiária integral da TRANTON, que tem como subsidiárias: <ul style="list-style-type: none"> • MAN Truck & Bus • Scania AB • Volkswagen Caminhões 	Automotiva

	pontos de venda nos Estados Unidos, Canadá, Brasil e México e mais de 60 revendedores em 90 países. A empresa também oferece financiamento a seus clientes e revendedores principalmente por meio de sua subsidiária integral, a Navistar Financial Corporation.	e Ônibus • Sinotruck A TRANTON, por sua vez, é uma subsidiária do Grupo Volkswagwn, empresa automobilística alemã transnacional com sede em Wolfsburg, Baixa Saxônia, Alemanha.	
Sempra Infrastructure	Facilita a transição energética ao liderar o desenvolvimento de soluções de ponta em energia limpa, infraestrutura de energia, GNL (gás natural liquefeito). Desenvolve, constrói, opera e investe na infraestrutura crítica para atender as necessidades mundiais de energia e clima.	Possui um total de 27 projetos em todo o país, distribuídos nos estados de Tabasco, Veracruz, Puebla, Colima, Guadalajara, Aguascalientes, San Luis Potosí, Coahuila, Durango, Tamaulipas, Sonora, Chihuahua, Sinaloa e Baja California.	Infraestrutura e armazenamento de Gás Natural através de gasoductos; infraestrutura energética com centrais de ciclo combinado (termoelétricas), energia eólica e energia solar.
TC Energy (Calgary, Alberta, Canadá)	Empresa de energia que desenvolve e opera infraestrutura de energia no Canadá, Estados Unidos e México.		Esta empresa opera 3 negócios principalmente: dutos de gás natural, líquidos e dutos de energia.

A maioria das linhas de ação e interesse destas empresas têm a ver com os eixos da acumulação da ZEIA do Corredor Interoceânico.

O caso da Constellation Brands é interessante porque está relacionado com a direção do conteúdo do Capítulo XI do TLCAN (Investimento), o qual coloca as regras e condições da proteção ao capital das corporações transnacionais – e mostra a importante mudança no tratamento dos investimentos estrangeiros entre o ISI e o modelo econômico neoliberal, em outras palavras, este capítulo aprofunda os direitos dos investidores estrangeiros –; nele se fundamentam e começaram a se expandir as demandas das ditas corporações contra os Estados no mundo com só argumentar a possibilidade de perder lucros ou que alguma medida do governo é considerada pela empresa como prejudicial aos seus lucros. Este caso tem a ver também com o jeito que o governo mexicano evitou uma demanda da Constellation que custaria milhões de pesos ao orçamento público.

Os casos investidor-Estado são resolvidos perante três árbitros do Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (CIRDI⁵²) que decidem se é mais importante o interesse público ou os benefícios privados. Esta instituição é parte do Grupo do Banco Mundial.

México fica entre os 6 países mais demandados no mundo pelos investidores estrangeiros, e é o terceiro da América Latina –; é parte de 31 TBI e 11 TLC. Tem 38 demandas das quais 11 foram decididas a favor dos investidores e 11 estão pendentes por resolver – aqui estão seis bilhões de dólares –; o TLCAN é responsável por 26 dessas 38 demandas. Noventa por cento das demandas são de investidores dos Estados Unidos, do Canadá e da Europa. Os setores econômicos com maior demanda são abastecimento de água e resíduos sólidos; mineração, gás e petróleo estão em ascensão. O total que México pagou nesses processos é de 295 milhões de dólares (TNI-ISDS AL, s/d).

A Constellation Brands produz a cervejas do Grupo Modelo para venda nos Estados Unidos. Seu investimento no México gerou polêmica desde o início, pois organizações cidadãs reclamaram que não havia água na região e que a cervejaria agravaria a situação; assim, a empresa ficou sem licença para terminar a construção da fábrica depois que a maioria dos habitantes se manifestou contra ela em consulta pública – a construção tinha um avanço de 70% e recebeu um investimento de 1,4 bilhões de dólares. O governo mexicano do López Obrador negociou a transferência de suprimentos e equipamentos para outras instalações, ao PODEBI de Coatzacoalcos. A produção de cerveja se exportará pelo Porto de Veracruz até os diferentes pontos de venda nos Estados Unidos, tal como anunciou Marcelo Ebrard, secretário de relações exteriores do México, em 21 de abril de 2022.

⁵² CIADI pelo acrônimo em espanhol de *Centro Internacional de Arreglo de Diferencias relativas a Inversiones* ou ICSID pelo acrônimo em inglês de *International Centre for Settlement of Investment Dispute*.

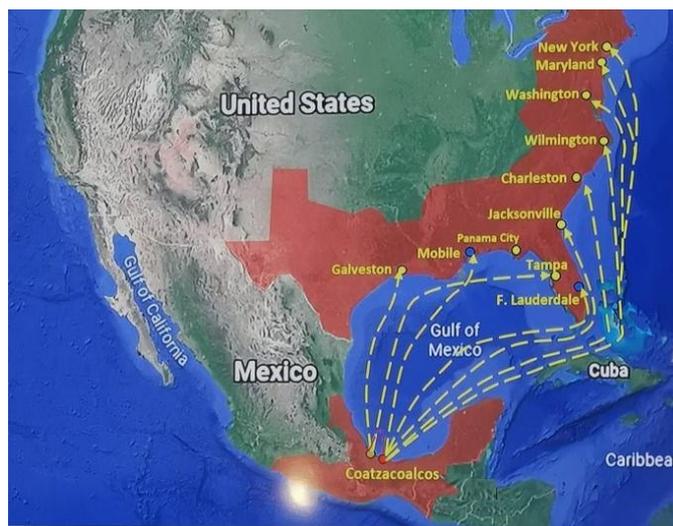


Figura 23: Mapa das exportações da Constellation Brands
Fonte: Sputnik, 2022.

A comunidade de Puente Madera, no Município de San Blas Atempa, Oaxaca, foi a única que não permitiu até agora a instalação de parques industriais, nem sequer as medições do polígono industrial nas suas terras⁵³.

Polos de Desarrollo: reserva territorial

Se establecerán 10 Polos de Desarrollo a lo largo del Istmo, de los cuales 3 predios ya son propiedad de la Federación, 1 se encuentra en proceso de donación por parte de PEMEX y los 6 restantes se ubicarán en predios que deberán adquirirse, de los cuales, uno se encuentra en proceso de definición.

Predios en dominio de la Federación y en proceso de donación		
Polo de Desarrollo	Predio	Propiedad
Coatzacoalcos I	5 de Mayo (268.39 Ha)	Federal
Coatzacoalcos II	Gavilán de Allende (131.82 Ha)	Federal
Texistepec	481.58 Ha	Federal
Salina Cruz	Polígono 14 (82.09 Ha)	Federal

Predios por adquirir		
Polo de Desarrollo	Superficie (Ha)	Propiedad
San Juan Evangelista	363.22	Privada
Ciudad Ixtepec	440.87	Comunal
Ixtepec	535.55	Ejidal
Mixtequilla	502.72	Comunal
San Blas Atempa	334.31	Comunal



Figura 24: Polos de Desenvolvimento
Fonte: Bnamericas, 2021

⁵³ Entrevista de Marcela Orozco, Claudia Villegas e Juan Manuel Sandoval com Mario Quintana, da Assembleia de los Pueblos Indígenas del Istmo em Defensa de la Tierra y el Territorio (APIIDTT), realizada no escritório da assembleia em Juchitán, Oaxaca, em 10 de maio de 2022.

Em Salina Cruz está prevista a construção de um novo porto porque a melhoria do anterior não resolveria o problema do lodo. Para isso, foi construído um quebra-mar com pedra obtida de diversas comunidades do Istmo. A refinaria “Antonio Dovalí Jaime”, construída na década de 1970, será reabilitada e outra coqueria será construída para processar óleo combustível e produzir gasolina (REDACCIÓN EL FINANCIERO, 2022).

2.2.1.2.1.5 Exploração de material pétreo no sul de Veracruz para o megaproyecto do Tren Maia

O Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMARNAT pelo acrônimo em espanhol de *Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales*) autorizou a extração de sete milhões de metros cúbicos de rocha vulcânica no *ejido* de Balzapote, na Reserva da Biosfera Los Tuxtlas, no Golfo do México; esse material é usado nas obras do Trem Maia. Eduardo Álvarez Ríos, membro da Associação de Defensores Ambientais de Los Tuxtlas (*Asociación de Defensores del Medio Ambiente de Los Tuxtlas*), explicou numa entrevista que nesta ocasião não puderam impedir as obras porque a empresa começou aos poucos, tipo roubo de formiga.

Alguns ativistas questionaram à Kathia Andrade Escobar, diretora da Reserva da Biosfera Los Tuxtlas, por que autorizou a extrair o material e ela respondeu que a SEMARNAT e os *ejidatários* haviam autorizado e ela não podia ir contra uma licença que dá a mesma Secretaria e os donos do imóvel, ou seja, os *ejidatários* (RIVERA, 2022).





Figura 25: Extração de rocha de Los Tuxtlas até o Caribe, o Porto de Veracruz e Yucatán
 Fonte: La silla rota, 2022.

2.2.2. A península de Yucatán como ZEIA e ZEICS

A península de Yucatán é formada pelos estados de Campeche, Yucatán e Quintana Roo; o Tren Maia abrange os estados da Península mais os de Chiapas, Tabasco.

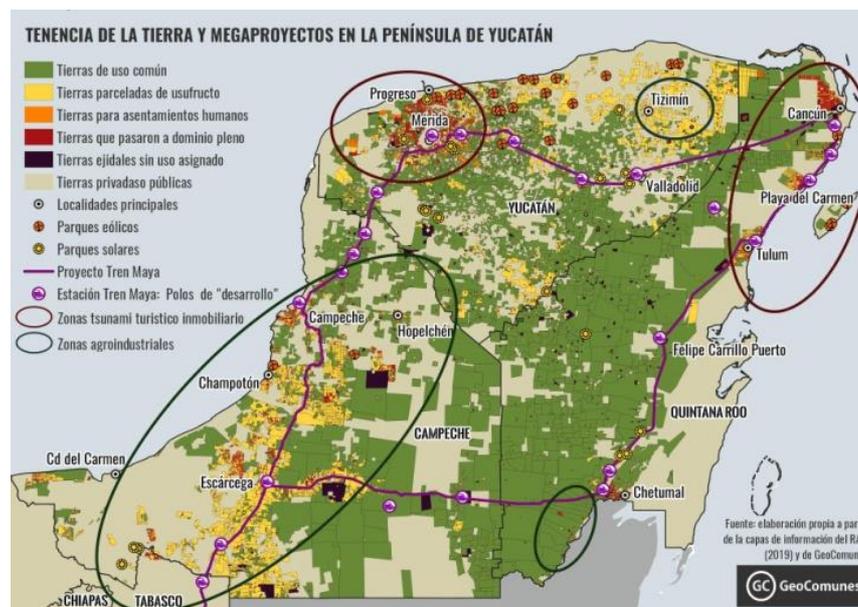


Figura 26: Propriedade da terra e megaprojetos na Península de Yucatán
 Fonte: Colectivo Geocomunes⁵⁴

⁵⁴ <https://www.facebook.com/geocomunes.carto/photos/a.331480727038593/1462169757303012/?type=3&theater>

2.2.2.1 A infraestrutura jurídica e de securitização: os governos

Para o governo mexicano atual, o Trem Maia é o projeto de infraestrutura, desenvolvimento econômico e turismo mais importante.

Há mais de 40 anos, o *Fondo Nacional de Fomento al Turismo* (FONATUR) promove a criação e consolidação de projetos de investimento no setor do turismo, contribuindo para o cuidado e preservação do patrimônio natural, histórico e cultural do México – por isso foi designado como o responsável pela preservação e conservação do patrimônio da área que abrangeria o trem e que estava registrado ou em processo de registro no *Instituto Nacional de Antropología e Historia* (INAH, ou Instituto Nacional de Antropologia e História), que passaria aos poucos ao controle dos militares.

Em 15 de agosto de 2019, se estabeleceu uma empresa de participação majoritária estadual setorializada no Ministério de Turismo mexicano (*Secretaría de Turismo*) chamada de FONATUR Tren Maya, S.A. de C.V. (FONATUR TM).

Em 21 de abril de 2020, o Ministério de Comunicações e Transportes do México (*Secretaría de Comunicaciones y Transportes*) nomeou, em plena pandemia, ao FONATUR TM para construir, operar e explorar a via de comunicação ferroviária denominada Trem Maia e também para prestar os serviços públicos ferroviários de transporte de cargas e passageiros – isso inclui as licenças e a exclusividade na prestação desses serviços por 30 anos (INFOBAE, 2020). A empresa ficou a cargo dos imóveis necessários, traçado, limites e características que lhe forem determinados ao trem. O serviço até outros países, de algum jeito já estava considerado desde 2020 porque um ponto relevante sobre o serviço de transporte é que o FONATUR deveria fornecê-lo em todos os pontos de conexão com ferrovias que ligam a outro país em condições equitativas e não discriminatórias em termos de qualidade, oportunidade e preço. Foi até finais do ano 2022 que diversos países da América Central mostraram interesse mais claramente na expansão do trem aos territórios de seus países.

O FONATUR devia realizar a liberação da faixa de domínio a partir da consideração do tipo de regime da superfície em que se localizará a via de transporte, ou seja, *ejidal* ou *comunal* – estes dois foram criados no México como resultado das lutas pela terra que originaram a Revolução de 1910 e que se concretizariam décadas depois –, pequena propriedade ou terreno federal. Esta

tarefa virou um mecanismo muito importante para despejar aos *ejidatários* de suas terras inclusive com enganos e corrupção.

Os pontos mais sensíveis para as pessoas, as comunidades e os povos originários, como os direitos de passagem (chamados de *derechos de vía* no México), o desenvolvimento, a consulta ou a proteção do meio ambiente, resultaram em fortes confrontações com o governo federal. Este considerou desde o início que grande parte dos direitos de passagem nas ferrovias, rodovias e linhas de energia já estavam prontos e não teriam muitos problemas na construção do Trem e falaram de acordos caso essas vias estivessem invadidas sem considerar as condições nas quais as pessoas chegaram para morar nesses lugares.

A chegada do desenvolvimento resultou na participação de pessoas em programas de governo como *Sembrando vida* – e que aos poucos foi se militarizando e se colocando como exemplo de desenvolvimento para replicar, sobretudo, na América Central, o qual visa resultar na diminuição dos fluxos de migração – e em agressões ao meio ambiente no lugar de sua proteção porque nesse programa se plantam árvores alheias à toda a zona. Esses ataques ao ambiente caminharam junto com a destruição do patrimônio arqueológico – que o governo mexicano só destacou como um jeito para os turistas conhecerem. Houve muitas mudanças nas localizações das estações.

A consulta aos povos e comunidades originárias foi realizada de forma irregular em novembro de 2019; inclusive observadores da ONU apontaram que vários pontos do protocolo da consulta em questão foram violados.

Sandoval (no prelo) considera que o Trem Maia não pode ser analisado isoladamente de outros megaempreendimentos que estão sendo desenvolvidos na Península de Yucatán em particular, e no sudeste em geral, pois é parte fundamental dos mecanismos pelos quais se promove a política de reorganização territorial do Estado mexicano, de que fala o Plano Nacional de Desenvolvimento. Este não é um projeto de governo de seis anos, de carácter temporário, faz parte de um plano estrutural e, portanto, faz parte de um processo histórico que corresponde à dominação do modo de produção capitalista cuja fase atual de globalização implica uma reorganização territorial de carácter global que se expressa nas esferas regional e local e que beneficia às corporações transnacionais. É neste quadro que situamos a Península de Yucatán como uma ZEIA dentro do espaço global para a

expansão do capital transnacional do Projeto Mesoamérica, onde se insere o megaprojeto denominado Trem Maia, que articulará outros projetos de grande envergadura:

1. Megaprojetos turísticos (Centros integralmente planejados e Zonas turísticas da Costa do Caribe; turismo premium).
2. Megaprojetos imobiliários de alto valor no norte de Mérida.
3. Ampliação de portos para transporte de mercadorias, turismo ou manutenção (Puerto Progreso, Puerto Seyba Playa, Puerto Morelos, Puerto Cozumel, Puerto Chetumal).
4. Megaprojetos de monocultura e pecuária (soja, palma africana, suinocultura).
5. Parques eólicos e fotovoltaicos (solares).
6. Parques industriais onde já se fabricam autopeças e aeropeças para a indústria militar transnacional e aos quais o T-MEC está dando um maior impulso.
7. Articulação com aeroportos internacionais para transporte de pessoas e mercadorias (nas cidades de Palenque, Chiapas; Mérida, Yucatán, e as de Cancún e Chetumal, localizadas no estado de Quintana Roo além do aeroporto de Campeche que é nacional).

O Trem Maia está ligado ao trem interoceânico onde estão localizados outros portos marítimos (Coatzacoalcos e Salina Cruz) e três aeroportos nacionais (em Villahermosa, Tabasco; Minatitlán, Veracruz e Ixtepec, Oaxaca que é militar).

A região percorrida pelo Trem Maia já está militarizada com quartéis militares nas cidades de Palenque, Chiapas; Escárcega, Campeche; Mérida, Yucatán; Chetumal, Quintana Roo y Xpujil, Campeche; a primeira região e a última têm quartéis de tropas de elite. Também a Marinha está presente em todos os portos marítimos citados – e administra todos os portos marítimos do México. O porto de Champotón, Campeche tem corpos de elite da Marinha.

A Guarda Nacional (*Guardia Nacional*) também já está presente. Os engenheiros militares estão construindo o último trecho do Trem Maia entre Chetumal e Escárcega, partiram do estado do México, onde se encontra o aeroporto

Felipe Ángeles⁵⁵. Ambos megaempreendimentos foram rejeitados por várias organizações sociais e comunitárias; no caso do Trem Maia, desde que foi anunciada a sua construção se manifestaram contra, com várias formas de protesto e luta, conseguindo mesmo proteção legal que no México se chama de “*amparo*”.

O Trem Maia avança em ritmo acelerado passando por cima de leis e da pandemia; e, claro, acima das próprias organizações e comunidades. Durante a contingência de saúde gerada pelo Covid-19, em 11 de maio de 2020, cem organizações e comunidades maias⁵⁶, grupos de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, além de muitos acadêmicos especializados, emitiram um comunicado pedindo ao presidente López Obrador interromper as obras de Trem Maia durante a contingência e, ao final delas, abrir um debate sobre a relevância do megaprojeto. Não houve resposta. No entanto, organizações com o apoio de organizações nacionais e internacionais continuam sua luta por meio de várias formas de resistência.

Em maio de 2020, pesquisadores do INAH, apresentaram uma “Denúncia de fatos perante o Procurador Geral da República⁵⁷ pela suposta destruição de um número indeterminado de monumentos arqueológicos localizados nos estados de Chiapas, Campeche, Tabasco, Yucatán, Quintana Roo, Oaxaca e Veracruz se forem realizados os projetos presidenciais denominados Trem Maia (sic) e o Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec”⁵⁸. Até inícios do ano 2023, esses pesquisadores não obtiveram resposta do Ministério Público, apesar de as obras de

⁵⁵ Este megaempreendimento foi fortemente impulsionado durante o governo anterior, o do Enrique Peña Nieto, no México, embora já ocorresse há algumas décadas, o que gerou fortes ações de resistência por parte dos habitantes que vivem no entorno do atual Aeroporto Internacional da Cidade do México e que afeta os povos indígenas tanto no Estado de México quanto na própria cidade. Desde o início do governo de López Obrador, este megaprojeto está virando no *Parque Ecológico Lago de Texcoco*, este projeto consiste na recuperação hídrica e ecológica de mais de 14.000 hectares de terra e sua declaração como Área Natural Protegida em benefício de mais de 12,5 milhões de habitantes do *Valle de México* (Vale do México) e com um investimento projetado de mais de 4.500 milhões de pesos até 2024 (COMISIÓN NACIONAL DEL AGUA, 2022).

O Aeroporto Felipe Ángeles é adjacente a antiga base militar de Santa Lucía.

⁵⁶ Entre as quais estão a *Asamblea de Defensores del Territorio Maya Múuch Xiinbal* (Assambleia de Defensores do Território Maia Múuch Xiinbal), o *Colectivo de Comunidades Mayas de los Chenes* (Coletivo de Comunidades Maias dos Chenes), el *Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil* (Conselho Regional Indígena e Popular de Xpujil), entre outros.

⁵⁷ No México o nome oficial da Instituição é Fiscalía General de la República.

⁵⁸ O título em espanhol do documento é “Denuncia de Hechos por la presunta destrucción de un indeterminado número de Monumentos Arqueológicos, localizados en los estados de Chiapas, Campeche, Tabasco, Yucatán, Quintana Roo, Oaxaca y Veracruz, si se llevan a cabo los proyectos presidenciales denominados Tren Maya (Sic) y Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec”.

alguns troços já terem exposto muitos monumentos arqueológicos que podem estar em risco (ECHENIQUE, F., SANDOVAL, J.M., et.al, 2020).

Devido as atividades e denúncias das organizações dos povos e comunidades originárias e organizações solidárias, principalmente internacionais, o presidente López Obrador, em sua conferência matinal em 28 de agosto, os desqualificou, declarando que não representam à população e que essa cooperação internacional é ilegal.

Organizações como o *Consejo Indígena y Popular de Xpujil* (CRIPX, ou em português traduziremos como o Conselho Indígena y Popular de Xpujil), o *Centro Mexicano de Derecho Ambiental* (CEMDA, que traduziremos como Centro Mexicano de Direito Ambiental), o Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sostenible, Diálogo y Movimiento A.C. (Conselho Civil Mexicano para a Silvicultura Sustentável), Diálogo y Movimiento A.C. (Diálogo e Movimento), Indignación A.C. (Indignação) e a Fundación para el Debido Proceso Legal A.C. (Fundação para o Devido Processo Legal) assinaram um manifesto no qual afirmam que existe uma campanha para deslegitimar o trabalho das organizações civis (CEMDA, et.al., 2020)⁵⁹.

Na Península de Yucatán, o *Congreso Nacional Indígena Peninsular* (Congresso Nacional Indígena Peninsular, CNI-P, 2020), que reúne diversas organizações do povo maia dos três estados, promove uma estratégia de organização, luta e resistência contra os megaempreendimentos e em defesa dos territórios, vinculada à estratégia do *Congreso Nacional Indígena*⁶⁰ (CNI, Congresso Nacional Indígena). Em um foro online em 11 de dezembro de 2020, essas organizações denunciaram os prejuízos da construção do Trem Maia⁶¹.

O CRIPX conseguiu ações de proteção (*amparos* ambientais, contra despejos e pela anuência indígena) e, ao mesmo tempo, está promovendo projetos alternativos em defesa das sementes nativas, *parcelas* demonstrativas nas quais se pretende não usar tantos produtos químicos e escolas de formação (através de

⁵⁹ Quinze organizações do Istmo assinaram (10 do sul do estado de Veracruz e 5 de Oaxaca; 77 organizações civis, acadêmicas e outras nacionais e internacionais; mais de 65 assinaturas individuais de acadêmicos, ativistas e outros).

⁶⁰ O *Congreso* foi instituído em 12 de outubro de 1996 pretendendo ser um espaço onde os povos originários encontrassem reflexão e solidariedade, para fortalecer as suas lutas de resistência com suas próprias formas de organização, representação e tomada de decisão (CNI, s/d).

⁶¹ Sara López participou do referido fórum em nome do CRIPX e, a seu convite, Marcela Orozco, como representante do Grupo de Trabalho “Fronteiras, Regionalização e Globalização” do CLACSO, para falar sobre o apoio que a academia comprometida com os movimentos sociais tem dado à resistência contra o Trem Maia.

oficinas virtuais durante a pandemia). Além disso, esta organização também fez estimativas dos impactos ambientais, culturais e sociais que o Trem Maia trará, como a poluição do Rio Candelaria por meio de duas estações de manutenção em mais de 300 hectares para o referido trem (CNI-P, 2020).

Há um avanço dos projetos turísticos. Em Puerto Morelos, localizado entre Playa del Carmen e Cancún, o governo planeja erguer prédios de 4 a 20 andares com base no plano de desenvolvimento mais recente. Em Cancún pretende construir infraestrutura para um trem leve elevado. O capital transnacional está assumindo o turismo comunitário com apoio do governo de Quintana Roo por meio da capacitação nas escolas do *Consejo Nacional de Educación Profesional Técnica* (CONALEP, Conselho Nacional de Educação Técnica Profissional) vinculadas ao Trem Maia. As organizações do CNI Peninsular acreditam que as organizações de direitos humanos se apropriam da ideia de autonomia e as universidades da ideia do comunitário para favorecer as campanhas do governo em favor do capital e que o apoio econômico é um instrumento do governo para manter às populações alinhadas a ele (CNI-P, 2020).

Assim, as lutas se desenvolvem contra a palma africana, os parques solares, as fazendas de porcos, as plantações de soja e de cana de açúcar cujos produtos são levados para serem processados em engenhos privados. Os empresários que aplaudiram o T-MEC querem transportar esses produtos pelo Trem Maia. A soja é plantada no estado de Campeche desde o ano 2006 e os empresários têm a meta de expansão de até 100 mil hectares às margens do Rio Candelaria, o que aumentará os níveis de contaminação no mesmo (CNI-P, 2020).

A carne suína produzida na região já é exportada para a China e as fazendas onde esses animais são criados são as principais consumidoras de soja para alimentá-los (CNI-P, 2020). Foi levantado o problema da proletarização forçada dos camponeses nos polos de desenvolvimento ao atraí-los com um salário fixo em vez de continuar trabalhando nos campos. As comunidades veem uma luta entre a vida (representada pelos defensores de seus territórios) e a morte – personificada pelos megaempreendimentos, os governos em diferentes níveis e as empresas – (CNI-P, 2020).

Entre as estratégias de luta que os dirigentes sociais no CNI-P consideram viáveis está a elaboração de uma campanha de informação em que se promova a

identidade e a autonomia peninsular, o que ajuda também a combater a ideia de “desenvolvimento comunitário” que se fomenta nas universidades, levando informações críticas a mais comunidades e buscando a articulação das lutas⁶². A arte feita por companheiras que apoiam às mulheres zapatistas foi parte fundamental dos esforços dessa campanha.

2.2.2.1.1 A securitização

O Ministério da Defesa Nacional no México (SEDENA, pelo acrônimo em espanhol de *Secretaría de la Defensa Nacional*) é o administrador do Trem Maia através de uma empresa chamada de Olmeca-Mexica-Maya, cujos lucros serão de 75% para as pensões do pessoal das Forças Armadas – marinhos e soldados – e 25% para os funcionários federais, outra parte desses lucros será investida antecipadamente na manutenção do Trem Maia. Essa empresa também administrará os aeroportos: Felipe Ángeles, o da cidade de Tulum, o de Chetumal e o de Palenque (MARTÍNEZ, 2022).

A concessão dos trechos 5, 6 e 7 (Cancún-Tulum; Tulum-Bacalar e Bacalar-Escárcega) está a cargo dos engenheiros militares da SEDENA, bem como a manutenção do aqueduto que fornece água a Xpujil e outras comunidades por meio de 4 poços profundos localizados no povoado de Silvituc. É provável que a SEDENA também se encarregar de outro trecho de mais de 100 km perto do Rio Candelaria, seguindo a rota do Trem Maia para conectar os povoados de Silvituc até Xpujil. Outra parte muito importante destas infraestruturas militares são as sedes do *Banco del Bienestar*, que são os bancos onde as pessoas beneficiadas pelo *Programa Sembrando Vida* arrecadam o dinheiro do apoio do governo – este programa, junto com o *Programa Jóvenes Cosntruyendo el Futuro*, servem para desmobilizar as populações que lutam ou poderiam lutar contra o Trem Maia.

2.2.2.3 A infraestrutura física: o rol da CCT

2.2.2.3.1 Concessões para a construção das obras do Trem Maia

A primeira concessão do primeiro trecho de 227 km – de Palenque, Chiapas à cidade de Escárcega, Campeche–, foi obtida por um consórcio transnacional formado pelas construtoras Mota Engil México, que tem uma participação de 52%, a

⁶² Marcela Orozco participou nas discussões que originaram a campanha.

China Communications Cosntructios Company⁶³ com 35% e três empresas mexicanas – Eyasa, Grupo Cosh e Gavil Ingeniería –, o restante. O contrato adjudicado é de 15.538,1 milhões de pesos.

A concessão do segundo trecho – de Escárcega à cidade de Cailkiní no estado de Campeche que abrange 234 km –, foi outorgada à Operadora CICSA, de propriedade de Carlos Slim Helú, em acordo com a transnacional espanhola FFH Construcción, por 18 mil 553 milhões de pesos (OLVERA, 2020).

Em 15 de maio de 2020, o FONATUR adjudicou o terceiro trecho do Trem Maia ao consórcio formado pela construtora mexicana Gami Ingeniería e Instalaciones, do Grupo Indi, e a empresa espanhola Azvi, com uma proposta de 10 192 milhões de pesos (TOURLIERE, 2020). Com esta decisão, a Gami – de Manuel Muñozcano Castro – consolidou-se como uma das principais empreiteiras do governo mexicano. Em 21 de março de 2020, obteve um contrato de 4 mil 147 milhões de pesos, por meio de adjudicação direta, para concluir o quebra-mar oeste no porto petrolífero de Salina Cruz, Oaxaca.

Além disso, o governo da cidade do México concedeu à Gami o contrato do *Cablebús Indios Verdes-Cuautepec*, em consórcio com a Doppelmar por um valor de 2 mil 925 milhões de pesos. Durante a gestão de López Obrador na própria cidade do México – então Distrito Federal –, Gami construiu o trecho sul-norte do segundo andar do Periférico e partes do Metrobús.

Durante o mandato de seis anos de Enrique Peña Nieto, a construtora obteve contratos por 2.354 milhões de pesos, segundo a análise da plataforma de contratos públicos Compranet. Na gestão de Felipe Calderón Hinojosa, obteve o contrato para construir a nova sede do Senado por mil 699 milhões de pesos; o prédio foi entregue com quatro anos de atraso e seu custo final foi de 2 mil 563 milhões de pesos.

O quarto contrato de concessão do Trem Maia foi obtido pela transnacional Ingenieros Civiles Asociados (ICA) por 27 bilhões de pesos em um prazo de construção de 28 meses e 520 quilômetros de ferrovia dupla e a expansão da

⁶³ A CCCC foi a empresa que recebeu, há alguns anos, a construção do trem bala da cidade do México a Querétaro, mas foi cancelada. Esta empresa está envolvida no Trem de Toluca e outros megaempreendimentos no mundo. Até 2022, esteve envolvida no projeto ainda não concretizado de construção de um megaporto marítimo na Ilha de São Luís, no estado do Maranhão, Brasil, onde chega outro trem de mais de mil quilômetros que vem da maior mina de ferro a céu aberto do mundo, localizada na Serra de Carajás, na Amazônia, e que atravessa centenas de comunidades indígenas, quilombolas (descendentes de escravos negros) e outras comunidades, afetando-as econômica, social e culturalmente.

rodovia para quatro pistas entre Izamal, Yucatán e Cancún, Quintana Roo, para o qual essa empresa já tem a concessão até 2050.

Os projetos das estações do trem foram entregues a corporações transnacionais também.

3 O SUJEITO COLETIVO NOS CONFLITOS AMBIENTAIS AO REDOR DO “CORREDOR INTEROCEÂNICO” NA REGIÃO ISTMO DE TEHUANTEPEC E O “TREM MAIA” NA PENÍNSULA DE YUCATÁN

Neste capítulo percorremos os momentos chave dos planos geoestratégicos e a tomada de decisão política dos governos, por um lado, e das organizações e comunidades que formam parte de esse sujeito coletivo que luta contra os megaprojetos, por outro, nas zonas que consideramos ZEIA.

Aqui queremos destacar a luta e a resistência das mulheres contra às diferentes ameaças colocadas pelo avanço do capital transnacional e outras situações opressivas próprias do funcionamento do capitalismo.

3.1. Os movimentos sociais no sudeste do México

Desde que o atual presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, iniciou sua campanha eleitoral para a presidência da República, em 2016, anunciou que promoveria uma nova política energética e apoiaria as regiões do istmo de Tehuantepec e a península de Yucatán, que historicamente foram relegados pelos governos anteriores, para mais uma vez impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Assim que assumiu a presidência, divulgou o seu Plano Nacional de Desenvolvimento, 2019-2024, no qual formalizou as suas propostas. Conforme mencionado nas seções anteriores, as duas empresas paraestatais (PEMEX e Comisión Federal de Electricidad) seriam resgatadas para que pudessem funcionar como alavancas do desenvolvimento nacional. E, juntamente com esta política energética, seriam estabelecidos três projetos regionais como prioritários, dois dos quais são analisados neste trabalho como ZEIA/ZEICS.

No marco dos conflitos que vinham enfrentando há décadas pelo avanço dos megaprojetos dentro da área considerada primeiro como o Plan Puebla-Panamá e depois como o Proyecto Mesoamérica, e que esperavam que se agravassem devido ao Corredor Interoceânico e o projeto do Trem Maia, as organizações sociais, comunitárias, indígenas, ambientais e de defesa dos direitos humanos, juntamente com acadêmicos comprometidos, começaram a discutir e promover medidas de resistência desde o início da campanha eleitoral de López Obrador em 2016, que aumentaram e se intensificaram ao longo dos anos até o tempo presente.

Importa referir que esta não é uma resposta que surgiu em 2016, mas que a conjuntura da campanha eleitoral permitiu a reativação de um processo que se vinha desenvolvendo há várias décadas, e cuja emergência podemos situar em 2001, com o anúncio da criação do *Plan Puebla Panamá*. Promovido pela *Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio* (RMALC), um grande número de organizações de vários tipos, acadêmicos e ativistas do sul-sudeste do México, bem como de alguns países da América Central⁶⁴, reuniram-se em Tapachula, Chiapas.

Nesta reunião, foram alcançados acordos para estabelecer um plano de ação conjunto. Nas reuniões seguintes (Quetzaltenango, em 2002, Tegucigalpa, em 2003, Manágua, em 2004, etc.) avançaram discussões e uma série de ações. Entre uma reunião e outra, uma série de reuniões regionais e nacionais foram realizadas. Em 2001, foi criado o *Foro Mesoamericano de los Pueblos* (FMP), do qual participou, em nome do México, a *Alianza Mexicana de Autodeterminación de los Pueblos* (AMAP⁶⁵), que reuniu organizações como a RMALC, UCIZONI e outras.

Durante esses anos, e até 2007, as organizações do FMP realizaram várias ações como bloqueios de estradas, recursos e outras, o que levou os governos, liderados pelo México, a decidirem diminuir o perfil da PPP, colocando muitos dos projetos (estradas, portos etc.) como se fossem obras municipais, estaduais ou federais, com orçamento público complementado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial ou outras instituições, de tal forma que começaram a falar sobre o desaparecimento do PPP.

Mas foi em dezembro daquele ano, na reunião em Campeche da Reunión do Mecanismo Tuxtla (Mecanismo de Diálogo e Concertación de Tuxtla, criado em 1988), que foi realizada a última reunião do PPP – com participação de representantes da Colômbia e da República Dominicana como convidados – e foi

⁶⁴ Outros precedentes poderiam ser mencionados, como a RMALC, que promoveu em 1995-1996 uma série de reuniões com organizações da Guatemala e de outros países centro-americanos para discutir as propostas e negociações que o governo mexicano estava promovendo com os governos desses países para que estabelecessem Tratados de Libre Comercio, tomando o TLCAN como base para eles. Essas relações e outras que o RMALC, juntamente com redes do Canadá e dos Estados Unidos, vinha promovendo com os países latino-americanos para enfrentar a criação da Area de Libre Comercio de las Américas, permitiram a criação da Alianza Social Continental em 1998.

⁶⁵ AMAP funcionou como uma rede de organizações sociais e civis. Nasceu em março de 2001 na cidade de Oaxaca como resultado de um processo que começou na luta contra o livre comércio e os megaprojetos do Plan Puebla Panamá (PPP) para construir alternativas. Participamos do I Foro Mesoamericano de los Pueblos em Tapachula, Chiapas, México, do I Encontro contra o PPP em Jaltipan, Veracruz e do II Foro Mesoamericano em Xelaju, Guatemala, o que nos permitiu definir ações conjuntas para promover esta aliança.

anunciada a mudança do nome da PPP para *Proyecto de Desarrollo e Integración de Mesoamérica* ou *Proyecto Mesoamérica* (PM).

Em 2008, a primeira reunião do Proyecto Mesoamérica foi realizada em Villahermosa, Tabasco, justamente no momento em que se realizava a sessão do Congresso dos Estados Unidos onde foi votada a chamada Iniciativa Mérida, que foi aprovada pelos representantes dos países membros do PM. A Iniciativa Mérida, que abrangia o México e a América Central, foi dividida em 2010 na Iniciativa Mérida, a Iniciativa para la Seguridad Regional de Centroamérica (CARSI, por suas siglas em inglês) e Iniciativa de Seguridad de la Cuenca del Caribe (CBSI, por suas siglas em inglês *Caribbean Basin Security Initiative*). O Foro Mesoamericano de los Pueblos deixou de funcionar, assim como a AMAP, depois de 2013.

Ao longo desses anos, os governos do México promoveram vários projetos para o desenvolvimento do istmo de Tehuantepec e da península de Yucatán. O presidente Ernesto Zedillo criou o Megaproyecto do Istmo e privatizou as ferrovias. Vicente Fox lançou a iniciativa *Plan Puebla Panamá* e foi construída a super rodovia Salina Cruz - La Ventosa, bem como uma linha de transmissão interoceânica. Com Felipe Calderón, surgiu o Proyecto Mesoamérica, e as terras do Istmo foram entregues a empresas elétricas e mineradoras transnacionais. O Istmo de Tehuantepec converteu-se no principal produtor nacional de eletricidade eólica. E sob o governo de Peña Nieto foram criadas as *Zonas Económicas Especiales* (ZEE), desfeitas pelo atual governo de López Obrador, que criou o Corredor Interoceânico e o Trem, Maia como projeto de reordenamento territorial da Península de Yucatán.

Em Yucatán, a criação do Tren Transpeninsular havia sido proposta durante o governo do presidente Enrique Peña Nieto. Em 1º de dezembro de 2012, anunciou a criação de um trem rápido que conectaria Mérida, Yucatán com Punta Venado ao sul de Playa del Carmen, Quintana Roo, visitando centros arqueológicos e turísticos e cidades como Chichén Itzá, Mérida, Izamal, Uxmal e Valladolid. O projeto foi cancelado em 30 de janeiro de 2015 devido a um corte orçamentário.

Durante os governos de Calderón e Peña Nieto, e mesmo antes do atual governo, as organizações realizaram, geralmente de forma dispersa, lutas de resistência e defesa dos territórios contra desapropriações e megaprojetos hidrelétricos, eólicos, rodoviários, aeroportuários, de gasodutos, de caráter agroindustrial etc., enfrentando repressão, assédio, encarceramento,

desaparecimento e assassinatos. Os projetos do atual governo estão promovendo mais uma vez a articulação de organizações e o fortalecimento de movimentos para tentar avançar de forma coordenada nos processos de resistência e defesa de territórios e bens comuns frente à repressão, assédio, prisão, desaparecimento e assassinato que o governo de López Obrador continua perpetrando.

Em 2001, reuniu-se em Tapachula um grande número de diferentes organizações, convocadas pela RMALC e outras instâncias, para analisar o PPP e elaborar um plano de ação conjunto. Muitas dessas organizações foram formadas há muitos anos, até mesmo décadas antes; mas a partir da criação da RMALC, em 1991, algumas destas organizações aderiram-se a esta Rede.

As relações intersubjetivas que se estabeleceram ou já tinham se estabelecido entre sujeitos conscientes, social e politicamente, e que faziam parte de ditas organizações foram essenciais na formação de um sujeito coletivo com um objetivo comum: lutar e resistir ao avanço e aos impactos do TLCAN e, em geral, contra o livre comércio em suas diversas facetas. Esse processo avançou por meio das experiências compartilhadas na RMALC, primeiro com organizações dos Estados Unidos e do Canadá⁶⁶, entre 1991 e 1994, quando o TLCAN entrou em vigor (mas também ao longo dessa década); e, após esta data, com organizações centro-americanas e, em geral, com organizações latino-americanas, pois em dezembro de 1994, em Miami, Flórida, o então presidente dos Estados Unidos, William Clinton, propôs a 33 chefes de Estado do continente (excluindo Cuba) a criação da *Área de Libre Comercio de las Américas* (ALCA).

Em 1998, foi criada a *Alianza Social Continental* (ASC) no Chile e, em 2009, na Colômbia, semelhante à RMALC, a *Red Colombiana de Acción frente al Libre Comercio* (Recalca).

No México, outro sujeito histórico que veio aprofundar a conscientização e articulação entre organizações de vários tipos que lutaram não só contra o TLCAN, mas contra o sistema em geral, foram (e continuam sendo) os indígenas de Chiapas organizados no *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), que em 1º de janeiro de 1994 declarou guerra ao exército e ao governo mexicano, mas também ao

⁶⁶ É importante mencionar que, para sua formação em 1991, a RMALC contou com o apoio de organizações canadenses como *Common Frontiers* e outras, que já tinham a experiência de ter participado da análise e resistência do Acuerdo de Libre Comercio firmado entre os Estados Unidos e Canadá em 1988, que entrou em vigor em 1989.

TLCAN. O apoio a esta luta por parte das referidas organizações levou à participação de muitos de seus representantes no órgão consultivo do EZLN nas Pláticas de Paz em San Andrés Sakamchen, entre 1995 e 1997, que foram rompidas pelos zapatistas diante do descumprimento do governo dos primeiros acordos. Entre as organizações que participaram e que agora promovem o processo de reorganização contra os megaprojetos do atual governo, podemos citar a *Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo* (UCIZONI), a *Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio* (RMALC), o *Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras* (SPECHF), entre outros.

Como mencionado acima, com a reestruturação do PPP, que se transformou no Proyecto Mesoamérica, a luta de resistência que havia sido fortemente mantida de 2001 a 2007-2008 contra o PPP começou a se dividir setorialmente de 2008 a 2011 contra diferentes megaprojetos, do agora chamado Projeto Mesoamérica.

A luta conjunta diminuiu devido a vários fatores. Primeiro, devido à fragmentação que começou a ocorrer na luta conjunta contra o livre comércio, para dar lugar a lutas setoriais para as quais foram criadas redes específicas que a RMALC ajudou a criar como a *Red Mexicana de Afectados por la Minería* (REMA), do *Movimiento de Afectados y Afectadas por las Presas y en Defensa de los Ríos* (MAPDER). Em segundo lugar, pela criminalização e repressão aos movimentos contrários aos grandes projetos do governo federal, como a *Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra* (FPDT), formada contra o novo aeroporto do Lago Texcoco que afetaria suas terras, e que conseguiu impedir que se estabelecesse à custa de uma forte repressão policial que custou a morte e prisão de várias lideranças, o estupro de mulheres e o assédio da população durante anos. Mas também a “Guerra contra las Drogas” declarada pelo então presidente Calderón, em 2006, que levou à morte e desaparecimento de centenas de milhares de pessoas, envolvidas ou não no tráfico de drogas, também encobriu o assassinato de muitos líderes e ativistas sociais⁶⁷.

A crise econômica e financeira mundial de 2008-2009 e as suas consequências nos anos seguintes levaram-nos a um grupo de integrantes da

⁶⁷ Durante todo o governo do presidente Peña Nieto e até o atual governo, continua a criminalização de protestos sociais, as perseguições, repressões, assassinatos e desaparecimentos de integrantes de organizações e ativistas.

RMALC⁶⁸ e do SPECHF, com o apoio do Dr. William Robinson⁶⁹, através de diversas oficinas de análise e discussões realizadas com organizações em várias regiões do México, desde 2009, a desenvolver um projeto coletivo sobre a expansão do capital transnacional no continente americano, e no México em particular, utilizando para isso o método de análise que o SPECHF desenvolve há 4 décadas: Pesquisa para Ação. Como já apresentamos anteriormente, esta é definida como a construção conjunta, por acadêmicos críticos junto com organizações sociais e outros, de ferramentas metodológicas de análise baseadas no compartilhamento de ideias e na filosofia da práxis⁷⁰, na produção de conhecimento crítico e reflexivo em prol dos povos originários, comunidades diversas e população trabalhadora majoritária, contra a pilhagem do capital, no contexto da luta de classes ao nível global.

Para avançar na elaboração deste projeto coletivo, a autora deste trabalho, Marcela Orozco, afirmou que era necessário restabelecer o vínculo com integrantes de organizações que haviam participado da RMALC e/ou da AMAP, além de estabelecer relações com outras organizações que lutaram e resistiram ao avanço do capital transnacional e seus megaprojetos. Desta forma, e aproveitando o fato de que alguns integrantes da RMALC publicaram em 2016 o livro do balanço do TLCAN após 20 anos de existência, Marcela Orozco e Juan Manuel Sandoval concordaram em fazer uma viagem pelo sul-sudeste do México levando exemplares do livro para as organizações e colegas acadêmicos comprometidos.

Em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, voltamos a contatar o antropólogo Juan Pohlenz, com quem havíamos organizado um grande número de eventos desde o início dos anos 1980 e, principalmente, na década seguinte como consequência da rebelião do EZLN, e que nos convidou a participar do Primer Congreso Internacional Patrimonio, Territorio y Buen Vivir, a ser realizado nas

⁶⁸ Como consequência da fragmentação e dispersão de redes, movimentos e organizações já mencionadas no texto, bem como das mudanças nas políticas de financiamento da cooperação internacional e do aumento da condicionalidade para organizações mexicanas que receberam apoio de fundações de outros países vinculadas aos termos específicos da política de segurança dos Estados Unidos, a RMALC sofreu uma queda no número de integrantes e um declínio dos seus recursos. No entanto, alguns de seus integrantes, do grupo que realizava as análises e pesquisas, decidimos reestruturar a RMALC para que permanecesse um núcleo de análise e pesquisa para a ação, ou seja, continuar realizando as análises junto com diversas organizações.

⁶⁹ Professor pesquisador em Estudos Críticos da Globalização na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, e ativista, integrante do Grupo de Trabalho "Fronteiras, regionalização e globalização" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

⁷⁰ Filosofia da Práxis (Marx e Gramsci). Não se trata apenas de compreender a realidade, mas de transformá-la, por meio da prática revolucionária (práxis).

instalações da Universidad Intercultural de Chiapas em agosto desse ano, para conhecer outros colegas e convidá-los a participar do projeto coletivo mencionado. De lá viajamos para a península de Yucatán; em Mérida, apresentamos o livro em uma oficina de análise e discussão com acadêmicos e ativistas; em Candelaria, Campeche, tivemos uma reunião com Sara López, que foi integrante da AMAP – junto com Marcela Orozco – e ainda faz parte da Red Nacional de Resistencia Civil contra las Altas Tarifas de la Energía Eléctrica. Sara também participa como conselheira no Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil (CRIPX), Campeche, e no Congreso Nacional Indígena (CNI). Em Villahermosa, Tabasco, nos encontramos com Armando Dorantes, então membro do *Comité Nacional de Estudios de la Energía* (CNEE) e da Frente Sindical Campesino Indígena Social y Popular de Tabasco, que havia colaborado com a RMALC.

Em Matías Romero, cidade localizada no Istmo de Tehuantepec, nos encontramos com Carlos Beas, da *Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo* (UCIZONI), a quem deixamos uma caixa com 20 exemplares, e combinamos organizar uma oficina de Análise e Discussão com membros da sua organização. UCIZONI havia sido sócio fundador da AMAP – onde Carlos Beas e Marcela Orozco também militaram juntos. No caminho para Tehuacán, saindo de Oaxaca, paramos em Nochixtlán, onde poucos dias antes a polícia havia reprimido fortemente professores, pais, crianças, ativistas e a população civil que se manifestava a favor da defesa dos direitos trabalhistas, bem como participado ativamente na *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE) e em uma mesa de diálogo sobre a Reforma Educacional promovida por Peña Nieto e exigindo o atendimento de demandas sociais da comunidade. Eles nos deixaram passar o bloqueio e nos reunimos com alguns professores onde contamos a eles sobre nosso projeto e deixamos vários exemplares do livro.

Finalmente chegamos a Tehuacán, onde nos encontramos com Omar Esparza, do *Movimiento Agrario Indígena Zapatista* (MAIZ), que havia sido integrante da RMALC e da AMAP onde participava junto com Marcela Orozco e Bety Cariño, esposa de Omar, que foi assassinada por um grupo paramilitar em 27 de abril de 2010, junto com o ativista finlandês Jiry Jaakola, enquanto participavam de uma caravana de direitos humanos rumo a San Juan Copala. Na AMAP, Marcela e Bety também estabeleceram uma grande amizade junto com Sara López e Verónica

Munier, do *Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Martha* e do *Movimiento Regional Indígena en Defensa y Respeto por la Vida*, no sul de Veracruz, área considerada parte do istmo de Veracruz. Conversamos com Omar sobre nosso interesse em restabelecer vínculos para avançar no processo de rearticulação e ele concordou, também deixamos exemplares do livro para ele.

Mais tarde, voltamos a San Cristóbal de Las Casas para participar do Primer Congreso Internacional Patrimonio, Territorio y Buen Vivir, realizado nas instalações da Universidad Intercultural de Chiapas, onde conhecemos um grupo de colegas acadêmicos comprometidos e interessados no projeto coletivo que estávamos começando a montar.

Durante este congresso conversamos com os colegas mencionados e surgiu a ideia de participar da convocação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a criação de novos grupos de trabalho, mas para isso primeiro tínhamos que conseguir com que o SPECHF fosse aceito como um Centro CLACSO com plenos direitos. Na Assembleia do CLACSO realizada em Medellín, Colômbia, em novembro de 2015, o SPECHF foi aceito como tal, pois cumpriu e superou os requisitos necessários, entre eles, estar vinculado a movimentos sociais. Atribuímos-nos a tarefa de concretizar o projeto coletivo de participação na referida convocatória, convidando colegas de várias universidades e organizações a aderirem. Nossa proposta foi aceita como Grupo de Trabalho “Fronteiras, Regionalização e Globalização” (com o projeto coletivo “Espacios Globales para la expansión del capital transnacional em el Continente Americano”, com 130 membros (mais de 50% homens e mais de 40% mulheres), de 11 países (3 deles europeus)⁷¹.

Em 13 de abril de 2017, este GT estabeleceu a primeira carta de intenções com o MAIZ e a *Comisión de Derechos Humanos y Laborales del Valle de Tehuacán* (CDHLVT):

[...] para la colaboración conjunta en la evaluación de los instrumentos de Manifestaciones de Impacto Ambiental (MIA) y la elaboración de peritajes antropológicos que muestren técnica y científicamente el impacto real de los megaproyectos en las comunidades y pueblos originarios; y que éstas y

⁷¹ No final do período 2016-2019, o número de integrantes chegou a quase 200, de 15 países (3 deles europeus); e no período 2019-2022, CLACSO voltou a selecionar o GT FRG, que em 2022 contava com mais de 220 membros de 17 países (5 deles europeus). Em outubro de 2022 participamos da chamada para a criação ou continuidade de Grupos de Trabalho para o período 2023-2025 e o GT FRG CLACSO foi novamente aceito.

éstos tengan las herramientas jurídicas para la defensa de sus territorios y bienes comunes⁷².

O apoio dado pelo GT FRG a esta organização em sua luta contra a criação de duas hidrelétricas na Sierra Negra de Puebla, um megaprojeto do Grupo México (empresa transnacional de mineração) para fornecer eletricidade a projetos de mineração da mesma empresa, juntamente com diversos mecanismos de resistência (bloqueios, protestos, mesas de negociação com órgãos do governo federal, recursos, divulgação do problema por meio da rádio comunitária da região etc.) que tem conseguido impedir durante vários anos que a empresa dê início às obras, apesar das tentativas de dividir as comunidades da região que seriam afetadas, bem como por meio de perseguições a representantes do movimento, ataques a rádios comunitárias e o desaparecimento de um dos líderes do MAIZ, Sergio Rivera.

Nesse mesmo ano, em um fórum realizado em Tehuacán, Puebla, organizado por MAIZ, UCIZONI e outras organizações no mês de maio, sendo esse fórum mais uma ação de rearticulação regional, integrantes do GT FRG CLACSO participaram em um evento que seria realizado naquele mesmo mês nas instalações da UCIZONI em Matías Romero, para discutir o projeto coletivo e estabelecer um plano de trabalho conjunto. UCIZONI e MAIZ mantiveram (e ainda mantêm) apoio mútuo, dois de seus líderes, Carlos Beas e Omar Esparza, foram integrantes da AMAP.

Na reunião de Matías Romero, da qual participaram 6 integrantes do GT FRG, lideranças de comunidades indígenas zapotecas e mixes, integrantes da UCIZONI, externaram sua preocupação pela construção de duas linhas de transmissão elétrica de alta tensão, uma delas para transportar a energia elétrica produzida nos parques eólicos do Istmo de Tehuantepec, desde a cidade de Ixtepec, Oaxaca, onde está localizada a usina receptora, até Yautepec, Morelos, em um circuito de 2.000 quilômetros; e a outra, de Ixtepec a Juile, no istmo de Veracruz, a mais de 200 quilômetros de distância, e que impactaria negativamente diversas comunidades. Este megaprojeto se somou a outros já implantados ou em vias de implantação no istmo de Tehuantepec, como parques eólicos, gasodutos, concessões mineiras, grandes rodovias etc. Um dos integrantes do GT FRG CLACSO (Alejandro

⁷² Carta de Intención para la colaboración del Grupo de Trabajo “Fronteras, regionalización y globalización” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), el Movimiento Agrario Indígena Zapatista (MAIZ) y la Comisión de Derechos Humanos y Laborales del Valle de Tehuacán, A. C. (CDHLLVT), 13 de abril de 2017.

Castaneira) fez uma apresentação sobre “La transición energética: del Sistema Interconectado Eléctrico Nacional a la Reelectrificación Transregional de América del Norte, México y Centroamérica”, na qual os referidos projetos elétricos são inseridos.

Ao longo desse ano e 2018, a equipe do GT FRG colaborou com a UCIZONI em diversas análises e ações, e foi em 19 de outubro de 2018, quando já estava claro que o governo López Obrador lançaria seu plano de desenvolvimento para o Istmo de Tehuantepec⁷³, que ambas as instâncias concordaram em estabelecer uma carta de intenções:

[...] para la colaboración conjunta en la recopilación y análisis de información relativa a este megaproyecto y a otros que afectan también a diversas comunidades (gasoductos, supercarreteras, concesiones mineras, parques eólicos); así como para la evaluación de los instrumentos de Manifestación de Impacto Ambiental (MIA) y de Evaluación de Impacto Social (EVIS) y, de ser posible, la elaboración de peritajes antropológicos que muestren técnica y científicamente el impacto real de los megaproyectos en las comunidades y pueblos originarios; y que éstas y éstos tengan las herramientas jurídicas para la defensa de sus territorios y bienes comunes. Interesa sobremanera valorar/destacar la validez del conocimiento ancestral y las formas de vida de las comunidades afectadas por los megaproyectos, por ello la información disponible proporcionada por las comunidades es de vital importancia para el mencionado análisis, al validar y reforzar el desarrollo del conocimiento científico de la realidad que se vive en la región, la cual será abordada con las herramientas teórico-metodológicas del proyecto colectivo del GT CLACSO sobre “Espacios Globales para la expansión del capital transnacional en el Continente Americano”, y en particular del subproyecto “Proyecto Mesoamérica como espacio global para la expansión del capital transnacional”⁷⁴.

Durante o resto de 2018 e início de 2019, várias organizações realizaram algumas reuniões para analisar em que consistia o *Plan de Desarrollo del Istmo de Tehuantepec*, do qual falava o governo do presidente Andrés Manuel López Obrador, uma vez que não era possível acessar a informações sobre este; mas também foram feitas algumas tentativas de rearticular os movimentos contra os megaprojetos desse plano de desenvolvimento do governo, que se considerava visar mais o benefício do capital transnacional do que das próprias populações onde estão inseridos.

⁷³ O projeto do Corredor Interoceânico no Istmo de Tehuantepec foi formalizado até o surgimento do Plan Nacional de Desarrollo 2019-2024, no qual é considerado um dos 3 projetos prioritários para promover, juntamente com o apoio ao setor energético, uma nova etapa de desenvolvimento do México.

⁷⁴ Carta de intenção para a colaboração do Grupo de Trabalho "Fronteiras, regionalização e globalização" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo (UCIZONI, A.C.). 19 de outubro de 2018. O subprojeto "*Proyecto Mesoamérica como espacio global para la expansión del capital transnacional*", mencionado na Carta de Intenção, é coordenado por Marcela Orozco Contreras.

Em 10 de fevereiro de 2019, UCIZONI, a Sección 22 da CNTE, população de Oaxaca, a fundação EDUCA, *Radio Huave* e MAIZ, convocaram a uma roda de conversa (*conversatorio*) nomeada “EL ISTMO ES NUESTRO”, em Ixtepec, Oaxaca. A chamada afirmava:

Hasta ahora los diferentes actores sociales de la región istmeña hemos sido incapaces de generar una propuesta propia de desarrollo, basada en un autodiagnóstico y en la identificación de nuestras prioridades. También es evidente la inexistencia de espacios de diálogo y de construcción de propuestas y de alternativas desde una “mirada istmeña.

Objetivo:

Crear un espacio de diálogo que permita de manera incluyente y respetuosa el intercambiar puntos de vista orientados a la identificación de las prioridades de los diferentes sectores sociales del Istmo, así como el compartir información sobre el nuevo proyecto de inversión y definir una posición informada sobre el mismo⁷⁵.

Este evento contou com a presença de cerca de 70 representantes dos setores de ensino, empresarial, cultural, agrícola, bem como autoridades municipais e comunitárias, ambientalistas, defensores dos direitos humanos, defensores dos direitos da mulher e profissionais. Entre eles, alguns membros do GT FRG CLACSO participaram com apresentações sobre o istmo de Tehuantepec e o capital transnacional.

Uma vez divulgado o Plano Nacional de Desenvolvimento 2019-2024, as organizações entenderam em que consistia o Corredor Interoceânico e realizaram uma série de reuniões informativas, oficinas de análise e discussão e outras atividades que permitiram entender completamente o projeto e seu impacto nos territórios e comunidades. O GT FRG CLACSO e outros grupos como o Geocomunes (do qual alguns integrantes também são do GT FRG), realizaram cartografia, análise da “*Manifestación de Impacto Ambiental para la Modernización y Rehabilitación de la vía férrea del Ferrocarril del Istmo de Tehuantepec*”⁷⁶ e outras tarefas de pesquisa e análise para apoiar às organizações.

A partir desta reunião fomos para Salina Cruz para participar como integrantes do GT FRG CLACSO, convidados por Carlos Beas de UCIZONI, no

⁷⁵ *Conversatorio “el Istmo es nuestro”*. Lugar: Ixtepec, Oaxaca. Data: 10 de fev. 2019. Horário: 10.00-14.30 horas. Convocantes: UCIZONI, Sección 22 de la CNTE, pobladores oaxaca; Educa, Radio Huave y MAIZ.

⁷⁶ *Observaciones sobre la manifestacion de impacto ambiental (MIA) promovida por la empresa ferrocarril del istmo de tehuantepec, s. A. De c. V. Para la “modernización y rehabilitacion de la vía férrea del ferrocarril del istmo de tehuantepec.” Documento elaborado pelo grupo de trabajo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) “Fronteras, regionalización y globalización”. Coordinador: Dr. Juan Manuel Sandoval Palacios, 21 de fev. 2020.*

"Encuentro Regional El Istmo El Istmo es Nuestro", realizado nas instalações da Escola Primária "Pedro Sáenz" no porto de Salina Cruz, Oaxaca, em 8 de junho daquele ano.



Figura 27: Encuentro Regional El Istmo El Istmo es Nuestro
Fonte: IstmoPress, 9 de junho de 2019⁷⁷.

Participaram deste evento 350 autoridades comunitárias, professores da Sección 22 da CNTE e integrantes de grupos de direitos humanos de 21 municípios dos estados de Oaxaca e Veracruz, além de integrantes do GT FRG CLACSO. Os participantes expressaram a simulação com que foram realizadas as consultas no âmbito do "*Programa para el Desarrollo del Istmo de Tehuantepec*" promovidas pela Secretaría de Hacienda e o *Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas* (INPI) nos meses de março e maio, com as que se procurou legitimar a imposição de megaprojetos que beneficiam principalmente empresas transnacionais⁷⁸. No encontro, exigiu-se ao governo de Andrés Manuel López Obrador que respeite o direito à informação dos povos e se exigiu conhecer ampla e fidedigna informação sobre o "*Programa para el Desarrollo del Istmo de Tehuantepec*" onde pretende ser realizada a reabilitação de ferrovias e a construção de um gasoduto.

Carlos Beas, da UCIZONI, mencionou que uma licitação para a linha elétrica Ixtepec-Yautepec foi reativada sem ter informado ou consultado às comunidades sobre este megaprojeto. Moradores da comunidade Unión Hidalgo denunciaram as graves irregularidades na consulta indígena realizada desde 2017 para a construção de um novo parque eólico de propriedade da *Eólica de Francia* (EDF). Um grupo de

⁷⁷ IstmoPress. (2019, 9 de junio). "No a los megaproyectos de muerte coinciden pueblos y organizaciones" no Fórum "El Istmo es Nuestro". Disponível no site: <http://www.istmopress.com.mx/istmo/no-a-los-megaproyectos-de-muerte-coinciden-pueblos-y-organizaciones-en-foro-el-istmo-es-nuestro/>

⁷⁸ Entre as organizações participantes estavam a UCIZONI, a Seção 22 da CNTE, Sol Rojo, moradores da comunidade Unión Hidalgo, membros da comunidade mixe de Jaltepec de Candayoc, agentes municipais de várias comunidades do sul de Veracruz, a Asamblea Popular del Pueblo Juchiteco, o GT FRG CLACSO, a RMALC, entre muitos outros.

mulheres denunciou ter sido impedido de manifestar suas reivindicações na suposta consulta do INPI; os ejidatários de San Juan Guichicovi denunciaram que não foram convocados para essa consulta do governo federal sobre o *Plan de Desarrollo del Istmo de Tehuantepec*, apesar de estar a alguns quilômetros das ferrovias. Enquanto moradores e autoridades de Playa Brasil, pertencentes à comunidade de Salina Cruz, denunciaram o assédio de indivíduos que querem expulsá-los da área porque pretendem expandir o porto de Salina Cruz⁷⁹.

Finalmente, acordou-se promover "um projeto alternativo" de bem viver desde a concepção dos povos e rejeitar categoricamente a imposição de projetos que signifiquem desapropriação, dano ambiental e destruição das culturas originárias nesta área de Oaxaca.

Por sua vez, algumas organizações e comunidades realizaram várias atividades contra o megaprojeto em diferentes lugares. Por exemplo, em 20 de fevereiro de 2020, em uma reunião de informação sobre o Tren Transísmico realizada em Ixtepec, com a presença de organizações e funcionários da *Secretaría del Medio Ambiente* (Semarnat) e da empresa FIT, autoridades do Ejido de Chivela e San Juan Guichicovi disseram que suas comunidades decidiram parar as obras de reabilitação e nivelamento das estradas até que tivessem informações completas sobre o projeto. Em resposta, a Semarnat disse que em 60 dias o INPI iria publicar o "formato da consulta indígena para o Corredor Interoceânico". A "reunião de informação pública sobre a ferrovia do Istmo" ocorreu após as comunidades zapotecas, mixes e afrodescendentes solicitassem uma consulta ampliada com todos os detalhes do MIA do Corredor Interoceânico que a Semarnat recebeu em janeiro daquele ano. Nessa reunião participaram integrantes da UCIZONI, *Jaguares de la Selva*, *Comunidades Campesinas en Camino*, *Unión de Comunidades Indígenas de la Región del Istmo* (UCIRI), a Umafor (Unidad de Manejo Forestal) Istmo-Pacífico, *Organización Colectivos Articulados de la Cuenca Media Alta del Río*

⁷⁹ Após o encontro, os membros do GT FRG CLACSO e outras organizações foram convidados a Playa Brasil pela Dra. Lesbia Hernández, anfitriã durante todo o evento e ativista em Salina Cruz a favor das comunidades e contra os megaprojetos. No local, foi realizada uma conversa com cerca de 30 participantes do Encontro com Samarone Carvalho, da Universidade Federal do Maranhão, Brasil e integrante do referido GT, que comentou sobre a luta que acontecia na ilha de São Luís, no estado do Maranhão, por moradores e pescadores da comunidade Cajueiro, com o apoio de outras comunidades, organizações e acadêmicos engajadas, contra um consórcio de empresas transnacionais composto – na época - pela *China Communications Construction Company*. Esta mesma transnacional lidera outro consórcio e tem 35% da primeira concessão do Trem Maia para a construção do primeiro trecho de 227 km de Palenque, Chiapas a Escárcega, Campeche.

de los Perros, entre outras, e exigiu que a Semarnat não aprovasse dito MIA e acusaram que as consultas realizadas foram uma simulação. Também denunciaram o assédio do pessoal do *Ferrocarril del Istmo de Tehuantepec* para que 20 famílias zapotecas desocupassem suas casas, próximas aos trilhos do trem, onde vivem há três gerações, sem dar-lhes alternativas para onde poderiam se mudar⁸⁰.

Além disso, em assembleia realizada em 26 de fevereiro de 2020 na cidade de San Juan Guichicovi, cerca de 280 ejidatários e outros moradores anunciaram sua rejeição às obras realizadas pela empresa denominada "*Ferropartes Industriales del Norte*" como parte do megaprojeto do CIIT. Nessa mesma reunião, integrantes da Comissaria Ejidal de San Juan Guichicovi anunciaram que interpuseram um recurso perante o sexto tribunal distrital com sede em Salina Cruz, Oaxaca, contra qualquer trabalho relacionado com o "*Programa para el Desarrollo del Istmo de Tehuantepec*", porque foi violado o seu direito à consulta livre, prévia e informada. O presidente do comissariado Ejidal, Albino Pedro Jacinto afirmou que sim houve assembleias relacionadas com o Corredor Interoceânico, mas em nenhum momento as suas vozes foram tidas em conta e para eles este projecto é uma imposição⁸¹.

Por sua vez, em 6 de março de 2020, membros de algumas comunidades indígenas, integrantes da Asamblea de Pueblos del Istmo en Resistencia, realizaram uma coletiva de imprensa em Juchitán, na qual tornaram pública sua adesão e coesão na luta pela formação de um bloco de comunidades indígenas e denunciaram violência, violações, omissões e cumplicidade dos três níveis de governo com empresas privadas que pretendem instalar projetos eólicos no Istmo de Tehuantepec. O bloco de povos em resistência é formado pelas comunidades de Álvaro Obregón, San Dionisio del Mar, San Mateo del Mar, Santa María Xadani e Unión Hidalgo. Rosario Castellanos, defensora da vida e do território, leu um comunicado do bloco de comunidades em que se solidarizaram com os comunitários de Unión Hidalgo contra a imposição do projeto eólico Gunaa Sicarú, da paraestatal francesa Electricité de France (Grupo EDF). Ela explicou que a empresa estrangeira pretendia instalar o novo parque eólico em terras comunais e monopolizar um

⁸⁰ Editorial La Cooperacha. (2020, 26 de fev). "Pueblos frenan trabajos del Tren Transistmico, exigen información clara.". Disponível no site: <https://lacoperacha.org.mx/pueblos-frenan-trabajos-tren-transistmico-exigen-informacion-clara/>

⁸¹ Manzo, Diana. (27 fev. 2020). "Se amparan pobladores de San Juan Guichicovi contra el Corredor Transoceánico del Istmo." *Infopress.com.mx*. Disponível no site: <http://www.istmopress.com.mx/istmo/se-amparan-pobladores-de-san-juan-guichicovi-contra-el-corredor-transoceanico-del-istmo/>

polígono de 4.700 hectares para colocar 62 novos aerogeradores, com capacidade de 4,84 megawatts cada, cujas torres atingiriam 136 metros de altura com diâmetro de base de até 23 metros por 6 de profundidade. Castellanos garantiu que as comunidades perceberam uma consulta informativa manipulada pelo governo municipal, por meio da *Secretaría de Energía* (SENER), mencionou que “o processo foi falho desde o início e ignorou as normas internacionais sobre o direito de consulta dos povos indígenas”, e disse que “a Secretaría de Energía e as instituições governamentais envolvidas como o INPI, a *Secretaría de Gobernación* (SEGOB), a SEMARNAT, a *Defensoría de los Derechos Humanos de los Pueblos de Oaxaca* (DDHPO) e a *Secretaría de Pueblos Indígenas y AfroMexicanos* (SEPIA)” cometeram delitos gravíssimos ao realizar e promover assembleias nas quais são sistematicamente violados os direitos humanos dos povos indígenas. Também exigiram o cancelamento da consulta em Unión Hidalgo, que, afirmou Castellanos, “não é consulta, nem é indígena”, e reiteraram a luta dos povos, agora coesos, contra os projetos extrativistas que se pretendem instalar na região do istmo⁸².

Dessa forma, várias ações foram realizadas contra o Corredor Interoceânico ao longo do ano de 2019 e no início de 2020. Porém, com a declaração da contingência sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, declarada em março de 2020 pelo governo federal em todo o país, as atividades presenciais das organizações foram prejudicadas, embora algumas obras do projeto continuassem avançando, o que motivou a atuação de diversas organizações.

No caso da colaboração do GT FRG CLACSO, a RMALC e o SPECHF com Sara López, com quem tínhamos contatado novamente em 2016, foi estabelecido um acordo com ela para colaborar contra o megaprojeto de monocultura de palma africana que avançava rapidamente em terras municipais de Candelaria, que se localizam na bacia do rio do mesmo nome – em uma de cujas margens havia sido instalada uma planta de uma empresa industrial que extraía óleo dessa palmeira. Através de Oficinas de Análise e Discussão em Candelaria, com o apoio do Dr. León Ávila da *Universidad Intercultural de Chiapas* (UNICH) e integrante do GT FRG CLACSO, que vinha estudando o progresso desta palmeira na bacia do rio Tonalá

⁸² *Comité de Defensa Integral de Derechos Humanos, Gobixha, A. C. (2020). “Conforman Asamblea de Pueblo del Istmo en Resistencia contra empresas y proyectos eólicos”. CODIGO DH, 20 março. Disponível no site: <https://codigodh.org/2020/03/10/conforman-asamblea-de-pueblos-del-istmo-en-resistencia-contra-empresas-y-proyectos-eolicos/>*

em Chiapas e a do rio Grijalba em Tabasco⁸³, a organização de Sara realizou uma campanha de informação em ejidos e comunidades do município, que conseguiu deter o avanço desta monocultura.

Uma vez que no *Plan Nacional de Desarrollo 2019-2024* foi anunciado, em 2019 pela Presidência da República, a criação do megaprojeto do Trem Maia, discutimos com Sara a necessidade de estabelecer um acordo de colaboração, através de uma carta de intenção, entre o GT FRG CLACSO e o CRIPX para a análise conjunta deste megaprojeto e seus impactos. Sara levantou essa questão em uma reunião da direção do CRIPX, que aceitou convidar-nos a participar numa reunião juntamente com outras instituições e organizações, bem como ativistas e estudantes de várias universidades. Nessa reunião, seria formalmente criado o grupo de trabalho por eixos temáticos sobre os impactos diretos e indiretos do Trem Maia na Península de Yucatán. Esta reunião realizou-se nos dias 7 e 8 de setembro de 2019 nas instalações da Universidad Tecnológica de Calakmul, em Xpujil. O convite por escrito foi enviado a nós em 22 de agosto mencionava que:

El propósito de esta junta técnica es sentar las bases de una alianza estratégica entre los pueblos indígenas afectados por el Tren Maya en la región y otras Organizaciones de la Sociedad Civil que mantienen una postura crítica sobre el megaproyecto.
(Invitación junta técnica Xpujil, 22 de agosto de 2019).

Marcela Orozco e Juan Manuel Sandoval chegamos na véspera da reunião técnica e conversamos com vários membros do CRIPX, surgindo a ideia de incorporar a proteção do patrimônio arqueológico na estratégia a ser desenvolvida pelo CRIPX em defesa de seu território contra este megaprojeto. No encontro, Marcela Orozco falou sobre a criação de espaços globais (especificamente o Proyecto Mesoamérica) para a expansão do capital transnacional. A exposição sobre o patrimônio arqueológico foi realizada por Juan Manuel Sandoval; e Adrián Flores e Janik Deniau, do Coletivo Geocomunes, e integrantes do GT FRG CLACSO, também convidados por Sara López por nossa sugestão, apresentaram um mapa dos megaprojetos na Península de Yucatán, incluindo o Trem Maia⁸⁴. Houve uma discussão muito ampla sobre vários aspectos do megaprojeto Trem

⁸³ Essa monocultura requer muita água para seu desenvolvimento, por isso está localizada principalmente em terras quentes localizadas em bacias aquíferas.

⁸⁴ Este mapa, produzido em colaboração entre a Geocomunes e o Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sustentable (CCMSS), foi distribuído nesta reunião e também amplamente distribuído entre as organizações da Península de Yucatán.

Maia e acordos importantes foram estabelecidos (RELATORIA da Reunião de 7 e 8 de setembro de 2019 em Xpujil, Campeche).

Iniciou-se uma relação de colaboração entre investigadores do INAH e do CRIPX para participar em várias atividades de informação nas comunidades sobre a possível afetação do património arqueológico e também sobre os megaprojetos e a expansão do capital transnacional em reuniões informativas em 10 comunidades do município de Calakmul alguns dias depois da Assembleia de Informação que o FONATUR e o INPI realizaram em Calakmul em 30 de novembro. Participaram os arqueólogos Jaime Garduño Argueta e Fernando Cortés de Brasdefer, do Centro INAH Quintana Roo, o historiador Felipe I. Echenique March, da *Dirección de Estudios Históricos* do INAH, e Juan Manuel Sandoval, da *Dirección de Etnología y Antropología Social* do INAH, juntamente com Adrián Flores do coletivo Geocomunes, e Marcela Orozco.

Em reunião com a diretoria do CRIPX, entre os quais estava Sara López, foi comentado que na Assembleia de Informação do FONATUR o responsável mencionou o seguinte:

- Relativamente às MIAs, estas só estarão prontas em março do ano seguinte (2020).
- Em relação ao problema da água, o responsável da CONAGUA (*Comisión Nacional del Agua*) mencionou que será resolvido através de um aqueduto.
- Em relação à consulta, utilizaram o discurso da Convenção 169 da OIT (representantes da ONU estiveram presentes).

Nesta reunião, Sara comentou que na mencionada Assembleia de Informação do FONATUR, apenas os comissários puderam falar e quando moradores e integrantes do CRIPX queriam intervir, tiravam o microfone deles ou os assediavam. Os comissários foram obrigados a assinar sua presença, dando-lhes um ingresso para comer. Eles estavam condicionando a consulta a que os comissários fizessem um documento declarando quais são as necessidades das comunidades e que todos assinassem. Foi mencionado que através de programas governamentais como o "*Sembrando vida*" as pessoas estão sendo controladas porque os que estão nele acreditam que, se não apoiarem o megaprojeto do Trem Maia, tirarão o dinheiro que recebem mensalmente (5 mil pesos, aproximadamente 1.200 reais atualmente). E

que acabavam de adiantar 10.000 pesos para comprar ferramentas e que esse dinheiro correspondia ao pagamento do mês de janeiro (2020).

Nas intervenções de alguns delegados do CRIPX nesta Assembleia manifestou-se a preocupação pelo Trem. O delegado de San José, que fala a língua indígena chol, afirmou:

[...] el tren va a traer destrucción de las costumbres, de la lengua, se va a perder la cultura tradicional, de ritos sobre la milpa y otros; va a traer delincuencia organizada, migración. Ha habido franceses y otros que han venido a grabar ceremonias que algunas personas aceptan hacerlas por el pago que reciben. Nos ven como productos y consumidores. Me preocupa la propiedad intelectual sobre los conocimientos tradicionales de las plantas medicinales y si vienen extranjeros pueden apropiarse de ello y patentarlas.

Noutras intervenções de delegados, afirmou-se: “Não estamos preparados para receber o trem porque não há água e gestão do lixo”, “A linguagem que eles usaram é muito técnica”, “Não havia bons tradutores”, “Eles estão violando nossos direitos”, “Muitos comissários disseram que o trem é bom porque vai transportar seus produtos, viva o trem!”.

Sara mencionou que foi dito que existe uma fase de informação (que é o que estavam a fazer naquela assembleia, embora devam levar às comunidades); uma fase consultiva (para 15 de dezembro) e depois irão aos municípios para fazer acordos. “As pessoas estão entusiasmadas porque vão viajar de trem, vão poder levar as suas mercadorias e estão contentes com programas como o ‘Sembrado vida’. Temos que ir falar com as pessoas das comunidades, porque só foram os comissários e não informaram”.

Após essas informações, ficou combinado elaborar um roteiro para a realização de oficinas nas comunidades e formar as equipes que iriam a cada uma das 10 escolhidas, 5 para o dia 4 e as outras 5 para o dia seguinte. O equilíbrio das equipes nas oficinas nos dois dias não foi animador, pois há divisão em várias comunidades por diversos motivos, embora houvesse uma constante, os camponeses mencionaram que deveriam resolver o problema da escassez de água e a titulação de suas terras antes de decidir sobre o trem. Alguns mecanismos foram propostos para lutar contra este megaprojeto, foi mencionado por um dos líderes do CRIPX que dois recursos já estavam sendo preparados pelos advogados do CEMDA sobre questões ambientais e por dois advogados de Chiapas, sobre a consulta por violações do protocolo da OIT. Felipe Echenique mencionou que estava

preparando uma denúncia de fatos pela suposta destruição de monumentos arqueológicos devido à construção dos trens - maia e transoceânico - no Istmo de Tehuantepec.

No dia 7 de dezembro fomos para San Antonio Ebulá, próximo à cidade de Campeche, onde foi realizado o "*Foro en Defensa del Territorio y la Vida*", organizado pelo CNI, região Peninsular, que reuniu membros de diversas comunidades dos três estados da Península que fazem parte do CNI, bem como integrantes de outras organizações, incluindo um de Enlace Nacional (NCCP) de Palenque, Chiapas (Manuel Mayo Mendez, indígena Chol); ONGs como o Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sustentable (CCMSS), acadêmicos e professores de instituições de Yucatán, Chiapas e Campeche, o CRIPX e jornalistas de diversos meios de comunicação (El Universal, Proceso etc.). Foram expostas várias facetas da situação atual do sistema capitalista, da economia mexicana, das migrações forçadas, dos megaprojetos e, em particular, do Trem Maia. Durante a plenária, houve uma ampla discussão e várias propostas foram feitas para criar algum mecanismo de participação coletiva contra o Trem Maia e outros megaprojetos. Embora vários tenham proposto a criação de uma Frente, foi aceita a proposta dos dirigentes do CNI peninsular de criar uma articulação em torno dele, com uma agenda comum. Acordou-se que se chamaria "*Articulación en Defensa del Territorio y de la Vida con el CNI, Península de Yucatán*". E, na agenda comum, foram levantadas: realizar campanhas midiáticas, apoiar os recursos que se desenvolviam em torno da consulta, do ambiente e do patrimônio arqueológico e histórico; apoiar a missão de observadores independentes e solicitar uma missão internacional. Ali mesmo, foi feito um pequeno vídeo com entrevistas a alguns participantes falando sobre o Trem Maia, que foi postado no You Tube com o título "*Las mentiras del tren*". Por fim, foi realizada uma coletiva de imprensa.

As e os assessores do CNI peninsular levaram esta proposta ao Foro en Defensa del Territorio y la Madre Tierra, organizado pelo EZLN, o CNI, e pelo Consejo Indígena de Gobierno (CIG), realizado em 21 e 22 de dezembro de 2019 em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas. Neste Fórum, foi aprovado que a referida proposta e agenda sejam retomadas para torná-las nacionais, endossando sua posição de oposição aos megaprojetos de López Obrador, particularmente o Trem Maia. O plano de resistência adotado combina três estratégias: a organização social

das comunidades; denúncias na mídia e em órgãos nacionais e internacionais de direitos humanos; e a implantação de uma estratégia jurídica por meio de recursos (TOURLIERE, 2020a).

Marcela Orozco, já na Universidade Federal do Maranhão na cidade de São Luís (Brasil), aonde chegou em fevereiro de 2020 para iniciar cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, foi convidada por Sara López a participar de encontros virtuais do Congreso Nacional Indígena peninsular, onde discutiram diversos aspectos para dar continuidade aos acordos. Ela então retornou ao México um ano depois para continuar os cursos online e preparar o trabalho de campo para seu projeto de dissertação, que estaria vinculado ao projeto coletivo do GT FRG CLACSO e às lutas e atividades de resistência das organizações mencionadas, no Corredor Interoceânico e na Península de Yucatán e que deu origem à presente dissertação.

Mas foi só em julho de 2021, quando a fase mais aguda da pandemia do COVID-19 começou a declinar e as autoridades levantaram algumas restrições de contingência, que Marcela Orozco e um grupo de integrantes do GT FRG CLACSO, o SPECHF e a RMALC, desenvolveram um subprojeto de pesquisa, no âmbito do projeto coletivo *“Espacios Globales para la expansión del capital transnacional en el Continente Americano”* onde se propôs a realização de duas temporadas de trabalho de campo de 30 dias ou mais (julho-agosto e novembro-dezembro) nas regiões do Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec e na Península de Yucatán, seguindo as rotas do Trem Trans-Ístmico e do Trem Maia, não só para observar o andamento de ambos os megaprojetos, mas também para voltar a estabelecer contato com as mencionadas organizações.

Em 19 de julho de 2021, começou a primeira viagem de campo de Marcela Orozco em Tatahuicapan, na Sierra de Santa Martha, no sul de Veracruz, que é a parte norte do istmo mexicano, também chamado de “Sotavento veracruzano”, para coletar informações sobre os conflitos gerados pelos megaprojetos extrativistas e outros que estão sendo promovidos nesta região e que se somam aos do Corredor Interoceânico. A informação é oferecida por Verónica Munier, uma das lideranças do *Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Marta* e do *Movimiento Regional Indígena en Defensa y Respeto por la Vida*, que fazem parte do CNI. Marcela Orozco realizou entrevistas com algumas mulheres desse movimento, realizou

registros fotográficos e no diário de campo. Alguns dias depois, no dia 26, Marcela foi à cidade de Juchitán para entrevistar Bettina Cruz, integrante da *Asamblea de los Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio (APIIDTT)*⁸⁵.



Figura 28: Consequências dos megaprojetos no sul de Veracruz, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 29: Marcela Orozco no escritório da APIIDTT em Juchitán, Oaxaca, México
Foto: Juan Manuel Sandoval

Posteriormente, Marcela colheu informações em entrevista a Mario Quintana, outro integrante desta organização, sobre os megaprojetos que avançam naquela região do Corredor Interoceânico, sobre os conflitos gerados por esse avanço e sobre os movimentos e lutas que algumas comunidades integrantes da APIIDTT estão realizando. Dois outros integrantes do GT FRG CLACSO, Rosa María Vanegas e Juan Manuel Sandoval, reuniram-se com Marcela Orozco no escritório da APIIDTT.

Um dia depois, outra informação foi obtida do presidente do Comissariado Ejidal de Puente de Madera Ejidal, perto da cidade de Tehuantepec, que mencionou que o governo planeja instalar um dos Parques Industriais do Megaprojeto do

⁸⁵ Estas e as seguintes informações constam dos diários de campo dos pesquisadores participantes da referida excursão de trabalho de campo.

Corredor Interoceânico em terras pertencentes a seu ejido, para o qual o uso da terra seria alterado, ao qual os ejidatários se opõem. Outras autoridades egidais e integrantes de Jalapa del Marqués, sede municipal, localizada na rodovia que liga o Istmo a Oaxaca, comentaram que têm conflitos com o governo do estado que quer instalar vários megaprojetos em suas terras.

Já em Matías Romero, no dia 28, foi realizada uma reunião de trabalho com Carlos Beas da UCIZONI, que convidou Marcela Orozco e Juan Manuel Sandoval, como integrantes do GT FRG CLACSO, para organizar um fórum de análise sobre o megaprojeto Corredor Interoceânico que aconteceria no mês de dezembro e onde os acadêmicos participariam juntamente com integrantes de organizações sociais. A minuta da convocação do “Foro Nacional de las resistências y las alternativas de los pueblos ante el capital transnacional y la militarização” foi revisada. Carlos Beas informou sobre o progresso observado em vários megaprojetos no referido Corredor.

No dia seguinte, 29, no porto de Salina Cruz, Marcela Orozco entrevistou a Dra. Lesbia Hernández, que lidera um movimento de famílias que se opõem ao despejo de suas casas devido à extensão da faixa de domínio por causa do “Ferrocarril Interoceánico”, parte importante do Corredor Interoceânico. A Dra. Hernández nos levou para um passeio pela área onde está sendo planejado o despejo e conversamos com várias pessoas, principalmente mulheres, que fazem parte desse movimento. Em seguida, a Dra. Hernández nos levou para conhecer a praia Brasil, onde o governo pretende construir o novo porto, já que a ampliação daquele que já existe não é viável. Aqui também há oposição a este projeto.



Figura 30: Marcela Orozco, Dra. Lesbia e Rosa María Vanegas, Salina Cruz, Oaxaca, México
Foto: Juan Manuel Sandoval

De Salinas Cruz continuamos a viagem até Campeche, fazendo registros fotográficos dos povoados por onde passarão os trens Transoceânico e Maya. Em 4 de agosto, Marcela Orozco entrevistou Guadalupe Cáceres (Lupita), a principal líder do *Colectivo Tres Barrios* (Ermita, Camino Real e Santa Lucía) em Santa Lucía, Campeche. Ela comentou como nasceu o coletivo e nos mostrou vários documentos, inclusive os de sua família, datados do final do século 19, e de outras famílias residentes nesses bairros. Ela nos contou sobre as ameaças e enganos do FONATUR, de ONU-Habitat, funcionários do Trem Maia e autoridades do governo, que, devido às liminares que o Colectivo obteve para impedir o despejo de 500 famílias desses bairros, estão tentando dividir às famílias e passaram a acusar de "invasores" a aqueles que se opõem à passagem do trem por seus bairros e que exigem que ele seja desviado para fora da cidade do Campeche. Conduzidos por ela, percorremos os trilhos por quase dois quilômetros, conversando com várias pessoas do grupo, que colocaram cartazes nas portas ou janelas de sua casa, com a legenda⁸⁶:



Figura 31: A resistência em Santa Lucía, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco

⁸⁶ Em 24 de agosto, enquanto continuávamos nossa viagem e estávamos em Xpujil, Campeche, o FONATUR deu a notícia de que "o Trem Maia fará alterações em sua rota, especialmente em Campeche, o que gerará uma economia de custos de aproximadamente 2 bilhões de pesos (...) Jiménez Pons assinalou que uma das modificações será que não entrará mais na cidade de Campeche" e menciona os recursos interpostos pelo Colectivo Tres Barrios, embora sem mencionar esta organização. Por sua vez, em nota assinada pelo Coletivo no mesmo dia, afirma-se que (...) "Este anúncio é uma vitória para os moradores que resistiram por dois anos contra os despejos forçados aos quais desejavam submeter-nos para a realização deste megaprojeto".



Figura 32: A resistência em Santa Lucía, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco

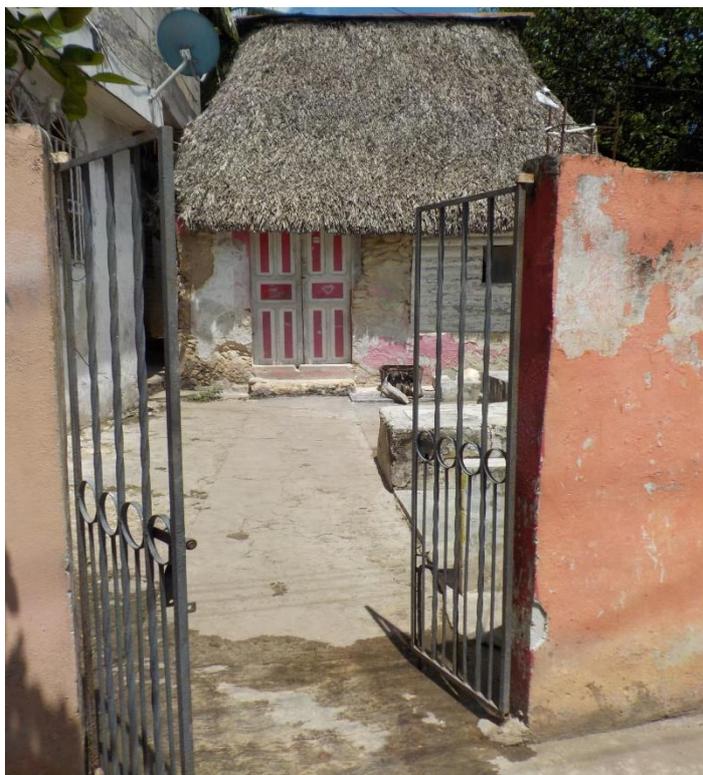


Figura 33: Área de luta do Colectivo Tres Barrios, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 34: Área de luta do *Colectivo Tres Barrios*, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 35: Área de luta do *Colectivo Tres Barrios*, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco

No dia 8, na comunidade maia de Bucutz, a poucas horas de Mérida, em entrevista a Pedro Uc, líder da *Asamblea de Defensores del Territorio Maya*

Múuch'Xi'imbal, comentou que a assembleia foi criada em 2018 para defender suas terras da pilhagem de empresas que buscam estabelecer parques eólicos, parques solares, fazendas de porcos, imóveis de alto impacto, soja transgênica e o Trem Maia. A Asamblea abrange cerca de 25 comunidades nos estados de Yucatán, Quintana Roo e Campeche, que começaram sua luta através de recursos contra as empresas e conseguiram que a justiça os favorecesse em vários casos, e agora estão focando mais em oficinas de formação política comunitária, para preparar os jovens em seus ejidos de forma que ajudem a explicar aos ejidatários sobre esse problema, além do fato de que eles não têm dinheiro para pagar advogados para interpor recursos e as ONGs não os apoiam. Eles esperavam alguns resultados das oficinas até janeiro de 2022. Ele citou vários exemplos dessas lutas. E ele nos forneceu alguns materiais publicados por sua organização⁸⁷.

No dia 11, foi realizada uma Mesa de Análise sobre o Trem Maia nas instalações do Centro Yucatán do Instituto Nacional de Antropología e Historia, em Mérida. Felipe Echenique (*Dirección de Estudios Históricos do INAH*) fez uma apresentação via Zoom sobre a denúncia de fatos apresentada à Procuradoria-Geral da República pela alegada destruição de monumentos arqueológicos pelas obras dos megaprojetos Corredor Interoceânico e Trem Maia; depois Iván e Jorge Franco entrevistaram para falar sobre a situação dos megaprojetos no estado de Yucatán. Marcela Orozco apresentou o andamento de seu projeto de pesquisa "*Conflictos socio-ambientales por los Proyectos Corredor Interoceánico y Tren Maya*", que faz parte do projeto coletivo. Rosa María Vanegas falou sobre a luta do Coletivo Tres Barrios, e Juan Manuel sobre o projeto coletivo de pesquisa e do percurso em geral. Posteriormente, Iván Franco comentou que foram mais de 200 visualizações da gravação da mesa de análise no YouTube.

A viagem continuou até Carrillo Puerto, no estado de Quintana Roo, realizando registro fotográfico e um diário de campo em vários trechos, comunidades e cidades (Izamal e Valladolid) sobre o andamento das obras do Tren Maya.

⁸⁷ Em 2 de setembro, o diretor do Fonatur, Jiménez Pons, que havia declarado na véspera que o Trem Maia não passará pela cidade de Mérida como em Campeche, acusou à assembleia de Múuch Xíimbal e à organização "Indignación" de serem grupos de extrema direita, que com recursos impediram a instalação da estação do Trem Maia em Mérida. Em 3 de setembro, a assembleia divulgou sua resposta em um comunicado reivindicando a defesa legal dos territórios dos povos e mencionando que continuarão exigindo o cancelamento do projeto do Trem Maia.

No dia 14, foi realizada uma reunião no Centro Comunitário U kúuchil k Chííbalo'on, com Wilma Esquivel e Angel Sulub, integrantes do Congreso Nacional Indígena e o centro comunitário. O objetivo desse centro é promover a reprodução da cultura e da identidade maia por meio da transmissão do conhecimento e da cultura maia, incluindo a língua, vinculando os avós aos netos. Para isso realizam oficinas de diversos tipos, fóruns, rituais e cerimônias, entre outras atividades. Eles realizaram cerimônias com a participação do General Maia e sua guarda no *Santuario de la Cruz Parlante*. Eles se opõem ao projeto do Trem Maia que ameaça seu território, tradições e identidade.



Figura 36: Wilma Esquivel, Angel Sulub y Marcela Orozco, Centro Comunitário U kúuchil k Chííbalo'on, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Juan Manuel Sandoval



Figura 37: Centro Comunitário U kúuchil k Chííbalo'on, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 38: Centro Comunitário U kúuchil k Chíbalo'on, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Marcela Orozco

No dia seguinte fomos ao Santuário onde nos encontramos com o General Maia e sua Guarda. Conversamos sobre a “Guerra Social”, como chamam o que alguns historiadores chamam de “Guerra das Castas”, que começou no século XIX e comentaram que o Fonatur os abordou para propor a restauração do cenote Santuário, em troca – sem dizer explicitamente – de permitir a entrada de turistas no Santuário. Depois dessa conversa, eles nos permitiram entrar no santuário e tirar fotos.



Figura 39: Santuario de la Cruz Parlante, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 40: Santuario de la Cruz Parlante, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 41: Visita al Santuario de la Cruz Parlante, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Rosa María Vanegas



Figura 42: Escritório da Guardia Nacional, Carrillo Puerto, Quintana Roo, México
Foto: Marcela Orozco

Após a visita ao Santuário continuamos nossa viagem para Chetumal parando em Bacalar, onde registramos o desenvolvimento imobiliário de alto impacto. Reunimo-nos com os arqueólogos Fernando Cortés e Jaime Garduño, do Centro INAH Quintana Roo para conhecer o traçado da estrada de Chetumal até os limites de Campeche e registrar fotograficamente os monumentos arqueológicos que poderiam ser afetados pela construção dos trilhos do Trem Maia. Durante dois dias foi realizado o percurso combinado para realizar o registro fotográfico.



Figura 43: Zona arqueológica de Chakanbakan, Quintana Roo, México
Foto: Juan Manuel Sandoval



Figura 44: Destrucción de árboles y estructuras prehispánicas en la zona arqueológica de Chakanbakan, Quintana Roo, México
Fotos: Miguel Vargas, trabajador de la Zona arqueológica

No dia 19, continuamos nossa viagem até chegarmos a Xpujil, Campeche, onde passaríamos alguns dias. Marcela Orozco entrevistou Sara López, com quem combinamos visitar várias comunidades da região nos próximos dias para entrevistar seus membros sobre a resistência ou não ao Trem Maia. Nos dias 20 e 21, Marcela Orozco realizou várias entrevistas com pessoas de Xpujil e outras comunidades, que comentaram que durante a visita do presidente López Obrador a Xpujil em junho de 2021, ele disse aos habitantes daquele lugar que se apoiassem a construção do

Trem Maia (o que significa que deixassem de apoiar os recursos interpostos) todos os habitantes teriam água.

No dia 25, chegamos à cidade de Escárcega, onde assistimos à conferência de imprensa a que tínhamos sido convidados por Sara López, dirigente do CRIPX que, juntamente com autoridades de vários ejidos situados entre as localidades de Candelaria e Escárcega, denunciaram novamente a fraude cometida por um escritório de advocacia contratado pelo FONATUR para se encarregar do pagamento dos terrenos cedidos pelos ejidatários para a construção dos trilhos do Trem Maia. Devido a esta fraude e às ameaças, perseguições e violências recebidas por este escritório, o FONATUR, a ONU Habitat e outras instituições, que inclusive aconteceu o assassinato não esclarecido do filho de Lilia Hernández, presidenta do Comisariado Ejidal de Don Samuel. Os ejidatários, com o apoio e assessoria de Sara López, decidiram se organizar em maio de 2021 e, no dia 2 de junho, realizaram sua primeira coletiva de imprensa para exigir o pagamento justo por suas terras e denunciar o assédio e a violência. A *Unión de Ejidos en Defensa del Territorio de Campeche*, juntamente com uma organização que presta assessoria jurídica ambiental (CEMDA) e outros, organizou a referida coletiva de imprensa em junho de 2021, bem como a de 25 de agosto de 2022.

Após a coletiva de imprensa iniciamos a viagem de Escárcega a Candelaria, em dois veículos, Rosa María, María Elena Hernández, Marcela e Juan Manuel na van do INAH, Sara López com seu companheiro junto com Dona Lilia e o marido de María Elena, no outro, passando pelos ejidos e registrando fotograficamente o andamento das obras do Trem Maia. Passamos pelos ejidos de División del Norte, Miguel Alemán, Haro, Don Samuel, Pejelagarto e Candelaria. Em Don Samuel fomos até a antiga estação e registramos fotograficamente a reforma dos trilhos do trem, assim como algumas casas de famílias que se recusam a ser desalojadas pela ampliação da faixa de domínio, Marcela Orozco entrevistando algumas dessas famílias. Finalmente chegámos à Candelária onde foi realizado registro fotográfico da estação ferroviária totalmente restaurada e o local onde foram erguidas as travessas e carris da antiga via férrea, mas ainda não conseguiram colocar as novas vias devido a 2 recursos das famílias que moram na área onde desejam expandir a faixa de domínio. À tarde, Marcela, Rosa María e Juan Manuel continuamos nossa viagem a Palenque, onde pernoitamos.



Figura 45: Ejido Don Samuel, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco



Figura 46: Ejido Haro, Campeche, México
Foto: Marcela Orozco

No dia seguinte voltámos a visitar a zona da antiga estação onde decorrem as obras para construir a nova, que se encontram bastante avançadas. No registo fotográfico que foi feito nessa ocasião, ao comparar com o de há quase um mês, é possível notar a sua evolução.



Figura 47: Construcción del Tramo 1 Palenque-Escárcega del Tren Maya
Foto: Marcela Orozco

De Palenque continuamos a viagem para Acayucan onde passamos a noite. No dia 27, Marcela, Rosa María e Juan Manuel saímos de Acayucan pela estrada para Salina Cruz, e a 30 km dela, tomamos o desvio para Medias Aguas, uma cidade onde as ferrovias de Salina Cruz a Coatzacoalcos se cruzam com a de Coatzacoalcos que vai para Palenque. Aqui as obras do Ferrocarril Interoceánica já estão avançadas devido à mudança de trilhos – os chamados “dormentes” e os novos trilhos, bem como as novas sinalizações. Continuamos a viagem de volta à Cidade do México, aonde chegamos à noite no mesmo dia.

O percurso neste primeiro trabalho de campo foi de mais de 4.000 km entre rodovias pedagiadas, federais e estaduais, e caminhos secundários e não pavimentados, durante 34 dias. Foi agendado um segundo percurso de trabalho de campo para os dias 13 de novembro a 10 de dezembro para observar os avanços dos megaprojetos, bem como para cumprir compromissos com as organizações que nos convidaram a participar, bem como ajudar em oficinas de análise e discussões, fóruns e reuniões de trabalho.

Antes da segunda viagem de campo, Marcela Orozco e Juan Manuel Sandoval realizaram uma estadia acadêmica de um mês (19 de setembro a 22 de outubro) na Universidade da Califórnia, campus Santa Bárbara, sob a coordenação do Dr. William Robinson, integrante do GT FRG CLACSO – Marcela Orozco como Professora Visitante e Marcela apresentou ao corpo docente e alunos dos cursos de pós-graduação em sociologia, antropologia e estudos globais, o andamento de seu projeto de pesquisa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Maranhão (Brasil), também houve várias discussões com William Robinson sobre sua perspectiva teórica e o projeto coletivo, bem como do projeto específico de Marcela Orozco.

Após essa estadia acadêmica, Marcela Orozco e Juan Manuel Sandoval viajaram para Honduras para participar do *XVIII Congreso Internacional "Integración regional, fronteras y globalización en el Continente Americano"*, realizado conjuntamente com o *II Encuentro Nacional de los Pueblos Originarios y Comunidades en Defensa de sus Territorios*, nas instalações do Centro Universitário Regional da Costa Atlântica da *Universidad Nacional Autónoma de Honduras*, na cidade de La Ceiba, de 25 a 30 de outubro e nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, respectivamente. Em ambos os eventos houve a participação de

acadêmicos e organizações sociais. E na segunda, Marcela Orozco coordenou a mesa *“Articulación de luchas de resistencia y defensa de los territorios frente al avance del capital transnacional en el Continente Americano”* que contou com participação híbrida (online e presencial), do México da Sara López, da Red de Resistencia Civil e do CRIPX, Campeche e do CNI Peninsular; Verónica Munier, do Movimiento Regional en Defensa de la Vida; Teresa Castellanos, do Frente de Pueblos, Morelos; Omar Esparza, do MAIZ; Carlos Beas, da UCIZONI; uma companheira e um companheiro da comunidade Yaqui de Sonora, na fronteira entre o México e os Estados Unidos; em nome de Honduras, a comunidade indígena Lenca e um grupo de representantes da comunidade Garífuna; pelo Brasil, Clovis Amorim da Silva da comunidade do Cajueiro (Maranhão); pela Argentina, Sergio Nahuelquir (Lof Fem Mapu, comunidade Mapuche-Tehuelche, Puerto Santa Cruz); e pela Colômbia, Elizabeth Pabón, da *Asociación de Campesina del Catatumbo* (ASCAMCAT). Esta mesa foi uma das primeiras tentativas de articulação dos movimentos sociais no México com outros países. Foi feito um convite às e aos participantes para participar virtualmente ou presencialmente no *“Foro Nacional de las resistencias y las alternativas de los pueblos ante el capital transnacional y la militarización”*, em cuja organização estivemos envolvidos como GT FRG CLACSO, a RMALC e o SPECHF, juntamente com UCIZONI e MAÍZ, que aconteceria nos dias 4 e 5 de dezembro daquele ano em Matías Romero, no Istmo de Tehuantepec.

A segunda viagem de campo começou em 11 de novembro com destino a Juchitán, mas com escala na cidade de Oaxaca. Além de Marcela Orozco, Elio Pantoja (Universidade Federal do Maranhão, Brasil e GT FRG CLACSO), Juan Manuel Sandoval, e apenas durante parte da viagem para Chiapas, Juan Luis Toledo (Cooperativa Cimarronez). Nos dias 13 e 14 participamos do Encuentro por la Defensa de los Bienes Naturales y Comunes “El Istmo es Nuestro”, organizado pela Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo de Tehuantepec en Defensa de la Tierra y el Territorio (APIIDTT) realizado na “Casa de los Comuneros” de Jalapa del Marqués e que contou com cerca de 50 pessoas de diferentes grupos, ONGs e comunidades. Entre os presentes estavam as autoridades agrárias de Xalapa del Marqués, o comissário de bens comunitários do Ejido de Puente Madera (em cujas terras o governo pretende instalar um dos “Polos de Desarrollo para el Bienestar” (Pólos de Desenvolvimento do Bem-Estar), membros da “Asamblea del Consejo de

Ancianos” da comunidade de Álvaro Obregón etc. Uma das principais participações foi a do advogado agrário representante da Coordinación Nacional del Congreso Nacional Indígena, Carlos González, que acompanha à APIIDTT em uma ação judicial contra um parque eólico de Oaxaca, subsidiária da empresa francesa que tentava estabelecer um parque eólico na comunidade agrária de Juchitán, e que um juiz concedeu a suspensão definitiva em favor dos membros da comunidade de Juchitán. Mencionou também os projetos de mineração (Salamera e San Miguel Chimalapa) que não se desenvolveram; a ocupação de terras em Salina Cruz, onde está sendo construído um quebra-mar como parte de um novo porto e onde não há resistência da população.

Durante o resto da manhã, as reclamações continuaram. A organização EDUCA afirmou que acompanha uma dezena de comunidades agrárias da região central de Oaxaca contra a mineradora transnacional canadense Fortuna Silver, cuja subsidiária, Minera Cuscatlán, tem uma concessão até 2030, mas está tentando estendê-la para mais 10 anos. Por sua vez, Miguel Ángel García, de Maderas del Pueblo, informou que uma vitória dos zoques – grupo indígena do México - foi alcançada em Chimalapas, já que o governo federal concordou em entregar 160.000 hectares ao estado para administrar em nome desta etnia. Durante o resto do dia continuaram as reuniões, e no dia 14, foram apresentadas as discussões e propostas das mesas, bem como as deliberações do Encontro.

No dia seguinte foi a saída de Juchitán para San Cristóbal de Las Casas, Chiapas. Ao longo da rodovia Juchitán - La Ventosa - Arriaga (Chiapas) realizamos um registro fotográfico dos parques eólicos que estão espalhados por toda a região.

Já em Chiapas, foi realizada uma reunião de trabalho na Faculdade de Ciências Sociais da *Universidad Autónoma de Chiapas* (UNACH) de integrantes do GT FRG CLACSO. Foi conversado sobre a importância de fortalecer a análise crítica do GT e promover publicações onde essa perspectiva se expresse. Foi acordado participar como GT FRG CLACSO na chamada para o 2º Congresso Internacional "*Patrimonio, Territorio y Buen Vivir*" a ser realizado em outubro de 2022 na Universidad Intercultural de Chiapas; além de organizar o SPECHF, o GT FRG CLACSO, a *Facultad de Ciencias Sociales* da UNACH, o *Centro de Estudios de Fronteras y Chicanos, A.C.*, e o *Grupo Cultural Nueva Jobel de San Cristóbal de Las Casas*, o 2º Fórum "*Rompiendo el Cerco: las rebeliones de Los Angeles, California*

(1992) y de Chiapas (1994) en el marco del neoliberalismo y de la globalización”, nos dias 17 e 18 de maio de 2022. O local foi o mesmo do primeiro fórum: o *Museo Regional de Los Altos de Chiapas* (INAH), no ex-convento de Santo Domingo, em San Cristóbal de Las Casas.

Mais tarde, partimos para a comunidade de Frontera Corozal na Selva Lacandona, na fronteira com a Guatemala, fazendo escala em Palenque. No dia 19 foi realizado o “*Taller de Análisis y Discusión sobre las Zonas Específicas de Intensa Acumulación del Proyecto Mesoamérica y de la Amazonía Oriental (Brasil)*”, na Casa de la Cultura de Frontera Corozal, moderada por Alberto Vallejo, coordenador do “*Plan de Vida de los bienes comunales de la Zona Lacandona. Esfuerzos comunitarios hacia la reconstrucción de la Red de Vida de la Selva*”, com a participação de 60 representantes das comunidades Frontera Corozal e Nueva Palestina, além de 20 integrantes da equipe colaboradora de Plan de Vida.

No dia 21, partida para Xpujil, Campeche, com escala em Palenque. E no dia seguinte foi realizada uma reunião com Sara López do CRIPX e do CNI Peninsular, que nos informou sobre o estado do andamento das obras do Trem Maia nas comunidades de Candelaria a Xpujil. Em Candelaria, a maioria das pessoas que viviam dentro do perímetro da faixa de domínio já entregaram suas casas, assinaram um acordo onde o FONATUR vai pagar 6 meses de aluguel, vão dar 6,000 pesos primeiro e depois outros 6,000 pesos quando recebam suas novas casas. Algumas pessoas já retiraram portas e janelas; outras não o fizeram e informaram ao FONATUR que, caso não cumpram, retornarão para suas casas dentro da faixa de domínio. Algumas das pessoas que assinaram o recurso contra o despejo continuam firmes (pequenos comerciantes e proprietários de imóveis) e não querem sair, permanecem na resistência. O FONATUR não os visita. Algumas pessoas não aceitaram o dinheiro que lhes foi oferecido por suas casas (600 mil pesos para cada uma, aproximadamente 170 mil reais) porque não cobre seu custo. No Ejido de Don Samuel e no de Miguel Alemán já receberam dinheiro para o terreno onde será ampliada a faixa de domínio. No Ejido de Pejelagarto ainda não o recebem. Em Ejido Luna algumas casas já foram demolidas para ampliar a faixa de domínio. E em Xpujil avançam as obras de construção do novo Palacio Municipal e do Mercado, mas nada se informa sobre onde vai passar o trem. As instalações da

Guarda Nacional já estão sendo construídas junto ao Quartel Militar. Sara menciona que está cada vez mais difícil manter a resistência das comunidades.

No dia seguinte, a mídia divulgou o acordo publicado na edição vespertina do dia anterior, 22 de novembro, do Diário Oficial da Federação, que estabelece proteção para projetos e obras de infraestrutura, que entrou em vigor na terça-feira, 23 de novembro. Com esse acordo, o presidente López Obrador decretou as obras de infraestrutura como questão de interesse público e segurança nacional. Esse decreto visa acautelar o andamento das obras de infraestrutura do "Corredor Interoceânico", "Dos Bocas" e "Trem Maia", entre outros, e garantir às empresas transnacionais a segurança de seus investimentos.

No dia 24, saímos de Xpujil com destino a Chetumal, onde no dia seguinte foi realizada uma reunião com os arqueólogos Fernando Cortés e Jaime Garduño do Centro INAH Quintana Roo e o antropólogo Elias Berzunza, para discutir e analisar o andamento do megaprojeto Trem Maia e outros projetos turísticos que se desenvolvem na região. No dia 26, partida de Chetumal para Mérida, Yucatán. No trecho da estrada de Carrillo Puerto, a 180 km de Mérida, fotografámos um grande parque solar, junto a ele encontra-se uma central de transmissão da CFE (Kambul). No dia 27, uma reunião em Mérida com o Dr. Iván Franco Cáceres, do Centro INAH Yucatán, para discutir e analisar o andamento do megaprojeto Trem Maia e outros projetos (parques solares, fazendas de porcos, projetos turísticos, desenvolvimento imobiliário etc.). No dia seguinte, saímos de Mérida com destino a Puerto de Progreso, na estrada fotografamos empreendimentos imobiliários, parques de armazenagem de contentores e um parque eólico, bem como a chegada e partida de grandes caminhões de transporte (reboques) na doca portuária. Fizemos um percurso pela estrada que vai de Progreso a Chiculub, para registrar os empreendimentos imobiliários que se encontram ao longo da mesma, alguns ainda em construção. Voltamos a Mérida à tarde e no dia seguinte, no caminho de Mérida a Campeche, registramos o andamento dos aterros do Trem Maia ao longo da rodovia.

No dia 30 percorremos a estação do Trem Maia em Campeche e tivemos um encontro com Elena Canché, do Centro INAH Campeche, que nos deu informações sobre a destruição e pilhagem em uma zona arqueológica na Candelária, região que ela conhece muito bem porque tem trabalhado lá por muitos anos.

Em 1º de dezembro de 2021 saímos de Campeche para Escárcega, nesta última cidade, nos reunimos com María Elena Hernández e Lilia Hernández da *Unión de Ejidos en Defensa del Territorio*, em Campeche, para analisar o andamento das obras do Trem Maia no trecho de Candelária a Escárcega. Lilia Hernández é presidenta do Comisariado Ejidal do Ejido Don Samuel, perto da Candelária, e cujo filho foi assassinado para pressioná-la a vender as terras do ejido para a passagem do trem.

No dia seguinte partimos de Escárcega para Matías Romero, no istmo de Oaxaca. No dia 3 de dezembro nos encontramos com Carlos Beas, da UCIZONI, para discutir detalhes da logística do fórum.

Durante os dias 4 e 5 de dezembro, participamos das atividades do “Foro Nacional de las resistencias y las alternativas de los pueblos ante el capital transnacional y la militarización”, organizado por UCIZONI, MAIZ; o GT FRG CLACSO e outras instâncias. A chamada levantou como objetivo geral promover a criação de um espaço nacional e mesoamericano para comunidades, organizações e coletivos indígenas, comunicadores, ambientalistas, acadêmicos, coletivos de mulheres e associações culturais para dialogar, refletir e promover ações em torno ao impacto dos megaprojetos do governo federal na vida das pessoas, bem como a busca de alternativas que nos permitam enfrentá-los. Nesse encontro, foi possível manter a comunicação e os vínculos com algumas das organizações e membros que participaram do “Encuentro de los Pueblos” realizado em Honduras em outubro, e foi buscado contato novamente com companheiros e companheiras que participaram do “Foro Mesoamericano de los Pueblos”.

Além disso, planejou-se gerar um plano de ação. O evento contou com a presença de cerca de 300 pessoas de diferentes entidades do país, incluindo representantes da chamada “Tribu Yaqui”, do estado de Sonora. Marcela Orozco falou com alguns dos companheiros com quem participou nas atividades da AMAP (Teresa Castellanos e Juan Carlos, da Frente de Pueblos de Morelos, Puebla e Tlaxcala; e Moisés Pérez Silva) para convidá-los para diferentes atividades do processo de articulação. Os participantes trabalharam numa sessão plenária, 4 mesas⁸⁸ e uma oficina que focou na análise das MIAs e Cartografia Social⁸⁹.

⁸⁸ a) Estratégias Jurídicas e Criminalização dos Defensores; b) Mulheres; Agroecologia; e, c) Comunicação.

Participamos da elaboração dos relatórios das reuniões de trabalho que tiveram ampla circulação, bem como de um documento final denominado "Pronunciamento de Yajxonax". No dia 6 iniciamos o retorno à Cidade do México.



Figura 48: Representantes do CRIPX no fórum
Foto: Marcela Orozco

No mês de maio de 2022, Marcela Orozco, Claudia Villegas (geógrafa e membro do GT FRG CLACSO) e Juan Manuel Sandoval, realizamos a terceira viagem de trabalho de campo, nos dias 9 a 25 desse mês, pelo sul e sudeste do país para registrar o andamento e os impactos das obras no Corredor Interoceânico e na Península de Yucatán.

No dia 9 de maio saímos da Cidade do México rumo a Oaxaca, onde nos encontramos com Rosalía Camacho, do Instituto Tecnológico de Oaxaca e integrante do GT FRG CLACSO, para discutir a logística da Oficina de Cartografia Social que o GT realizaria a partir do dia 13 ao 15 de junho naquela cidade. No dia 10 saímos da cidade de Oaxaca para Juchitán, no Istmo de Tehuantepec, onde nos encontramos com Mario Quintana, da APIIDTT, que forneceu informações sobre o

⁸⁹ Nesta oficina surgiu um acordo de colaboração entre uma equipe do GT FRG CLACSO e uma frente de comunidades dos "Vales Centrales" – região de Oaxaca, onde os governos federal e estadual projetaram uma superestrada chamada "Libramiento Sur" que conectará as estradas que vão de Oaxaca ao Istmo e de Oaxaca até a costa, cercando a cidade. O trabalho conjunto começou só em abril de 2022 devido à situação da pandemia do COVID-19 em sua versão ômicron.

andamento das obras do Corredor Interoceânico em algumas regiões do Istmo de Oaxaca.

- a) Puente Madera, município de San Blas Atempa, Oaxaca. Neste ejido, realizou-se uma suposta assembleia de comunitários no dia 14 de março de 2021. Na realidade foram “acarreados” – pessoas que foram levadas por instâncias governamentais de outras comunidades sem conhecer exatamente o que aconteceria na reunião, e votaram pela aprovação do “Polo de Desarrollo para el Bienestar” (PODEBI). Foram colocadas assinaturas de comunitários já falecidos na Ata de Aprovação do projeto, por isso as autoridades do ejido levaram este acordo a julgamento perante o Tribunal Agrário de Ixtepec, e aguardam a resolução. Esta comunidade foi a única que decidiu combater a instalação de parques industriais, não permitiu que se fizessem medições do parque industrial nos seus terrenos, tem queimado viaturas de quem o tentou fazer e realizou bloqueios na estrada entre Tehuantepec e Juchitán, entre outras ações.
- b) Mixtequilla. Houve pouca resistência dessa comunidade à criação do PODEBI em suas terras. Mas houve eleições para o Comissariado e este concordou com o governo em arrendar as terras da comunidade ao Corredor Interoceânico para o “polo de desenvolvimento”. Mas o diretor do Corredor Industrial, Rafael Mollinedo, disse a eles que o terreno seria comprado ali, embora a SEMARNAT tenha negado o Relatório de Impacto Ambiental (MIA) para o parque industrial e informado que vão desapropriar o terreno.
- c) Salina Cruz. Avançou-se na construção do quebra-mar do novo porto, com pedra que tiram da comunidade Mazahua.

Mario mencionou que em 23 de março o governo anunciou que o Tren Transístmico se conectaria com o Trem Maia de Coatzacoalcos a Palenque, e que também chegaria à Guatemala pela costa do Oceano Pacífico. Que depois de terminada a refinaria de Dos Bocas, trarão os trabalhadores para o Corredor Interoceânico. Ele também menciona que começou uma situação muito adversa na região como consequência do crime organizado – tem aparecido algumas pessoas

de Chiapas e foram executados em Ixhuatán, a violência aumentou na costa de Chiapas; há sequestros de crianças.

No dia 12 saímos de Juchitán para Acayucan. No trecho de Juchitán a La Ventosa, foi feito um registro fotográfico dos parques eólicos que cobrem uma grande área. De La Ventosa a Matías Romero, já foi construída a superestrada transístmica com duas vias de cada lado, que faz parte do Sistema Multimodal junto com a ferrovia transístmica. Entre Juchitán e Acayucan, a rodovia apresenta trechos bastante danificados.

No dia 13 saímos de Acayucan para Texistepec e Tatahuicapan. Texistepec é onde será instalado um dos (PODEBI) do Corredor Interoceânico no Istmo de Veracruz. Uma das primeiras empresas que supostamente se instalaria neste Pólo é a cervejaria Brands Constellation, mas no início de 2022 foi anunciado que se instalaria em Coatzacoalcos.

De Texistepec continuamos para Oteapan e de lá para Tatahuicapan, que fica a cerca de 35 quilômetros de distância. Em Tatahuicapan nos encontramos com Verónica Munier, nas instalações do Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Marta. Verónica menciona que uma parte da estrada pela qual chegamos é construída com cimento hidráulico porque há planos para extrair o petróleo que está localizado no coração da serra. Em setembro de 2021, a empresa COMEXA entrou na área para realizar estudos sísmicos, por meio de detonação de explosivos, para localizar as jazidas de petróleo. Mas desde que esta empresa chegou, começaram os sequestros de pessoas na região e apareceram corpos de pessoas desconhecidas executados. Ela também menciona que as mineradoras que exploravam a prata na década de 1980 e pararam devido à queda dos preços, planejam explorar novamente suas concessões na área. A região tem água em abundância, por isso se quer criar ali parques industriais, já se fala que alguns desses parques vão ser instalados em Catemaco e San Andrés Tuxtla. Existe uma barragem, a Yuribia, de onde a água é fornecida para Coatzacoalcos e toda a área. Ela diz que a pedra de basalto que está sendo removida da reserva natural de Balzapote está sendo levada para Yucatán para os aterros do Trem Maia. Em Tatahuicapan, Veracruz, tentaram retirar pedra – embora não pudessem investigar onde – e nas montanhas os camponeses afugentaram alguns engenheiros que chegavam com equipamentos e drones aos rios, isso porque não apresentaram

documentos da CFE (Comisión Federal de Electricidad) que os apresentavam como trabalhadores da empresa. Várias comunidades fizeram as atas das reuniões à mão durante a pandemia para não deixar que pedras fossem retiradas de suas comunidades. Por fim, confirmou que a empresa Constellation Brands vai se instalar em Coatzacoalcos.

Em 14 de maio saímos de Tatahuicapan para San Cristóbal de Las Casas, via Coatzacoalcos, Las Choapas e Tuxtla Gutiérrez. Nos dias 17 e 18, foi realizado o 2º Fórum “Rompiendo el cerco: las rebeliones de Los Ángeles (1992) y de Chiapas (1994) en el marco del neoliberalismo y la globalización” no qual, além de acadêmicos, alguns deles integrantes do GT FRG CLACSO, participaram autoridades, jovens profissionais e ativistas das comunidades de Nueva Palestina e Frontera Corozal na Selva Lacandona, que apresentaram sua proposta de projeto de vida para a recuperação biocultural da Selva Lacandona.

Na rota de San Cristóbal de Las Casas a Palenque, ao longo da rodovia de San Cristóbal a Ocosingo, existem várias comunidades que se opõem aos megaprojetos (super estrada San Cristóbal - Palenque, empreendimentos turísticos em Agua Azul, Misol Ha e outros), com um centro que espalha a violência paramilitar desde Oxchuc contra as comunidades zapatistas em resistência. E o outro trecho da rodovia, de Ocosingo a Palenque, foi ampliado e se conecta com a zona arqueológica de Palenque, assim como com o aeroporto internacional e a estação do Trem Maia que está em construção.

Nos dias 20 e 21 de maio saímos de Palenque com destino a Xpujil, e fizemos escala em Escárcega onde visitamos a estação do Trem Maia que está em construção. Uns dois quilômetros antes de chegar a Xpujil, vemos que já existe o quartel dos engenheiros militares da Secretaría de Defensa Nacional (SEDENA) – construído com instalações bastante modernas. Os militares já estão a encarregar-se da modernização do aqueduto que leva água de Silvituc a Xpujil e outras comunidades, e vão também encarregar-se da construção do Troço 7 do Trem Maia (Bacalar-Escárcega). Reunimo-nos com Sara López (CRIPX e CNI peninsular) para nos informar sobre o andamento das obras, mas ela diz que, exceto as realizadas por engenheiros militares, as construções do Palácio Municipal, da biblioteca e do mercado Xpujil foram interrompidas faz cerca de 6 meses.

Nos dias 22 e 23 de maio, realizou-se em Xpujil uma oficina sobre Patriarcado, organizada pelo comitê de mulheres do CRIPX dirigido por Sara López. Participaram Marcela Orozco e Claudia Villegas. Foi ministrado por Ángel Sulum e Wilma Esquivel, do Centro Comunitario U kúuchil k Chííbalon, localizado em Carrillo Puerto, Quintana Roo.

Durante o dia 24 de maio e até o dia 28 de maio, percorremos algumas áreas de Quintana Roo, incluindo o trecho de Playa del Carmen a Tulum, onde foi feito um desvio da rota do Trem Maia devido à pressão dos empresários hoteleiros.

Para continuar promovendo os acordos e o processo de articulação em 2022, os membros do GT FRG CLACSO, o SPECHF e a RMALC, resolvemos convidar a Sara López, do CRIPX-CNI Peninsular, Teresa Castellanos, do Frente de Pueblos de Morelos, Puebla e Tlaxcala; a Carlos Beas, de UCIZONI y a Omar Esparza de MAIZ a participar em dois fóruns no marco da 9ª *Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales “Tramas de las Desigualdades en América Latina y el Caribe”* a ser realizada em junho de 2022 na Cidade do México. Esta conferência havia sido agendada um ano antes, em junho de 2021 nas instalações da Universidad Nacional Autónoma de México, organizada pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), mas a pandemia do COVID-19 impossibilitou sua realização.

O GT FRG participou de dois painéis, 8 mesas, 2 fóruns e 1 oficina. Nos fóruns "*Territorios, luchas e re-existencias: horizontes comunitarios frente a la reproducción de desigualdades del capitalismo en América Latina y el Caribe*" e "*Cuestiones agrarias y desigualdades en los mundos rurales de América Latina y el Caribe*", participaram, além de Teresa, Sara, Carlos e Omar, outros representantes do “Centro de Derechos Humanos de Tlachinollan de Guerrero”, Anabela Carlón da tribo Yaqui, Atahualpa Sofía Enciso da organização ambientalista “Un Salto de Vida Jalisco”, Hernán Gutierrez da “Unión de Pueblos de la Nación Diaguita”, Argentina, Ruth Alipaz da “Coordinadora de Defensa del Territorio Indígena Originario Campesinos de Bolívia”, Vivian Lagrava Flores do “Observatorio Salares Andino” da Bolívia, Luis Martínez como intermediário com os povos originários Lenca e afrodescendentes Garífuna em Honduras, um representante de “Pueblos Unidos de la Región Choluteca por la Vida”. Também participaram alguns membros do GT FRG CLACSO da Argentina, Brasil, Honduras e México desses dois fóruns. Foi acordado

avançar no processo de articulação e na discussão de várias ações para enfrentar os megaprojetos.

Para continuar a discussão sobre a importância de articular os movimentos, principalmente no México e na América Central, em julho, Carlos Beas, da UCIZONI, enviou um documento que analisa a experiência de luta e resistência contra o Plano Puebla Panamá, para reconstruir uma aliança para a atual luta e resistência contra os megaprojetos que analisamos neste texto.

COMENTÁRIOS FINAIS

O nosso ponto de partida é o social, não as questões individuais, ao contrário do que consideramos que aconteça predominantemente na produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Por meio deste trabalho, concretizamos e avançamos na compreensão dos processos fundamentais que organizam e articulam a vida em comum no mundo, percorrendo um trecho do caminho para entender a ligação de alguns elementos da totalidade concreta – ou seja, os processos de conformação dos espaços globais para a expansão do capital transnacional, ZEIAs e ZEICS da região que abrange o Projeto Mesoamérica, e o sujeito coletivo que resiste ao capital transnacional neles –, e entrelaçar alguns elementos locais e até pessoais.

A reflexão e a aplicação da psicanálise da produção do conhecimento científico nos ajudaram para entender a relação entre esses elementos pessoais – as nossas motivações pessoais – ao estudar o que estudamos e compreender porque estudamos do jeito – com o método – que fazemos, para comprovar que nosso quadro teórico global tem tudo a ver com as nossas histórias locais e pessoais, mas que isso é uma tarefa que a gente, as e os pesquisadores e pesquisadoras, devem completar desde o exame de um campo de relações sociais particulares no contexto histórico atual.

Assim, colocamos os primeiros elementos das nossas motivações pessoais no processo de produção do conhecimento, as quais se relacionam com a base afetiva que postula o feminismo e que articulamos com Bachelard na sua proposta da psicanálise da produção do conhecimento científico e com nosso posicionamento de classe.

Nesta pesquisa só conseguimos incorporar uma pequena parte da nossa experiência histórica e cultural e nossos valores para tentar mostrar a coerência entre os elementos mencionados acima e colocar no conteúdo do texto algumas das condições específicas da produção de conhecimento nesta pesquisa.

Cumprimos o objetivo de retornar à filosofia, à epistemologia e à metodologia. A respeito da metodologia, conseguimos articular o Método de Análise do Projeto Coletivo do Grupo FRG do CLACSO, o Método de Análise para a Construção do Sujeito Coletivo desenvolvido no SPECHF e os elementos básicos do Método de Análise Feminista. Trabalhar na articulação dos diferentes métodos de análise, nos

permitiu progredir até às disciplinas das Ciências Sociais e as Humanidades. Esses métodos não se configuram somente de maneira abstrata, senão também histórica. Acreditamos que o entendimento do conteúdo desses métodos nos permitiu sentir-nos parte de um sujeito coletivo que se configura e reconfigura em diversas fases.

Mesmo assim, ficamos em dívida com a epistemologia e o método de análise feminista na explicação da conformação do espaço global, das ZEIAs e das ZEICS do Projeto Mesoamérica e no destaque do papel das mulheres na construção do sujeito coletivo que ali confronta à classe capitalista transnacional e da importância e o peso que tem a construção das intersubjetividades femininas na luta social; acreditamos que delas provém muita da força de mulheres e homens para continuar em meio a processos sociais e políticos difíceis. Junto com a análise de classe, continuaremos trabalhando neste sentido.

Queremos mencionar algumas outras lideranças femininas muito importantes na luta frente aos megaempreendimentos, além de Vero Munier e Sara López. Entre elas estão Maribel Cervantes e Julieta Jaloma, no sul de Veracruz; em Oaxaca, Lesbia (em Salina Cruz) e Juanita da UCIZONI na cidade de Matías Romero; Betina através da Asamblea de Pueblos del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio (APIDIT), em Juchitán; Lupita Cáceres em Campeche; Dona Lilí no Ejido Don Samuel, Campeche; e muitas outras que não estamos mencionando. Desenvolveremos esta questão em outros trabalhos com a convicção que é imprescindível e impostergável integrar o método de análise feminista e fortalecer os seus aportes nas análises do GT FRG CLACSO.

Os movimentos de resistência às medidas econômicas neoliberais e políticas militares estão crescendo no mundo. Na América Latina e no Caribe, os movimentos indígenas e camponeses frente à exploração de seus territórios por qualquer tipo de empresas avançam, o mesmo que os movimentos de mulheres, migrantes e outros setores populares e urbanos. O desafio consiste em constituir um sujeito coletivo coeso que consiga conjuntamente enfrentar à classe capitalista transnacional em meio à força repressora dos Estados nacionais e o nascente Estado policial global, porque a correlação de forças é desfavorável aos movimentos, povos e comunidades em resistência.

Desde a luta frente ao Plano Puebla Panamá no México, começaram a se estabelecer relações intersubjetivas e de classe que permitiram a conformação

desse sujeito coletivo do qual falamos nesta pesquisa; foram entre membros da RMALC, UCIZONI, MAIZ, a Rede de Resistência Civil frente as Altas Tarifas de Luz Elétrica, da AMAP e muitas outras organizações e pessoas, mas entre as quatro primeiras o afeto, respeito e o compromisso que permitiram retomar e continuar a luta mediante outros meios e momentos.

Na RMALC conhecemos à essa grande guerreira Bety Cariño; no *Centro de Derechos Humanos Bety Cariño* e o *Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Marta*, estabelecemos relação importante com Verónica Munier; desde a Rede de Resistência Civil em Campeche, se construiu uma relação forte com Sara López; em Oaxaca, com Carlos Beas de UCIZONI; em Puebla e Oaxaca, com Omar Esparza de MAIZ, companheiro de vida da nossa Bety Cariño – no estado de Guerrero, com o nosso aguerrido amigo Rodolfo Chávez (esse estado não compõe oficialmente do espaço global em estudo, mas Rodolfo é imprescindível no sujeito coletivo do qual falamos pela sua experiência, sabedoria e potência na luta social desde há décadas; temos relações de afeto e nos re-encontramos fisicamente em dezembro de 2021 nesse evento no Istmo cuja tentativa mais importante foi dar um passo na construção de um sujeito coletivo nacional no México que conseguisse retomar as relações com a parte do sujeito na América Central). Igualmente a nossa amiga Tere Castellanos, do *Comité Huexca en Resistencia* e do *Frente de Pueblos en Defensa del Agua y de la Tierra* no estado de Morelos; do companheiro Juan Carlos Flores e a sua companheira de vida e luta Mimí do *Frente de Pueblos en Defensa del Agua y de la Tierra* no estado de Morelos. Acreditamos que Verónica Munier, Rodolfo Chavez e Carlos Beas são intelectuais orgânicos dos movimentos sociais e das comunidades no México que às vezes trabalham com outros como Beas com a Universidade Autônoma Comunal de Oaxaca (UACO, pelo acrônimo em espanhol de *Universidad Autónoma Comunal de Oaxaca*). Estudantes e outros representantes dessa universidade participaram no encontro contra o capital transnacional mencionado que se realizou em Matías Romero e mostrou que preserva, promove e difunde a cultura e os conhecimentos comunitários em diferentes áreas da vida das populações oaxaquenhas. A partir do GT FRG CLACSO, tentamos nos colocar nesta posição aportando a análise das relações sociais atuais de produção.

Todas e todos formamos parte desse sujeito coletivo que tenta construir outro tipo de sociedade e relações desde há tempo, que tem suas próprias contradições e

se transforma com o avanço das condições sociais de produção e a reprodução da vida. Isto toma parte de seus complexos processos de configuração e reconfiguração.

Quando analisamos a conformação do espaço global para a expansão do capital transnacional que abrange a região do Projeto Mesoamérica, fizemos um breve e geral percorrido pela história dos processos de integração regional na América Latina e valoramos a importância do papel dos Estados Unidos e outras potências neles.

Estudar um espaço global deste tipo tem os seus desafios porque temos que considerar vários aspectos como o número de países (México, Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia e República Dominicana) e as características e dinâmicas internas de cada um. Mas, acreditamos que escutar os processos de integração – inclusive desde o século XIX – e a formação de instituições internacionais durante o século XX que depois os impulsionaram, permite observar a influência de fatores geopolíticos importantes e a compreensão das mudanças que originaram a criação dos espaços globais, ZEIAS e ZEICS.

A implementação de reformas estruturais e a assinatura de acordos internacionais permitiu que o capital transnacional adquirisse o controle das políticas e da economia dos países que conformam o espaço global do Projeto Mesoamérica afetando gravemente às populações que habitam os lugares onde corporações e governos instalaram ou pretendem alojar os megaempreendimentos que servirão para a expansão do capital transnacional.

A aglomeração dos megaempreendimentos e a sua destrutiva chegada às terras comunitárias e aos povos tradicionais está transformando a produção social do espaço. Isto é o que acontece em uma parte do processo de formação das ZEIAS e das ZEICS.

A formação de espaços globais tem também um componente de segurança regional que implica o aumento da militarização sob a ideia da guerra contra o terrorismo, o narcotráfico e a delinquência organizada, o que implica o controle das fronteiras e de outros espaços estratégicos, a criminalização do protesto social e da contra insurgência.

Entender as mudanças no sistema internacional causadas pela globalização da produção e das finanças na região do espaço global do Projeto Mesoamérica durante a década de 1980 é fundamental para compreender como ocorre a reestruturação das economias dos países desse espaço; os fortes ajustes implementados nos processos de integração regional; como as mudanças nas estratégias de intervenção política e econômica de diferentes potências globais e organismos internacionais nessa região foram operadas para ampliar a presença e os lucros das corporações transnacionais. Isso porque a influência da rede de instituições que formam o Estado Transnacional e o avanço da CCT – tanto os setores transnacionalizados dos países membros do Projeto Mesoamérica, quanto das corporações transnacionais que se instalam neste espaço –; explicam as razões pelas quais consideramos à região que abrange o Projeto Mesoamérica como espaço global e pelas quais estão surgindo as ZEIAs/ZEICS.

A nossa intenção é mostrar que a prioridade – não apenas para as empresas, mas também para os governos e instituições internacionais que compõem o ETN – são os imperativos do capital ou a sua acumulação em um estágio transnacional.

Observamos não apenas a concorrência e as disputas entre potências pela posse de um território, mas a sofisticação dos mecanismos de colaboração dos Estados, organizações internacionais e a CCT para facilitar a expansão do capital transnacional, que incluem políticas de segurança utilizadas contra as populações que lutam para que suas condições de vida e os territórios que habitam não se deterioresem ainda mais.

Nesse processo todo, consideramos a importância dos acordos econômicos, especificamente os acordos de livre comércio negociados pelos Estados Unidos, a União Europeia e a China, e como a sua implementação permitiu concretizar a reestruturação das economias dos países do espaço global do Projeto Mesoamérica e, conseqüentemente, a sua geografia econômica, abrangendo aspectos políticos e de cooperação.

Quanto ao estudo da formação do espaço global do Projeto Mesoamérica, acreditamos que é necessário também distinguir com maior clareza as fases de sua conformação e relacioná-las com a reconfiguração constante desse sujeito coletivo que trouxemos nesta pesquisa.

Teremos de equilibrar essa visão ampla, aprofundando em outros trabalhos na caracterização das ZEIAs e das ZEICS do Corredor Interoceânico e a Península de Yucatán, tentando refletir sobre a riqueza que caracteriza o trabalho de campo, os percursos, as conversas e as aprendizagens que vão tomando sentido no momento de desenvolver a escrita.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

AGUIRRE, Alberto. ¿Gasoducto interoceánico? **El Economista**, agosto 17, 2020. Disponível em: <https://www.economista.com.mx/opinion/Gasoducto-Interoceanico-20200816-0067.html>. Acesso em: jul 2022.

ALTVATER, Elmar y MAHNKOPF, Birgit. **Las limitaciones de la globalización: economía, ecología y política de la globalización**. México: Siglo XXI Editores, 2002.

ARISTEGUI Noticias. #OperaciónEntregables: funcionarios de Rosario Robles inventan expedientes para salvar auditorías. **Aristegui Noticias**, junho 30, 2018. Disponível em: <https://aristeguinoticias.com/3006/mexico/operacionentregables-funcionarios-de-rosario-robles-inventan-expedientes-para-salvar-auditorias/>. Acesso em: nov 2021.

ARRUZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. Um manifesto. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, Maria Cristina. Metodologia do trabalho científico. Em: EVANGELINA, M.; ALDIGUE, A.C.S. (orgs.). **Linguagens: usos e reflexões**. 3ª ed. Joao Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf. Acesso: out 2020.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Estela Dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1938].

BBC, China vs Taiwan: qué países de América Latina y El Caribe reconocen a Taipéi. **BBC News Mundo**, dezembro 10, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-59608726>. Acesso em: mar 2022.

BENAVIDES, Antonio; FRANCO, Jorge. Transnacionalización con velas desplegadas: el turismo Premium y la repaisajización radical de los mares y las costas del Caribe mexicano. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**. Venezuela: ULA, pp. 195-218, 2021.

BERUMEN, Sergio A. Evaluación de las reformas del Consenso de Washington en Brasil y México. **Comercio Exterior**. Vol. 59, num. 9, setembro de 2009, pp. 704-714.

BIDAURRATZAGA, Eduardo. Consenso de Washington. **Diccionario crítico de empresas transnacionales**. OMAL-Asociación Paz con Dignidad. Disponível em: <https://omal.info/spip.php?article4820>. Acesso em: dez de 2021.

BLASCO, Emili J. Honduras ultima un canal seco para unir el Atlántico y el Pacífico. **ABC**. 6 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.abc.es/internacional/abci-honduras-ultima-canal-seco-para-unir-atlantico-y-pacifico-201808061700_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.unav.edu%2F. Acesso em: ago de 2020.

CAMACHO Lomelí, Rosalía. **El proceso global como transformador espacial, el caso de la carretera TLCAN en México. 2005**. Tesis de Licenciatura en Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Colegio de Geografía, Universidad nacional Autónoma de México, 2005.

CAÑETE, Shirley, MONTES, Laureen e LANDAVERDE, Osvaldo, Corredores de Integración y cadenas de valor en Centroamérica. **BID/moviliblog**. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/transporte/es/corredores-de-integracion-y-cadenas-de-valor-en-centroamerica/>. Acesso: jan 2022.

CARIÑO, B. Bety Cariño Trujillo. **Front Line Defenders**. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LSk7drjmSx4>. Acesso: ago 2020.

CASTANEIRA, Alejandro. La transición energética del Sistema Interconectado Eléctrico Nacional a la reelectrificación transregional de América del Norte, México y Centroamérica (pesquisa em andamento). Trabalho apresentado no encontro **Conversatorio “El Istmo es Nuestro”**, Ixtepec, Oaxaca: fevereiro 10, 2019.

CASTELLS, Manuel; IPOLA, Emilio de. Epistemological Practice and the Social Sciences. Em: **Biblioteca Manuel Castells**, EBSCO Publishing, 2003 [1976], pp. 111-44. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/bibliotecamanuelcastells>. Acesso: out 2020.

CEPAL. **Nota de la Secretaría sobre el Mercado Común Latinoamericano**. Caracas: Consejo Económico y Social/Naciones Unidas, 1961.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y El Caribe**. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 1994.

CNI (Congreso Nacional Indígena). ¿Qué es el CNI? **Congreso Nacional Indígena**. Disponível em: <http://www.congresonacionalindigena.org/que-es-el-cni/>. Acesso em: dezembro 2019.

COLECTIVO Geocomunes. **Expansión de proyectos eléctricos en Centroamérica**: El desarrollo de un sistema eléctrico regional fuera del control de los pueblos. Ciudad de México: Rosa Luxemburg Stiftung, 2019.

COMISIÓN Europea. **Acuerdo de Asociación EU-Centroamérica**. DG Trade, s/d. Disponível em: <https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/es/content/acuerdo-de-asociacion-ue-centroamerica#:~:text=El%20Acuerdo%20de%20Asociaci%C3%B3n%20UE%2DCentroam%C3%A9rica%20garantiza%20que%20pueda%20beneficiarse,el%20comercio%20en%20estos%20pa%C3%ADses>. Acesso em: nov 2021.

COMISIÓN Nacional de Agua. Programa de recuperación hidrológica y social del Lago de Texcoco. **Parque Ecológico Lago de Texcoco**. Junho 13, 2022. Disponível em: <https://www.gob.mx/conagua/acciones-y-programas/proyecto-ecologico-lago-de-texcoco>. Acesso em: setembro de 2022.

CONSEJO de la Unión Europea. **Asociación Estratégica México-Unión Europea**. Plan Ejecutivo Conjunto. Comillas, 2010.

COUNCIL on Foreign Relations. **América del Norte**. El momento de un nuevo enfoque. New York, 2014.

DE LA ROSA, Alejandro. Invertirán 4,000 millones de pesos en nuevas terminales de contenedores. Monto será destinado por el gobierno federal. **El Economista**, diciembre 23, 2021. Disponível: <https://www.economista.com.mx/empresas/Invertiran-4000-mdp-en-nuevas-terminales-de-contenedores-20211223-0119.html>. Acesso: jan 2022.

DELEGACION de la Unión Europea En Colombia. La Unión Europea y Colombia. Em: **Relaciones con la UE**. Colombia: Prensa e Información, 2021. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/colombia/la-union-europea-y-colombia_es?s=160. Acesso em: fev 2022.

DELEGACIÓN de la Unión Europea en México. La Unión Europea y México. Em: **Relaciones con la UE**. México: Prensa e Información, 2021. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/mexico/la-union-europea-y-mexico_es?s=248. Acesso: jan de 2022.

DOS SANTOS, Theotônio. **Concepto de clases sociales**. México: Editorial Nuevos Horizontes, 1966.

DUQUE Escobar, Gonzalo. Ferrocarril interoceánico verde para Colombia. **Godues**, enero 8, 2014. Disponível em: <https://godues.wordpress.com/2014/01/08/ferrocarril-interoceanico-para-colombia/>. Acesso em: ago de 2022.

_____ Ferrocarril verde e hidrovía de Altrato. **Godues**, marzo, 28, 2015a. Disponível em: <https://godues.wordpress.com/2015/03/28/ferrocarril-verde-e-hidrovía-del-atrato/>. Acesso em: ago de 2022.

_____ El Canal Interoceánico de Colombia vs el Canal de Panamá. **Godues**, agosto 4, 2015b. Disponível: <http://gduquees.blogspot.com/2015/08/el-canal-interoceanico-de-colombia-vs.html>. Acesso: ago 2022.

ECURED. **Tratado Thomson-Urrutia**, s/d. Disponível em: https://www.ecured.cu/Tratado_Thomson-Urrutia. Acesso em: nov 2021.

EDUCA. Grupo Hermes de Hank Rhon gana una licitación del Corredor Transistmico. **La Minuta**, fevereiro 12, 2020. Disponível em: <https://www.educaxaca.org/grupo-hermes-de-hank-rhon-gana-una-licitacion-del-corredor-transistmico/>. Acesso em: jun 2020.

EMBAJADA de los Estados Unidos en la República Dominicana. Políticas e historia. **Nuestra relación**, s/d. Disponible em: <https://do.usembassy.gov/es/our-relationships/policy-history-es/>. Acceso em: mar de 2022.

EMBAJADA de México en Costa Rica. **Información de contexto**. Treinta aniversario de la creación del Grupo Contadora, s/d. Disponible em: https://embamex.sre.gob.mx/costarica/images/pdf/contadora_info.pdf. Acceso em: jun 2022.

FLEURY, Lorena, Soares Barbosa, Rómulo e Antunes de Sant'Ana Júnior, Horácio. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 05, num. 11, pp. 219-253, 2017.

FUENTES, Miroslava. Nueva política energética, con gas natural asequible. Em: **Energy Commerce**, setembro 1, 2020. Disponible em: <https://energyandcommerce.com.mx/conacepe-nueva-politica-energetica/>. Acceso em: ago de 2022.

GATT. **La Ronda Uruguay. Información de base para la prensa**. Ginebra: División de información y Relaciones con la Prensa del GATT, 1990. Disponible em: <https://docs.wto.org/gattdocs/s/UR/NUR/UNNUMBERED199007.pdf>. Acceso em: out de 2021.

GARAY Vargas, Javier Leonardo. Un recorrido por las relaciones Colombia-Estados Unidos: del pragmatismo a la subordinación. **OASIS** (Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales), num. 14, 2009. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, pp. 71-81. ISSN 1657-7558. Disponible em: <https://www.redalyc.org/pdf/531/53117118005.pdf> Acceso em: nov de 2021.

GARCÍA-TORRES, Miriam e MARTÍNEZ, Yago. La huella de Iberdrola y Gas Natural en el Sur de México. **OMAL**. Madrid, fevereiro 21, 2018. Disponible em: <https://omal.info/spip.php?article8547>. Acceso em: jan de 2022.

GOBIERNO DE MÉXICO, et.al. **Programa para el desarrollo del Istmo de Tehuantepec**. Perspectiva general. 2020

GRAMSCI, Antonio. **Antología**. Trad. Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1970.

GRUPO AZVI. Historia. **Grupo Azvi**, s/d. Disponible em: <https://www.azvi.es/grupo/#historia>. Acceso em: nov, 2021.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Trad. Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HARVEY, David. **Spaces of Capital**. Towards a Critical Geography. New York: Routledge, 2001.

_____ **Spaces of Global Capitalism.** Towards a Theory of Uneven Geographical Development. United Kingdom: Verso, 2006.

_____ **A Brief History of Neoliberalism.** Great Britain: Oxford University Press, 2007.

IANNI, Octavio. **Teorías de la globalización.** 3ª ed., México: Siglo XXI Editores, 1998.

INFOBAE (2020). SCT entrego concesión para operación y explotación del Tren Maya a Fonatur durante 30 años, abril 21, 2020. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/mexico/2020/04/21/sct-entrego-concesion-para-operacion-y-explotacion-del-tren-maya-a-fonatur-durante-30-anos/>. Acesso em: jun, 2020.

LA NACIÓN. Tren interoceánico en Honduras despierta interés de empresas locales e internacionales, junho, 24, 2016. Disponível em: <https://www.nacion.com/economia/negocios/tren-interoceanico-en-honduras-despierta-interes-de-empresas-locales-e-internacionales/JOCZ22G22JDKREOAGGSDB2R4NQ/story/>. Acesso: jan de 2022.

LA SILLA ROTA. Balzapote: ecocidio silencioso en los Tuxtlas al servicio del Tren Maya. **La Silla Rota Veracruz**, abril 3, 2022. Disponível em: <https://lasillarota.com/veracruz/estado/2022/4/3/balzapote-ecocidio-silencioso-en-los-tuxtlas-al-servicio-del-tren-maya-364294.html>. Acesso em: maio de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Trad. Emilio Martínez. Madrid: Capitan Swing, 2013.

LEÓN, Efraín. **Espacio, teoría social y geopolítica.** México: Facultad de Filosofía y Letras-UNAM/Editorial Itaca, 2016.

LOAIZA, José F. Con puertos em Urabá cobra fuerza proyecto del tren interoceánico. **El Colombiano.** Enero 8, 2017. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/antioquia/puerto-de-uraba-anima-proyecto-de-un-canal-seco-LM5718148>. Acesso em: fev 2022.

KOLKO, Joyce. **Restructuring the World Economy.** New York: Pantheon Books, 1988.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria, **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf. Acesso 10 out 2020.

MARTÍNEZ, Ángel María González-Tablas. Globalización y recomposición de los espacios económicos globales. El margen de maniobra de las economías en entornos globales. Em: Palazuelos Manso, Enrique y Vara Miranda María Jesús (coords.) **Grandes áreas de la economía mundial.** Barcelona: Ariel, 25-63, 2002.

MARTÍNEZ, Fabiola. Crea AMLO empresa militar para administrar obras públicas. **La Jornada**. Febrero, 10, 2022. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/notas/2022/02/10/politica/anuncia-amlo-creacion-de-la-empresa-olmeca-maya-mexica/>. Acesso em: março de 2022.

MARX, Carlos. **Manuscritos económico-filosóficos de 1844**. México: Grijalbo, 1968.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. Em **Marx/Engels: Obras Escolhidas**, Tomo I. Trad. Alvaro Pina. Lisboa: Edições Avante, 1982.

_____ Para a crítica da Economia Política (Introdução). Em: **Karl Marx**. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os pensadores. p. 23-54, 2005.

MINISTERIO de Relaciones Exteriores. **Colombia y China: treinta años de amistad y cooperación**. 2010. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/chinacolombia_web.pdf. Acesso em: mar de 2022.

MIRAGE Energy, Mirage Energy Corporation and Northern Hemisphere Logistics, Inc. sign \$4 Billion Debt Financing with Bluebell International, LLC for Development of Three Projects Including Pipelines, Natural Gas Storage and Istmus Corridor Project. **Mirage Energy Corporation**. Junho 17, 2020. Disponível em: <https://www.globenewswire.com/news-release/2020/06/17/2049382/0/en/Mirage-Energy-Corporation-and-Northern-Hemisphere-Logistics-Inc-Sign-4-Billion-Debt-Financing-With-Bluebell-International-LLC-for-Development-of-Three-Projects-Including-Pipelines-.html>. Acesso em: dez 2020.

MORALES, Roberto. Economía quiere detonar energías renovables en corredor interoceánico. **El Economista**. Dezembro 9, 2022. Disponível em: <https://www.economista.com.mx/empresas/Economia-quiere-detonar-energias-renovables-en-corredor-interoceanico-20221209-0004.html>. Acesso em: 10 de dez de 2022.

MOTTA, José Américo. “Bachelard (1884-1962) Vida e obra”. Em: **Os pensadores. Bachelard**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. V-XIV.

MUNDO Marítimo. Costa Rica invertirá US\$16.000 millones en carretera interoceánica. Proyecto sería desarrollado por privados a partir del próximo quinquenio. Novembro 21, 2016. Disponível em: <https://www.mundomaritimo.cl/noticias/costa-rica-invertiria-us16000-millones-en-carretera-interoceanica>. Acesso: jan de 2022.

OLVERA, Dulce. El neoliberalismo no se fue con AMLO, y la presencia de Slim en el Tren Maya lo muestra: activistas. **Sin Embargo**, abril 30, 2020. Disponível em: https://www.sinembargo.mx/30-04-2020/3777661?fbclid=IwAR0qjPoyZ6ohgGlfayUUwU-W953UDHKP-pWlIbZcvCxt-XZ2_UHvfS55LptE. Acesso em: maio 2020.

OPPORTIMES. Planes de inversión del Corredor Interoceánico Istmo de Tehuantepec, julho 5, 2019. Disponível em: <https://www.opportimes.com/planes-de-inversion-del-corredor-interoceanico-istmo-de-tehuantepec/>. Acesso em: set 2019.

OROZCO, Marcela. Procesos de integración en Centroamérica. Cidade do México. Trabalho apresentado no **Taller de Análisis y Discusión sobre los procesos de integración en Centroamérica do Proyecto de Investigación Colectivo Planes Geoestratégicos, Migraciones y Desplazamientos Forzados en el Área del Proyecto de Integración y Desarrollo Mesoamérica (2014-2016)**, Faculdade de Economia-UNAM, abril 19, 2016.

OROZCO, Marcela de Lourdes. Algunas consideraciones teórico-metodológicas sobre los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional. Em: SANDOVAL, Juan Manuel; PORTO, Jadson; FURLONG, Aurora e NETZAHUALCOYOTZI, Raúl (coords). **Espacios Globales para la expansión del capital transnacional en el Continente Americano**. Buenos Aires: Benemérita Universidad Autónoma de México y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2020a, pp. 67-96.

_____ Elementos para compartir. **Giras de Formação On-line Mulheres: Fronteiras e Territórios**, sábados do 11 de julho a 01 de agosto de 2020, evento apoiado por GEDMMA, Coletivo Pinga Pinga e Encontros Marginais, 2020b.

_____ (coord). **Del TLCAN al T-MEC. 26 años de libre comercio**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales y Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio, 2021.

_____ La incorporación subordinada de México a América del Norte. Cidade do México: Trabalho apresentado no **Ciclo de Conferencias La Crisis del Capitalismo Global em América del Norte**, Faculdade de Economia-UNAM, outubro 10, 2022.

_____ Del TLCAN a ASPAN y al T-MEC. Elementos para evaluar la integración en América del Norte. Trabalho apresentado na **disciplina Economía de América del Norte**, Faculdade de Economía-UNAM, abril, 2022a.

OSORIO, Jaime. **Debates epistémicos en las Ciencias Sociales**, [México] Canal: El Colegio de San Luis, (2020). 1 video (2:02:45). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bUMPk1PVEw0&ab_channel=ElColegiodeSanLuis. Acesso: 11 set 2020.

PRESIDENCIA de la República. ¿Qué es la Comunidad del Caribe? 2014. Disponível em: <https://www.gob.mx/ejn/articulos/que-es-la-comunidad-del-caribe>. Acesso em: mar 2016

RAGO, Margaret. Epistemologia feminista, gênero e história. Em: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). **Masculino, Femenino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: jan 2021.

REDACCIÓN. El tren transoceánico será cortina antimigración: AMLO. **La Jornada**, 8 de junio de 2020, p. 5.

REDACCIÓN EL FINANCIERO. AMLO anuncia construcción de otra coquizadora en Salina Cruz. López Obrador también anunció el inicio de un periodo de pruebas en la refinería de Dos Bocas. **El Financiero**. Junho 13, 2022. Disponível em: <https://www.elfinanciero.com.mx/nacional/2022/06/13/amlo-anuncia-construccion-de-otra-coquizadora-en-salina-cruz/>. Acesso em: jul 2022.

RIVERA, Nayra. Acusan a la Semarnat por daño en Reserva. **El Heraldo de Aguascalientes**. Abril 16, 2022. Disponível em: <https://www.pressreader.com/mexico/el-heraldo-de-aguascalientes/20220416/281964611263358>. Acesso em: jun 2022.

ROBINSON, William. **Conflictos transnacionales**: Centroamérica, cambio social y globalización. Trad. Nataly Guzmán. San Salvador: UCA Editores, 2011.

_____ **Una teoría sobre el capitalismo global**. Producción, clase y estado en un mundo transnacional. Trad. Myrna Alonso y Víctor Acuña. México: Siglo XXI, 2013.

_____ **La crisis del capitalismo global en América Latina**. Trad. Myrna Alonso y Víctor Acuña. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2015.

_____ **Into the Tempest**. Essays on the New Global Capitalism. Chicago: Haymarket Books, 2018.

_____ **The Global Police State**. London-USA: Pluto Press, 2020.

SANDOVAL, Juan Manuel, Álvarez, Raquel y Fernández, Sara (coords). **Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del Proyecto de Desarrollo e Integración de Mesoamérica**. Universidad de Los Andes (Venezuela), Universidad de Antioquia (Colombia); Centro de Investigaciones en Sociedad, Salud y Cultura (Colombia); Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio; y Centro de Estudios Estratégicos de América del Norte, A. C. (México). Medellín, Colombia, 2011.

_____ El Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) y el Complejo Industrial-Militar estadounidense. Em: Sandoval Palacios Juan Manuel y Vázquez Ruiz Miguel Ángel (coords.) **En la senda del TLCAN**: una visión crítica. México: Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio y Universidad de Sonora, 193-244, 2016.

_____ **La frontera México-Estados Unidos**. Espacio global para la expansión del capital transnacional. México: Secretaría de Cultura-INAH, 2017a.

_____ US-Mexico borders states and the US Military Industrial complex. A global space for expanding transnational capital. **Regions and Cohesion**, Volume 7, Issue 1, Spring, 87–121, 2017b.

_____ La frontera Estados Unidos-México como espacio global o transnacional. Em: Padilla, Héctor; Furlong, Aurora; Netzahualcoyotzi, Raúl y Sandoval, Juan Manuel (coords.) **Las fronteras: espacios estratégicos para la globalización**. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez y Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 45-104, 2017c.

_____ La “Megarregión Arizona-Sonora” como Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la expansión del capital transnacional en la frontera México-Estados Unidos. **Revista Pós Ciências Sociais – Repocs Dossiê | Como desaparecem os lugares: Mineração e resistências populares na América Latina**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: EDUFMA, v. 16, n. 32 Semestral, pp. 21-50. ISSN: 1983-4527, 2019a.

_____ ; OROZCO, Marcela de Lourdes. **Economía política de los espacios globales**. Documento de trabajo para la Clase 1 del Seminario virtual 1926 “Espacios globales para la expansión del capital transnacional en el continente americano”. CLACSO, 2019b.

_____ Las zonas específicas de intensa acumulación (ZEIA) em el espacio global del Proyecto Mesoamérica para la expansión del capital transnacional. **Taller de análisis y discusión**, junio, 1º, 2019c.

_____ El Espacio Global para la expansión del capital transnacional y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) del “Proyecto Mesoamérica”: Los casos del Istmo de Tehuantepec y la Península de Yucatán. Em: David Herrera Santana y Fabián González Luna. (coords). **Una geopolítica crítica**. Debates sobre el espacio, las escalas y el desarrollo desigual. México: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM y Ediciones FIDES 2021a. pp.109-132.

_____ Megaproyectos mineros y luchas sociales de resistencia en Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional en el Continente Americano. **Anais do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”**. São Luís do Maranhão, Brasil, 17 de marzo, 2021b.

_____ La construcción del Tren Maya y la destrucción de patrimonio arqueológico en la península de Yucatán. **Cuaderno de Trabajo número 3 del Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras (DEAS-INAH), Grupo de Trabajo “Fronteras, regionalización y globalización” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales** (elaborado con notas de los diarios de campo y fotografías de Marcela Orozco y Juan Manuel Sandoval), 75 pp., 2022.

_____ La Megarregión Arizona-Sonora y el Complejo Gran Carajás-São Luís. Dos Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en los Espacios

Globales para la expansión del capital transnacional de la frontera Estados Unidos-México y de la Amazonia (Oriente de Brasil). Em: Sandoval, Juan Manuel; Schweitzer, Alejandro e Martínez, Luis (coords). **Espacios globales y Zonas Específicas de Intensa Acumulación para la expansión del capital transnacional**. Resistencias territoriales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, en prensa.

SANTOS, Milton. Los espacios de la globalización. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, num. 13. sección: Revistas Científicas Complutenses, <<https://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/viewFile/AGUC9393110069A/31671>>. Acesso em: jan 2016, 1993.

_____. 2006. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SASSEN, Saskia. **The Global City**: New York, London, Tokyo. 2nd ed. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

_____. **Los espectros de la globalización**. Trad. Irene Merzari. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SCHWEITZER, Alejandro Fabián. La Patagonia Sur como espacio global para la expansión del capital transnacional, **Revista Theomai / Theomai Journal**, número 34, segundo semestre, pp. 139-151, 2016.

SECRETARÍA de Comunicaciones y Transportes/SCT. **Plan de Desarrollo del Istmo de Tehuantepec**, 23 de diciembre de 2018.

SECRETARÍA de Economía. Qué son los Acuerdos para la Promoción y Protección Recíproca de las Inversiones (APPRI). **Secretaría de Economía**, abril 5, 2018. Disponible em: <https://www.gob.mx/se/articulos/que-son-los-acuerdos-de-promocion-y-proteccion-reciproca-de-las-inversiones-appris>. Acesso em: jan de 2022.

SECRETARÍA de Gobernación/SEGOB. DECRETO por el que se crea el organismo público descentralizado, con personalidad jurídica y patrimonio propio, no sectorizado, denominado Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec. Diario Oficial de la Federación. DOF: 14/06/2019.

_____. Diario Oficial de la Federación (DOF). **Plan Nacional de Desarrollo 2019-2024**. Cidade do México, julho 12, 2019. Disponible em: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5565599&fecha=12/07/2019&print=true. Acesso: ago de 2022.

_____. Acuerdo por el que se instruye a las dependencias y entidades de la administración Pública Federal a realizar las acciones que se indican, en relación con los proyectos y obras del Gobierno de México considerados de interés público y de seguridad nacional, así como prioritarios y estratégicos para el desarrollo nacional. **Diario Oficial de la Federación**, noviembre 22, 2021. Disponible em:

https://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5635985&fecha=22/11/2021#gsc.tab=0. Acesso em: dez 2021.

SEPÚLVEDA, Bernardo. Apresentação. Em: **Relación de Contadora**. Sepúlveda, Bernardo (Presentación), Flores Olea, Víctor (Edición), Ortis, Mónica (investigación), México: Secretaría de Relaciones Exteriores/Fondo de Cultura Económica, 1988.

SELA (*Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe*). **Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla**. Disponível em: <https://www.sela.org/es/cumbres-regionales/tuxtla/>. Acesso em: maio de 2016.

SERTRNAS. ¿Qué es el TEU?, s/d. Disponível em: <https://www.sertrans.es/transporte-maritimo/que-es-el-teu-y-cuando-empezo-a-usarse/>. Acesso em: fev 2022.

SICE-OEA. Información sobre Colombia. **Información por país**, s/d. Disponível em: http://www.sice.oas.org/ctyindex/COL/COLAgreements_s.asp#Signed. Acesso em: fev de 2022.

SILVA, José Adán. Nicaragua, por un canal interoceánico...chino. **Contralínea**, julho 3, 2013. Disponível em: <https://contralinea.com.mx/linea-global/nicaragua-por-canal-interoceanico-chino/>. Acesso em: abr de 2020.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Trad. Editora Bertrand Brasil SA. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

SPUTNIK. Presidente anuncia planta cervejera estadounidense en sureste de México. **ELPaís.cr**, abril 22, 2022. Disponível em: <https://www.elpais.cr/2022/04/22/presidente-anuncia-planta-cervejera-estadounidense-en-sureste-de-mexico/>. Acesso: maio de 2022.

STRUCTURALIA. Corredor Interoceánico de Guatemala: canal entre Oriente y Occidente. **Structuralia, Transporte y Logística**, janeiro 7, 2015. Disponível em: <https://blog.structuralia.com/corredor-interoceanico-de-guatemala-canal-seco-entre-oriente-y-occidente#:~:text=El%20Corredor%20Interoce%C3%A1nico%20de%20Guatemala,Panam%C3%A1%20no%20tendr%C3%A1n%20posibilidad%20de>. Acesso: jan 2022.

TALLEDOS, Edgar. ¿Qué es un megaproyecto?. Em: Furlong y Zacula, Aurora; Netzahualcoyotzi, Raúl; Sandoval, Juan Manuel e Porto, Jadson (coords). **Planes geoestratégicos, securitización y resistencia en las Américas..** Macapá: UNIFAP/BUAP/CLACSO, 2018. pp. 21-41,

_____ Enríquez, Raúl y Filgueiras, Jose María (coords). **Turismo, territorio y política en Bahías de Huatulco, Oaxaca**. Oaxaca: ITO, Pez en el árbol, Editorial, CIIO y CLACSO, 2019.

TNI-ISDS AL. México, radiografía del poder transnacional: régimen de protección de inversiones y sus consecuencias. Em: ISDS Impactos. Disponible em: <https://isds-americalatina.org/perfiles-de-paises/mexico/>. Acceso em: março de 2022.

TOURLIERE, Mathieu. El CNI esboza su estrategia contra el Tren Maya. **Proceso**, janeiro 4, 2020a. Disponible em: <https://www.proceso.com.mx/reportajes/2020/1/4/el-cni-esboza-su-estrategia-contra-el-tren-maya-236626.html>. Acceso em: fev 2020.

_____ Tercer tramo del Tren Maya, para constructoras del Senado y el tren México-Toluca. **Proceso**, mayo 15, 2020b. Disponible em: <https://www.proceso.com.mx/630257/tercer-tramo-tren-maya-constructoras-senado-tren-mexico-toluca>. Acceso em: jun 2020.

_____ El megadesarrollo turístico del clan Hank en Portugal. **Proceso**, mayo 1, 2022. Disponible em: <https://www.proceso.com.mx/reportajes/2022/5/1/el-megadesarrollo-turistico-del-clan-hank-en-portugal-285208.html>. Acceso em: maio de 2022.

UNIVERSIDAD de Navarra. China aumenta su interés por Centroamérica: El Salvador, la última pieza. Em: **Global Affairs and Strategic Studies**, s/d. Disponible em: <https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle/-/blogs/china-aumenta-su-interes-por-centroamerica-el-salvador-la-ultima-pieza>. Acceso em: jun 2022.

UNIVERSIDAD Mariano Gálvez de Guatemala. “Cápsula 10, República Federal de Centroamérica”, 2021, 1 video (1.27 min). Disponible em: https://www.youtube.com/watch?v=hqcHLF1W5Ls&ab_channel=UniversidadMarianoG%C3%A1lvezdeGuatemala. Acceso em: 4 nov 2022.

VILLA y Caña, Pedro y Alberto López. Marina controlará el Interoceánico. **El Universal**, marzo 23, 2021. Disponible em: <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/marina-controlara-el-interoceanico>. Acceso em: maio de 2021.

VILLANUEVA, Víctor Hugo. **Peritaje antropológico**. Un modelo integral para el dictamen cultural con pueblos indígenas. Riga: Editorial Académica Española (International Book Market Service member of SIA OmniScriptum Publishing), 2018.

Documentos

Carta de Intención para la colaboración del Grupo de Trabajo del Consejo Latinoamericano de ciencias Sociales (CLACSO) sobre “Fronteras, regionalización y globalización”, el Movimiento Agrario Indígena Zapatista (MAIZ) y la Comisión de Derechos Humanos y laborales del Valle de Tehuacán, A. C. (CDHLVT). 13 de abril de 2017.

Carta de intención para la colaboración del Grupo de Trabajo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) sobre “Fronteras, regionalización y globalización” y la Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo (UCIZONI, A.C.). 19 de octubre de 2018, Santa María Jalapa del Marqués, Oaxaca.

Carta de invitación de “El Istmo es Nuestro”, del 17 de octubre de 2021, al Grupo de Trabajo “Fronteras, regionalización y globalización del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Comunicado. Colectivo-Tres-Barrios. *Fonatur anuncia que no desalojará a los barrios de Campeche*. 24 de agosto de 2021.

Comunicado público de la Asamblea de Defensores del Territorio Maya Múuch' Xiinbal. Respuesta a las declaraciones de Rogelio Jiménez Pons, titular de FONATUR, responsabilizando a la Asamblea del cambio de ruta en Mérida del tren mal llamado Maya. 3 de septiembre de 2021. Recuperado de <https://www.federacionanarquista.net/comunicado-publico-de-la-asamblea-de-defensores-del-territorio-maya-muuch-xiinbal-respuesta-a-las-declaraciones-de-rogelio-jimenez-pons-titular-de-fonatur-responsabilizando-a-la-asamblea-d/>

Convocatoria. Foro nacional de las resistencias y las alternativas de los pueblos ante el capital transnacional y la militarización. 4 y 5 de diciembre de 2021. Centro Agroecológico Tierra Bonita, Yajxonax, ubicado en El Polvorín, Petapa, a 6 kilómetros de la ciudad de Matías Romero, Oaxaca.

Human Rigts Watch “El número de militares en las calles de México ha llegado a su punto más alto” *Youtube*, 22 de noviembre de 2022.

Consejo Regional Indígena y Popular de Xpuhil (CRIPX), Maestría en Sociedades Sustentables la Universidad Autónoma de la Ciudad de México (UACM), Programa en Desarrollo Rural de la Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) Campus Xochimilco, la ONG Diálogo y Movimiento. Invitación junta técnica Xpuhil, 22 de agosto de 2019. Firmas: Romel Gonzáles Días (CRIPX), Aida Luz López Gómez (UACM-GIIEP), Artemia Fabre Zarandona (DIMO), Carlos Rodríguez Wallenius (UAM).

CONVERSATORIO “EL ISTMO ES NUESTRO”. LUGAR: IXTEPEC, OAXACA. FECHA: 10 DE FEBRERO DEL 2019. HORA: 10.00- 14.30 HORAS. CONVOCANTES: UCIZONI, SECCIÓN 22 SNTE, POBLADORES OAXACA; EDUCA, RADIO HUAVE Y MAIZ.

Diario Oficial de la Federación-DOF, 22 de noviembre de 2021. “ACUERDO por el que se instruye a las dependencias y entidades de la administración Pública Federal a realizar las acciones que se indican, en relación con los proyectos y obras del Gobierno de México considerados de interés público y de seguridad nacional, así como prioritarios y estratégicos para el desarrollo nacional.

FERROCARRIL DEL ISTMO DE TEHUANTEPEC, S.A. DE C.V. PRESENTA A SEMARNAT LA SIGUIENTE. MANIFESTACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL (MODALIDAD REGIONAL) REFERENTE A: “MODERNIZACIÓN Y

REHABILITACIÓN DE LA VÍA FÉRREA DEL FERROCARRIL DEL ISTMO DE TEHUANTEPEC, CON UNA META DE 132.824 KM DEL KM 96+146 – 213+550 Y DEL 226+200 AL 241+280 EN LOS ESTADOS DE OAXACA Y VERACRUZ”. Enero de 2020.

FONATUR Tren Maya, S.A. de C.V., es una empresa de participación estatal mayoritaria sectorizada en la Secretaría de Turismo, como se desprende de la Relación de Entidades Paraestatales de la Administración Pública Federal, publicada en el Diario Oficial de la Federación de 15 de agosto de 2019.

LA LUCHA MESOAMERICANA CONTRA EL DESPOJO. Por: Carlos Beas. En memoria de Bety Cariño, Bertha Cáceres y Roly Escobar. Rincón Viejo Petapa, Oaxaca. México. Julio 2021.

OBSERVACIONES SOBRE LA MANIFESTACION DE IMPACTO AMBIENTAL (MIA) PROMOVIDA POR LA EMPRESA FERROCARRIL DEL ISTMO DE TEHUANTEPEC, S. A. DE C. V. PARA LA “MODERNIZACIÓN Y REHABILITACION DE LA VÍA FÉRREA DEL FERROCARRIL DEL ISTMO DE TEHUANTEPEC.” Por: Grupo de Trabajo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) “Fronteras, regionalización y globalización”. Coordinador: Dr. Juan Manuel Sandoval Palacios (juanmanuel.san.pal@gmail.com). Fecha: jueves 21 de febrero de 2020.

PRONUNCIAMIENTO DE YAJXONAX. Dado a los cinco días del mes de diciembre de 2021, en Yajxonax, Polvorín, Petapa, Oaxaca. Foro nacional de resistencias y alternativas de los pueblos frente a las empresas transnacionales y la militarización.

RELATORIA de la Reunión Técnica del 7 y 8 de septiembre del 2019 en Xpujil, Campeche.

Comunicaciones personales y entrevistas

Comunicación personal a Marcela Orozco y Juan Manuel Sandoval de Carlos Beas de la Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo (UCIZONI) en varias fechas durante los años de 2015 al 2019 en diversas localidades; y en los meses de julio, agosto, noviembre y diciembre de 2021, en Matías Romero, Oaxaca; y en junio de 2022 en la Ciudad de México. Además de la comunicación telefónica o por internet, en diversas ocasiones.

Comunicación personal a Marcela Orozco y Juan Manuel Sandoval de Sara López, del Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil (CRIPX), Campeche y del Congreso Nacional Indígena (CNI) peninsular. En varias fechas durante en varias fechas durante los años de 2015 al 2019 en diversas localidades; y los meses de julio, agosto, noviembre y diciembre de 2021, en Xpujil y Candelaria, Campeche; y en junio de 2022 en la Ciudad de México. Además de la comunicación telefónica o por internet, en diversas ocasiones.

Comunicación personal a Marcela Orozco de Verónica Munier de la organización Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Marta y del Movimiento Regional Indígena en Defensa y Respeto por la Vida”, y del Congreso Nacional Indígena

(CNI), en varias fechas durante los años de 2015 al 2019 en diversas localidades (Tatahuicapan, Mascalapan, etcétera); y en el mes de julio de 2021, en Tatahuicapan y otras comunidades del sur de Veracruz. Además de la comunicación telefónica o por internet, en diversas ocasiones.

Comunicación personal a Marcela Orozco y Juan Manuel Sandoval de Lilia Herández y María Elena Hernández, de la Unión de Ejidos en Defensa del Territorio en Campeche, durante los meses de agosto y diciembre de 2021 en Escárcega, Xpujil y Ejido Don Samuel, Campeche y en Matías Romero en diciembre, así como en mayo de 2022 en Escárcega, Campeche. Además de la comunicación telefónica o por internet en diversas ocasiones.

Comunicación personal a Marcela Orozco, Adrián Flores de Geocomunes y a Juan Manuel Sandoval, de Romel González del CRIPX. Xpujil, Campeche, 7 de septiembre de 2019.

Entrevista de Marcela Orozco a Verónica Munier, Tatahuicapan, Veracruz, julio de 2021

Entrevista de Marcela Orozco a Maribel Cervantes, Tatahuicapan, Veracruz, julio de 2021

Entrevista de Marcela Orozco a Bettina Cruz de la APIIDTT Juchitán, Oaxaca, julio de 2021

Entrevista de Marcela Orozco a Lesbia Hernández, del frente “El Istmo es Nuestro” en Salina Cruz, Oaxaca, julio de 2021

Entrevista de Marcela Orozco a Sara López, del CRIPX y del CNI Peninsular, Xpujil, Campeche, julio de 2021

Entrevista de Marcela Orozco y Juan Manuel Sandoval a Guadalupe Cáceres (“Lupita”) lideresa del Colectivo Tres Barrios en su casa localizada en el Barrio de Santa Lucía, Campeche, quien nos acompañó en un recorrido por los tres barrios donde platicamos con muchos habitantes y realizamos un registro fotográfico. 4 de agosto de 2021.

Entrevista de Marcela Orozco, Rosa María Vanegas y Juan Manuel Sandoval a Pedro Uc, dirigente de la Asamblea de Defensores del Territorio Maya Múuch’Xi’imbal. Bucotz, Yucatán, 8 de agosto de 2021.

Entrevista de Marcela Orozco, Rosa María Vanegas y Juan Manuel Sandoval a Ángel Sulub y a Wilma Esquivel, del Centro Comunitario U kúuchil k Chííbaló’on, en Carrillo Puerto, Quintana Roo, 14 de agosto de 2021.

Entrevista de Marcela Orozco, Rosa María Vanegas y Juan Manuel Sandoval con el General Maya y la Guardia del Santuario de la Cruz Parlante, en Carrillo Puerto, Quintana Roo. 15 de agosto de 2021.

Entrevista de Marcela Orozco, Elio Pantoja y Juan Manuel Sandoval a Mario Quintana de la Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio (APIIDTT), realizada en la oficina de la Asamblea en Juchitán, Oaxaca, el 12 de noviembre de 2021.

Entrevista de Marcela Orozco, Elio Pantoja y Juan Manuel Sandoval a Sara López, del Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil. Xpujil, Campeche, 22 de noviembre de 2021.

Entrevista de Marcela Orozco, Claudia Villegas y Juan Manuel Sandoval a Mario Quintana, de la Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio (APIIDTT), realizada en la oficina de la Asamblea en Juchitán, Oaxaca, el 10 de mayo de 2022.

Entrevista de Marcela Orozco, Claudia Villegas y Juan Manuel Sandoval a Verónica Munier, de la dirigencia de las organizaciones Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Marta y del Movimiento Regional Indígena en Defensa y Respeto por la Vida, la cual es miembro del Consejo Nacional Indígena (CNI), en la oficina de la misma, en la comunidad de Tatahuicapan, Sur de Veracruz, el 13 de mayo de 2022.